

2020

volume 23 | número 3 | set-dez



NOVOS
CADERNOS
NAEA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS

Diretor Geral: Durbens Martins Nascimento • Diretor Adjunto: Silvio José de Lima Figueiredo

NOVOS CADERNOS NAEA

Publicação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA

Periodicidade quadrimestral, volume 23, número 3, setembro-dezembro de 2020

Print ISSN: 1516-6481 – Eletrônica ISSN: 2179-7536 – DOI: 10.5801/S21797536

EDITOR CIENTÍFICO

Mirleide Char Bahia – NAEA/UFPA

COMISSÃO EDITORIAL • NAEA

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior • Geografia | Francisco de Assis Costa • Economia | Luís

Eduardo Aragón Vaca • Geografia | Oriana Trindade • Economia | Raimundo Heraldo Maués •

Antropologia | Silvio Figueiredo • Sociologia

CONSELHO EDITORIAL

Alfredo Wagner de Almeida • Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Brasil

Andréa Zhouri • Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Ana Maria Araújo • Universidad de la República, Montevideo, Uruguai

Célio Bermann • Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

César Barreira • Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil

Christian Azais • Université d'Amiens, Amiens, França

Clóvis Cavalcanti • Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Brasil

German Palacio • Universidad Nacional de Colômbia, Letícia, Colômbia

Edna Maria Ramos de Castro • Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil

Eduardo José Viola • Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

Emilio Moran • Indiana University, Indiana, Estados Unidos

Geraldo Magela Costa • Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Henri Acselrad • Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Heloisa Costa • Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Ignacy Sachs • École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris, França

Jose Ricardo Ramalho • Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

José Vicente T. dos Santos • Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

Marcel Bursztyn • Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

Marcelo Sampaio Carneiro • Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil

Maria Manoel Batista • Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal

Marilene da Silva Freitas • Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil

Martin Coy • Universität Innsbruck, Innsbruck, Áustria

Paola Bolados • Universidade de Valparaíso, Valparaíso, Chile

Pedro Jacobi • Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Pierre Salama • Université Paris XIII, Paris, França

Pierre Teisserenc • Université Paris XIII, Paris, França

EQUIPE TÉCNICA

Assistentes editoriais: Rafaela Santos Carneiro e Helbert Michel Pampolha de Oliveira

Revisão textual: Albano Rita Gomes

Editoração eletrônica: Ione Sena

Capa: Andrea Pinheiro

Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Novos Cadernos NAEA • v. 23, n. 3 • p. 1-265 • setembro-dezembro, 2020
Print ISSN: 1516-6481 – Eletrônica ISSN: 2179-7536 – DOI: 10.5801/S21797536

A Revista Novos Cadernos NAEA é um periódico quadrimestral, de caráter interdisciplinar, dedicado à publicação de trabalhos científicos e acadêmicos sobre temas relevantes às áreas do desenvolvimento, sociedade, economia e meio ambiente, com o objetivo de fomentar o diálogo entre as diversas áreas do conhecimento e suas competências, de pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa do Brasil e do exterior.

A revista publica textos originais e inéditos em português, espanhol, inglês e francês. Adota a avaliação anônima por pares (*peer review*) para trabalhos submetidos às seções: artigos originais e de revisão, resenhas, notas de pesquisa, conferências e, eventualmente, dossiês temáticos, volumes especiais e/ou suplementos.

INDEXADORES

Latindex – Crossref – Portal de Periódicos da CAPES – Google Scholar – Research Bib – e-Revistas/Plataforma Open Access de Revistas Científicas Electrónicas Españolas y Latinoamericanas – Directory of Open Access Journals (DOAJ) – DRJI – Directory of Research Journal Indexing

IDENTIFICADORES

Universal Impact Factor – Journal For Free – Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet – Livre Diretório Luso-Brasileiro IBICT – Sumarios.org – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal – Microsoft Academic Search – Library of Congress/HLAS Online – Elektronische Zeitschriftenbibliothek (EZB) – Georgetown University Library – SEER IBICT – Cibera: Iberoamérica/España/Portugal – Library Catalog – University of Texas at Austin – WordCat – Diadorim – Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras

CONTATOS

Núcleo de Altos de Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará
Rua Augusto Corrêa, nº 1, Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto, bairro do Guamá
CEP: 66.075-900, Belém, Pará, Brasil
Tel.: (+55 91) 3201 8515
E-mail: revistanovoscadernosnaea@gmail.com

SUBMISSÃO DE ARTIGOS

<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn>
Homepage do NAEA: <http://www.naea.ufpa.br/>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Novos Cadernos NAEA, v. 23, n. 3 – setembro-dezembro, 2020 – Belém. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, 2020.

Quadrimestral

ISSN Print 1516-6481

ISSN Eletrônico 2179-7536

DOI: 10.5801/S21797536

O vol. 1, nº 1 desta Revista foi publicado em junho de 1998. 1. Desenvolvimento – Periódicos. 2. Meio Ambiente – Periódicos. 3. Amazônia – Periódicos.

CDD 338.9811

© Copyright/Direitos de cópia para este número: NAEA/UFPA
Título e textos amparados pela Lei 5.988, de 14 de dezembro de 1973.



Ministério
da Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



SUMÁRIO

Editorial

Artigos

- 11 Indígenas na cidade de Manaus (AM)
Indigenous people in the city of Manaus (AM)
José Carlos Matos Pereira
-
- 33 Ambiente e memórias acerca da caça em áreas protegidas da Floresta Atlântica
Environment and memories about hunting in protected areas of the Atlantic Rainforest
José Alcio Alves Barbosa, Brygida Carolyne Freire Alves e José Otávio Aguiar
-
- 57 Globalização e estratégias locais: as interações global-local no caso do município de Mocajuba, na Amazônia oriental
Globalization and local strategies: the global-local interactions in the case of the municipality of Mocajuba, in the Eastern Amazon
Pauline Cuenin e Marc Piraux
-
- 81 Turismo e medo do crime: reflexões sobre a política de desenvolvimento urbano no centro histórico de Natal/RN
Tourism and fear of crime: reflection on urban development policy in the historical center of Natal
Ana Catarina Alves Coutinho, Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega e Mozart Façito
-
- 105 O “*buen vivir*” e a construção de uma nova sociedade
“Buen vivir” and the building of a new society
Flávia Verônica Silva Jacques
-
- 121 Processos de degradação socioambiental: os impactos das atividades produtivas desenvolvidas no perímetro irrigado de São Gonçalo – Paraíba/Brasil
Socioenvironmental degradation processes: impacts of productive activities developed in the irrigated perimeter of São Gonçalo – Paraíba/Brazil
Jánesson Gomes Queiroz, Larissa da Silva Ferreira Alves e Jairo Bezerra Silva
-
- 145 Efeitos das mudanças climáticas sobre a agropecuária de Minas Gerais: uma abordagem contemporânea
Effects of climate change on agriculture in Minas Gerais: a contemporary approach
Nilta Izabela Braga e Rosa Livia Gonçalves Montenegro
-
- 167 Saúde e ambiente na Amazônia brasileira
Health and environment in the Brazilian Amazon
Rosa Carmina de Sena Couto
-

- 179 “O Mata Fome está morrendo, a comunidade também”: reflexos da urbanização na saúde em uma periferia de Belém
“Mata Fome is dying, the community as well”: effects of urbanization on health in a suburb of Belém
Thaís de Almeida Costa, Flavio Henrique Souza Lobato e Vóyner Ravena-Cañete
-
- 201 Uma análise da dimensão “tipo de governança” em Unidades de Conservação da Natureza no Brasil
An analysis of the type dimension of governance in Nature Conservation Units in Brazil
Carlos André Luz Jeronimo, Elmo Rodrigues da Silva e Kenny Tanizaki Fonseca
-
- 223 Análise do Sistema de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde do Hospital Regional de Itacoatiara-AM
Analysis of the Health Services Waste Management System at the Regional Hospital of Itacoatiara-AM
Igor Gabriel de Oliveira Souza, Bruno Ferezim Morales e Rodrigo Couto Alves
-
- 241 O Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) na pós-graduação da UFPA: estudo de caso no NAEA
The integrated system for the management of academic activities (SIGAA) of graduate programs at UFPA: a case study on NAEA
José Nilberlanio Vieira e Hisakhana Paboona Corbin
-

Entrevista

- 265 Uma vida dedicada ao combate do racismo na Amazônia: entrevista com Zélia Amador de Deus, por ocasião de seus 70 anos
A life dedicated to combating racism in the Amazon: interview with Zélia Amador de Deus, on her 70th birthday
Alef Monteiro
-

Resenha

- 283 HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294 p.
Helbert Michel Pampolha de Oliveira
-

EDITORIAL

Finalizando as edições do ano de 2020, a Revista Novos Cadernos NAEA (NCNAEA) traz a público o número 3 de seu volume 23. Com abrangência de vários campos de conhecimentos, este número dá continuidade à divulgação científica de diferentes trabalhos realizados por pesquisadores de diversas regiões brasileiras. O número é composto por um conjunto de doze artigos, agregados em quatro grupos temáticos, além de uma entrevista e de uma resenha.

O primeiro grupo temático integra dois artigos que trazem abordagens referentes à *Identidade e Memória*. O primeiro artigo, intitulado “Indígenas na cidade de Manaus (AM)”, de José Carlos Matos Pereira, trata dos mecanismos sociais que permitem aos indígenas manterem os laços sistemáticos com a aldeia e a afirmação de sua identidade étnica na cidade, demonstrando aspectos relevantes das múltiplas etnias que vivem na cidade de Manaus (AM), na Amazônia brasileira. O segundo artigo, denominado “Ambiente e memórias acerca da caça em áreas protegidas da Floresta Atlântica”, de José Aécio Alves Barbosa, Brygida Carolyne Freire Alves e José Otávio Aguiar, analisa a perspectiva de diferentes atores envolvidos na problemática do uso ilegal de animais silvestres em Unidades de Conservação na Floresta Atlântica do estado da Paraíba, Nordeste do Brasil, objetivando resgatar traços da história e da dinâmica cinegética local.

O segundo grupo temático agrega três artigos cujas contribuições são referentes a debates sobre *Sociedade, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais*. O artigo “Globalização e estratégias locais: as interações global-local no caso do município de Mocajuba, na Amazônia oriental”, de Pauline Cuenin e Marc Piraux, analisa as interações entre o local e o global que permitam uma melhor autonomia dos territórios locais, apresentando um território da Amazônia oriental (Mocajuba-PA), considerado rural e isolado, mas integrado aos processos de globalização. Em seguida, o artigo intitulado “Turismo e medo do crime: reflexões sobre a política de desenvolvimento urbano no centro histórico de Natal/RN”, de Ana Catarina Alves Coutinho, Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega e Mozart Fazito, faz uma análise sobre o medo do crime e as suas relações com o turismo a partir da discussão do Estado neoliberal e da instrumentalização de ações de intervenção pública, focando o olhar sobre o centro histórico de Natal-RN. Fechando o conjunto de trabalhos desse grupo temático, o artigo “O ‘*Buen Vivir*’ e a construção de uma nova sociedade”, de Flávia Verônica Silva Jacques, baseado na obra de Alberto Acosta,

apresenta as perspectivas do “*Buen Vivir*” como alternativa para a construção de uma nova sociedade pautada na democracia e na sustentabilidade.

O terceiro grupo de contribuições reúne quatro pesquisas que tematizam *Natureza, Meio Ambiente e Impactos Socioambientais*. Inicia com o artigo denominado “Processos de degradação socioambiental: os impactos das atividades produtivas desenvolvidas no perímetro irrigado de São Gonçalo – Paraíba/Brasil”, de Jânesson Gomes Queiroz, Larissa da Silva Ferreira Alves e Jairo Bezerra Silva, cujo objetivo é analisar os principais processos de degradação socioambiental desencadeados a partir da implementação do Perímetro Irrigado de São Gonçalo (PISG), ocorridos no início da década de 1970, no município de Sousa, na Paraíba. Em seguida, o artigo “Efeitos das mudanças climáticas sobre a agropecuária de Minas Gerais: uma abordagem contemporânea”, de Nilta Izabela Braga e Rosa Livia Gonçalves Montenegro, faz uma discussão sobre os efeitos das mudanças climáticas projetadas para os próximos anos na produção agropecuária do estado de Minas Gerais. A terceira contribuição é o artigo “Saúde e ambiente na Amazônia brasileira”, de Rosa Carmina de Sena Couto, cujo objetivo é analisar aspectos relacionados aos problemas ambientais globais, referindo-se à mudança climática e à perda da biodiversidade no contexto do desmatamento e da saúde na Amazônia brasileira. O último artigo desse grupo temático intitula-se ““O Mata Fome está morrendo, a comunidade também”: reflexos da urbanização na saúde em uma periferia de Belém”, de Thaís de Almeida Costa, Flavio Henrique Souza Lobato e Voyner Ravena-Cañete, que analisa como o desequilíbrio entre saúde e ambiente afeta a qualidade de vida de moradores em situação vulnerável, a partir da realidade da Comunidade Bom Jesus I, localizada no igarapé Mata Fome, na periferia de Belém (PA).

Reunindo questões referentes à *Gestão Pública, Sistemas de Gerenciamento e Governança*, o quarto grupo temático reúne três artigos. Inicia com o trabalho “Uma análise da dimensão ‘tipo de governança’ em Unidades de Conservação da Natureza no Brasil”, de Carlos André Luz Jeronymo, Elmo Rodrigues da Silva e Kenny Tanizaki Fonseca, cujo objetivo é analisar os tipos de governança de áreas protegidas que cada categoria de manejo de Unidades de Conservação (UC) pode desempenhar, a partir de um olhar sobre as diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e do Decreto nº 4.340/2000, que o regulamenta. O artigo intitulado “Análise do Sistema de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde do Hospital Regional de Itacoatiara-AM”, de Igor Gabriel de Oliveira Souza, Bruno Ferezim Morales e Rodrigo Couto Alves, traz uma avaliação do sistema de gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS)

do Hospital Regional José Mendes, em Itacoatiara-AM. Encerrando o conjunto de artigos desse grupo e dessa edição, o trabalho denominado “O Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) na pós-graduação da UFPA: estudo de caso no NAEA”, de José Nilberlanio Vieira e Hisakhana Pahoona Corbin, procura analisar o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e sua relação com a gestão pública no âmbito organizacional de programas de pós-graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA), realizando um estudo de caso sobre o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA).

A edição traz também a entrevista “Uma vida dedicada ao combate do racismo na Amazônia: entrevista com Zélia Amador de Deus, por ocasião de seus 70 anos”, realizada por Alef Monteiro, com o objetivo de apresentar *flashs* da biografia da Professora Doutora Zélia Amador de Deus, cuja vida e pensamento são singulares para a defesa dos direitos das populações negras no Norte do Brasil, ao mesmo tempo em que embasam a construção de uma identidade afroamazônica nos espaços acadêmicos e de militância política.

Por fim, tem-se a resenha intitulada “Para além de Lefèbvre, com Lefèbvre, sem esquecer-se de Marx: David Harvey e o direito à cidade anticapitalista”, elaborada por Helbert Michel Pampolha de Oliveira, com base no livro “Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana”, de autoria de David Harvey, publicado em 2014.

A partir desse terceiro número do volume 23 da Revista Novos Cadernos NAEA, passamos a assumir a significativa e desafiadora tarefa de dar continuidade ao processo de edição desse renomado periódico que, por muitos anos, esteve sob a responsabilidade da Professora Doutora Edna Castro e, nos dois últimos anos, do Professor Doutor Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, cuja condução de ambos foi magistral.

Assumimos o compromisso de realizar a edição da NCNAEA com dedicação e afinco, no sentido de manter os princípios e pressupostos que dão continuidade e preservam a excelência, a qualidade e o perfil da revista, até então reconhecidos nacional e internacionalmente.

Mirleide Chaar Bahia
Editora da Revista Novos Cadernos NAEA



Indígenas na cidade de Manaus (AM)

Indigenous people in the city of Manaus (AM)

José Carlos Matos Pereira - Doutor em Ciências Sociais, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador do Programa de Memória dos Movimentos Sociais, Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE/UFRJ). E-mail: jcpmatos@gmail.com

Resumo

Neste artigo tratamos dos mecanismos sociais que permitem aos indígenas manterem os laços sistemáticos com a aldeia e a afirmação de sua identidade étnica na cidade. Preservar aspectos do modo de vida apreendido na aldeia como o uso da língua e dos rituais; a socialização dos filhos com as narrativas e as danças; fazer o artesanato; praticar os hábitos alimentares; receber os parentes vindos para a cidade e manter contato sistemático com aqueles que ainda moram na aldeia são indicadores do pertencimento étnico – o que implica na organização indígena em torno das associações étnicas, multiétnicas e de gênero e na luta por políticas diferenciadas no contexto urbano. Estas situações contradizem o suposto desaparecimento indígena dos cálculos populacionais e revelam, em contrapartida, a necessidade de políticas públicas tomando por base suas reivindicações identitárias. São aspectos relevantes da análise das múltiplas etnias que vivem na cidade de Manaus (AM), na Amazônia brasileira.

Abstract

This paper addresses the social mechanisms that allow indigenous peoples to keep systematic ties with their villages and to assert their ethnic identity in the city. It studies aspects of life from the village which are preserved: the use of language and rituals; familiarizing children with narratives and dances; making crafts; playing and eating habits; welcoming relatives to the city and maintaining systematic contact with kinsfolk who still live in the village, all of which are indicators of ethnic belonging – which implies the indigenous organization around ethnic, multi-ethnic and gender issues associations and the struggle for differentiated policies in the urban context. These situations contradict the alleged disappearance of the indigenous population and data reveals, however, the need for public policy, based on their identity empowerment. These are important aspects of the analysis of multiple ethnic groups living in the city of Manaus (AM), in the Brazilian Amazon.

Palavra-chave

Amazônia Indígena. Cidade e Identidade Indígena. Políticas Diferenciadas. Multiétnico.

Keywords

Indigenous Amazon. City and Indigenous Identity. Differentiated Policies. Multiethnic.

INTRODUÇÃO

A narrativa hegemônica sobre o nascimento do Brasil apresenta a chegada dos portugueses em Porto Seguro, costa sul da Bahia, no século XVI. Este lugar tem grande significação no imaginário coletivo por representar o marco zero do nascimento e informa a percepção das crianças, de portadores de conhecimento especializado e da opinião pública sobre o mito do “descobrimento” e traz em seu teor o essencialismo e a depreciação dos povos indígenas, tidos como atores secundários, o que politicamente anula a sua importância na formação social brasileira (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016). Essa é a narrativa contada segundo a lógica dominante que omite conflitos, assassinatos, resistências e antagonismos à ordem social vigente no período.

Passados mais de 500 anos, do tão falado “descobrimento”, podemos apresentar outra possibilidade interpretativa dos fatos a partir de situações que ocorrem com indígenas em cidades brasileiras, que serão aqui representadas por Manaus, capital do estado do Amazonas, na Amazônia brasileira.

Lembramos que em estudo clássico sobre os indígenas Terêna nas cidades de Campo Grande, Aquidauana e Miranda, hoje estado do Mato Grosso do Sul, Oliveira (1968) assinala que o indígena vai para a cidade e leva consigo um pouco da aldeia. Identificando em suas análises a manutenção das relações de parentesco, dos vínculos com a aldeia e as afirmações identitárias para indígenas que passam pelo processo de urbanização.

Mais recentemente, os dados do Censo Indígena 2010 (IBGE, 2010a) indicam que, dos 817.963 indígenas autodeclarados do Brasil, 315 mil de 300 etnias já vivem em cidades brasileiras e, em especial, em todas as capitais e em todos os estratos de cidades e regiões, perfazendo 36,2% do total dos indígenas do país. Essa presença se soma à efervescência das lutas identitárias em que múltiplas etnias protagonizam ações para se fazerem conhecer e serem reconhecidas como portadoras de direitos e de políticas diferenciadas, que precisam ser implementadas por diferentes instâncias de governo.

Isso guarda relação com o artigo aqui apresentado, no qual indagamos quem são os indígenas, onde moram e trabalham, quais são as suas principais dificuldades, como se organizam politicamente, quais são as suas demandas e proposições na cidade e que relações mantêm com a aldeia, de forma a propiciar reflexões acerca desses sujeitos demandantes do reconhecimento étnico.

1 PRESENÇA INDÍGENA MULTIÉTNICA NA CIDADE DE MANAUS¹

Temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.

Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 75)

Manaus é a cidade mais populosa da Amazônia brasileira com quase 2 milhões de habitantes (IBGE, 2010b), distribuídos em 63 bairros por uma área de mais de 11 mil km². Suas principais atividades econômicas estão voltadas para a indústria por conta da Zona Franca de Manaus, além do comércio e serviços e do turismo internacional. Mas o que nos chama especialmente a atenção é a diversidade étnica nesta metrópole. Os dados do Censo 2010 (IBGE, 2010b) apresentam 4.020 indígenas autodeclarados, representando 92 etnias, que falam 36 diferentes línguas² distribuídos em 62 bairros. Já os dados do Censo 2000 quantificaram em, aproximadamente, 8 mil indígenas autodeclarados³ e as organizações indígenas fazem referência a 20 mil indígenas.

Baines (2001) levanta dúvidas quanto ao uso de dados censitários para tratar da questão dos indígenas em cidades, já que a negação da própria identidade se constitui em uma estratégia para fugir do preconceito e estigma, o que causaria subnotificação da autoidentificação e, conseqüentemente, o baixo quantitativo populacional demonstrado pelos números. Ao contrário disso, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) estima entre 15 e 20 mil os indígenas na cidade de Manaus. Soma-se a essas situações o desconhecimento de muitos indígenas e famílias da etnia à qual pertencem, embora se assumam como indígenas.

Diante do desencontro das informações e da necessidade de conhecer a realidade local, optamos, como metodologia de pesquisa, por visitar os bairros onde se localizam as organizações indígenas e conversar com lideranças, realizar

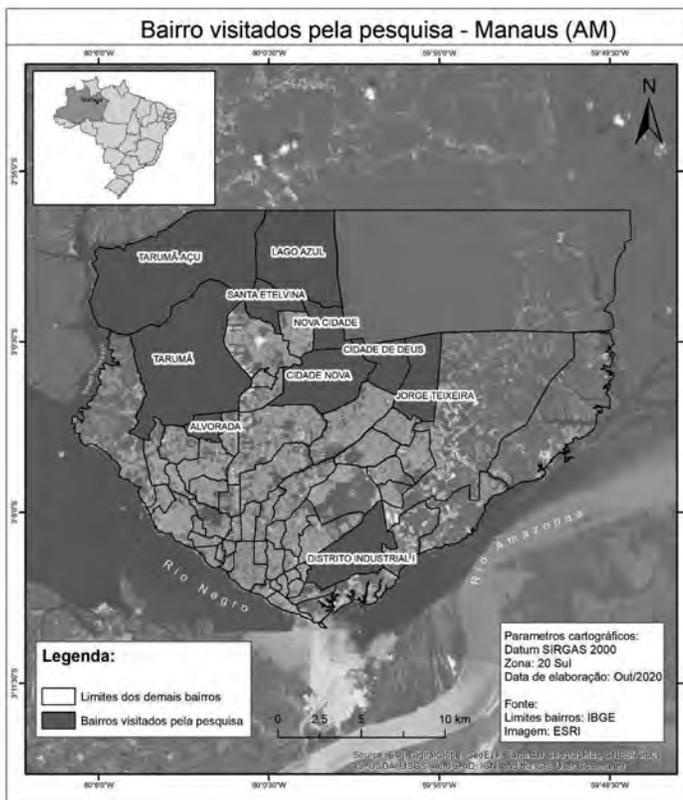
¹ Este artigo é resultado de nossa pesquisa sobre indígenas em cidades amazônicas, onde estudamos os casos das cidades de Altamira, no Pará, e Manaus e São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, durante o pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social (PPGAS), Museu Nacional (UFRJ), sob supervisão dos professores Moacir Palmeira e José Sérgio Leite Lopes, da pesquisa: “Política, família e aparatos públicos: os modos de vida indígena e sua participação política na cidade”, na linha de pesquisa “Antropologia do campesinato e das classes trabalhadoras”, entre os anos de 2012 e 2018.

² Observamos que o quesito língua falada se refere ao “nome da língua que a pessoa [indígena] fala no domicílio” (IBGE, 2010a, p. 41).

³ As explicações acerca dessa diferença, segundo Pery Teixeira, professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), estão diretamente relacionadas à insuficiência da amostra do Censo de 2010. Isto, segundo ele, acarretou a queda vertiginosa de 4 mil indígenas, se comparado com o ano de 2000.

entrevistas⁴ com algumas etnias e participar de reuniões durante o trabalho de campo desenvolvido nos meses de dezembro de 2014, março e maio de 2015, e fizemos ainda a devolução do resultado da pesquisa em dezembro de 2016 (PEREIRA, s. d.), cumprindo o acordo assumido com a Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (COPIME). Durante esse período, realizamos duas oficinas para coleta de dados, gravação do documentário e a construção dos mapas de etnias e línguas faladas por bairros a partir da autoidentificação indígena. As referidas oficinas reuniram 120 indígenas de 20 etnias da cidade de Manaus e da região metropolitana. No Mapa 1, em tom mais escuro, os 10 bairros visitados durante o trabalho de campo.

Mapa 1 - Cidade de Manaus: bairros visitados



⁴ Realizamos 20 entrevistas com lideranças das etnias Sataré-Mawé, Tikuna, Kokama, Apurinã, Munduruku, Desano, Baré, Kaixana, Karapãna, Miranha, Maraguá e Tukano. Além delas, tomamos os depoimentos para o documentário “Indígenas na cidade de Manaus” e fizemos o levantamento fotográfico. Ainda fizemos a gravação de música indígena com o Instituto Mauati de Arte e Literatura Indígena, uma ONG multiétnica formada por poetas, compositores, cantores, contadores de história e escritores. Podemos citar entre os bairros visitados: Redenção, Lagoa Azul, Cidade de Deus, Tarumã, Tarumã-açu, Jorge Teixeira, Distrito Industrial, Nova Cidade e Santa Etelvina.

A cartografia que elaboramos com integrantes da COPIME, em 2015, identificou 34 etnias em 51 bairros, sendo elas: Munduruku, Tikuna, Sateré-Mawé, Desana, Tukano, Miranha, Kaixana, Baré, Kokama, Apurinã, Tuyuka, Piratapuya, Kamaiura, Kambeba, Mura, Maraguá, Baniwa, Macuxi, Wanano, Tariano, Bará, Arara [do Aripuanã], Karapãna, Barasana, Anambé, Deni, Kanamari, Katukina, Kubeo, Kulina, Marubo, Paumari, Arara do Pará e Manchineri.

No que se refere à língua, os dados indicam 19 línguas faladas – Munduruku, Tikuna, Mawé, Mura, Desano, Tukano, Baré, Língua geral amazônica (Nhengatu), Piratapuya, Wanano, Apurinã, Tariano, Kaixana, Kokama, Karapãna, Tuyuka, Barasana, Baniwa e Kambeba – em 41 bairros.

Durante o trabalho de campo, observamos a precariedade das condições de vida desses indígenas em bairros visitados da periferia, que são destituídos dos serviços de saneamento e infraestrutura e insuficientes no atendimento em educação e saúde. Além disso, a moradia nas margens de igarapés, em áreas de encosta, em terrenos irregulares ou em ocupações sob a ameaça constante da ação policial ou de traficantes, bem como a violência e as medidas judiciais de reintegração de posse da terra são outros fatores cruciais.

Destacamos três áreas de ocupação não regularizadas juridicamente, nas quais se concentra grande quantidade de indígenas: o “Assentamento Povo Indígena do Sol Nascente”, a “Comunidade Nações Indígenas” e o “Parque das Tribos”, onde residem mais de 800 famílias de 20 etnias⁵. Estas ocupações se localizam em áreas públicas e privadas. No entanto, não se trata de ocupações exclusivamente indígenas, uma vez que estas representam porções menores de terra dentro de áreas mais abrangentes, onde os indígenas convivem com os não indígenas. Esses grupos indígenas apresentam uma reivindicação étnica que tem por objetivo a regularização da posse da terra e a retirada dos não indígenas que seriam reassentados em outro local. As dificuldades de moradia ampliam-se para além dessas três áreas referenciadas, visto existirem situações em que a concentração de indígenas é menor, posto que se multiplicam por vários bairros da cidade.

A vinda para a cidade exerce certa sedução sobre os indígenas. As expectativas remetem à melhoria das condições de vida, ao acesso à saúde e educação, ao mercado de trabalho e aos bens e serviços ofertados. Este é caso dos Tikuna que, nos anos de 1990, chegaram a Manaus. Hoje são 480 indígenas, distribuídos por 22 bairros. No bairro Cidade de Deus, eles estão desde 1997. Na comunidade Wotchimaücü são 17 famílias, totalizando 120 pessoas.

⁵ Kaixana, Mura, Apurinã, Tikuna, Sateré-Mawé, Kambeba, Piratapuya, Munduruku, Miranha, Macuxi, Arara, Kokama, Baré, Desano, Tukano, Tuyuka, Kamaiurá, Karapãna, Baniwa e Tariano.

As mesmas explicações foram apresentadas por um dos integrantes da Associação Barayoa, no bairro Lagoa Azul, acerca do deslocamento aldeia-cidade. No caso deles, o primeiro emprego de muitas famílias, no ano de 1995, foi na granja “Rei do Ovo”. O não pagamento dos direitos trabalhistas por parte dos empregadores, ou seja, o não recolhimento das contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o não pagamento do 13º salário, levou a muitos pedidos de demissão. O valor alto das despesas com a vinda de barco e do aluguel levou muitas famílias a ocuparem as áreas livres, distantes do centro da cidade, onde construíram suas moradias. Isto deu origem, por exemplo, à comunidade de São João, depois do fechamento da granja.

Das famílias ligadas à associação, poucas são empregadas e algumas recebem o Bolsa Família, programa do governo federal. A “comunidade” São João não tem esgoto e os dejetos são jogados nas valas, as ruas são de chão batido, não há coleta de lixo, os igarapés do entorno estão poluídos e a água usada para abastecimento doméstico vem de um sistema do próprio bairro que os indígenas pagam R\$35,00 (trinta e cinco reais) pelo fornecimento mensal. Ressalta-se ainda a precariedade da escola de educação infantil, do policiamento, do posto de saúde do bairro e do atendimento do transporte coletivo, caso alguém necessite se deslocar para outro local, principalmente em busca de atendimento médico.

Os diversos lugares visitados apresentam problemas comuns e a vida indígena na cidade de Manaus é marcada por processos de ressignificação. Isso implica tanto nos novos usos que dão ao espaço, quanto na sua renomeação, considerando aspectos como a etnicidade⁶ e a valorização de sua organização política enquanto povos indígenas. As denominações de ruas e das novas áreas habitadas com nomes indígenas são usuais, como forma de demarcar a sua territorialidade. Como exemplo, identificamos a rua Baré e a rua União dos Povos. Assim, o que ontem era local abandonado vira moradia, plantação de frutas, verduras, legumes, sementes e ervas medicinais. Os Kokama, no ramal do Brasileirinho, fazem esse tipo de produção para atender as necessidades de 90 famílias da etnia em um pequeno pedaço de terra. No bairro autorreferido como “Nações Indígenas” criam-se animais de pequeno porte; plantam-se mandioca, ervas medicinais e urucum. Este último serve para a pintura corporal que antecede rituais e atividades importantes e as sementes são usadas como matéria-prima do artesanato.

⁶ Assinalamos que o conceito de etnicidade “é definido como envolvendo relações entre coletividades no interior de sociedades envolventes, dominantes, culturalmente hegemônicas e onde tais coletividades vivem a situação de minorias étnicas, ou, ainda, de nacionalidades inseridas no espaço de um Estado-nação” (OLIVEIRA, 1978, p. 89). Dessa forma, para fins analíticos, o étnico se refere aos migrantes estrangeiros, aos indígenas e quilombolas presentes em cidades.

Dessa forma, o espaço habitado e suas contradições resultam da prática de diferentes agentes orientados por uma “geografia das designações” (ALMEIDA, 1994, p. 32), o que, por sua vez, inclui os usos do lugar e o sentido a ele associado. Referimo-nos, pois, aos usos étnicos, assim como à construção da maloca, às danças e rituais, à pintura do corpo, aos cantos e ao aprender a língua, à produção do artesanato, às práticas agrícolas e alimentares, realizados por múltiplas etnias; bem como às hierarquias criadas por aqueles e aquelas que detêm certo prestígio frente à coletividade étnica: os caciques, as lideranças, os professores e os mais velhos. Neste sentido, Certeau (1994, p. 200) nos remete a uma “geografia de ações” ligada ao percurso, à trajetória, ao mapa mental que orienta as práticas. Essas duas perspectivas nos ajudam a enquadrar analiticamente o deslocamento indígena: da aldeia para a cidade e, na cidade, sempre em direção à periferia destituída de bens e serviços e onde a vida se realiza de forma precária.

Demarcar território e (re)significá-lo implica também no construto de objetos que façam parte de seu universo sociocultural, espacial e afetivo. A isso podemos creditar a presença da arquitetura indígena com seus traçados triangulares e circulares feitos de palha e caibro, amarrados com cipó.

O baixo nível de escolaridade e a falta de qualificação da mão de obra empurram os indígenas para atividades braçais na construção civil e no comércio; ao mercado informal (bicos) e ao desemprego⁷. No caso das empregadas domésticas, elas denunciam as situações de violência física, sexual e simbólica e falam sobre a humilhação, o preconceito e a discriminação vivida.

Longe de ser uma situação isolada, identificamos outros fatos que demonstram essa relação assimétrica entre índios e não índios. Os mais jovens passam por situações de constrangimento diante da população não indígena e os estigmas lançados que os fazem negar a sua origem étnica. E mesmo os moradores das áreas de ocupação, vindos do interior do estado do Amazonas, têm preconceito em relação aos indígenas. Somam-se a essas situações, aquelas que nos remetem ao processo de colonização e à catequização dos indígenas pelos padres de colégios católicos. No internato, os indígenas, por exemplo, que fossem pegos falando a língua nativa eram castigados, uma vez que o português era a língua oficial da escola.

⁷ No que se refere ao trabalho desenvolvido por eles, as experiências conhecidas e vividas fazem referência a artesanato, horta, seguranças, pedreiros, carpinteiros, domésticas, professores, motoristas, pintores, industriários nas fábricas da Zona Franca de Manaus, garis, serviços gerais, gerentes de loja, escritores, atores, músicos, marcheteiros, construção naval, guias turísticos, jogadores de futebol e professores de artes marciais. Um único médico da etnia Munduruku foi identificado, segundo informações repassadas por parentes da etnia, como sendo formado pela Universidade de Cuba.

Ferir a autoestima do outro constitui uma estratégia daquele que está numa relação favorável de poder para demonstrar a sua superioridade, conforme tratam Elias e Scotson (2000). Assim, os rótulos negativos e os nomes depreciativos ilustram essa condição. Ou seja, falar a língua do branco, vestir suas indumentárias e adotar seu modo de vida correspondem a interiorizar suas “qualidades”, bem como representa a possibilidade de ascender ao “mundo civilizado”, segundo a perspectiva assimilacionista.

Tal situação é combatida pelos mais velhos, pais e mães que buscam a afirmação da identidade indígena, da organização em torno de associações e das lutas por políticas diferenciadas, do reaprender a língua nativa e os modos de vida dos antepassados e das famílias que ainda vivem nas aldeias, mesmo agora morando ou tendo nascido na cidade.

Pertencer a uma categoria étnica implica numa identidade básica por meio da qual o indivíduo se “reconhece, julga e é julgado” segundo as premissas dessa identidade. Identificar uma pessoa como pertencente ao mesmo grupo étnico significa dizer que ela compartilha dos mesmos “critérios de avaliação e julgamento”. Assim, as fronteiras étnicas, segundo Barth, se referem aos critérios de pertença e aos demarcadores das diferenças dos códigos de valores distintivos nas relações interétnicas (BARTH, 2011, p. 196).

Diz um indígena Bará que mais do que aprender a língua na escola, a criança precisa viver a língua em casa e na família. Reclama que não se ensina a fazer comidas e bebidas apreciadas pelos indígenas, como quinhapira [uma caldeirada de peixe com pimenta], maniçoba, caxiri [bebida típica feita de banana e cará fermentados, mas pode ser de macaxeira e abacaxi], beiju [alimento feito da goma da mandioca], mingau e a cozinhar um peixe. Como se na cidade não se precisasse manter esses costumes praticados sistematicamente no “interior”. Diz este indígena que “não há como se esconder que se é indígena dentro da sociedade”. Ressaltamos que Bourdieu (2003, p. 83) afirma em suas análises que “o estigma étnico está inscrito de forma indelével, na tez e nos traços do rosto, e também no próprio nome”.

Ao usar o termo “fricção interétnica”, Oliveira (1972, p. 17) busca explicar a relação entre índios e não índios numa perspectiva sociológica, demonstrando as tensões envolvidas nessas situações, muitas vezes, destruidoras e desorganizadoras da vida indígena quando entra em contato com a sociedade nacional – violência do exército, invasão e expropriação de seus territórios por empresas madeireiras e de extração de seringa, enunciação do estereótipo contra os indígenas, propagação do medo por grupos econômicos interessados em seus territórios, castigos corporais, trabalho forçado e a ação catequista

para transformá-los em mão de obra voluntária – que nada têm a ver com atos solidários e de alteridade entre os grupos tribais.

Esses fatos levam ao estabelecimento de regras que indicam, por exemplo, que durante as apresentações do grupo musical da associação Bayaroá não haja consumo de bebida alcoólica por nenhum de seus integrantes. Essa prevenção foi tomada para evitar o rótulo negativo que associa o indígena ao “alcoólatra”. Até mesmo nas atividades internas da associação essa situação é observada.

Com a mesma preocupação, argumenta um Tikuna, que na escola é mais fácil falar em português. Daí advém a preocupação dos mais velhos com a “morte” da língua na cidade. Por essa razão é que surgiu a iniciativa de revitalização da língua Tikuna e as medidas preventivas de manter o vínculo com a aldeia. Esse deslocamento é visto como necessário para assegurar o contato com a língua materna em tempo que dura entre três meses a dois anos. Às vezes, os parentes vêm para a cidade ou as crianças vão à aldeia durante o período de férias e retornam quando as aulas recomeçam, num fluxo constante de idas e vindas. Inclusive, algumas famílias e etnias têm barracões na cidade ou cômodos na casa para receber os parentes oriundos da aldeia, que ficam na cidade durante certo período do ano e depois retornam para seu lugar de origem.

No plano da argumentação e da percepção indígena, os significantes “interior”, “aldeia”, “terra indígena”, “rural” e “índio na base” fazem parte do universo vocabular para se referir à experiência pretérita ou àquele lugar de ida ou de vinda, em algum momento do ano.

2 MODOS DE VIDA INDÍGENA E A RELAÇÃO ALDEIA-CIDADE/ CIDADE-ALDEIA

O trabalho de campo nos propiciou encontros, visitas e conversas com muitas etnias. Numa delas, um Sateré-Mawé contou a experiência de seu filho que foi passar as férias escolares na aldeia e voltou dizendo que não queria mais ser indígena. Em sua justificativa de criança estava a explicação de que “índio anda muito”, conforme relatou o pai sobre a conversa que teve com o filho. Assim, a vida na cidade serve de parâmetro comparativo que distancia as gerações. Especialmente, destaca-se a resistência daqueles nascidos na cidade, que têm uma condição indígena, bem diferente da de seus avós e pais – os indígenas de terceira geração. Os objetos da sociedade de consumo já fazem parte do seu cotidiano, não querem aprender a língua e negam a sua condição de indígena. Observamos que esses jovens parecem ser o elo frágil da relação, que distancia o indígena que

vive na cidade do passado da aldeia ou da afirmação identitária e representam a ameaça de ruptura, caso nenhuma atitude seja tomada por parte dos mais velhos.

O casamento interétnico constitui outro fator de risco, uma vez que é tratado como elemento desagregador da cultura indígena na cidade. Disse-nos um Bará, sinalizando com preocupação, que já é comum a existência de filhos de mãe indígena e pai não indígena. Argumentando que mesmo adquirindo o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI)⁸, não se assumem como indígena, não praticam a língua e os costumes, nem participam das atividades da associação.

O surgimento da figura do “caboclo”, resultante do casamento interétnico entre brancos e índios, implica em grandes tensões nessa relação, já que para o branco, o caboclo representa o índio “domesticado” e “amansado”, submetido a uma situação de inferioridade. Isso tanto resulta, por um lado, no desprezo do branco para com ele, bem como cria a resistência tribal frente a essa forma de casamento, uma vez que os filhos advindos dessa relação são considerados “membros espúrios da comunidade tribal” (OLIVEIRA, 1972, p. 85).

O deslocamento aldeia-cidade ganha regularidade por meio das trajetórias individuais e familiares que veem a cidade como espaço de oportunidade e superação de muitas dificuldades enfrentadas na aldeia. Isso não deve ser entendido como uma iniciativa individual sem relação com o consentimento da parentela. Esse é o caso de um jovem Sateré-Mawé que foi para Manaus estudar na Escola Agrícola e esbarrou nas dificuldades em conciliar os estudos e suas carências financeiras e materiais, e como consequência o abandono da escola tornou-se inevitável. Contudo, apesar das adversidades, concluiu o ensino médio e já está cursando Turismo, na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mesmo assim, as referências do passado sempre orientam as escolhas cidadinas e as afirmações identitárias. Referimo-nos à vida na aldeia; ao convívio familiar; à caça de veado, paca, cutia, tatu, durante as noites com seu pai, exímio caçador; à pesca do tucunaré, traíra, cará, pacu, jacundá e arari, peixes fartos no rio nas proximidades da aldeia; à vida na roça, e ao plantio de cará, mandioca e banana. Esse jovem relata as habilidades desenvolvidas com a ajuda do

⁸ “O Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI) é um documento administrativo fornecido pela FUNAI, instituído pelo Estatuto do Índio, Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973: ‘O registro administrativo constituirá, quando couber, documento hábil para proceder ao registro civil do ato correspondente, admitido, na falta deste, como meio subsidiário de prova’. Em outras palavras, o RANI pode servir como documento para solicitar o registro civil. O registro do RANI é realizado em livros próprios por funcionários da FUNAI e para cada registro é emitido o documento correspondente, devidamente autenticado e assinado. Importante: o RANI é um documento administrativo e não substitui a certidão de nascimento” (FUNAI, 2020, p. 1).

avô – como andar na floresta, utilizar os utensílios de caça, fazer fogo, pegar a caça e levar para a aldeia.

O meu pai era um bom caçador da noite. Ela caçava [...] paca, tatu, veado, e outras, né? Já o meu avô, o nosso avô, teve outro tipo de experiência. Ele tinha uma preocupação de levar nós pra mata pra aprender a sobreviver, né? O que ele fazia? Levava os netos, todos com uma carga: um com farinha, outro com água, outro com terçado, outro com machado, outro com fogo. Porque na aldeia o fogo é difícil. Então, ele acendia um tição de fogo e a gente passava pra não deixar aquele fogo apagar. Quando ele pedisse pra acender o cigarro dele tinha que tá aceso o fogo. E como isso a gente tinha uma responsabilidade pra não deixar esse fogo apagar. Aí acho que a atividade mais difícil era do fogo. Que não podia apagar, porque se apagasse já era, né? Aí então quando chegava no local fazia o fogo [...] pra fazer o assado, né? (Indígena Sateré-Mawé, Manaus-AM, dez. 2014).

Os aprendizados se relacionavam ao “sobreviver na mata”, segundo a perspectiva de seu avô, que mais parecia brincadeira diante dos olhos da criança. Essa sistematicidade da vida cotidiana e os aprendizados passados de geração em geração remetem à “Ciência do Concreto”, conforme define Lévi-Strauss (1989, p. 31). Para o autor, o indígena tem uma grande capacidade de nomeação de animais, plantas e insetos e usa os frutos da floresta porque conhece e são úteis para a coletividade. O indígena “prova o fruto, cheira as folhas, quebra, examina e [...] observa o seu habitat [porque tem] [...] o senso agudo de observação” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 19). Isso configura, segundo esse autor, uma capacidade intelectual de experimentação de longa duração.

Esse Sateré fez referências à perda da prática ritual por conta da interferência das religiões católica e evangélica na cultura indígena. O “ritual da tucandeira”, por exemplo, é criticado pelas religiões, mas para os indígenas ele é símbolo de saúde, conhecimento e o momento de passagem da infância para a idade adulta. A argumentação remete ainda à adoção de nome branco pelo indígena que chega à cidade, chamando atenção que o cartório de registro de nascimento se recusa a registrar o nome indígena, “tem que ser nome de branco”, contesta ele. Assim, as mudanças se tornam inevitáveis: Turi (Icles), Arkitó (Barnabé), Aracamari (Osmar), Diacarapó (Deolinda) e Eiuketê (Dobertino).

No imaginário indígena, os mitos fornecem as explicações sobre a presença dos Sateré-Mawé no mundo, como as lendas do *Porati* e do *Guaraná*. A primeira trata de um remo mágico – o *Porati* –, que se refere à criação dos primeiros animais e dos homens, do bem e do mal; da busca do alimento Sateré e dos espíritos malignos. A segunda está relacionada à criação dos Sateré, filhos do Guaraná. Trata da presença de três irmãos no mundo, dois homens e uma

mulher, que engravida de outro ser e de sua fuga do paraíso, já que os irmãos prometeram matar seu filho. Em decorrência disso, a armadilha foi montada e seu filho foi cortado em partes. Depois foi enterrado pela mãe que profetizou que ele seria uma grande liderança conhecida em todo mundo. Dele nasceram todos os animais e a primeira criança Sateré-Mawé – Uruará –, o filho do Guaraná e de onde descende essa etnia. Diz ele, que essa lenda é repassada pelos mais velhos aos mais jovens, para que nunca se esqueçam de onde vieram, já que do ponto de vista indígena, ela representa o conhecimento de sua história (Indígena Sateré-Mawé, Manaus, dez. 2014).

Do livro *Ugütaerü'ü y tikumaaariü, Cagü'üariinatchiga, Oregüariü'gü* da Associação Comunidade Wotchimaücü Tikuna de Manaus, trazemos uma história infantil denominada “A samaumeira que escurecia o mundo”:

No princípio tudo era escuro, sempre frio e sempre noite. Uma enorme samaumeira watchine fechava o mundo e por isso não entrava claridade na terra. Yo'ï e Ipi ficaram muito preocupados com essa situação, então, através de um buraquinho na árvore, os irmãos enxergaram uma preguiça-real que prendia lá no céu os galhos da samaumeira. Tentando derrubar a árvore, jogaram muitos e muitos caroços e assim criaram as estrelas. Mas não havia claridade, então Yo'ï e Ipi ficaram pensando e decidiram convidar todos os animais da mata para ajudarem a derrubar a árvore. Mas nem um deles conseguiu, nem mesmo o pica-pau. Resolveram, então, oferecer a irmã Aicüna em casamento para quem jogasse formiga-de-fogo nos olhos da preguiça real. O quatipuru tentou, mas voltou no meio do caminho. Finalmente aquele quatipuruzinho bem pequeno, chamado Taine, conseguiu subir. Ele jogou as formigas e a preguiça soltou o céu. A árvore caiu e a luz apareceu. E cumprindo a promessa, os irmãos fizeram o casamento de Taine com Aicüna (ACW, 2007, p. 48).

As cosmologias indígenas se referem a saberes e mitos que explicam a presença do indígena no mundo. Dessa forma, envolvem as relações matrimoniais e de parentesco; a relação com a natureza, entre os clãs e sua classificação; além do processo de aprendizado. Não diz respeito somente ao presente, mas especialmente ao passado, e define a forma como veem o mundo, como se organizam socialmente e os modos de vida praticados (OLIVEIRA, 1972).

Isso nos leva a ressaltar os mecanismos que permitem aos indígenas manterem os laços sistemáticos com a aldeia e a afirmação de sua identidade étnica na cidade. Podemos fazer referência à concentração de famílias de uma ou de várias etnias num mesmo local de moradia ou bairro, sob a nomenclatura de “comunidade”, bem como a formação das associações indígenas étnicas, multiétnicas – constituídas por várias etnias – e de gênero que têm por objetivos propiciar a prática de rituais, produzir o artesanato, praticar os hábitos alimentares,

ensinar a língua materna ou agrupar as etnias na luta em torno das políticas diferenciadas. Diante disso, podemos afirmar que eles trazem um pouco da aldeia para a cidade e que o agrupamento das pessoas se constitui em uma estratégia para enfrentar as adversidades da vida cidadina.

3 ASSOCIAÇÕES ÉTNICAS, MULTIÉTNICAS E DE GÊNERO

As organizações indígenas na cidade funcionam como espaço de articulação política das famílias e etnias, de práticas comuns materiais e simbólicas e de lutas identitárias e se constituem como interlocutoras dos órgãos governamentais. Este convívio é possibilitado por reuniões sistemáticas de cada etnia nas festividades das associações em que convidam os parentes para compartilharem dos rituais, nas atividades da Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (COPIME) ou na mobilização coletiva na busca dos direitos indígenas, conforme trataremos com mais detalhes a seguir.

Nessas associações funcionam as “escolas indígenas”, denominadas de “centros culturais”. Nelas as crianças aprendem a língua materna, canto, dança, hábitos alimentares, rituais, pinturas e artesanato em horário diferente da escola do ensino regular. É o espaço de ressocialização das crianças e jovens nos modos de vida indígena e a reafirmação dos aprendizados pretéritos da aldeia na cidade. Esses centros estão localizados em associações indígenas, mas podem ser encontrados também em cômodos das residências, no quintal, na maloca ou em outro espaço improvisado para este fim.

Esta iniciativa remonta à década 1990 por meio de uma parceria das organizações indígenas – como por exemplo, Sateré-Mawé, Tikuna e Kokama – com a prefeitura, que hoje computam 11 experiências e atendem cerca de 300 alunos que, mesmo diante das dificuldades – a falta de merenda e de material didático e a precariedade das escolas para receber as crianças –, representam uma possibilidade de socialização dentro das formas de manifestações socioculturais indígenas.

Essas organizações constituem-se também em um espaço importante na produção do artesanato. O trabalho realizado resulta em bolsas, pulseiras, colares, brincos, redes, porta-joias, tapetes, cestinhas e gargantilhas, feitos de tucumã, jarina, injá, palha, cipó, açaí, dentre outras matérias-primas, muitas vezes trazidas das aldeias, coletadas na cidade ou compradas de atravessadores. Muito desse trabalho é feito manualmente, mas existe uma experiência que usa maquinário na produção, como o caso dos Apurinã, do bairro Cidade de Deus, em uma área denominada de “Aliança com Deus”, configurando uma exceção

diante de um grande contingente que não tem equipamentos e nem apoio governamental para desenvolver suas atividades.

Esse grupo Apurinã faz a coleta da matéria-prima numa área florestal próxima ao lugar de moradia. No local, verificamos o armazenamento de sementes, os maquinários destinados à produção (lixas, furadeiras e cortadeiras) e a divisão do trabalho entre homens e mulheres da etnia, em um pequeno espaço coberto de plástico e sustentado por madeira, improvisado no fundo do quintal da residência.

Apesar de todo empenho indígena nessa atividade, estes reclamam da falta de matéria-prima e de apoio do governo, da presença de atravessadores, concorrentes que compram mais barato e em quantidade diretamente dos indígenas para venderem mais caro em lojas dos *shoppings centers* e da ausência de uma área verde na cidade destinada à coleta de insumos para a produção do artesanato. As existentes estão sob a guarda do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Exército e universidades e são inacessíveis aos indígenas que vivem nas proximidades e que poderiam usufruir de sementes, carços, árvores e raízes. Para buscar no “interior” há gastos com a passagem de barco e falta dinheiro para comprar a matéria-prima.

Essa atividade é a fonte de renda principal da família ou complementar ao salário do marido. Também permite às mulheres trabalharem em casa e cuidar dos filhos mais novos, levá-los à escola ou ao médico, já que se trata de um trabalho desenvolvido majoritariamente por elas. Inclusive, foi criada uma associação multiétnica com este fim. Trata-se da Associação de Mulheres Artesãs Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) – Numiá Kura que, na língua Tukano, quer dizer “grupo de mulheres” –, composta por 64 mulheres de 10 etnias, 35 delas trabalhando diretamente com o artesanato. Outro exemplo é a Organização das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé de Manaus (OMISM), no bairro da Redenção.

Essa produção, segundo a perspectiva indígena, vai muito além de um produto para vender no mercado, uma vez que esta é a expressão da cultura, da identidade e dos modos de vida indígena, como nos afirmou um indígena Bará:

Pra mim, eu sempre digo, o artesanato não é somente produto mercantil. Pra nós é vida. É cultura. Ela é linguística. Ela é uma identidade que nos afirma através desse artesanato bonito com grafismo, com simbologia, com pintura. Ela expressa uma riqueza da humanidade. Não é somente do povo indígena, mas ela é da humanidade (Indígena Bará, Manaus-AM, dez. 2014).

Por essa razão, quando um indígena produz o artesanato, ele está incorporando ao objeto construído seu modo de vida e sua visão de mundo.

Assim, esse objeto traz significados e significantes maiores do que o valor monetário pago em sua aquisição. Dito de outra forma, o comprador do colar, por exemplo, o adquire como um adorno e ganha um significante maior que o valor pago no momento da compra. Contudo, isso não é claro para quem o compra, salvo tenha conhecimento prévio sobre a relação que os indígenas estabelecem com a natureza – as sementes, a floresta, os animais e a natureza morta (resíduos de vegetais que fazem parte da matéria-prima de seu trabalho). Uma pele de onça, uma pena de arara azul ou um dente de animal podem representar um valor subjetivo inestimável, muitas vezes desconsiderado no momento da compra.

O formato de organização política indígena na cidade é diverso. Também identificamos a organização não governamental Instituto Mauati de Arte e Literatura Indígena, com atuação estadual e que reúne artistas indígenas (cantores, artistas plásticos, escritores, ilustradores, músicos e contadores de história) das etnias Sateré-Mawé, Maraguá, Tikuna, Tukano, Macuxi, Baniwa, Munduruku, Tuyuka, Barasana, Desano e Mura. Entrevistamos um dos escritores da etnia Maraguá que nos relatou sobre várias obras publicadas por uma editora local que valoriza a literatura indígena e colabora na difusão de sua visão de mundo por meio das lendas e mitos que ganham forma de “contação” de história.

Já a Associação de Expressão Natural do Grupo Bayaroá (AENGBA), que na língua nativa quer dizer “mestre de dança” ou “mestre cerimonial”, foi criada no ano de 1998 e é onde funciona uma escola indígena desde 2012. Essa escola tem a finalidade de trabalhar o fortalecimento da cultura, por meio da dança, dos ritos, da pintura, do aprendizado da língua e da escrita. As três linhas de trabalho do grupo Bayaroá estão relacionadas a cultura, educação e artesanato. O quadro de associados é formado por 22 famílias (86 pessoas) de nove etnias (Bará, Baré, Desano, Itano, Karapãna, Piratapua, Tariano, Tukano e Tuyuka) que falam a língua Tukano. Trata-se de uma associação multiétnica. Falar desse grupo de danças tradicionais remete às famílias vindas do Alto Rio Negro, da região da Cabeça do Cachorro, no município de São Gabriel da Cachoeira, no oeste do estado do Amazonas.

Esse conjunto de procedimentos, práticas e condutas de afirmação identitária, que são motivo de orgulho indígena, funcionam como “indicadores ou símbolos de pertencimento étnico”, conforme se refere Mitchell (2010, p. 397). Dessa forma, supõe-se que quanto maior for o uso do repertório indígena na cidade, maior será o seu reconhecimento pelos pares e por aqueles que ainda vivem na aldeia, mas que regularmente visitam os parentes que moram no contexto urbano.

A Coordenação dos Povos Indígena de Manaus e Entorno (COPIME) foi criada em 2011 e funciona com “a mãe das associações”, conforme afirmou seu coordenador da etnia Sateré-Mawé. Em torno dela estão associadas 47 organizações indígenas da cidade de Manaus e 12 do entorno (cidades integrantes da região metropolitana), representando aproximadamente 3 mil indígenas. Ela tem um papel de grande relevância organizativa em torno da luta por políticas específicas e diferenciadas, além de servir de espaço de encontro e diálogo entre as diferentes etnias e suas organizações representativas não só da cidade de Manaus, mas da região metropolitana, o que ainda inclui os municípios de Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Iranduba, Manacapuru, Novo Airão e Careiro da Várzea que, estatutariamente, vêm sendo chamado por ela de “entorno”.

As associações étnicas, multiétnicas e de gênero têm uma ação mais pontual, específica e localizada. A COPIME, por sua vez, aparece como a organização do encontro desses pedidos, canalizando anseios, aspirações, bem como demandas em torno de um projeto coletivo identitário mais amplo. Ou seja, as políticas diferenciadas para os indígenas na cidade de Manaus e seu entorno. Também observamos simultaneamente as articulações políticas realizadas por ela. São propostas de ordem estadual, mesorregional e nacional em torno da luta contra o Projeto de Emenda Constitucional: a PEC 215. Esta representa uma grande ameaça para a demarcação das terras indígenas, uma vez que transfere das “mãos” do governo federal para o Legislativo essa prerrogativa. Há também o projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional que autoriza a mineração em terras indígenas. Em destaque ainda a proximidade de entidades mais gerais como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (FOIRN), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e a participação em manifestações nacionais em torno da pauta indígena unitária. Isto remete à luta simultânea em diferentes escalas de ação e à articulação de cooperação com universidades, entidades religiosas e organizações não governamentais.

Organizar os indígenas, reunir as lideranças, identificar os problemas, planejar as atividades, formar comissões, negociar com os governantes, realizar audiências públicas e seminários, ocupar a FUNAI e apresentar as reivindicações estão entre os repertórios acionados à ação política, bem como aos pedidos de preparação política dos agentes públicos para lidar com as demandas identitárias, uma vez que o “índigena não se encaixa na política do branco”, conforme relatou um indígena da etnia Sateré-Mawé. Isso equivale dizer que estes devem saber quem são os indígenas, quais são as suas práticas culturais e como vivem na

aldeia para identificar a melhor forma de diálogo e a política mais adequada a eles direcionada. Isto não está relacionado somente ao passado, mas exige entender e respeitar as modificações socioculturais por que passam os indígenas na cidade. Diz Pacheco de Oliveira que os indígenas:

Estão adaptando sua cultura a novas condições de vida, estão fazendo exercícios criativos [...] produzindo relações novas [...]. O índio é um produtor de cultura. O índio vive a partir daquela cultura que ele elabora e constrói de acordo com estratégias que ele tem como as mais adequadas a si e seus parentes, aqueles que estão associados a ele [...] (Pacheco de Oliveira, Rio de Janeiro-RJ, jun. 2016).

O que nos leva a perceber que se trata do presente, constantemente atualizado, e não apenas do passado indígena. Os processos identitários, longe de representarem isolamento, guardam relação com atos políticos de afirmação de “uma identidade étnica diferenciadora” e com a circulação dinâmica dos significados. As afinidades culturais e linguísticas e os vínculos afetivos e históricos estão em relação ou em confrontação com membros ou grupos diferentes, como as organizações religiosas e as agências estatais ou dizem respeito à situação dos grupos étnicos dentro do Estado-nação, o que implica, por sua vez, em um processo de reorganização sociocultural em proporções mais amplas (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998, p. 55).

CONCLUSÃO

A cidade tratada em nossa análise diz respeito ao espaço de “coexistência” de múltiplas formas de viver em sociedade. Fernandes (1979) propõe em sua formulação que o campesinato – o grande contingente da mão de obra usada na industrialização do país – mudava para a cidade levando consigo o seu modo de vida rural. No caso dos indígenas da cidade de Manaus, analiticamente seguimos a mesma perspectiva admitindo que há um processo de integração sem assimilação (OLIVEIRA, 1968). Ou seja, eles vão para a cidade, mas não “abrem mão” de continuarem sendo indígenas. Observamos empiricamente que o repertório apreendido na aldeia é sempre acionado em situações que tornam possível tal condição. Isso nos remete à “população translocal”, conforme define Sahlins (1997, p. 113). Isto é, aquela capaz de habitar vários mundos como parte integrante de uma totalidade sociocultural. O que nos leva, por sua vez, a supor que os híbridos culturais (CANCLINI, 2011) são tolerados: vestir-se como branco, falar sua língua e até adotar o seu padrão construtivo. Contudo, as recusas identitárias não serão admitidas.

Dessa forma, nos afastamos das proposições, como as de Redfield (1947), que opõem aldeia e cidade, urbano e rural, ou de afirmações cristalizadas no senso comum que defendem que o indígena na cidade perde a identidade, porque ocorreria a desagregação cultural ou a aculturação, conforme assinala Nunes (2010). O que vimos pelo estudo de caso é justamente o contrário. Aqui não nos referimos ao índio “genérico”, porque os indígenas são de múltiplas etnias, falam muitas línguas, mantêm diversas práticas rituais, alimentares e arquitetônicas, se organizam politicamente e lutam por políticas diferenciadas nas áreas de saúde, educação, moradia e reivindicam acesso à universidade e ao mercado de trabalho. Também mantêm laços fortes com o lugar de origem em visitas sistemáticas entre parentes, em deslocamentos que têm como fim estar ora na cidade, ora na aldeia.

Mas não podemos deixar de considerar o elo frágil dessa relação – os jovens indígenas nascidos na cidade – que, muitas vezes, negam serem indígenas por conta do preconceito dos não indígenas em relação ao pertencimento étnico, quando assumido publicamente. Por várias vezes, durante as entrevistas essa foi uma preocupação de pais e mães acerca dessa situação, apontando como solução a intensificação da convivência com os parentes, a prática da língua e dos costumes, além da participação nos eventos da associação indígena.

Assim, não nos referimos a eles como “índios citadinos”, “desaldeados”, “distribalizados”, “não índios” ou qualquer outro termo classificatório ou depreciativo que lhes tire a possibilidade e o direito de afirmar e reivindicar o seu pertencimento étnico, por entender que se trata do caráter próprio das novas energias sociais emergentes, que reinventam e atualizam as formas de viver e de se (re)produzir, conforme trata Ribeiro (2012). E, dessa forma, questionam o viver na cidade, o perfil das políticas públicas e os estudos acadêmicos que explicam a vida urbana e a forma de “representar” a cidade. Do mesmo modo, questionam a forma como são vistos pela sociedade nacional. Ou seja, o lugar do indígena como sendo a aldeia, a floresta e o rural, andando nu, caçando, pescando, plantando e colhendo frutos, embora isso exista, como uma das dimensões na qual a vida social se realiza. Isto remete tanto ao imaginário social como aos parâmetros de classificação e à sua naturalização. Assim, o indígena na cidade é tido, pelo pensamento dominante, como algo fora do lugar, um intruso ou forasteiro.

Tomando como referência Bourdieu (2007), afirmamos que é no campo da luta política que se dá a luta pelo reconhecimento identitário e a apresentação de demandas e proposições. O fazer-se conhecer frente à opinião pública, agências governamentais e instituições sociais tem por objetivo tornar legítimas as suas reivindicações – isso do ponto de vista prático e político vem no sentido de sair

da “invisibilidade” e subverter o poder dominante que os exclui. A denominação das ruas e os assentamentos onde moram com nomes indígenas, a formação dos grupos musicais, a publicação de livros, a produção e venda do artesanato, a sua aparição pública por meio de suas organizações são situações ilustrativas dessa busca por visibilidade. Assim, procuram se posicionar como agentes legítimos e aptos a conquistarem direitos sociais e políticas públicas de caráter étnico.

Considerando o contexto mais amplo da questão indígena, destacamos que o avanço das atividades econômicas de grande impacto sobre as áreas indígenas, como mineração, hidrelétricas, soja, exploração ilegal de madeira, construção de estradas e grilagem de terra acabam por empurrá-los para as periferias das cidades. Assim, podemos pensá-los como um “novo” fenômeno da urbanização brasileira e não apenas como um movimento residual, pendular e temporário.

A cidade praticada (CERTEAU, 1994) mostra a sua natureza múltipla, diversa e desigual indo além das formulações generalistas e homogeneizadoras que precisam ser consideradas pelas agências e políticas governamentais e pelo campo dos estudos urbanos para que se possa inscrever no âmbito das questões urbanas a presença indígena em cidades brasileiras de forma a iluminar a reflexão, tomando por base o pertencimento étnico.

REFERÊNCIAS

- ACW. **Associação Comunidade Wotchimaücü**: projeto de revitalização da língua e cultura Tikuna em Manaus. Manaus: ACW, 2007.
- ALMEIDA, A. **Carajás**: a guerra dos mapas. Belém: Falangola, 1994.
- BAINES, S. G. As chamadas aldeias urbanas ou índios na cidade. **Revista Brasil Indígena**, Brasília, DF, v. 1, n. 7, p. 15-17, nov./dez. 2001. Disponível em: http://www.funai.gov.br/ultimas/artigos/revista_7.htm#001. Acesso em: 12 out. 2020.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. (org.). **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 2011. p. 185-227.
- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CANCLINI, N. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2011.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1979.

FUNAI. Registro Administrativo de Nascimento de Indígena – RANI. **FUNAI**, Brasília, DF, s. d. <http://www.funai.gov.br/index.php/docb/registro-administrativo-de-nascimento-de-indigena-rani>. Acesso em: 02 mar. 2015.

IBGE. Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2010a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2015.

IBGE. Censo Demográfico 2010. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 04 abr. 2015.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 1989.

MITCHELL, J. C. A dança kalela: aspectos das relações sociais entre africanos urbanizados na Rodésia do Norte. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: UNESP, 2010. p. 365-436.

NUNES, E. S. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2010.

OLIVEIRA, R. C. **Urbanização e tribalismo**: a integração dos índios Terêna numa sociedade de classes. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

OLIVEIRA, R. C. **O índio no mundo dos brancos**. São Paulo: Pioneira, 1972.

OLIVEIRA, R. C. **Sociologia do Brasil indígena**. Brasília: UNB, 1978.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e outros ensaios. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PEREIRA, J. C. M. Início. **Indígenas nas cidades amazônicas**, [S. l.], s. d. Disponível em: <https://www.indigenasemcidades.com/>. Acesso em: 12 out. 2020.

REDFIELD, R. The folk society. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 52, n. 4, p. 293-308, Jan. 1947. Disponível em: <http://www.jstor.org>. Acesso em: 06 set. 2009.

RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do presente**: ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte II). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.103-150, 1997.

SANTOS, B. S. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

ENTREVISTAS

01- Sateré-Mawé, 32 anos. Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (COPIME). Entrevista concedida a José Carlos Matos Pereira, Manaus (AM), 13 dez. 2014.

02- Kokama, 41 anos. Professor. Entrevista concedida a José Carlos Matos Pereira, Manaus (AM), 18 dez. 2014.

03- Apurinã, 48 anos. Artesão. Entrevista concedida a José Carlos Matos Pereira, Manaus (AM), 15 dez. 2014.

04- Tukano, 28 anos. Aldeia Beija-Flor. Entrevista concedida a José Carlos Matos Pereira, Rio Preto da Eva (AM), 13 dez. 2014.

05- Tikuna, 47 anos. Cacique. Associação Comunidade Wotchimaücü Tikuna de Manaus. Entrevista concedida a José Carlos Matos Pereira, Manaus (AM), 8 dez. 2014.

06- Bará, 38 anos. Professor. Associação de Expressão Natural do Grupo Bayaroá (AENGBA). Entrevista concedida a José Carlos Matos Pereira, Manaus (AM), 12 dez. 2014.

07- Kaixana, 33 anos. Cacique. Assentamento Povo Indígena do Sol Nascente. Entrevista concedida a José Carlos Matos Pereira, Manaus (AM), 11mar. 2015.

08- Desana, 65 anos. Artesã. Associação de Mulheres Artesãs Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN). Entrevista concedida a José Carlos Matos Pereira, Manaus (AM), 12 mar. 2015.

09- Maraguá, 37 anos. Escritor. Entrevista concedida a José Carlos Matos Pereira, Manaus (AM), 11 mar. 2015.

10- PACHECO DE OLIVEIRA, J. Entrevista concedida a José Carlos Matos Pereira, Rio de Janeiro (RJ), 11 abr. 2016.

Texto submetido à Revista em 21.02.2020

Aceito para publicação em 01.10.2020



Ambiente e memórias acerca da caça em áreas protegidas da Floresta Atlântica

Environment and memories about hunting in protected areas of the Atlantic Rainforest

José Alcício Alves Barbosa - Doutor em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais, pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: barbosa.joseacioalves@gmail.com

Brygida Carolyne Freire Alves - Mestre em Ecologia e Conservação, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: alvesbrygida@gmail.com

José Otávio Aguiar - Doutor em História e Ciências Políticas, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: j.otavio.a@gmail.com

Resumo

Problemas ambientais diversos têm acompanhado várias sociedades, e seus efeitos têm influenciado uma série de estudos que visam compreender as consequências das ações humanas sobre o meio natural e as implicações das mudanças ambientais sobre a vida. A interação humanidade/fauna é uma das mais antigas formas de aproveitamento da biodiversidade e, muitas vezes, implica em problemas ambientais. Por outro lado, estratégias conservacionistas que impedem o acesso à natureza suscitam conflitos que limitam suas ações, gerando críticas a esse modelo. Em virtude da recorrência do cenário de conflitos entre órgãos de proteção ambiental e usuários dos recursos faunísticos, este trabalho analisa a perspectiva de diferentes atores envolvidos na problemática do uso ilegal de animais silvestres em Unidades de Conservação na Floresta Atlântica do estado da Paraíba, Nordeste do Brasil, objetivando resgatar traços da história e dinâmica cinegética local via relato oral, narrativas de vida e registro documental.

Abstract

Several environmental problems have accompanied several human societies, and their effects have influenced a series of studies aimed at understanding the consequences of human actions on the natural environment and the implications of environmental changes on life. Human/wildlife interaction is one of the oldest forms of biodiversity exploitation and often involves environmental problems. On the other hand, conservation strategies that impede access to nature raise conflicts that limit their actions, generating criticism of this model. Due to the recurrence of the conflict scenario between environmental protection agencies and users of wildlife resources, this paper analyzes the perspective of different actors involved in the problem of the illegal use of wild animals in protected areas in the Atlantic Forest of the state of Paraíba, Northeast of Brazil, aiming to rescue traces of local history and local hunting dynamics via oral reporting, life narratives and documentary record.

Palavra-chave

Práticas cinegéticas. Unidades de conservação. História ambiental. Hotspot de biodiversidade.

Keywords

Hunting. Protected areas. Environmental history. Biodiversity hotspot.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, problemas ambientais em diferentes níveis de complexidade têm acompanhado diferentes sociedades, induzindo disputas e exercendo presença em conflitos, migrações e, até mesmo, no declínio de alguns povos (PONTING, 1995). O efeito desses dilemas vem influenciando uma série de estudos que visam compreender as consequências das ações humanas sobre o meio natural e as implicações das mudanças ambientais sobre a vida humana, no entrecruzamento entre as naturezas e as culturas (NASH, 2001).

Considere-se que as problemáticas ambientais não são neutras, pois refletem visões de mundo pautadas em diferentes paradigmas, conceitos e dinâmicas sociais, conflitos de valores e interesses ambientais, políticos, econômicos e intelectuais de grupos humanos (MACHADO, 1996; TUAN, 1980), que geram representações fluidas e difusas da natureza, fazendo dela um espaço de intersecção cultural, em relações tensivas (HANNIGAN, 2000).

Dentre as representações mais amplas erigidas pelos humanos sobre o meio natural, consta a sua interação com a fauna, especialmente a partir do período Neolítico, com o advento da domesticação de alguns animais e o estabelecimento de relações de afetuosidade e controle, dominação e colaboração dos grupos humanos para com outras espécies (AGUIAR; BARBOSA, 2013).

Alguns trabalhos, no âmbito da história ambiental e da etnozootologia, buscam elucidar como aspectos das relações entre várias sociedades e os animais culminaram por influenciar as visões do mundo e da natureza que foram sendo moldadas por grupos humanos no decurso temporal (eg. BARBOSA; AGUIAR; ALVES, 2018; THOMAS, 1983), e como essas relações intensificam a necessidade de adoção de estratégias eficientes de conservação (BECHELANY, 2017).

Nesse cenário de interação entre o homem e outros animais, a adoção de estratégias preservacionistas que impeçam o acesso e uso direto dos recursos e não considerem o elemento humano e sua influência e relação com o meio biótico, cria hiatos conflituosos entre os objetivos de conservação e as demandas sociais locais (BARBOSA; AGUIAR, 2018), uma vez que os espaços e recursos naturais sempre são fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da humanidade (FERREIRA, 2001).

O fulcro dos estudos ambientais etnobiológicos caminha no sentido de não enxergar parques ecológicos e áreas de conservação como espaços preferencialmente intocáveis, mas prima por identificar como essenciais as relações humanas produzidas entre as sociedades tradicionais que os habitam e os ambientes naturais com os quais interagem (DIEGUES, 2000).

Pesquisas que abordam a percepção histórica acerca do patrimônio ambiental e as políticas públicas na implantação de Unidade de Conservação no Brasil, observam que o estabelecimento dessas zonas protetivas só pode ser efetivo se perpassar um longo processo de negociação entre diversos atores e interesses, em disputa material e simbólica sobre os recursos naturais (MENARIN, 2009).

Essa disputa entre os múltiplos usuários da natureza evidencia-se também quando o alvo pleiteado é a fauna. A exploração dos animais silvestres, historicamente, modelou e ainda exerce forte influência sobre a dinâmica de ocupação humana no território brasileiro (FIORI; SANTOS, 2015).

No clássico *Etnoconservação*, organizado por Antônio Carlos Diegues, um conjunto de autores debateram os novos rumos para a proteção da natureza nas florestas tropicais, considerando a importância dos saberes tradicionais para a gestão dos recursos naturais, para o desenho de novas políticas ambientais e para o manejo participativo de áreas protegidas (DIEGUES, 2000). Isso posto, fundamentava-se a grave falha do clássico padrão de delimitação de áreas prioritárias para conservação como zonas intocáveis (RISSO, 2014) e justificava-se a ferrenha crítica que esse modelo vem sofrendo nas últimas décadas (DIEGUES, 2004). No Brasil, esse contexto conduziu à implementação de estratégias conservacionistas menos fechadas, como a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (MMA, 2019a), para além das de Proteção Integral (MMA, 2019b).

Acredita-se, com base em Morin (1996), que os processos de deterioração da natureza são, muito frequentemente, seguidos de perto por relações de exploração humana. Mesmo em face dos avanços conservacionistas representados pelas diferentes modalidades de áreas protegidas no Brasil, o cenário de conflitos entre órgãos de proteção ambiental e usuários dos recursos naturais, com ênfase aqui para o uso da fauna, ainda é bastante recorrente e multivariado em suas relações. A proposta deste estudo então, foi detectar essas relações, analisando como elas se expressam no conteúdo dito (discurso) ou subjetivamente demonstrado por seus enredados.

Sendo assim, o presente trabalho analisa a perspectiva de diferentes atores envolvidos na problemática do uso da fauna silvestre, em diferentes categorias de Unidades de Conservação na Floresta Atlântica do Estado da Paraíba, Nordeste do Brasil, objetivando resgatar, via relato oral, narrativas de vida e registro documental, traços da história e dinâmica cinegética local.

1 MATERIAL E MÉTODOS

1.1 ÁREA DE ESTUDO

Este estudo foi desenvolvido em quatro Unidades de Conservação (UC) da Floresta Atlântica paraibana e seus arredores: a Floresta Nacional (FLONA) da Restinga de Cabedelo, conhecida como “Mata do Amém” e situada no município de Cabedelo – A1, o Jardim Botânico Benjamim Maranhão, conhecido como “Mata do Buraquinho” e localizado no município de João Pessoa – A2, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Engenho Gargaú, situada no município de Santa Rita – A3 e a Reserva Biológica (REBIO) Guaribas, localizada nos municípios de Mamanguape e de Rio Tinto – A4 (Figura 1).

Destacam-se na área dois tipos de fitofisionomias: a Savana Arbórea Aberta, caracterizada por um contínuo tapete gramíneo lenhoso, e a Floresta Estacional Semidecidual, caracterizada por uma formação florestal com espécies típicas da Mata Atlântica e elementos amazônicos (ISA, 2019).

Figura 1 - Localização e identificação das Unidades de Conservação consideradas na Pesquisa. Legenda: A1 – Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo; A2 – Jardim Botânico Benjamim Maranhão; A3 – Reserva Particular do Patrimônio Natural do Engenho Gargaú; A4 – Reserva Biológica Guaribas.



Fonte: Elaboração dos autores (2019).

As quatro Unidades de Conservação estudadas apresentam tamanhos de área que variam entre 115 ha e 4050 ha. Há também um gradiente de antropização de suas matrizes de entorno, variando desde zonas urbanas povoadas, passando por áreas de lavoura e zonas rurais. Essas áreas protegidas são de Uso Sustentável ou de Proteção Integral, e geridas pela esfera Federal ou Local.

1.2 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para coleta de dados, foram visitados, após a devida autorização, os acervos documentais de órgãos públicos de atuação em meio ambiente da área estudada, como o acervo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (na sede de cada UC sob sua jurisdição) e do Batalhão da Polícia Militar Ambiental (BPMAmb-PB), na busca de dados que confirmassem a atualidade das ocorrências envolvendo a fauna cinegética local e direcionassem a pesquisa. Agentes de fiscalização e funcionários de carreira desses órgãos também foram entrevistados, quando de acordo, sobre as práticas de caça e os conflitos ambientais que eventualmente ocorriam na região.

Foram feitas ainda visitas aos moradores que vivem no interior ou próximo às UC estudadas, para análise das formas atuais de uso da fauna cinegética local. Ao longo das visitas, tentou-se estabelecer o *Rapport*¹ necessário à dinâmica da pesquisa, para aproveitamento máximo dos dados verbais e não verbais repassados pelos informantes (GRAHE; BERNIER, 1999).

De início, e após prévio consentimento livre e esclarecido (Protocolo 23096.013946/17-00, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Campina Grande), 109 habitantes locais, que fazem uso ou têm conhecimento sobre a utilização de animais silvestres para diferentes finalidades, foram entrevistados, com respaldo em técnicas da História Oral (MEIHY; RIBEIRO, 2011), com o objetivo de obter impressões, informações e versões sobre as atividades cinegéticas locais. A amostra utilizada para as análises foi do tipo *não probabilística intencional*² (ALBERTI, 2005).

Os dados, nesta etapa da pesquisa, foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas (ALBUQUERQUE; LUCENA, 2004), realizadas a partir da elaboração prévia de roteiros que possibilitaram análises e comparações entre si e

¹ O *Rapport* é um conceito da psicologia que designa uma técnica usada para estabelecer ligação de empatia com outra pessoa.

² A abordagem *não probabilística intencional* vê as entrevistas como dados qualitativos, não meramente estatísticos, como um tipo especial de amostra possível de ser retirada de um universo mediante processo deliberado de seleção, ou seja, com o corpo amostral sendo escolhido intencionalmente, de forma a atender os objetivos e metas de trabalho.

com documentos escritos, para melhor interpretação e entendimento do contexto estudado. O tema que norteou as entrevistas foi a caça e o aproveitamento dos animais e derivados nas regiões estudadas, e as questões ambientais, sociais e econômicas relacionadas à vida e à história das populações locais.

A aplicação dos formulários semiestruturados foi integrada a entrevistas livres, feitas de modo individual (ALBUQUERQUE; LUCENA, 2004) com os *especialistas locais*³ (HAYS, 1976), possibilitando ao entrevistado discorrer livremente sobre o assunto tratado (MOURÃO; NORDI, 2006), bem como aumentando a confiança entre entrevistado e entrevistador. Já a confirmação das informações coletadas nas entrevistas, foi feita de maneira sincrônica – perguntas feitas a indivíduos diferentes em tempos muito próximos (COSTA-NETO; MARQUES, 2001). Contudo, para doze especialistas locais, utilizou-se também o modo diacrônico – repetição de uma pergunta ao mesmo indivíduo, após considerável intervalo de tempo (COSTA-NETO; MARQUES, 2001).

O processamento dos dados obtidos na pesquisa, por meio de metodologia de coleta em História Oral, consistiu basicamente das transcrições de entrevistas dos especialistas locais e acurada conferência da fidelidade dos conteúdos de discurso (CPDOC, 2018). Aquilo que não foi dito (como expressão de emoções, gesticulação etc.) também foi atentamente analisado e registrado, uma vez que esses gestos podem ser representações sentimentais que constituem importantes fontes de análise (VEGINI, 2016; CPDOC, 2018).

A codificação e análise dos dados obtidos, por meio de entrevistas em História Oral, utilizou o modelo proposto por Strauss e Corbin (1991), que propõe que o processo de codificação de histórias orais seja estruturado a partir de uma ampla identificação e articulação dos dados, denominada Codificação Aberta.

2 A MATA ATLÂNTICA PARAIBANA E OS CENÁRIOS DA CAÇA EM ALGUMAS DE SUAS UC

Na Paraíba existem vários pequenos fragmentos de Floresta Atlântica que formam manchas cercadas por uma matriz variável: aglomerados urbanos, zonas rurais, amplos campos de monocultura (STEVENS, 2014). Parte desses fragmentos constitui Unidades de Conservação (UC) de Proteção Integral ou de Uso Sustentável.

³ *Especialistas locais* são pessoas que se auto reconhecem e/ou que são reconhecidas na região como culturalmente competentes.

Há no Estado cerca de 20 reservas de Floresta Atlântica, perfazendo em torno de 42 mil hectares de área protegida. Todavia, a maior parte dessas UC apresenta sérias lacunas quanto à fiscalização ambiental, o que favorece a ocorrência de graves impactos sobre a flora e fauna local (LÚCIO; DANTAS, 2004).

Apesar desses diversos fragmentos florestais, muitos deles protegidos, o Ibama-PB alega que a Floresta Atlântica paraibana se apresenta em processo de destruição, restando cerca de 9% de área original preservada, o que é um cenário de grave ameaça à riqueza biológica, à variabilidade genética da vida silvestre e à qualidade de vida das populações humanas locais (BRITO, 2020). Dentre as Unidades de Conservação da Floresta Atlântica na Paraíba, quatro serviram de campo para este estudo. A diferenciação categórica e gestora dessas áreas protegidas, claramente influenciou a prática da caça e a interação dos moradores do entorno com cada UC.

3 OS PONTOS DE VISTA DOS CAÇADORES ACERCA DA MATA E DOS ANIMAIS EM FRAGMENTOS FLORESTAIS URBANOS E RURAIS

O ambiente urbano e o rural, a princípio, aparentemente tão díspares e antagônicos, igualmente se complementam ao perpassarem seus processos históricos de construção (WILLIAMS, 1989), influenciando as visões de mundo de seus habitantes. Não se pode negar, entretanto, que essa influência está atrelada ao tipo de ambiente que circunda as áreas protegidas aqui estudadas. Barbosa (2019) sugere que essa diferenciação interfere, significativamente, no perfil dos habitantes de entorno e interior de UC, bem como na forma como estes se relacionam com a biodiversidade faunística local, com ênfase em áreas de floresta tropical. Exemplos que ilustram essa influência, quanto à caça e seu dinamismo sociocultural, ficam explícitos no conteúdo de algumas entrevistas realizadas no presente trabalho.

Sob uma alcinha de “Do Pandeiro”, o Entrevistado I vive há 47 anos no bairro do Renascer, município de Cabedelo. A rua de sua residência faz limite com a Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo (A1), criada em 2004 como a primeira Floresta Nacional localizada em zona urbana no Brasil (ICMBIO, 2019a), sendo uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável gerida pelo ICMBio, com Plano de Manejo aprovado em 2016 (ICMBIO, 2016).

Natural do município de Itaporanga-PB, o Entrevistado I nasceu em 1946 e aprendeu com seu pai o ofício da caça e a arte da música. Em meados dos anos 1980, mudou-se para Cabedelo a fim de melhorar de vida, mas nunca

abandonou seu pandeiro e grupo musical. Durante alguns anos prosseguiu também na prática da caça.

No sertão é diferente! Os bichos são diferentes, não tem tanta mata fechada. Aqui eu ainda apanhei muito para conseguir caçar alguma coisa. [...] Nessa mata mesmo [referência a FLONA de Cabedelo] **não tem mais quase nada**. Quando a gente queria uma boa caçada, **pegava as coisas** [armas de fogo, cachorros de caça e paramentos de caça] **e saía para os sítios, onde tem mata boa** [...] voltava com os bisaco [alforje] cheio, que até **distribuía, vendia** [...] sobrava e tudo, [...] **mas eu ainda prefiro a minha terra** (informação verbal, grifo nosso)⁴.

Nota-se, na fala, a ausência do sentimento de pertencimento em relação ao local de sua residência e a nostalgia quando lembra de sua terra natal. As Ciências Humanas, notadamente, têm demonstrado crescente interesse em relação aos temas inerentes à memória, porém há muito se nota que têm sido negligentes quanto à relação dessas lembranças com eventos saudosos (BOTELHO; TEIXEIRA, 1986).

Apesar de não terem o mesmo significado, memória e saudade estão fortemente relacionadas (POLLAK, 1992). Como o saudosismo indica uma importância sentimental do componente mnêmico humano, a consideração desse aspecto é relevante para a compreensão de processos psicossociais amplos (NASCIMENTO; MENANDRO, 2005). No caso do Entrevistado I, seu sentimento corrobora o de muitos brasileiros habitantes de grandes centros urbanos, que idealizam um estado de graça com a conquista ou o retorno ao campo (SILVA, 2009).

Há também a opinião de que a Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo é depauperada em relação à biodiversidade faunística, não havendo, aparentemente, preocupação com as consequências dessa circunstância, visto a possibilidade de explorar outras áreas de mata na zona rural. Em sua clássica obra *Paisagem e memória*, Simon Schama expõe a impossibilidade de idealizar qualquer ecossistema que a cultura humana não tenha alterado significativamente, de forma benéfica ou degradante (SCHAMA, 1996), apesar da prevalência do imaginário mítico ocidental da “Mata Virgem” (CARVALHO, 2010) ou da “Natureza Intocada” (DIEGUES, 2004).

Na fala do Entrevistado I há nuances do caráter recreativo da caça, com motivações diferentes da demanda nutricional. Esse mesmo arquétipo é intuído, em entrevistas de outros caçadores, como a do Entrevistado II, caçador de 32 anos, divorciado, pai de duas filhas e residente no bairro do

⁴ Entrevista concedida por Entrevistado I, caçador, em 04 de julho de 2017.

Baixo Roger, perto do Jardim Botânico Benjamim Maranhão (A2): Meu irmão me diz que se usar muita pólvora estraga a caça. E eu quero saber? **Quero é ouvir o estouro, a graça é essa!** [...] Eu nem gosto da carne mesmo, **vou mais pela diversão.** [...] **Triste do bicho que passar na minha frente!** (informação verbal, grifo nosso)⁵.

O Jardim Botânico Benjamim Maranhão, em João Pessoa, é um parque estadual. Com mais de 500 hectares de Floresta Atlântica, é a maior floresta semi-equatorial nativa plana densamente cercada por área urbana do mundo (BARBOSA, 1996). Toda a extensão dessa Unidade de Conservação é considerada prioritária de extrema importância biológica, recebendo o título de Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA, 2019; SUDEMA, 2014).

Embora more perto dessa mata desde que nasceu, o Entrevistado II sugere que não a considera como paisagem que demande preocupações conservacionistas, mas sim fonte de recursos naturais, espaço recreativo e área de interação com os demais caçadores. Os animais, em sua concepção, figuram como meros subitens de uso. Esse caráter utilitário direcionado à fauna aparece, recorrentemente, em trabalhos que abordam a apropriação e uso dos animais em diversas áreas do Brasil (FERNANDES-FERREIRA, 2014), incluindo áreas urbanas da região Nordeste (AGUIAR; BARBOSA, 2013).

Uma visão diferente é percebida na fala de outros entrevistados. O Entrevistado III, por exemplo, tem 64 anos, é viúvo e natural da zona rural do município de Santa Rita. Caçador desde a infância, ele demonstra um sentimento de pertencimento em relação à floresta, com destaque para os fragmentos próximos de sua residência, na Comunidade Lerolândia, incluindo a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Engenho Gargaú (A3).

Essa RPPN está sob propriedade de uma usina agroindustrial local de Santa Rita-PB e possui mais de 1000 hectares de Floresta Atlântica preservada, compondo um dos maiores fragmentos do Nordeste brasileiro (ICMBIO, 2019b). A área da reserva está inserida em uma matriz majoritariamente agrícola, com plantações de cana-de-açúcar (*Saccharum* spp.) e comunidades rurais em toda a sua circunvizinhança, o que a torna uma UC com elevada pressão antrópica, mesmo com fiscalização recorrente (TORRES JÚNIOR, 2015).

O Entrevistado III afirma que caçava por necessidade alimentar e declara ter elevado conhecimento empírico sobre a dinâmica ambiental local, facilmente se localizando nas matas e dominando diferentes técnicas de caça adequadas à biologia dos animais procurados. Ainda que afirme o caráter de coletividade de

⁵ Entrevista concedida por Entrevistado II, caçador, em 22 de agosto de 2017.

suas práticas locais de caça, ele demonstra conhecimento da proibição legal dessa atividade, evidenciando ainda um grande respeito pela floresta.

Conheço essas matas aqui [referência aos fragmentos próximos à RPPN Gargaú, incluindo a própria UC] **desde pequeno**. Pode me soltar em qualquer uma que eu ainda me garanto. [...] **A gente sempre caçou por aqui**. Às vezes dormia no mato mesmo, caçava, comia, passava dias nas **esperas**, fazia **jirau com ceva** e não descia para nada [...], pegava capivara, veado, **bicho grande mesmo**. Mas **isso era antigamente**, hoje diminuiu muito. **Nem caçar a gente pode mais, né?** [Feição de descontentamento] [...] Às vezes **era a mistura que a gente tinha**. Quando faltava uma galinha, uma criação, **saía os amigos tudo para o mato para buscar** [...], **pedia com licença** e voltava para casa com o que precisava (informação verbal, grifo nosso)⁶.

Os conhecimentos tradicionais sobre a natureza, como os do Entrevistado III, vêm sendo estudados pela Etnoecologia (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009) e pela História Ambiental (BARBOSA; AGUIAR, 2018). Eles podem ser extremamente úteis como ferramentas conservacionistas e de manejo dos recursos naturais (HANAZAKI, 2003), com aplicações em diversas regiões do mundo (CAMOU-GUERRERO *et al.*, 2007), inclusive em áreas do Nordeste (NASCIMENTO *et al.*, 2013).

O atual impedimento legal às atividades de caça no país, conhecido incômodo do caçador entrevistado, decorre sobretudo da disposição de proteção à fauna impetrada pela Lei Federal nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967 (BRASIL, 1967), complementada com a designação de Crime Ambiental pela Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998).

Assim como na crítica desfavorável contida no depoimento do Entrevistado III, a lei vigente de proteção da fauna silvestre também é motivo de objeto de tentativa de desregulamentação e flexibilização no parlamento. O Projeto de Lei 6.268, proposto no ano de 2016 (BRASIL, 2016), objetiva instituir a Política Nacional da Fauna que, entre outros aspectos, revoga a Lei de Proteção à Fauna e altera a Lei de Crimes Ambientais, reduzindo penas e multas aos infratores.

Essa ampla flexibilização da legislação ambiental no Brasil, além de configurar um retrocesso, representaria graves riscos à conservação faunística. Diversos estudos demonstram que, apesar da atual proibição, a caça furtiva ainda é uma grave ameaça à fauna nacional (BARBOSA; AGUIAR; ALVES, 2018; FERNANDES-FERREIRA, 2014).

Merece destaque, na fala do Entrevistado III, o seu pedido de autorização antes de adentrar os fragmentos de floresta. Quando questionado sobre a quem

⁶ Entrevista concedida por Entrevistado III, caçador, em 12 de setembro de 2017.

se dirigia essa solicitação, ele disse que se dirigia à Mata, como uma entidade dotada de certas nuances de misticismo. Algo semelhante existe na fala do Entrevistado IV – um trabalhador rural de 44 anos. Casado e pai de três filhos, reside na Comunidade do Caiana, na área de amortecimento da Reserva Biológica (REBIO) Guaribas (A4), em Mamanguape-PB.

A REBIO Guaribas, criada em 1990, é uma UC Federal gerida pelo ICMBio, com mais de 4.000 hectares subdivididos em três áreas dos municípios de Mamanguape e Rio Tinto. Essa reserva é margeada por muitas comunidades, predominantemente rurais, e por áreas de lavoura diversificada (ISA, 2019). Apesar da fiscalização e dos trabalhos educativos desenvolvidos pela coordenação da REBIO, ainda são recorrentes os casos de exploração ilegal da biodiversidade local (IBAMA, 2003).

O Entrevistado IV é potiguara, filho de indígenas que habitavam a área.⁷ Em sua fala, faz referência aos seus antepassados, com um elevado grau de pertencimento e dependência em relação à floresta. Percebe-se também a denúncia de que a caça atualmente não é motivada por demandas nutricionais.

Olhe, no tempo dos meus avós, dos meus pais, isso tudo [a floresta] **era a casa deles**. [...] **De tudo se retirava da mata** pra comer: fruta, raiz, caça [...]. **Pedia aos Encantados** para pegar só o que precisasse mesmo. [...] Hoje, quase nem se caça mais. [...] Tem uns que ainda entram na mata pra caçar, mas **aqui ninguém precisa não** [...]. **Sempre tem ronda por aqui** e, de vez em quando, um é pego fazendo coisa errada aí dentro [da mata]. **Paga multa e tudo** (informação verbal, grifo nosso)⁸.

A ênfase do entrevistado, aqui, é direcionada aos Encantados, entidades místicas que ele considera responsáveis pelo equilíbrio entre o acesso aos recursos naturais da floresta e sua conservação, sendo, por isso, merecedoras de reverência e respeito. Essa citação específica aos Encantados pode ser oriunda da tradição oral transmitida por seus familiares potiguara (GERLIC; ZOETTL, 2011). Há descrição de alguns desses Encantados em um estudo de etnomapeamento dos potiguara, realizado na Paraíba (CARDOSO; GUIMARÃES, 2012).

O sobrenatural existe em diferentes culturas humanas (RUBEL, 1977), inclusive envolvendo a fauna (BARBOSA; AGUIAR, 2012). Essas crenças são facilmente alteradas e profundamente enraizadas na cultura (BARBOSA, 2013), o que torna esse aspecto de particular relevância para a conservação e o manejo da

⁷ Atualmente, os potiguaras da Paraíba habitam, majoritariamente, os municípios de Rio Tinto, Baía da Traição e Marcação (na Terra Indígena Potiguara, Terra Indígena Jacaré de São Domingos e Terra Indígena Potiguara de Monte-Mor). São o único povo indígena oficialmente reconhecido no Estado, com uma população em torno de 13.500 pessoas, sendo uma das maiores do Brasil e a maior do Nordeste etnográfico.

⁸ Entrevista concedida por Entrevistado IV, indígena, em 31 de outubro de 2017.

biodiversidade, visto que aspectos socioculturais estão diretamente relacionados às formas de apropriação e uso dos recursos naturais locais (BARBOSA, 2019).

Uma vez que tende a influenciar aspectos e comportamentos dos caçadores, a proximidade da zona urbana ou da zona rural também diferencia o olhar dos entrevistados em relação ao estabelecimento das Unidades de Conservação estudadas. O Entrevistado V, de 39 anos, é um agricultor divorciado, residente na Comunidade Pepina, adjacente à Reserva Biológica Guaribas (A4). Ele enfatiza o caráter conflituoso de sua relação com alguns animais e sua aversão à UC próxima de sua residência: “**Mata é bom, mas bem longe das casas!** [...] O que já saiu de cobra e de rato grande dessa reserva aí [REBIO Guaribas], já perdi as contas. [...] **Eu mato tudinho**” (informação verbal, grifo nosso)⁹.

Conflitos ambientais em Unidades de Conservação são comuns e, muitas vezes, refletem falhas na comunicação entre os atores envolvidos, da UC ou das comunidades próximas (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2017). Quando envolvem a fauna, muitas vezes culminam na caça ilegal, cenário recorrente na Paraíba (BARBOSA; NÓBREGA; ALVES, 2011; ALVES; GONÇALVES; VIEIRA, 2012; SOUZA; ALVES, 2014; BARBOSA; AGUIAR, 2015).

Um caráter de neutralidade também foi percebido, a exemplo do Entrevistado VI, trabalhador autônomo de 47 anos, casado e residente na Comunidade Lerolândia: É tanto serviço que eu nem penso mais em caçar. [...] **Só lembro que existe essa mata e que ainda caçam nela** quando estou aqui deitado e escuto tiro e latido de cachorro. [...] Mas **pra mim tanto faz!** (informação verbal, grifo nosso)¹⁰.

Essa neutralidade, em relação à reserva, pode ser indício de obstáculos ao alcance dos objetivos conservacionistas da UC, denotando a limitação na participação das populações humanas vizinhas (PIMENTEL; RIBEIRO, 2016). Contrastando com isso, o posicionamento ambíguo de alguns entrevistados evidencia a complexidade das relações entre populações humanas próximas a Unidades de Conservação. Um exemplo disso vem do Entrevistado VII, 61 anos.

Este, natural de João Pessoa, reside no bairro de Intermars, em Cabedelo-PB, há mais de 20 anos. Casado e pai de duas filhas, trabalha, em noites alternadas, como porteiro em um condomínio residencial de classe média/alta, adjacente à Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo (A1). Ele deixa clara sua divisão, considerando a importância da reserva, mas expondo pontos que considera negativos.

⁹ Entrevista concedida por Entrevistado V, agricultor, em 07 de novembro de 2017.

¹⁰ Entrevista concedida por Entrevistado VI, trabalhador autônomo, em 15 de maio de 2018.

Para mim **o lado ruim** dessa mata [FLONA de Cabedelo] é que entra muita gente aí para fazer coisa errada! [...] **Tem fiscalização de vez em quando**, mas para mim que passo as noites nessa guarita, **é perigoso**. [...] Mas **eu sei que é importante** pra o meio ambiente, pra os bichos (informação verbal, grifo nosso)¹¹.

Para os habitantes do entorno de Unidades de Conservação, essa dicotomia em relação à área de reserva é uma constante, uma vez que o ambiente, fonte de recursos, é também zona de conflitos (PRADEICZUK; RENK; DANIELI, 2015). O reconhecimento da legitimidade na implementação de uma Unidade de Conservação só é possível quando fomentado, em sua população de entorno, o sentimento de pertencimento em relação a essa área protegida (SILVA; ARAÚJO-DE-ALMEIDA, 2016), o que culmina em mudanças de comportamento e em um despertar consciente relativo aos objetivos conservacionistas estabelecidos para a UC (OLIVEIRA; CORONA, 2008). Um exemplo dessa legitimação, pode ser visto no depoimento do Entrevistado VIII, 68 anos, casado e residente no Bairro de Jaguaribe, em João Pessoa, às margens do Jardim Botânico Benjamim Maranhão (A2).

A melhor coisa do mundo é a Mata do Buraquinho! [Jardim Botânico Benjamim Maranhão] **Isso aqui é nosso**. [...] Acordar e sentir o cheiro da mata [...] quando chove, que sobe aquele cheiro bom de terra molhada. [...] A gente escuta tudo o que é de pássaro [...] **eles vêm cantar na porta de casa**. [...] Tem gente que ainda pega os bichinho (os pássaros), **mas eu parei já**. [...] **E se eu ver, eu denuncio! Não tem necessidade disso não** (informação verbal, grifo nosso)¹².

4 CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO À CAÇA EM FRAGMENTOS FLORESTAIS: PONTOS DE VISTA DOS CAÇADORES E GESTORES

As motivações concretas que mantêm vivas as práticas cinegéticas em fragmentos de mata na Floresta Atlântica da Paraíba são muito variadas, desde a caça para alimentação, o uso medicinal da fauna, a captura e criação de animais de estimação, o comércio de animais e seus subprodutos e, até mesmo, a caça de controle, motivada por conflitos entre humanos e outros animais (SOUZA; ALVES, 2014). Existe, contudo, um contexto subjetivo e abstrato, forte modelador da dinâmica comportamental de alguns caçadores: a sensação de poder inerente à caça.

¹¹ Entrevista concedida por Entrevistado VII, porteiro, em 13 de março de 2018.

¹² Entrevista concedida por Entrevistado VIII, aposentado, em 17 de abril de 2018.

O Entrevistado IX, 36 anos, foi médico militar, atuando hoje na iniciativa privada em João Pessoa. Desde a adolescência, é adepto das práticas de caça em fragmentos florestais, iniciando suas atividades cinegéticas em trechos de caatinga em Pernambuco, mas com experiências também na Floresta Atlântica paraibana. Ele afirma que sua admiração atual pela caça decorre da observação de seu pai e do poder de decisão que ele demonstrava ter sobre a vida dos animais.

Quando eu era mais novo, admirava muito o meu pai quando caçávamos juntos. [...] **O poder de decidir** quando atirava, se atirava, quem vivia, quem morria. [...] Acredito que **isso é uma das coisas que mais me encantam** até hoje quando caço. [...] **Ser como era o meu pai, e ter o mesmo poder** que antes eu via nele (informação verbal, grifo nosso)¹³.

O poder não está localizado em uma instituição nem figura, como algo que se cede, por contratos jurídicos ou políticos (FOUCAULT, 1979). Ele é amplo, subjetivo e mutável, ao longo da história particular de cada indivíduo que o exerce, em diferentes níveis e sobre múltiplos alvos (SILVA, 2007). Para o entrevistado, o poder parece apresentar-se como especismo (SINGER, 2004), por um lado elitista, por considerar interesses humanos sempre mais relevantes que os das outras espécies, graças à sua capacidade de ponderação; por outro, eletivo, por considerar apropriado defender outras espécies quando houver alguma interação que desperte alguma simpatia ou compaixão (FELIPE, 2007).

Das declarações do Entrevistado IX, infere-se que a perpetuação dessa sensação de poder, direcionada aos animais, se dá na medida em que o caçador adquire conhecimentos sobre o ambiente, a fauna e as técnicas adequadas de caça. Esses conhecimentos são transmitidos por meio da oralidade e da exemplificação, e tais formas de repasse teórico-prático podem ser responsáveis pela manutenção e incremento das atividades cinegéticas no interior do Brasil (FERNANDES-FERREIRA, 2014).

O Entrevistado X, 67 anos, divorciado e residente da Comunidade Lerolândia, em Santa Rita-PB, exemplifica a forma como se dá a transmissão local dos conhecimentos sobre práticas de caça.

Quando os meninos [seus filhos] eram menores, **eu sempre levava eles comigo** [para caçar] se fosse para voltar no mesmo dia. [...] **Já foram crescendo me vendo** cuidar dos cachorro, montar jirau, espera, ceva [...] **e aprendendo como é que se faz**. [...] Aos maiores eu ensinava **a ver os rastro** de bicho [...], dava aos menores **apito de arremedo** (imitação) pra eles aprenderem. [...] Hoje é tudo homem feito, mas **eles ainda se juntam pra caçar** (informação verbal, grifo nosso)¹⁴.

¹³ Entrevista concedida por Entrevistado IX, médico, em 27 de março de 2018.

¹⁴ Entrevista concedida por Entrevistado X, aposentado, em 29 de maio de 2018.

A recorrência dessa transmissão às gerações subsequentes levanta um significativo ponto de discussão, uma vez que esse conhecimento empírico, carregado de simbolismos, significados e ininterrupções históricas, é dotado de um vasto repertório de formas de interação com a biodiversidade e observação de seu dinamismo funcional (AGUIAR; BARBOSA, 2013), fazendo com que os caçadores evoluam do patamar de aprendizes para o de especialistas locais, com um vasto repertório de saberes.

Essa renovação contínua dos caçadores é um dos grandes desafios para a conservação, na opinião do Entrevistado XI, 40 anos. Este, oficial do Batalhão de Polícia Militar Ambiental do Estado da Paraíba desde 2006, é casado e pai de uma filha. Ele relata não haver idade padrão para a atuação dos caçadores: há crianças, adultos e idosos atuando nessa atividade ilegal, e cada vez mais habilidosamente.

Mesmo com todo o esforço, **quase toda semana tem registro** de ocorrência [de caça] e apreensão [de animais, armas e armadilhas]. [...] Parece que não adianta, [...] **é uma coisa cultural mesmo!** [...] Eu já vi senhor com **quase oitenta anos de idade** saindo da mata com uma cutia na mão e uma espingarda na outra. [...] Uma vez resgatamos vários pássaros que estavam com dois irmãos, **um de quinze e outro de doze anos**. [...] Eles estão começando **cada vez mais cedo**. [...] O que a gente (oficiais do BPMAmb-PB) desmonta de armadilha, já nem conto mais [...] e **não é coisa simples não!** (informação verbal, grifo nosso)¹⁵.

Essa complexidade na atuação dos caçadores é resultante de suas experiências práticas, historicamente acumuladas, bem como do compartilhamento teórico dos saberes relativos aos animais e sua interação com o ambiente, que se dá entre os grupos locais de caçadores socioculturalmente estabelecidos.

Para o Entrevistado XII, esses conhecimentos são extremamente importantes quando utilizados com objetivos conservacionistas. Ele tem 64 anos e trabalha há quase duas décadas como agente de fiscalização ambiental na Reserva Biológica Guaribas. Em sua fala, discorre sobre a importância do conhecimento empírico relativo à fauna e à flora, acumulado pelos habitantes do entorno da REBIO.

Todo ano tem escolha de brigadista¹⁶ aqui pra reserva. [...] Muitos brigadistas **já foram caçadores** [...] aqui mesmo, dentro da REBIO [...] e dá pra ver quanto **eles conhecem dos bichos e da mata**. [...] É

¹⁵ Entrevista concedida por Entrevistado XI, oficial da polícia militar ambiental da Paraíba, em 18 de janeiro de 2018.

¹⁶ Brigadistas (de incêndio) são grupos previamente treinados, organizados e capacitados na REBIO Guaribas para realizar atendimento em situações de emergência, para atuar na prevenção e combate de incêndios, prestação de primeiros socorros e evacuação ambiental.

uma **ajuda grande** pra a gente. [...] E eles mesmo **conversam com os moradores**. [...] Quando tem brigadista que mora numa área, **diminui muito a caça lá** (informação verbal, grifo nosso)¹⁷.

Um trabalho realizado no Nordeste do Brasil reconhece o profundo conhecimento ecológico local dos caçadores acerca dos *habitats* e da dinâmica de comportamento dos animais (AGUIAR; BARBOSA, 2013). Se explorado corretamente, pode auxiliar no desenvolvimento e na ampliação de estratégias de manejo e cuidado para com a fauna local, sendo uma ferramenta prática essencial ao cumprimento de objetivos conservacionistas (BARBOSA; AGUIAR, 2018).

CONCLUSÕES

Pode-se inferir que as interações, tanto utilitárias quanto afetivas, estabelecidas entre os entrevistados e a fauna local, constituem uma significativa forma de aproveitamento dos recursos naturais em fragmentos de Floresta Atlântica na Paraíba. O histórico dos caçadores, ex-caçadores e não caçadores entrevistados exhibe aspectos de continuidade e de rupturas. Ambos os traços, aparentemente se entrelaçam nas diversas histórias de vida das populações locais, o que põe em evidência a necessidade de abordagens interdisciplinares contínuas, em se tratando de problemáticas complexas, como o usufruto de recursos naturais por populações locais ante à questão atual e urgente da conservação ambiental.

As principais motivações de caça registradas no trabalho e evidenciadas na repetição das falas, foram as demandas nutricionais e as interações socioemocionais. Nesse sentido, sugere-se, quando em estudos envolvendo atividades cinegéticas, a análise simultânea das características socioeconômicas e culturais das populações humanas, uma vez que essa análise é fundamental para avaliar as implicações conservacionistas das práticas locais de caça.

O conhecimento empírico acerca do ambiente e dos animais entre os especialistas locais selecionados no presente trabalho mostrou-se amplo e rico. Esse tipo de conhecimento, se e quando bem gerido, pode constituir uma potencial ferramenta conservacionista, passível, inclusive, de utilização pelos órgãos e instituições conservacionistas competentes. Assim, podem ser elaboradas políticas públicas de manutenção social e ecológica adequadas ao contexto de cada local, de acordo com sua especificidade e população humana.

¹⁷ Entrevista concedida por Entrevistado XI, agente de fiscalização ambiental, em 05 de junho de 2018.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à UFCG e à CAPES pela bolsa de doutorado concedida ao primeiro autor e, especialmente, ao ICMBio, ao BPMamb-PB e a todos os entrevistados.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. O.; BARBOSA, J. A. A. Ouvindo os caçadores do semiárido: natureza, cultura, memórias e percepções acerca da caça no agreste paraibano. *In*: DIAS, R. D.; ARAÚJO, J. X. (org.). **Representações do Sertão: poder, cultura e identidades**. São Paulo: Humanitas, 2013. p. 403-429.

ALBERTI, V. Histórias dentro da História. *In*: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.

ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. Métodos e técnicas para coleta de dados. *In*: ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. (ed.) **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica**. Recife: NUPEEA/ Livro Rápido, 2004. p. 37-62.

ALVES, R. R. N.; GONÇALVES, M. B. R.; VIEIRA, W. L. S. Caça, uso e conservação de vertebrados no semiárido Brasileiro. **Tropical Conservation Science**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 394-416, 2012.

ARAÚJO, V. G.; OLIVEIRA, R. C. Conflicts between the land use and protected areas in coastal zones: the case of the APA Ilha Comprida (SP). **Fórum Ambiental**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 14-24, 2017.

BARBOSA, J. A. A. **A caça e o uso da fauna no Agreste: um estudo etnobiológico a partir da memória dos caçadores do município de Queimadas-PB (1940-2012)**. 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais) – Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013.

BARBOSA, J. A. A. **Práticas cinegéticas em Unidades de Conservação da Floresta Atlântica no Estado da Paraíba, Nordeste do Brasil**. 2019. 251 f. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) – Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019.

BARBOSA, J. A. A.; AGUIAR, J. O. Utilização místico-tradicional da fauna no semiárido paraibano. **Revista Polêmica**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 642-649, 2012.

BARBOSA, J. A. A.; AGUIAR, J. O. Conhecimentos e usos da fauna por caçadores no semiárido brasileiro: um estudo de caso no estado da Paraíba, Nordeste do Brasil. **Biotemas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 137-148, 2015.

BARBOSA, J. A. A.; AGUIAR, J. O. Etnoconservação e história ambiental para um novo modelo conservacionista do século XXI. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 21, n. 1, p. 243-255, 2018.

BARBOSA, J. A. A.; AGUIAR, J. O.; ALVES, R. R. N. Hunting practices and environmental influence: a brief overview with an ethnozoological approach. **Gaia Scientia**, João Pessoa, v. 12, n. 3, p. 36-58, 2018.

BARBOSA, J. A. A.; NOBREGA, V. A.; ALVES, R. R. N. Hunting practices in the semiarid region of Brazil. **Indian Journal of Traditional Knowledge**, [S. l.], v. 10, p. 486-490, 2011.

BARBOSA, M. R. V. **Estudo florístico e fitossociológico da Mata do Buraquinho, remanescente de mata atlântica em João Pessoa, PB**. 1996. 135 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

BECHELANY, F. C. **Suasêri: a caça e suas transformações com os Panará**. 2017. 316 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

BOTELHO, A.; TEIXEIRA, A. B. **Filosofia da Saudade**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.

BRASIL. **Lei nº 5.197 de 3 de janeiro de 1967**. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1967]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15197.htm. Acesso em: 04 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [1998]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em: 04 jan. 2019.

BRASIL. **Projeto de Lei 6268/2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Fauna e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2016]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2113552>. Acesso em: 07 dez. 2020.

BRITO, L. Desmatamento da Mata Atlântica na Paraíba aumenta em 157%, aponta relatório. **G1**, João Pessoa, 10 out. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/10/10/desmatamento-da-mata-atlantica-na-paraiba-aumenta-em-157percent-aponta-relatorio.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CAMOU-GUERRERO, A.; REYES-GARCÍA, V.; MARTÍNEZ-RAMOS, M.; CASAS, A. Knowledge and use value of plant species in a Rarámuri community: a gender perspective for conservation. **Human Ecology**, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 259-272, 2007.

CARDOSO, T. M.; GUIMARÃES, G. C. **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba**. Brasília: FUNAI:CGMT:CGETNO:CGGAM, 2012. (Série Experiências Indígenas, n. 2).

CARVALHO, E. B. No fundo da Mata Virgem: a complexidade de um elemento mítico no imaginário ocidental sobre a natureza. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 135-153, 2010.

COSTA-NETO, E. M.; MARQUES, J. G. W. Atividades de pesca desenvolvidas por pescadores da comunidade de Siribinha, município de Conde, Bahia: uma abordagem etnoecológica. **Sitientibus**, Feira de Santana, v. 1, n. 1, p. 71-78, 2001.

CPDOC. O que é história oral? **FGV CPDOC**, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>. Acesso em: 12 set. 2018.

DIEGUES, A. C. (org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

FELIPE, S. T. Dos direitos morais aos direitos constitucionais: para além do especismo elitista e eletivo. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 169-185, 2007.

FERNANDES-FERREIRA, H. **A caça no Brasil: panorama histórico e atual**. 2014. 466 f. Tese (Doutorado em Zoologia) – Programa de Pós-Graduação em Zoologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FERREIRA, L. C. Conflitos sociais em áreas protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONG's no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. **Idéias**, Campinas, v. 8, n. 2, p. 115-150, 2001.

FIORI, M. M.; SANTOS, C. F. M. **A carne, a gordura e os ovos: colonização, caça e pesca na Amazônia.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GERLIC, S.; ZOETTL, P. A. **Índios na visão dos índios: Potiguara.** Salvador: Thydêwá, 2011.

GRAHE, J. E.; BERNIERI, F. J. The importance of nonverbal cues in judging rapport. **Journal of Nonverbal Behavior**, [J. L], v. 23, n. 4, p. 253-269, 1999.

HANAZAKI, N. Comunidades, conservação e manejo: o papel do conhecimento ecológico local. **Biotemas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 13-47, 2003.

HANNIGAN, J. A. **Environmental sociology.** New York: Routledge, 2000.

HAYS, T. E. An empirical method for the identification of covert categories in ethnobiology. **American Ethnologist**, New York, v. 3, n. 3, p. 489-507, 1976.

IBAMA. **Plano de Manejo da Reserva Biológica Guaribas.** Brasília, DF: IBAMA, 2003.

ICMBio. **Plano de Manejo da Floresta Nacional Restinga de Cabedelo.** Brasília, DF: ICMBio, 2016.

ICMBio. Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo. **ICMBio**, Brasília, DF, 2019a. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/flonacabedelo/>. Acesso em: 02 jan. 2019.

ICMBio. RPPN Engenho Gargaú. **ICMBio**, Brasília, DF, 2019b. Disponível em: http://sistemas.icmbio.gov.br/sim_rppn/publico/detalhe_/642/. Acesso em: 04 jan. 2019.

ISA. REBIO Guaribas. **ISA**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/uc/587275>. Acesso em: 24 jan. 2019.

LÚCIO, M.; DANTAS, M. Paraíba tem 26 reservas florestais. **Portal do Correio da Paraíba**, João Pessoa, ago. 2004.

MACHADO, L. M. C. P. Paisagem valorizada – A Serra do Mar como espaço e lugar. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. (org.). **Percepção ambiental: a experiência brasileira.** São Paulo: Nobel, 1996. p. 97-119.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. **Guia prático de história oral.** São Paulo: Loyola, 2011.

MENARIN, C. A. **À sombra dos jequitibás: patrimônio ambiental e políticas públicas na criação e implantação do Parque Estadual de Vassununga – SP (1969-2005)**. 2009. 270 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

MMA. Unidades de Conservação de Uso Sustentável. **MMA**, Brasília, DF, 2019a. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao-de-protECAo-integral>. Acesso em: 18 jan. 2019.

MMA. Unidades de Conservação de Proteção Integral. **MMA**, Brasília, DF, 2019b. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao-de-uso-sustentavel>. Acesso em: 18 jan. 2019.

MORIN, E. (org.). **O problema epistemológico da complexidade**. Lisboa: Publicações Europa - América, 1996.

MOURÃO, J. S.; NORDI, N. Pescadores, peixes, espaço e tempo: uma abordagem etnoecológica. **Interciencia**, Santiago, v. 31, n. 5, p. 358-363, 2006.

NASCIMENTO, A. R. A.; MENANDRO, P. R. M. Memória social e saudade: especificidades e possibilidades de articulação na análise psicossocial de recordações. **Memorandum**, Belo Horizonte, v. 8, p. 5-19, 2005.

NASCIMENTO, V. T.; LUCENA, R. F. P.; MACIEL, M. I. S.; ALBUQUERQUE, U. P. Knowledge and use of wild food plants in areas of dry seasonal forests in Brazil. **Ecology of Food and Nutrition**, [S. l.], v. 52, n. 4, p. 317-343, 2013.

NASH, R. F. **Wilderness & the American mind**. London: Nota Bene, 2001.

OLIVEIRA, K. A.; CORONA, H. M. P. A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. **ANAP Brasil**, Bauru, v. 1, n. 1, p. 53-72, 2008.

PIMENTEL, M. A. S.; RIBEIRO, W. C. Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. **Geosp**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 224-237, 2016.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PONTING, C. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PRADEICZUK, A.; RENK, A.; DANIELI, M. A. Percepção ambiental no entorno da Unidade de Conservação Parque Estadual das Araucárias. **Revista Grifos**, Chapecó, n. 38/39, p. 13-32, 2015.

RBMA. Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. **RBMA**, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/anuariomataatlantica/index.php>. Acesso em: 09 jan. 2019.

RISSO, L. C. Unidades de conservação e comunidades: espaços de participação e conflitos territoriais. *In*: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, 6., 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: UNESP, 2014. p. 1-14.

RUBEL, A. J. The epidemiology of a folk illness: susto in Hispanic America. *In*: DAVID, L. (ed.). **Culture, disease and healing: studies in medical anthropology**. New York: Macmillan Publishing Co., 1997. p. 119-128.

SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, J. C. S. Foucault and the power relations: The quotidian of the disciplinary society as a historical category. **Revista Aulas**, Campinas, n. 3, p. 1-28, 2007.

SILVA, G. O imaginário rural do leitor urbano: o sonho mítico da casa no campo. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 1-8, 2009.

SILVA, L. O.; ARAÚJO-DE-ALMEIDA, E. Percepção ambiental e sentimento de pertencimento em Área de Proteção Ambiental Litorânea no Nordeste brasileiro. **Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**, Porto Alegre, v. 33, n.1, p. 192-212, 2016.

SINGER, P. **Libertação animal**. Porto Alegre: Lugano, 2004.

SOUZA, J. B.; ALVES, R. R. N. Hunting and wildlife use in an Atlantic Forest remnant of northeastern Brazil. **Tropical Conservation Science**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 145-160, 2014.

STEVENS, P. O. **Dinâmica da paisagem no geossistema do Estuário do Rio Paraíba – extremo oriental das Américas**: estimativas de perda de habitats e cenários de recuperação da biodiversidade. 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Grounded theory: Grundlagen qualitative sozialforschung. Datenanalyse und Theoriebildung in der empirischen soziologischen Forschung**. München: Fink, 1991.

SUDEMA. **Estudo para subsidiar a criação de Unidade de Conservação de Proteção Integral da Mata do Buraquinho**. João Pessoa: SUDEMA, 2014.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. A. Ethnoecology: a post-normal science studying the traditional knowledge and wisdom. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 20, p. 31-45, 2009.

TORRES JÚNIOR, E. U. **Conhecimento ecológico e percepção ambiental sobre primatas por uma comunidade rural no entorno da Reserva Particular do Patrimônio Natural Engenho Gargaú, Paraíba, Brasil**. 55 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Monitoramento Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Monitoramento Ambiental, Universidade Federal da Paraíba, Rio Tinto, 2015.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VEGINI, V. Wainiam, Puruborá e Kujubim/Kutruye: povo, cultura e tradição - um relato experiencial. **Revista Sustentabilidade Organizacional**, Porto Velho, v. 3, n. 1, p. 1-17, 2016.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Texto submetido à Revista em 24.01.2020

Aceito para publicação em 06.10.2020



Globalização e estratégias locais: as interações global-local no caso do município de Mocajuba, na Amazônia oriental

Globalization and local strategies: the global-local interactions in the case of the municipality of Mocajuba, in the Eastern Amazon

Pauline Cuenin - Mestranda de Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa (UFV).
E-mail: pauline.cuenin3@gmail.com

Marc Piraux - Doutor em Agro-economia, pela na Faculté des Sciences Agronomiques de Gembloux. Pesquisador e docente da Universidade Federal do Pará (UFPA).
E-mail: marc.piraux@cirad.fr

Resumo

Este artigo objetiva analisar e entender, em um contexto de globalização, as interações entre o local e o global que permitam uma melhor autonomia dos territórios locais. Neste objetivo, estudou-se um território da Amazônia Oriental, considerado rural e isolado, mas integrado nos processos de globalização: Mocajuba-Pa. Uma análise de fluxos dentro do município e entre este e o exterior, assim como dos diferentes projetos de desenvolvimento local foi conduzida. Esta análise mostrou os impactos no local das influências globalizadas, tais como a homogeneização dos modelos de consumo e a fragmentação do território. No entanto, destacou-se também iniciativas locais e as suas conexões com o global, enfatizando um local que interage com várias escalas. Essas experiências, baseadas na articulação das diferentes escalas e atores, destacam-se por apresentar potencialidades para uma maior autonomia do território.

Abstract

This article aims to analyze and understand, in a context of globalization, the interactions between local and global that allow a better autonomy of local territories. In this objective, we studied a territory of Eastern Amazonia, considered rural and isolated, but integrated in the processes of globalization: Mocajuba-Pa. An analysis of flows within the municipality and between this and abroad, as well as the different local development projects was conducted. This analysis showed the local impacts of globalized influences, such as the homogenization of consumption models and the fragmentation of the territory. However, local initiatives and their connections with the global have also been highlighted, emphasizing a locus that interacts with several scales. These experiences, based on the articulation of the different scales and actors, stand out for having potential for greater autonomy of the territory.

Palavra-chave

Globalização. Lugar. Território. Amazônia.

Keywords

Globalization. Place. Territory. Amazon.

INTRODUÇÃO

A globalização tem múltiplas formas, características e significações associadas às compreensões sobre os efeitos sociais e espaciais diferentes. A aceleração, extensão e intensificação dos fluxos, tanto na escala global quanto na escala dos territórios nacionais, demonstram uma nova forma de globalização (BRUNET; DOLLFUS, 1990; DOLLFUS, 1997; DURAND; LÉVY; RETAILLÉ, 1992; HELD, 1999). Diante deste fato, a globalização se torna um processo de intensificação das relações sociais mundiais que integram os territórios e atividades, unindo as localidades distantes e transcendendo os Estados (GIDDENS, 1990; RAINELLI, 2007). A partir desta definição, parece que a globalização oferece oportunidades para todas as regiões e setores do mundo, reduzindo as desigualdades sociais.

No entanto, é sem considerar a “perversidade” da globalização (SANTOS, M., 2000). A partir do consenso econômico neoliberal de Washington de 1989, o poder econômico se concentrou nas mãos das empresas multinacionais. Elas se tornaram atores centrais na economia global. Disto resulta uma forma de subordinação dos Estados que ameaça suas soberanias e reforça o caráter periférico de alguns espaços. Isto significa que a deficiência em capitais, homens, serviços e poder destes espaços em relação aos centros aumenta quando estes são cada vez mais atrativos (REYNAUD, 1981). Baseada na competitividade, a globalização gerou processos de concentração de riqueza, ou seja, processos de exclusão e de produção de desigualdades sociais. Ao nível cultural, os valores, artefatos e símbolos culturais tendem a se uniformizar pela integração progressiva das culturas e pela disseminação da cultura ocidental (SANTOS, B., 2002a).

Diante desse processo de globalização hegemônica, o local se vê integrado no global pela inclusão-exclusão: o local está incluído, mas subordinado à lógica do global, ou está marginalizado e excluído dessa lógica. O lugar, a noção entendida neste trabalho como sendo próxima à de território no sentido de um espaço apropriado (RAFFESTIN, 1986), perdeu sua importância frente a lógica de escala dominante que tornou todas as alternativas locais ocultas e não credíveis. Assim, além da forte dicotomia global/local, a assimetria entre as duas escalas aumenta pela difusão de um discurso hegemônico que favorece a posição dominante do global (SANTOS, B., 2002a, 2002b).

Como enfatiza a ecologia das transescalas de Boaventura de Sousa Santos (2002b), parece necessário revalorizar o lugar e as suas experiências e, mais do que isso, rearticular o lugar e o global para considerar a diversidade das alternativas e, a partir disso, repensar a globalização saindo da visão

dominante. De fato, como se pode acreditar por um pensamento determinista, a globalização não é espontânea, automática e irreversível, mas é evolutiva e multiforme. De fato, diferentes formas de globalização existem dentro das quais podem destacar formas de globalizações contra hegemônicas mais humanas, que se baseiam nas iniciativas locais e nas ligações transnacionais e translocais, ou seja, o cruzamento de lutas locais de resistência contra às trocas desiguais provocadas pela globalização hegemônica que é geralmente materializado em redes em escalas maiores (SANTOS, B., 2002a). O lugar, as suas experiências e os seus conhecimentos por si só não podem resolver todos os problemas e não podem se tornar outra forma de hegemonia. Para isso, repensar a noção do lugar é apontado como essencial (ESCOBAR, 2005).

O lugar tem especificidade, mas não pode ser visto como estático, com fronteiras demarcadas e identidades únicas, e preso em uma história longa e internalizada. Ao contrário, o lugar é um espaço vivido, de experiência sempre renovada que compreende o espaço físico, as interações internas e as interações com os outros lugares: ele é o intermediário entre o mundo e o indivíduo. As estritas conexões lugar-cultura ou lugar-povo foram rompidas para dar emergência ao cosmopolitismo. O lugar deve ser concebido, então, em um sentido extravertido enfatizando as suas relações com o mundo, como um *locus* particular de entrelaço de relações sociais e de encontro (ESCOBAR, 2005; MASSEY, 2000; MONTERO, 1997; SANTOS, M., 2000, 2008), o que remete a noção de lugar à de território segundo Raffestin (1986).

Assim definido, é possível pensar nos processos de localização ou de realocação na simultaneidade dos processos de globalização, e no processo de desglobalização do local acompanhado de uma eventual reglobalização contra hegemônica. De fato, os dois processos de globalização e localização não podem ser vistos separadamente, a globalização pressupondo a localização (SANTOS, B., 2002a, 2002b).

Neste artigo, então, tencionamos entender como ocorre esses processos em territórios aparentemente subordinados às lógicas da globalização hegemônica. Este artigo objetiva entender e analisar as interações entre o local e o global e identificar as iniciativas locais que permitam uma melhor autonomia dos territórios locais. Especificamente, objetiva identificar os fatores chaves que permitam reforçá-las.

Neste objetivo, um território da Amazônia oriental brasileira foi escolhido. A Amazônia é hoje uma região que fica no cerne da globalização, desde o incentivo do governo à sua integração na economia nacional (LOMBARD; MESCLIER; VELUT, 2006). De fato, na década de 1990, o Brasil se tornou para

a liberalização da economia através de reformas e políticas de ajuste estrutural com o desenvolvimento, essencialmente, das exportações agrícolas. Desde então, a Amazônia se transformou em um espaço propício às produções agrícolas para a exportação. Ela é muito influenciada pelo mercado internacional e pela economia mundial (CASTRO, 2012). A região atrai inúmeros atores, especialmente grandes empresas privadas, interessadas na produção de *commodities*, o que gera uma forte competição pelo espaço e conflitos com atores que defendem outros modelos de desenvolvimento (agroextrativismo, agroecologia entre outros).

Um município do Baixo Tocantins na Amazônia Oriental, Mocajuba-Pa, foi escolhido por apresentar características de uma área rural isolada (tendo acesso por balsa para Belém, com parte do seu território isolado) para entender, neste caso específico, os processos de globalização e o papel do lugar como espaço de iniciativas.

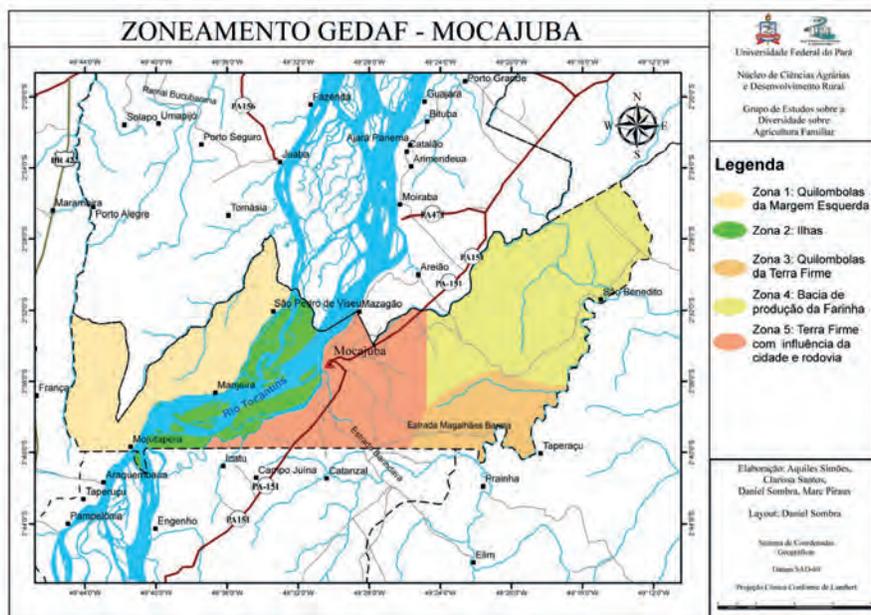
Este artigo se estrutura com uma primeira parte sobre a metodologia empregada para chegar ao objetivo do trabalho. Depois, uma segunda parte apresentará as características do território estudado enfatizando os principais traços das influências da globalização hegemônica sobre o território. Enfim, a terceira parte visará enfatizar as iniciativas locais e a sua articulação com o nível global mostrando assim outras formas de globalização possíveis.

1 ÁREA DE ESTUDO E METODOLOGIA

A área de estudo, Mocajuba, é situada a 200 km ao sul de Belém, na beira do rio Tocantins. A população do município é de 26.731 habitantes, incluindo 18.279 na área urbana e 8.452 na área rural (IBGE, 2010a). A sua superfície é 870.8 km². A maioria dos produtos agrícolas produzidos no município provém de uma agricultura familiar muito ativa no território. Desta forma, o território de Mocajuba pode ser dividido em quatro áreas (Figura 1):

- a área *Quilombola* da margem direita do rio na qual a produção principal é a farinha de mandioca; é a área a mais isolada do território mocajubense;
- as *Ilhas* do rio onde moram os ribeirinhos; as atividades principais sendo a pesca e o extrativismo (açai, borracha, murumuru, cacau etc.);
- a área da *Terra Firme* que inclui: uma área de bacia de produção da farinha de mandioca e da pimenta do reino (o cultivo de renda) e uma área quilombola com uma produção diversificada, mas também centrada na farinha de mandioca;
- o *Centro* urbanizado de Mocajuba.

Figura 1 - Zoneamento do município de Mocajuba



Fonte: Piraux e Cuenin (2019, p. 105).

Pelas suas características e pela sua história, Mocajuba foi considerada como um território à margem do desenvolvimento por várias razões. Em primeiro lugar, é um município bastante isolado pela necessidade de cruzar um rio com balsa para chegar a Belém desde o centro de Mocajuba. Em segundo lugar, há uma grande carência de certos serviços como saúde e educação nas zonas mais isoladas do município. Em terceiro lugar, a construção da barragem hidroelétrica em Tucuruí a montante do município nos anos 1970-1980 gerou consequências sociais e ambientais importantes, que causaram uma diminuição dos recursos pesqueiros e da produção de cultivos de várzea. Os ribeirinhos foram diretamente impactados. Em quarto lugar, a produção agrícola de renda do município, a pimenta do reino, foi tocada por uma grave crise sanitária nos anos 1990, o que diminuiu, significativamente, a produção e fortaleceu um processo de êxodo rural.

Com o aumento e a intensificação dos fluxos associados à globalização, uma análise de fluxos de diferentes tipos (produtos, pessoas, normas, capitais financeiros, informações) dentro do município e, entre este e o exterior, foi conduzida para entender as influências da globalização em vários setores e

analisar as relações do território local com as outras escalas (regional, nacional, continental e global). Cada fluxo foi caracterizado pelas informações recolhidas por meio da análise de dados secundários e primários.

O trabalho de campo foi essencialmente dirigido na coleta de dados qualitativos e quantitativos (quando era possível) para a realização da análise dos fluxos. Pois, esses fluxos refletem as relações específicas que se estabelecem entre o município e as diferentes escalas, do regional ao global. Dados secundários, como trabalhos de pesquisa, dados de empresas e dados de administrações foram recolhidos e analisados. Os dados primários foram recolhidos por meios de observações de campo, entrevistas estruturadas e semiestruturadas, e discussões informais com anotações em caderno de campo com vários atores do território para ter uma compreensão ampla das dinâmicas territoriais.

Os atores entrevistados foram: agricultores familiares, ribeirinhos, quilombolas, representantes de associações, secretários da prefeitura, técnicos da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e do consórcio de empresas BBB¹, moradores do centro urbano, comerciantes, representantes do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) etc. Informações sobre as dinâmicas passadas foram também recolhidas, desde os anos 1985, no objetivo de entender as trajetórias do território e analisar a sua relação com o global ao longo do tempo. Dados e informações sobre projetos atuais de desenvolvimento local, também a partir das entrevistas, foram recolhidos, a fim de analisar melhor as dinâmicas e iniciativas locais existentes.

A validade das informações foi verificada pelo método de triangulação das fontes de informações. Uma restituição foi feita aos atores, para validar os resultados e completá-los. A coleta de dados foi realizada em 2014, atualizada por uma segunda série de observações e entrevistas em 2016.

2 MOCAJUBA-PA E AS INFLUÊNCIAS GLOBALIZADAS HEGEMÔNICAS: A DOMINAÇÃO DO GLOBAL SOBRE O LOCAL

No contexto de globalização, o município de Mocajuba se tornou globalizado, pois vários traços da “globalização perversa” (SANTOS, M., 2000) foram destacados.

¹ Belém-Bioenergia-Brasil, consórcio de duas empresas Petrobras-Galp Energia cujo projeto era a produção de biodiesel a partir do óleo de dendê produzido no Pará.

2.1 O PODER DAS EMPRESAS MULTINACIONAIS, A COMPETITIVIDADE E A DOMINAÇÃO DO DINHEIRO

Esses três pontos são algumas características da globalização hegemônica e, em particular, da globalização econômica e política. A concentração do poder econômico nas mãos dessas empresas e a expansão do modelo neoliberal pelo consenso econômico entre os Estados colocaram pressão sobre os Estados para programar políticas nacionais voltadas à abertura para o mercado mundial e a economia de exportação (SANTOS, B., 2002a; SANTOS, M., 2000).

Isso se reflete no desenvolvimento de formas modernas de agricultura pelos principais produtores que trabalham diretamente com o mercado mundial: uma agricultura “científica” globalizada que obedece às técnicas globais e que atende às regras da produção econômica (SANTOS, M., 2000). A competitividade e a maximização dos lucros em curto prazo são os princípios desse tipo de agricultura. Exigente em bases científicas, técnicas e informações vindo dos centros de pesquisa e, muitas vezes, sob o controle das empresas multinacionais, instala-se certa racionalização e homogeneização das práticas com a criação de um meio técnico-científico-informacional (SANTOS, M., 2000).

Esse tipo de agricultura foi observado em Mocajuba nas grandes propriedades privadas de *Terra Firme*, de proprietários vindo de fora do município que implementaram sistemas agrícolas tecnificados, para o cultivo de pimenta do reino, ou outros cultivos que são vendidos ao nível internacional a grandes empresas (cacau, açaí etc.).

Também nessa mesma área, foi planejado, em 2011, a implementação de um projeto de produção de biodiesel a partir do óleo de dendê pelo consórcio de duas empresas Petrobras e Galp Energia, chamado Belém-Bioenergia-Brasil (BBB). Uma parte da produção era planejada a partir da plantação de dendê nas propriedades dos agricultores familiares da região. Um viveiro de mudas de dendê foi implementado em Mocajuba para abastecer a região. No entanto, segundo um dos responsáveis da comunicação da Petrobrás, dos 24.000ha que deviam estar plantados na pequena região, somente 230ha foram plantados, o que corresponde a 23 agricultores familiares contratados por uma duração de 25 anos. A execução das etapas iniciais do projeto da BBB com os agricultores mostrou uma agricultura fortemente “racionalizada”, com relação ao pacote técnico, apresentado pelo coordenador do viveiro e por um dos assistentes técnicos da Petrobrás. Os agricultores dependem destas normas técnicas sob risco de quebra do contrato por não respeitar essas regras.

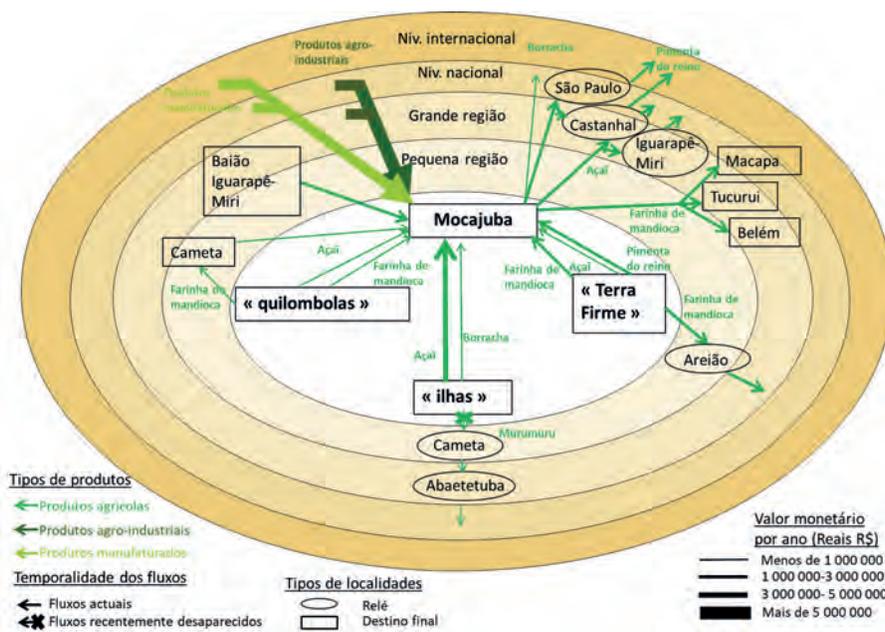
Percebeu-se também a forte influência que a BBB teve no município com uma ajuda do Estado federal, e como outras empresas multinacionais podem ter no contexto de globalização, com investimentos previstos importantes em infraestruturas, mão de obra qualificada dentre outros. Segundo as entrevistas, a chegada da BBB em Mocajuba estava vista como uma esperança e um signo de um novo dinamismo para o município e, sobretudo, para o *Centro* e a *Terra Firme*, trazendo empregos e modernidade (contratação de técnicos, de trabalhadores para o viveiro etc.). Vale ressaltar que com essa dinâmica, os agricultores engajados contrataram créditos (Pronaf Eco Dendê), para implementar as áreas de dendê (8.000 reais/ha). A saída completa da BBB, em 2016, deixou várias pessoas, em particular, os agricultores engajados com a empresa, para um futuro incerto. Essa observação corrobora com a análise de Milton Santos (2000, p. 34) que critica o discurso associado à globalização hegemônica sobre as grandes empresas “apresentadas como salvadoras dos lugares” e indispensáveis.

Além da dependência do território aos capitais financeiros e as normas técnicas vindo de fora e, em particular, das grandes empresas, o poder dessas empresas se traduz também pela grande dependência do município para os produtos agroalimentares e manufaturados (televisão, celular, congelador etc.) vindo da escala nacional e internacional. Apenas alguns produtos alimentares importantes na base alimentar dos moradores são produzidos no município (setas verdes claras na Figura 2) como a farinha de mandioca e o açaí principalmente, o resto vindo de fora. Essa dependência aos produtos agroindustriais externos (seta verde escura na Figura 2) está também ligada às mudanças de sistemas de consumo alimentar dos moradores de Mocajuba que veremos no tópico a seguir.

O grande aumento de fluxos em intensidade e quantidade dos produtos agroalimentares e manufaturados desde os anos 2005 traduz o aumento da velocidade do mercado externo com as suas exigências de competitividade, mas também a chegada de uma série de programas sociais que foram desenvolvidos, em nível nacional, a partir dos anos 2002 (contando essencialmente com o programa Bolsa Família em 2003). Estes programas permitiram um aumento da renda das populações principalmente rurais e o seu acesso a novos produtos. Um membro do STTR entrevistado afirma que com a Bolsa Família: “melhorou a situação, a família já sabe que tem uma renda, e pode comprar material e comida” (informação verbal)².

² Informação fornecida por um membro do STTR, em 17 de julho de 2014.

Figura 2 - Modelo dos fluxos de produtos de Mocajuba com as diferentes escalas em 2014



Fonte: Trabalho de campo (ago. 2014).

Todos os fluxos importantes de capitais financeiros vindos das grandes empresas e, mais geralmente, do mercado externo global está completado por fluxos financeiros “invisíveis” que se expressam pelo mercado de drogas, e pelos problemas de corrupção. Esses fluxos de dinheiro “invisíveis” são também traços da “perversidade” da globalização hegemônica.

2.2 HOMOGENEIZAÇÃO DOS MODOS DE VIDA E DAS NECESSIDADES PELO MERCADO GLOBAL

A globalização tende a uma homogeneização da cultura por difundir valores e significados culturais ocidentais por todo o mundo (SANTOS, B., 2002a), ameaçando diretamente as especificidades dos modelos culturais locais vinculados a lugares particulares. Ocorre uma mescla e uma hibridação cultural nos espaços gerando, em parte, uma diluição das identidades pela globalização (HAESBAERT, 1999).

Esse processo é o resultado da oferta de novos produtos do mercado global e da expansão das tecnologias da informação e da comunicação. Em

Mocajuba, observou-se uma multiplicação dos fluxos de produtos desde 1985 e, sobretudo, nos anos 2005, com a chegada da eletricidade no *Centro* e a implementação da Bolsa Família. Em particular, como foi dito antes, percebeu-se um aumento significativo de fluxos de produtos agroalimentares, manufaturados e de informações vindo de fora do município, quer seja de um nível nacional quer internacional.

Este aumento da oferta está diretamente ligado a duas outras características da globalização hegemônica, o consumismo e a onipresença da informação veiculada pela mídia, como ressaltou as entrevistas. Em Mocajuba, esse fenômeno pode ser ilustrado pela constante presença de um som alto composto de músicas e propagandas difundidas durante o dia nas ruas do *Centro* da cidade. Os moradores da cidade ou habitantes das zonas rurais em passagem pelo *Centro* são, obrigatoriamente, expostos a esses anúncios em áudios que estão geralmente voltados à propaganda para o consumo de produtos das numerosas lojas presentes no *Centro* de Mocajuba. Com esta importante parte das informações que procura convencer a consumir pela publicidade, a globalização impõe novos modelos e lógicas nos territórios e joga um papel unificador (SANTOS, M., 2000).

Segundo o discurso das pessoas, a forte oferta em vários produtos de consumo e de serviços, o aumento da renda com a Bolsa Família e o acesso à informação foram fatores de modificação dos modos de vida e sistemas de consumo alimentar em Mocajuba. A cotidiana refeição dos produtos locais (açai, peixe e mandioca) dos 30 anos atrás foram substituídos pela atual refeição de arroz, feijão e carne, alimentos produzidos fora do município. Assim, uma centenária quilombola e ribeirinha opõe o “século velho” no qual se consumia a sua própria produção, ou seja, farinha de mandioca, tapioca, laranja, açai, peixe, ao “século novo” quando, segundo ela, a vida das pessoas melhorou com a Bolsa Família e a aposentadoria com os quais podiam comprar outros alimentos ou produtos. Um morador das *Ilhas* de 76 anos, confirma que há 30 anos “comíamos peixe, açai e farinha todo dia, feijão e arroz era uma vez por ano, hoje, comemos todo dia” (informação verbal)³. Além disso, com a construção da barragem de Tucuruí e a diminuição dos recursos pesqueiros, uma moradora do território *Quilombola* reforça ainda mais o fato que agora comer peixe é raro: “quando consegui comer peixe, fica naquela alegria” (informação verbal)⁴.

A chegada da eletricidade nas *Ilhas*, em 2015, melhorou a qualidade de vida dos moradores do “século novo”, como enunciado pela centenária, mas teve diferentes repercussões no modo de vida: o aumento da duração de tempo

³ Informação fornecida por um morador da Ilha, em 25 de abril de 2014.

⁴ Informação fornecida por uma moradora do território quilombola, em 7 de junho de 2014.

de visualização da televisão e o desencadeamento do consumo de numerosos produtos eletrônicos como a máquina de lavar, a geladeira, o computador até o ar-condicionado e pontos de *Wi-Fi* como foi observado em algumas casas das *Ilhas*.

Outra forma de penetração da globalização hegemônica em Mocajuba é o aumento crescente de fiéis de igrejas evangélicas e pentecostais. Esse fenômeno é particularmente visível na Amazônia, mas parece estar ainda mais presente em Mocajuba com uma porcentagem de 27,3% de pessoas que se declaram de confissão evangélica (IBGE, 2010a) contra 22,2 % em 2010 no Brasil (IBGE, 2010b). Segundo Dejean (2008), este aumento rápido se explica nos processos característicos da globalização, especificamente na expansão das tecnologias de informação e de comunicação.

De fato, essas igrejas usam, massivamente, os meios de comunicação modernos, como a *internet* ou a rádio no caso de Mocajuba, para difundir os seus programas e estender as suas influências, criando fluxos de informações importantes. Apoiam-se também em redes globais de organização que permitam reforçar as igrejas locais dentre outros por fluxos financeiros massivos. Um quilombo ressaltou que isso implicou profundas modificações nas relações entre as pessoas, por exemplo, nas redes de trabalho, deixando os antigos grupos para redes de igrejas.

A instalação crescente dessas religiões é ligada ao processo de globalização também por propor apoio às pessoas mais afetadas pelos diferentes problemas sociais instalados no município, podendo ser vistos como os marginalizados da globalização. A instalação rápida dessas igrejas em todas as partes do município é também um signo da homogeneização dos modos de vida de Mocajuba.

Para resumir, a modificação e, especificamente, a homogeneização dos modos de vida e das necessidades locais em Mocajuba ocorre. O mercado global e as novas técnicas de comunicação e de informação, oferecendo e difundindo novos modelos, impactaram diretamente as condições locais: é o produto do *globalismo localizado*, uma das formas das globalizações hegemônicas enunciadas por Boaventura de Sousa Santos (2002a).

2.3 A FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO

Em Mocajuba, observou-se um processo de diferenciação interna no território. Na caracterização do município, nós já havíamos destacado quatro áreas a partir do zoneamento enfatizado por Piraux e Cuenin (2019), mas, no contexto de globalização, essas áreas se diferenciaram ainda mais. De fato, como nós já mostramos anteriormente, as *Ilhas* do município estão em um novo dinamismo:

os padrões de vida mudaram com a criação de assentamentos agroextrativistas, o Bolsa Família, a chegada da eletricidade, o crescimento da produção de açaí. Os fluxos de pessoas das *Ilhas* para o centro são numerosos e regulares com os barcos hoje motorizados. O *Centro* e os seus produtos de consumo e serviços são relativamente próximos e acessíveis. A capacidade de mobilidade dos moradores das *Ilhas* é grande em comparação com os do território *Quilombola* do outro lado do rio. Com as entrevistas e observações de campo, identificaram-se fluxos de pessoas de cerca de 400 pessoas por dia vindo das *Ilhas* quanto do território *Quilombola*, este fluxo diminui a 100 pessoas por semana.

De fato, este território *Quilombola* do outro lado do rio parece ainda mais isolado. Nele, observa-se também uma diferença de velocidade com os movimentos gerais. Apesar das tentativas do governo federal, com a oportunidade de reconhecimento do território como quilombola e todas as vantagens associadas e das ONGs para dinamizar o território, esse território fica “na lentidão” em comparação aos movimentos globais. Pois, fica ainda muito isolado e na margem dos outros territórios do município. Primeiro, segundo os dados de campo, o processo de certificação do território *Quilombola* demorou 7 anos, principalmente por falta de informações sobre os processos administrativos a serem realizados. Além disso, um dos membros do STTR e moradora deste território afirmou que a prioridade para o acesso às políticas públicas existe, mas, na realidade, não são muito eficazes porque estes territórios “continuam a serem zonas isoladas e de acesso complicado” (informação verbal)⁵. A distância ao *Centro* e aos seus serviços como a saúde e a educação penaliza ainda mais os atores desse território. A descontinuidade das ações das ONGs e, com isto, a descontinuidade do acesso a certas informações limitam também os benefícios destas ações. A capacidade de mobilidade das pessoas e o acesso às informações é diminuído: os fluxos de pessoas com o *Centro* e os fluxos de informações com os outros espaços (local, nacional, internacional) são de pouca intensidade.

Enfim, na área da *Terra Firme* (exceção do território quilombola), que era próspera nos anos 80 com o cultivo da pimenta do reino, fica hoje, em uma dinâmica diferente depois da crise sanitária nos anos 90 que fortaleceu o êxodo rural e da constante flutuação do preço do produto. Com o melhor acesso a Mocajuba desde a capital paraense (construção da PA-151), a violência e o mercado ilícito de drogas se desenvolveram bastante na *Terra Firme* e na periferia do *Centro*, outra consequência da globalização hegemônica no território e particularmente na periferia do *Centro* e na *Terra Firme*. A maioria das pessoas entrevistadas do *Centro* ressaltou estas problemáticas.

⁵ Informação fornecida por uma moradora do território quilombola, em 10 de junho de 2014.

Além da pimenta, conforme já ressaltado, a chegada da BBB prometia levar certo dinamismo na *Terra Firme* (escritórios, viveiro, contratos), ou seja, o consórcio BBB queria impor a sua própria velocidade nessa área principalmente povoada por agricultores familiares, mas foi confrontada a realidade da área, como foi ressaltado por um dos assistentes técnicos da Petrobrás: falta de infraestruturas rodoviárias, dívidas dos agricultores, agricultores sem título fundiário etc. Diante dessa situação não prevista, o projeto falhou e em 2016, a BBB tinha saído completamente de Mocajuba deixando a área da *Terra Firme* e os seus moradores em uma situação ainda mais vulnerável.

Deve-se notar também que alguns grandes proprietários privados de Mocajuba ou da região investem na *Terra Firme* na cultura de pimenta, na criação de gado ou no desenvolvimento da cultura de açaí. A chegada desses tipos de investidores representa certa ameaça para a agricultura familiar local pela apropriação das terras e dos recursos, o que gera alguns conflitos nessa parte do município.

Apesar dos processos de uniformização e homogeneização ligados à globalização, processos de diferenciação também ocorrem ao mesmo tempo. Como enfatiza Milton Santos (2008, p. 39), “os territórios tendem a uma compartimentação generalizada [...] e a um processo de fragmentação que rouba às coletividades o comando do seu destino” pelas ações hegemônicas da globalização. De fato, os movimentos gerais globais se chocam com os movimentos particulares dos lugares: as diversas velocidades são incompatíveis. Apesar dos portadores das velocidades extremas quererem difundir as infraestruturas para induzir a mesma velocidade aos outros atores, ocorre uma seleção da qual resulta separação dos espaços: os da pressa e os da lentidão (SANTOS, M., 2000).

Isso tem a ver com a ideia da compressão do tempo-espaço supostamente induzida pela globalização. Os diferentes grupos sociais têm relacionamentos distintos com a mobilidade: a velocidade alcance unicamente certos grupos sociais. Assim, existe uma diferenciação social complexa em relação à mobilidade temporal e espacial segundo a capacidade de movimento, de comunicação, de controle etc. das pessoas, o que cria diferentes efeitos e significações das distâncias associados a processos de empoderamento ou enfraquecimento. A mobilidade de alguns grupos gera o aprisionamento espacial de outros grupos, ou seja, a criação de relações de poder (MASSEY, 2000; SANTOS, B., 2002a; SANTOS, M., 2000).

2.4. AS FALTAS DO ESTADO E DAS SUAS AÇÕES DE REGULAÇÃO A DIFERENTES NÍVEIS

Em Mocajuba, constatou-se uma falta de regulação do Estado. O governo federal criou programas (Bolsa Família, criação de assentamentos, seguro de defesa durante período que não se pode pescar etc.) para compensar alguns problemas sociais, mas o funcionamento interno pode ser questionado. Os atores entrevistados afirmaram que existe uma falta de planificação e de acompanhamento dos poderes públicos locais nas áreas da educação e da saúde particularmente.

A dificuldade de implementar alguns conselhos de participação como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável foi também ressaltado, durante a pesquisa, o que mostra a dificuldade de inclusão da sociedade civil nas escolhas públicas. A falta de recursos da EMATER que tem muita dificuldade para atingir os agricultores das zonas rurais mais isoladas e conduzir ações de acompanhamento foi também destacado pelo STTR. Assim, observou-se de forma geral uma dificuldade de transformar as políticas criadas pelo governo federal em políticas de inserção social em vez de assistência social.

Boaventura de Sousa Santos (2002), ao tratar da globalização política dominante e dos seus traços principais, mostra o papel crescente das formas de governo super estatal. Segundo o autor, os Estados periféricos ou semiperiféricos são pressionados pelos Estados hegemônicos e/ou pelas instituições internacionais para a criação de requisitos normativos e institucionais para o modelo de desenvolvimento neoliberal do qual resulta uma diminuição da autonomia e da soberania desses Estados. O autor destaca que esse fenômeno toma uma forma visível quando ocorre uma destruição institucional e normativa que afeta a regulação estatal da economia e a legitimidade global do Estado para organizar a sociedade.

Resumindo essa parte, a partir da análise de diferentes elementos que caracterizam a globalização hegemônica, foi destacado a penetração da lógica dominante do global no município e os seus impactos sobre as condições locais pelo intermediário de um processo de *globalismo localizado* (SANTOS, B., 2002a). O poder das grandes empresas, dos fluxos financeiros associados, a competitividade imposta pelo mercado global e a falta de regulação do Estado desintegram as condições locais. Notou-se, em particular, nesse processo a fragmentação e a diferenciação do território em quatro áreas com velocidade de caminho muito diferente diante dos movimentos globais, a homogeneização dos modos de vida e a modificação dos sistemas de consumo.

3 REPENSAR O LOCAL E AS SUAS RELAÇÕES COM O GLOBAL PARA OUTRAS FORMAS DE GLOBALIZAÇÃO

Diante dessa aparente dominação do global no local, existem iniciativas locais no município que, embora geralmente invisibilizadas pela lógica da escala do global, são importantes para o desenvolvimento do território e para pensar em outras formas de globalização.

3.1 REVALORIZANDO OS RECURSOS LOCAIS COM UMA ARTICULAÇÃO GLOBAL-LOCAL

Essas estratégias revalorizando os recursos locais foram sobretudo visíveis nas *Ilhas* do município. Dois exemplos podem ser explicados, para ilustrar esse fenômeno: o desenvolvimento do cultivo de açaí e da exploração da borracha. Nestes últimos cinco anos, de fato, foi observado um fluxo de venda crescente das *Ilhas* para o *Centro* de Mocajuba e depois para o nível regional e nacional ou internacional.

O cultivo de açaí de várzea é tradicional nas *Ilhas* e é representativo do agroextrativismo realizado nessa área. Segundo vários atores do município (secretaria da agricultura, membros do SITR, membros de associações), a produção de açaí se desenvolveu de fato bastante nesses últimos anos, em resposta ao crescimento da demanda nacional e internacional, o que se traduziu por novos canais de comercialização, tal como a venda direta para as empresas de transformações para vendas nacionais e exportações internacionais além da venda tradicional aos atravessadores para o mercado regional.

Mas, é importante salientar, que apesar do aumento de produção, em parte vendida agora para empresas que podem ser de exportações, o sistema de técnicas e práticas adotado fica no domínio dos ribeirinhos e não está imposto por agentes externos. As práticas são baseadas no lugar e nos conhecimentos locais dos agroextrativistas: são eles que adaptam as suas técnicas para responder à demanda considerando os seus próprios modelos locais de representações e conhecimentos. Como exemplo, podemos citar a invenção de uma tecnologia social por um ribeirinho das *Ilhas* de Mocajuba para derrubar rapidamente e facilmente os frutos de açaí dos cachos. Essa dinâmica endógena mostra a capacidade dos atores, aqui, os agroextrativistas de Mocajuba, de responder ao mercado global com uma cultura tradicional sem estarem subordinados às normas técnicas globais.

No entanto, não é para minimizar os riscos ligados à crescente demanda nacional e internacional pelo açaí, como o risco de monocultura tanto nas *Ilhas* quanto na *Terra Firme* com a implementação de áreas novas de açaí irrigado. O desafio se encontra, uma vez mais, na regulação desses fenômenos que podem afetar rapidamente um território por construir manejos sustentáveis e adequados às condições locais.

O segundo exemplo interessante é o da produção de borracha natural, que sempre foi uma produção muito explorada, a partir do final do século XIX, com a invenção do pneu. Em Mocajuba, a produção foi parada nos anos 1980 por uma forte concorrência dos países asiáticos. Em 2008, a produção foi reativada nas *Ilhas* pela vontade da empresa Michelin e pelo intermediário de uma cooperativa de Belém, associado à sinergia entre o governo com a política de preço garantido e as iniciativas pessoais dos extrativistas.

De fato, depois da criação dos assentamentos agroextrativistas nas *Ilhas* e da proposta da Michelin, em 2010, os produtores criaram uma organização especial para articular esse processo e acessar a política de preço mínimo Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O presidente da associação criada, também membro do STTR, explicou como esta permite representar os produtores e facilitar os procedimentos administrativos para a obtenção do subsídio do governo.

Neste exemplo, nota-se a importância da dimensão multinível, da articulação forte entre o local e o global e entre atores diferentes (sociedade civil, Estado, empresa privada). De fato, uma demanda externa vinda de uma empresa multinacional, os atores locais se organizaram para controlar o processo, fortalecer a posição dos produtores e os seus direitos em relação aos demais atores externos, e então, para criar uma relação mais equilibrada diante do poder da grande empresa. Além dessa interação entre os produtores e os outros atores da cadeia, a sinergia entre o poder público e as iniciativas locais é outro aspecto fundamental desse exemplo.

Com esses exemplos, mostrou-se como, diante do mercado global, os atores locais do município se adaptaram e desenvolveram estratégias revalorizando os recursos locais, ou seja, novas forças foram encontradas no entorno imediato das pessoas (SANTOS, M., 2000). Observou-se que as especificidades do lugar voltam a ser consideradas para desenvolver novas práticas (ESCOBAR, 2005). Corresponde a uma reapropriação do lugar, tanto das características do meio físico quanto as da esfera social, com a criação de vínculos específicos com o lugar. Estratégias de identificação e ativação de recursos naturais locais

como descritas na teoria da especificação de recursos de Pecqueur (2005) foram realizadas pelos atores locais em articulação com atores de outras escalas.

Portanto, articular várias escalas, saberes, lógicas de produtividade e atores torna possível uma diversificação e multiplicação das experiências disponíveis e possíveis. No entanto, essa articulação é possível graças a uma tradução das práticas das diferentes esferas e escalas que se cruzam para construir novas possibilidades. Essa tradução, que pode ser realizada por representantes de grupos sociais que compreendem de maneira profunda os processos, é feita quando há conjugação das oportunidades, como neste caso aqui (SANTOS, B., 2002b). As lideranças sindicais podem ser um desses atores capazes de fazer essa tradução, o que lhes coloca em uma posição importante para o desenvolvimento territorial. No final, essa articulação, que pode trazer conflitos e diálogos, permite a emergência de novas experiências contra hegemônicas transformadoras e evita certo desperdício (SANTOS, B., 2002b).

3.2 PROMOÇÃO DOS PRODUTOS ALIMENTARES LOCAIS PARA UM EQUILÍBRIO ENTRE O LOCAL E O GLOBAL

No município, a maioria dos atores ressaltou a falta de organização coletiva (por exemplo, não existe cooperativa em Mocajuba) e de articulação entre as diversas instituições (secretarias de prefeitura, sindicatos, associações etc.). Isto continua a ser problemático, em particular, para o estabelecimento de novos projetos locais e a criação de canais de comercialização alternativos. No entanto, salientam-se o desenvolvimento da comercialização local de alguns produtos do território, por exemplo, a da farinha de mandioca da *Terra Firme* vendida em parte no *Centro* graças a um melhoramento da sua qualidade (SOUSA; PIRAUX, 2015).

Além disso, na última fase de observação (em 2016), teve uma dinamização na construção e implementação do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) que pode conduzir à criação de novos fluxos de produtos alimentares no seio do município, à valorização de produtos que ficam geralmente nas comunidades ou nas propriedades e, portanto, à redução da dependência aos alimentos externos. Neste objetivo, a secretaria da agricultura tentou iniciar projetos com os agricultores da *Terra Firme* para promover a produção local para uma utilização futura no PNAE. A secretaria exemplificou citando projetos de criação de peixe e de distribuição de sementes de feijão que foram iniciados. Outros produtos locais como a mandioca e os seus derivados, o maracujá e o jerimum devem também estar integrados ao PNAE.

Além disso, o PNAE trabalhou também com a criação de galinhas caipiras que se desenvolveu bastante no município por iniciativa própria de alguns agricultores voltados ao espaço do STTR. Mesmo se as quantidades vendidas no mercado são mínimas em comparação com o volume de frangos industriais, esta iniciativa é um exemplo concreto de iniciativas locais, com potencialidade de crescimento no município no caso de um apoio dos poderes locais. Entre as duas fases de campo, observou-se um pequeno aumento do número de agricultores criando galinhas caipiras (de 6 a 10 famílias envolvidas) e um crescimento da demanda.

No entanto, vale ressaltar alguns riscos aos quais essas iniciativas estão expostas frente aos movimentos da globalização hegemônica. De fato, colocando novos produtos no mercado local que fazem concorrência aos produtos agroindustriais, o risco maior é que as grandes empresas fazem cair os preços dos seus produtos para serem ainda mais competitivos. Isso foi, segundo as falas do STTR, o que aconteceu quando um dos antigos secretários da agricultura começou a desenvolver a criação de galinhas caipiras com os agricultores. Outro risco a considerar é que, ao valorizar os produtos locais, os preços desses produtos poderiam aumentar, o que faria também voltar no círculo vicioso dos consumidores comprarem os produtos agroindustriais por serem mais baratos do que os produtos locais.

Dessa forma, apesar de um balanço entre os produtos alimentares produzidos no município e os produtos agroindústrias vindos de fora ainda serem muito desequilibrados, notam-se iniciativas dos atores locais com potencialidade para o futuro mesmo se ainda frágeis. Nessa dinâmica, vamos salientar, em particular, uma nova perspectiva que vem com um novo olhar para valorizar o lugar, a agroecologia.

3.3 AS REDES TRANSLOCAIS DE AGROECOLOGIA E A PRODUÇÃO DE GLOCALIDADES ALTERNATIVAS

A agroecologia⁶ apresenta possibilidades para valorizar o lugar por promover uma agricultura ecológica enraizada nos recursos naturais e nas condições locais. Ao contrário da “agricultura científica globalizada” baseada nos princípios indústrias e em normas de uma ciência e técnicas globais na busca da maximização da produtividade em curto prazo, a agroecologia se baseia na

⁶ Definida como ciência, movimento e prática (WEZEL *et al.*, 2009), valorizando antes de todo os recursos locais em uma vontade de coconstrução de conhecimentos e sistemas mais resilientes.

dimensão local valorizando as experiências locais e ativando o potencial endógeno do lugar para construir novas formas de agricultura (GUZMÁN, 2005).

Em Mocajuba, o movimento agroecológico é ainda bem fraco, mas alguns elementos interessantes se destacam. A ONG Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes (APACC) tem uma sede no município vizinho há 18 anos e organiza projetos e ações em parceria com a UFPA e outras ONGs sobre agroecologia e economia solidária na região como, por exemplo, o Fórum da Economia Solidária ou projetos no território *Quilombola* de Mocajuba.

No ano de 2016, o STTR iniciou grupos de trabalho sobre a agroecologia e, nesse mesmo ano, lançou feiras dos produtores locais mensais. Depois da segunda edição, essa iniciativa, no entanto portadora de esperança para novas forças de dinamismo do território e os seus produtores locais, fracassou por uma razão que um dos membros do STTR entrevistado levantou: “os agricultores quanto os consumidores faltam de sensibilização” (informação verbal)⁷ quanto à importância da produção e do consumo local dos produtos. De fato, segundo esta mesma pessoa, teve grande dificuldade em mobilizar tanto os produtores quanto os consumidores e observou que eram os consumidores os mais educados (médicos, professores etc.) que vinham comprar os produtos na feira.

A partir disso, o STTR organizou oficinas sobre agroecologia com grupos de mulheres para sensibilizar e informar sobre o que é a agroecologia. De fato, este membro do STTR entrevistado confia e aposta nas mulheres com quem tem laços de confiança. Essa primeira iniciativa foi se desenvolvendo com a realização de seminários mais amplos sobre vários temas ligados à agroecologia em parceria com a UFPA e a ONG FASE. Pensou-se na realização de uma feira agroecológica no município, mas ainda não está implementada por esperar emancipar mais agricultores e consumidores sobre o assunto.

Nota-se neste exemplo que, mesmo se o movimento agroecológico ainda está fraco no município, uma rede local está se construindo (STTR, UFPA, ONG), a partir de duas instituições (UFPA, ONG) que atuam localmente, mas que já estão conectadas com um movimento mais global (um fórum de economia solidária, por exemplo) e que já lidam com o tema. Isso anuncia esperança para projetos locais futuros. De fato, a articulação dos diversos atores em redes é essencial para a realização de trabalhos colaborativos. Na Zona da Mata mineira, Cardoso e Ferrari (2006) enfatizaram como as interações entre ONG, universidade e organizações de agricultores foram primordiais para a construção do conhecimento agroecológico e a realização de projetos participativos.

⁷ Informação fornecida por um membro do STTR, em 14 de outubro de 2016.

Além disso, pode-se pensar em uma conexão futura maior com outras redes agroecológicas de outros locais e/ou de escala maior. As redes agroecológicas conectadas de maneira muito ampla entre locais, regiões e países no mundo permitem trocas de experiências e práticas inovadoras para o território. Portanto, a emergência do movimento agroecológico em Mocajuba e a sua estruturação dentro de redes é um signo promissor para outras formas de desenvolvimento do território.

De fato, em vários exemplos no mundo, a agroecologia se desenvolveu e se expandiu por organizações locais, ONG, associações e redes camponesas. Essas redes de diferentes atores são espaços de aprendizagem, de reflexão coletivas e participativas que permitem a coconstrução de saberes e o seu compartilhamento por vias horizontais. A articulação dos diversos atores em redes é essencial para a realização de trabalhos colaborativos dessa natureza. Ao articular e expandir as várias iniciativas locais a uma escala maior, as redes da agroecologia é uma forma de globalização contra hegemônica, produtoras de *glocalidades* alternativas promovendo a defesa do lugar e da natureza (ESCOBAR, 2004, 2005; SANTOS, B., 2002b).

Destacaram-se nesta parte algumas iniciativas locais que ocorreram no município de Mocajuba, e a maneira de como elas se integram com o global para um melhor equilíbrio entre o global e o local e uma diminuição da dicotomia global/local. Assim, alguns exemplos mostraram como o local contra hegemônico acontece globalmente e como o global contra hegemônico acontece localmente. Ambas as estratégias de localização e de globalização contra hegemônicos são de importância para contrabalançar os impactos da globalização hegemônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise conduzida em um município considerado como marginalizado, nós destacamos, como a globalização do “vencedor”, ou seja, a globalização neoliberal capitalista, impacta diretamente o território. Os fluxos financeiros, de pessoas, de produtos e de informações cresceram muito dentro do município e entre este e o exterior. Eles geram uma diferenciação de posição entre o global dominante e o local dominado. Para contrapor o peso das influências dessa globalização, ressaltou-se a importância de revalorizar o local e as suas diversas experiências para reintroduzir uma simetria entre o global e o local, e assim dar visibilidade às iniciativas locais como estratégias de resistência e soluções locais para problemas globais.

Algumas iniciativas locais da sociedade civil, e do poder público local (projetos galinha caipira, criação de peixe, distribuição de sementes, feiras de produtores locais etc.) tentam criar algumas dinâmicas para uma maior autonomia do território. No entanto, para realmente sair da dicotomia global/local e chegar a novas práticas e conhecimentos, a articulação das escalas se revelou essencial. Assim, novos focos nos recursos locais (desenvolvimento crescente do cultivo açaí, retomada do extrativismo de borracha), adaptações dos sistemas de produção de cultivo tradicional diante do contexto nacional e global (aumento da qualidade da farinha de mandioca, desenvolvimento do cultivo de açaí nos SAFs), sinergias entre uma nova organização coletiva e o poder público (no caso do retomada do extrativismo da borracha ou no exemplo do PNAE), consolidação de mercados a diferentes escalas e novas estratégias baseadas em redes agroecológicas multiníveis foram destacadas por ter um potencial muito grande para o desenvolvimento do município. Como enfatiza a ecologia das transescalas de Boaventura de Sousa Santos (2002b), parece necessário revalorizar o lugar e as suas experiências e mais do que isso, rearticular o lugar e o global.

No entanto, é sem contar as fragilidades, riscos e ameaças existentes. Essas novas experiências locais precisam ser reforçadas e institucionalizadas para criar novas dinâmicas no território. Com isso, o papel do Estado, a partir de quadros políticos local, regional e nacional, é fundamental.

Primeiramente, o papel regulador do Estado é necessário para assegurar uma melhor gestão das influências globalizadas e evitar os abusos como foi destacado, em particular, no caso do projeto da BBB e com as massas de produtos notadamente alimentares vindo dos outros níveis (regional, nacional, internacional). Em segundo lugar, para lidar com os efeitos dos fluxos da globalização como a homogeneização dos modos de vida e as suas implicações (problemas com o lixo, a saúde, o êxodo rural) ou ainda a fragmentação do território, investimentos nos serviços básicos de educação, formação e saúde deveriam ser prioritários para todas as diferentes partes do município. Assim, estes investimentos permitiriam informar e sensibilizar as populações sobre os problemas identificados como consequências da globalização hegemônica e, ao mesmo tempo, valorizar as diferentes culturas presentes no território mocajubense e, portanto, tornar os moradores mais cidadãos do que consumidores. Além disso, é preciso que essas ações do Estado nas várias escalas sejam associadas a um acompanhamento para diminuir os riscos ligados às influências globalizadas, consolidar as experiências locais novas e promover a integração das diferentes populações.

Enfim, o reforço das competências locais, a formação de líderes locais e o fortalecimento da ação coletiva é um ponto particularmente importante

para se criar novas dinâmicas e estruturas de governança. De fato, destacamos a importância dos líderes locais (membros do STTR ou de associações moradores de diversas zonas do território) para jogar o papel de tradutor entre os diferentes atores (secretaria da agricultura, agricultores, empresas privadas, ONG etc.), práticas de diversas esferas (sociedade civil, poder público, esfera privada) e escalas (local, regional, nacional, internacional) e assim tornar possível a emergência de novas experiências. Portanto, as perspectivas multiníveis e multi atores se tornam essenciais para a construção de novas experiências locais e o desenvolvimento territorial do município.

REFERÊNCIAS

BRUNET, R.; DOLLFUS, O. Le déchiffrement du monde. *In*: BRUNET, R.; DOLLFUS, O. (org). **Mondes nouveaux, géographies universelles**. Montpellier: Reclus; Paris: Fayard, 1990. p. 9-271.

CARDOSO, I. M.; FERRARI, E. A. Construindo o conhecimento agroecológico: trajetória de interação entre ONG, universidade e organizações de agricultores. **Revista Agriculturas**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 28-32, 2006.

CASTRO, E. Amazônia: sociedade, fronteiras e políticas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 9-16, 2012.

DEJEAN, F. L'évangélisme et le Pentecôtisme: des mouvements religieux au coeur de la mondialisation. **Géographie et cultures**, Paris, n. 58, p. 43-61, 2008.

DOLLFUS, O. **La mondialisation**. Paris: Presses de Sciences Po, 1997.

DURAND, M.-F.; LÉVY, J.; RETAILLÉ, D. **Le monde espace et systèmes**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1992.

ESCOBAR, A. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. *In*: SANTOS, B. S. (org). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 639-666.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? *In*: LANDER, E. (org). **Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 33-49.

GIDDENS, A. **Sociology**. Oxford: Polity Press, 1990.

GUZMÁN, S. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. *In*: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. (org.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa, 2005. p. 101-132.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. *In*: ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R. L. (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 149-168.

HELD. **Global transformations: politics, economics and culture**. Cambridge: Polity Press, 1999.

IBGE. Mocajuba. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2010a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/mocajuba/panorama>. Acesso em: 9 nov. 2017.

IBGE. Brasil. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107?detalhes=true>. Acesso em: 15 set. 2018.

LOMBARD, J.; MESCLIER, E.; VELUT, S. **La mondialisation côté Sud: acteurs et territoires**. Paris: IRD Éditions, 2006.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. *In*: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-184.

MONTERO, P. Globalização, identidade e diferença. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 49, p. 47-64, 1997.

PECQUEUR, B. Desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 1/2, p. 10-22, 2005.

PIRAUX M.; CUENIN P. H. C. M. Evolução das conexões entre produção e consumo e seus impactos sobre as dinâmicas de um território: o caso de Mocajuba na Amazônia oriental – PA. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 101-117, 2019.

RAFFESTIN, C. Ecogénèse territoriale et territorialité. *In*: AURIAC, F.; BRUNET, R. (org.). **Espaces, jeux et enjeux**. Paris: Fayard, 1986. p. 175-185.

RAINELLI, P. **L'agriculture de demain: gagnants et perdants de la mondialisation**. Paris: Éditions du Félin, 2007.

REYNAUD, A. **Société, espace et justice**. Paris: Presses Universitaires de France, 1981.

SANTOS, B. S. **A globalização e as ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002a.

SANTOS, B. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 63, p. 237-280, 2002b.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SOUSA, F. F.; PIRAUX, M. A construção social da qualidade da farinha de mandioca em comunidades rurais na Amazônia paraense. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 18, n. 3, p. 199-222, 2015

WEZEL, A. *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. **Sustainable Agriculture**, [J. L.], v. 2, p. 27-43, 2009.

Texto submetido à Revista em 31.03.2020

Aceito para publicação em 09.12.2020



Turismo e medo do crime: reflexões sobre a política de desenvolvimento urbano no centro histórico de Natal/RN

Tourism and fear of crime: reflection on urban development policy in the historical center of Natal/RN

Ana Catarina Alves Coutinho - Doutoranda em Turismo e Desenvolvimento Regional, pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR/UFRN). Membro do Grupo de Pesquisa em Planejamento e Organização do Turismo - GEPPOT/UFRN. Professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: coutinho.catarina1@gmail.com

Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega - Doutor em Ciências Socioambientais, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Líder do Grupo de Pesquisa em Planejamento e Organização do Turismo – GEPPOT/UFRN. Professor e Pesquisador do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: wilkernobrega@yahoo.com.br

Mozart Fazito - Doutor em Geografia, Planejamento e Política Ambiental pela Universidade Nacional da Irlanda (University College Dublin). Membro do Grupo de Pesquisa em Planejamento e Organização do Turismo – GEPPOT/UFRN. Professor do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: mozart.fazito@gmail.com

Resumo

O presente artigo analisa o medo do crime e as suas relações com o turismo a partir da discussão do Estado neoliberal e a instrumentalização de ações de intervenção pública. Explora o centro histórico de Natal, que vem sendo alvo de intervenções de planejamento e desenvolvimento urbano ao longo dos anos. Emprega uma abordagem qualitativa de coleta e análise de dados documentais junto às secretarias envolvidas com o planejamento urbano, além de análises estatísticas criminais acerca do centro histórico de Natal. Assim, identificou-se quatro principais momentos da política de intervenção urbana onde o medo do crime foi construído e compartilhado a partir da ideologia de ordenamento e controle social. De forma específica, o turismo aparece como racionalidade a partir do terceiro momento com direcionamentos da reabilitação do centro histórico para justificar as ações e intervenções urbanísticas públicas direcionadas para o seu consumo.

Palavra-chave

Medo do crime. Desenvolvimento urbano. Turismo. Centro histórico de Natal/RN.

Abstract

This article explores the fear of crime and its relations with tourism based on a discussion of the neoliberal state and the manipulation of public intervention. It explores the historical center of Natal that has been the target of urban development and planning interventions over the years. It employs a qualitative approach for collection and analysis of documentary data from the departments involved with urban planning, in addition to criminal statistical analysis in the historical center. Thus, we identified four referential moments in urban intervention policies, where the fear of crime was constructed and shared from the ideology of social order and surveillance. Specifically, tourism appears as a rationality from the third moment onwards to legitimate the rehabilitation of the historical center, which aims to justify public urban actions and interventions directed at its consumption.

Keywords

Fear of crime. Urban development. Tourism. Historical center of Natal/RN.

INTRODUÇÃO AO MUNDO DO CRIME E A INTERFACE COM O TURISMO

O processo de desenvolvimento da sociedade pós-industrial é marcado pela fluidez e avanços técnico-científicos em nome da modernização (FAZITO, 2015; HARVEY, 2014). Tudo aquilo que é visto como antigo e atrasado torna-se objeto de restauração para a sua modernização, gerando desigualdades no processo de desenvolvimento urbano. As cidades, por sua vez, são reestruturadas visando o negócio através do progresso material que determina a riqueza e renda como variáveis determinantes para o seu sucesso (SOUZA, 2002).

Neste processo, junto com as novas conquistas trabalhistas, torna-se acessível o lazer e o turismo à classe trabalhadora, criando espaços públicos de sociabilidade e lazer visando o seu consumo (BAHIA; FIGUEIREDO, 2017). Os indivíduos se tornam meros consumidores como resultado da emergência da onda neoliberal que promove a diminuição do Estado e a desregulação do mercado, tornando as relações cada vez mais corporativas e competitivas. Assim, o lazer e o turismo são vistos como instrumentos para manutenção dessas relações e são empregados como vetores da modernização.

A partir da década de 1970, as capitais do Nordeste brasileiro receberam investimentos oriundos de políticas públicas para a expansão e manutenção de equipamentos turísticos (LIMA; COSTA, 2015), que geraram processos de reconfiguração urbana. Ideias utilitaristas, como a melhoria da qualidade de vida, fomentam e justificam as políticas de turismo nas localidades, mas geram conflitos com os residentes, com a estruturação de desigualdades sociais, exploração sexual, consumo de drogas ilícitas, aculturação, crimes ambientais, apenas para explicitar alguns exemplos. Estudos comprovam que essa reconfiguração urbana também provocou conflitos como o crescimento de segundas residências, o que impulsionou a chegada de um grande número de estrangeiros modificando o planejamento e realidades por meio de um olhar e uso quase que exclusivamente exógeno (FONSECA, 2012; URRY, 2002). A voracidade do consumo dos espaços, característica da modernização, é propiciada por contrastes, como entre pobre e rico, centro e periferia, avançado e atrasado, novo e velho, gerando uma onda de medo de frequentar espaços de alta polarização social (BAUMAN, 2009).

Apesar de sua relevância, a questão do medo social e da criminalidade urbana em cidades turísticas tem sido pouco explorada na literatura e está, majoritariamente, direcionada à percepção do turista, o que reforça valores modernizantes e neoliberais, como estratégia para definir as ações de planejamento do turismo local.

Pesquisas no cerne da temática, como a de Mansfeld e Pizam (2006) e Korstanje (2017), sinalizam que o turismo não contribui para o aumento ou a diminuição da criminalidade nas localidades, por isso a busca por uma relação causal deve ser abandonada. Além disso, quando sentem vulneráveis ao risco e sentem medo, em muitos casos, não afetam a escolha ou indicação do destino, podem apenas postergar sua viagem. Estas constatações vêm sendo endossadas por pesquisas posteriormente realizadas. Na Eurásia, as pesquisas de Ozascilar, Mawby e Ziyalar (2019) constataram que os turistas possuem baixa percepção dos riscos e adquirem menos intenção de adotar alguma estratégia de precaução. Já o estudo de George (2010), na África do Sul, identificou que as atitudes em relação aos riscos percebidos pelos turistas não influenciam a intenção de retornar e recomendar o destino.

O cenário brasileiro segue a mesma tendência. Por exemplo, os estudos de Marcello Machado (2013, 2018) apontam que as altas taxas de criminalidade do Rio de Janeiro não representam critério restritivo de escolha para os turistas reais e potenciais. Já no Nordeste brasileiro, pesquisas apontam que as áreas que apresentam altas taxas de violência homicida não coincidem com as áreas de interesse turístico (COSTA *et al.*, 2018; COSTA; HERRERA, 2019). O que estes estudos sinalizam é o reforço de um ideal do exógeno, forte ênfase nos impactos e não necessariamente na origem do medo, além de não apresentarem relação significativa entre medo do crime e interesse de visitação na destinação (ver demais estudos: ADAM; ADONGO, 2016; CHAUHAN, 2015; GIUSTI; RAYA, 2019; ROO; CORTÉS, 2016).

Entende-se que o medo dificulta a coesão social, fomenta o individualismo, fragmenta a experiência urbana e segrega os problemas urbanos (HALE, 1996), fazendo com que se criem setores de riscos, distanciando a ideia de uma cidade civilizada e de fluxo para todos, inclusive, turístico. A relação problemática entre medo e turismo nas cidades têm origem na modernização autoritária que vivenciaram as cidades brasileiras. As reflexões aqui postas contribuem para a formulação de políticas para um turismo humanizado e sustentável, a partir do entendimento do papel do turismo e do lazer no desenvolvimento urbano, que estimule processos libertários de consciência coletiva e ação social (SEN, 2000). Assim, este artigo¹ tem como objetivo analisar o medo do crime, a partir dos processos de intervenção urbana realizados no centro histórico de Natal/RN, no nordeste brasileiro. Essa análise percorre uma leitura temporal, utilizando a dialogia com os processos urbanos desencadeados.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –CAPES (Print) e da Academia Britânica (Newton Advanced Fellowships), e realizado no âmbito do Grupo de Pesquisa em Planejamento e Organização do Turismo (GEPPOT) e da Rede de Pesquisa OBVIO - Observatório da Violência.

1 DESENHO METODOLÓGICO PARA OS CAMINHOS DO CRIME URBANO

Esta pesquisa parte do pressuposto de uma realidade que é socialmente construída, a partir dos desafios do mundo contemporâneo e das relações que foram estabelecidas ao longo dele com as estruturas sociais, as regras, os mecanismos, as normas e os poderes como fonte de evidência científica. Para tanto, recorre à necessidade de uma postura abrangente, histórica e complexa com ênfase em uma abordagem qualitativa da narrativa dos fatos, onde até os dados quantitativos também servem de subsídios para compreensão da realidade que é dialógica e complexa (RICHARDSON, 1999).

Como fonte de embasamento teórico, a investigação bibliográfica investigou as seguintes temáticas: medo do crime e políticas públicas urbanas com ênfase nas relações entre turismo e lazer. Fez-se uso do procedimento metodológico de Enslin *et al.* (2010), pesquisado nos idiomas em português, inglês e espanhol no recorte temporal de 20 anos. Todavia, após diálogo com especialistas na área, novas leituras foram sugeridas e incorporadas, que não estavam nesse recorte inicial, mas que foram consideradas relevantes. Este procedimento possibilitou a construção do portfólio bibliográfico com a definição de algumas categorias de análise que serão discutidas no tópico seguinte.

O recorte espacial desta pesquisa é centro histórico de Natal, que se justifica pela sua inserção e representatividade no campo cultural e turístico da cidade, além da presença de importantes atrativos turísticos históricos, notadamente identificados nos bairros de Cidade Alta e Ribeira. Essa área vem sendo objeto de intervenções públicas urbanísticas nos últimos anos, com interesses imobiliários privados (SILVA; SOBRINHA; CLEMENTINO, 2006).

A fim de analisar as políticas urbanísticas no centro histórico de Natal/RN, foram coletados dados por meio de pesquisa documental disponibilizados pela Prefeitura Municipal. Trata-se de análises e informações das Secretarias Municipais de Planejamento Urbano, da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, relatórios de pesquisas, além de documentos do Governo Federal que têm interface com a área de pesquisa desde a década de 1990. Especificamente, os documentos legislativos da área (Zona Especial Portuária, Zona Especial de Preservação Histórica, Planos diretores, entre outros) e programas de intervenção pública (PAC Cidades históricas, Programa ReHabitatar, PRAC-Ribeira, Programa Monumenta, Circuito histórico da Semurb). Ademais, visando compreender o cenário da criminalidade urbana, utilizou-se de fonte estatística sobre as condutas criminais na cidade do Natal a partir do Metabanco do Observatório da Violência

do Rio Grande do Norte (OBVIO/RN) enfatizando os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e Crimes Violentos ao Patrimônio (CVP) investigados no período de 2011 a 2019.

A análise sociodemográfica usou como fonte o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e documentos institucionais das secretarias, denominados “Conheça seu Bairro”. Foi desenvolvida uma linha de tempo e foram feitos registros frutos de observação local. Tornou-se, assim, possível identificar as políticas públicas de intervenção urbana no centro histórico de Natal e a sua relação com o medo do crime.

2 POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO URBANA E O MEDO DO CRIME

A obra *Le droit à la ville* (LEFEBVRE, 1969) apresentou uma série de pesquisas e questionamentos sobre as políticas urbanas, que foram incorporadas por planejadores urbanos, arquitetos, geógrafos, em todo o globo (CASTELLS, 1999; HARVEY, 1980; CARLOS, 1994). O que este e outros autores passaram a discutir não remete a uma denominação única e estática das políticas urbanas, mas um conjunto de demandas alicerçadas - principalmente quando se trata do contexto brasileiro - em uma tríade entre democracia, cidadania e autonomia como elementos constitutivos da formação de uma consciência coletiva.

Isso significa afirmar o entendimento de uma cidade autêntica dotada de contradições – conforme é seu processo constitutivo – mas que possa ser usufruída por todos com garantias de espaços públicos de lazer, mobilidade e habitação dignos, o que gera um quadro de melhor qualidade de vida a seus cidadãos. Todavia, as cidades foram inicialmente projetadas com pretensões urbanísticas baseadas em discurso técnico, muito mais do que científico, de modo que, financiadas pelo capital burguês, as estratégias eram de ampliação e embelezamento da cidade. As melhorias urbanas não se preocupavam com as questões higiênicas, sanitaristas, políticas e econômicas, o que veio acontecer posteriormente com o advento dos planos diretores – pelo menos em seu plano discursivo (VILLAÇA, 2005).

O que parece evidente nesse processo constituinte até a contemporaneidade é que as cidades se tornaram mercadorias, suscetíveis aos desejos do capital financeiro, onde se verifica um conjunto de estratégias que visam o melhoramento da aparência física voltado à produção e consumo (HARVEY, 2014). Deste modo, o consumo passa a ser fomentado por meio de intervenções urbanísticas, onde o medo se torna um dos objetos em um processo de retroalimentação por novas políticas urbanas.

Alguns autores definem o medo como uma emoção, provocada pela consciência do perigo de uma ameaça (FARRALL; GRAY; JACKSON, 2007; JACKSON; GOUSETI, 2013; SILVA; BEATO FILHO, 2014). É individualmente experimentado, socialmente construído e culturalmente compartilhado. Neste processo, os pesquisadores têm identificado que intervenções urbanísticas ora contribuem para o aumento, ora para a diminuição do medo.

Sobre o primeiro aspecto (aumento do medo), a questão reside na organização social. A teoria da arquitetura do medo vem demonstrando que a forma como a cidade está disposta, por meio de enclaves fortificados, contribui para a segregação social, de modo que quanto mais muros, maior o distanciamento e desconhecimento do outro, como consequência, maior medo de frequentar o espaço (CALDEIRA, 1997; JACOBS, 1961). Parte-se do pressuposto de que o nível de proximidade física e de reconhecimento entre as pessoas do bairro aumentam o senso de pertencimento, coesão social e diminuição da sensação de medo.

As pesquisas de Fennel (2017) e Prechathamwong e Rujiprak (2018) identificaram, por exemplo, que a disposição das fachadas, transparência e espaços de transição, complexidade visual e de cores, a possibilidade de sentar-se e garantir o convívio com o outro, determina a percepção do espaço físico. Esta dimensão espacial do medo do crime também se revela por meio de lugares abertos, fechados, grandes, pequenos e carregados de uma história, isto é, da forma de se relacionar com o espaço e as pessoas.

Para Sakip, Bahaluddin e Hassan (2016), embora o espaço seja pequeno, como é o caso de becos e ruelas, resultados de padrões arquitetônicos ibéricos, a arte exposta em murais públicos funcionou como uma estratégia para prevenir o crime na área e seu medo. Para De Biasi (2017), o medo do crime está relacionado a espaços desordenados e vazios, propondo um estudo sobre o *design* urbano verde para sua diminuição.

Autores também identificaram que edifícios abandonados, pichações, arborização mal cuidada, lixo e ruídos sonoros são considerados retratos de mau uso, revelam desconfiança em relação à segurança do espaço e geram medo e desuso (CÁRDENAS O'BYRNE, 2017; TRINDADE; DURANTE, 2019; JONES; BLAUSTEIN; NEWBURN, 2019).

As alterações em certas características físicas dos ambientes urbanos podem impedir os atos criminosos (o fato de se tornar vítima) ou em potencial (o medo). Uma cidade deve possibilitar olhar o outro, ser pensada para o convívio social e a civilidade. A qualidade de uma cidade, portanto, depende dos espaços públicos abertos que possibilite a interação, encontro, socialização e intercâmbio, inclusive para uso turístico.

Por muito tempo, os planejadores urbanos perpetuaram a ideia de criação de espaços de única utilização, o que provocou a criação de eixos puramente comerciais, outros residenciais, expulsando para eixos marginais aqueles que não se enquadravam nestes elementos. Contemporaneamente, há uma perspectiva de regulamentação que considera o planejamento das cidades mais “leve”, embora ainda prejudiciais sobre as ideias de uso misto e zoneamento inclusivo, com prerrogativas de controle urbanístico e discursos de inclusão política sem a efetiva participação (SOUZA, 2002).

É importante ainda considerar que quando o pensamento urbanístico tem que lidar com as práticas sociais no seu processo de planejamento, conforme apontava Lefebvre (1969), se depara com situações que tem no seu cerne questões complexas, contraditórias e que se renovam historicamente. Deste modo, observa uma patologia e sente a necessidade de controlá-las, higienizá-las e reorganizá-las de acordo com a racionalidade que opera.

Emerge, assim, o segundo aspecto discutido na literatura: a diminuição do medo por meio de um controle social. Essa abordagem aponta para uma roupagem física com estratégias de repressão a determinadas condutas e policiamento. Combate-se o vandalismo, comportamento desrespeitoso, embriaguez pública, problemas com drogas, entre outros (KARAGIANNIS; MADJD-SADJADI, 2012; OH; REN; HE, 2019; PRECHATHAMWONG; RUJIPRAK, 2018). Uma atuação que está no seio da história brasileira processos de repressão, encarceramento, segregação e vulnerabilidade social, gerando contradições no espaço (CERQUEIRA, 2014). Estudos apontam que a presença policial aumenta o medo do crime e gera uma sociabilidade violenta (BAIERL, 2008; SILVA, 2004).

Para Botterill *et al.* (2013), há um sistema de atuação policial sob o auspício de dois elementos que eles denominam como *acquiescência da transgressão* e *conluio da negação*² que reforçam a ideologia da necessidade da atuação policial contra os crimes. Todavia, o que se verifica na prática é a consciência de um comportamento agressivo por meio da negação da sua existência, criando um sistema que reforça a violência. Assim, o medo gera uma capacidade simbólica de exercício informal de controle social, constituída pelo elemento físico, mas também de divisão social, afastando as áreas pobres por meio da estigmatização social.

² Para o autor a *acquiescência da transgressão* é quando o indivíduo cede às tensões existentes para evitar incidentes de agressão. Como consequência, os guardiões (lê-se policiais), concordam com essa natureza criminológica dentro do espaço turístico. Como as tensões são resultados de um problema disfuncional e difíceis de resolver, provoca-se o *Conluio da negação* que significa acordar que ela não existe, apesar de reconhecer a gravidade da situação, o que permite a sua perpetuação.

Fato é que há uma alteração da conjuntura social a partir de políticas que segregam territorialmente este espaço. De acordo com a investigação de Jackson e Gouseti (2013), os indivíduos que sentem o medo, tomam alguma iniciativa para sua mudança. Assim, para enfrentar o medo, a sociedade passou se isolar cada vez mais dentro de suas casas e seus problemas familiares, aprisionando-se em suas próprias vidas. Assim, um conjunto de empreendimentos imobiliários verticais foi incentivado na política urbana brasileira, com forte participação de instituições bancárias, contrapondo-se às teorias sobre a arquitetura do medo e os “olhos da cidade” (CALDEIRA, 1997, 2003; JACOBS, 1961). Assim, o medo se industrializa, criando assim, empresas especializadas na sua diminuição e/ou geração deste medo. Busca-se o fomento econômico a partir da ideologia de um controle social. Considerando o contexto do estado neoliberal, cada vez mais empresas passam a interessar por esta economia menos regulada pelo estado e mais autônoma para o mercado. Emerge o paradoxo de que o medo no contexto neoliberal é algo a ser comercializado e fomentado a partir da ideologia do seu combate.

Na esfera pública, uma série de medidas é tomada para essa reestruturação. As preocupações de infraestrutura urbana estão relacionadas ao pensamento pós-industrial, que direciona, inclusive, o olhar do turista a uma determinada percepção dos lugares visitados, gerando uma “globalização do olhar”. Criam-se vias específicas para sua circulação revitalizando espaços urbanos em nome de uma ordem e de um controle social.

A partir da literatura aqui discutida foi possível identificar um portfólio bibliográfico (Quadro 1) com a definição de duas dimensões e algumas categorias sobre o medo do crime. Este portfólio servirá de base para a discussão dos resultados que serão apresentados nas próximas seções, em conjunto com a leitura das principais políticas de intervenção urbana no centro histórico da cidade de Natal, estado do Rio Grande do Norte.

Quadro 1 - Portfólio bibliográfico sobre o medo do crime

(continua)

Dimensão	Categorias	Autores
Organização social	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de sentar-se e garantir o convívio com o outro • Transparência e espaços de transição <i>versus</i> construção de enclaves fortificados • Espaços desordenados e vazios (abandonados) • Disposição das fachadas e cores • Pichações, lixo, arborização e ruídos sonoros (música alta, barulho de tiro, gritaria etc.) 	(CALDEIRA, 1997; CÁRDENAS O'BYRNE, 2017; DE BIASI, 2017; FENNELL, 2017; HARVEY, 2014; JACOBS, 1961; JONES; BLAUSTEIN; NEWBURN, 2019; PRECHATHAMWONG; RUJIPRAK, 2018; SAKIP; BAHALUDDIN; HASSAN, 2016; SOUZA, 2002; TRINDADE; DURANTE, 2019)

(conclusão)

<p>Controle social</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Comportamentos desordenados (embriaguez, drogas, sexo etc.) • Repressão e penalização policial • Segregação e vulnerabilidade social 	<p>(BAIERL, 2008; BOTTERILL <i>et al.</i>, 2013; KARAGIANNIS; MADJD-SADJADI, 2012; OH; REN; HE, 2019; PRECHATHAMWONG; RUJIPRAK, 2018)</p>
-------------------------------	--	---

Fonte: Organizado pelos autores com base nos dados da pesquisa, 2020.

3 CENTRO HISTÓRICO DE NATAL: POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEDO DO CRIME

O processo de desenvolvimento das cidades possui conexão com o seu crescimento urbano e as ideologias de desenvolvimento predominante. Assim, desde a fundação da cidade do Natal, o processo de sua ocupação define tipologias urbanas peculiares que possuem conexão com a forma que o medo do crime é socialmente construído e compartilhado.

Uma das primeiras características históricas ocorre no final do século XIX e início do século XX, marcado por regimes republicanos e o fortalecimento das oligarquias nas províncias que estabelecem um conjunto de reformas urbanísticas visando a modernização das capitais, quando surge o Plano Polidreli e Plano Palumbo. Naquele momento histórico Natal detinha os bairros da Cidade Alta – que, conforme nome revela, se situa em um ponto mais alto e estratégico de vista para o rio e o mar – e o bairro da Ribeira, que resguardava características para a vocação comercial, onde se armazenavam e exportavam importantes mercadorias (CASCUDO, 2010).

Estes planos redesenham o modelo da antiga vila, com características ainda coloniais visando obras de intervenção, correção, prolongamento e novos quarteirões. Como consequência da expansão, provocaram desocupações de habitações, emergindo o fenômeno da favelização que migra para o surgimento de novas áreas de ocupação como a Praia do Meio, Passo da Pátria às margens do Rio Potengi e posteriormente a comunidade do Jacó, no interior do bairro das Rocas (TINOCO; BEZERRA; TRIGUEIRO, 2007).

Assentadas nas aspirações de progresso voltado à constituição da república, as ações modernizantes eram justificadas e patrocinadas pela elite local com a finalidade de ampliação e embelezamento da cidade, regulamentando as construções, criando zoneamento e arruamento das cidades. Divide-se o território entre centro-periferia, trabalho e moradia, ricos e pobres através da criação de zonas específicas de consumo e moradia. Esta divisão organizacional da cidade pressupõe a lógica única de uso do consumo. Assim, alguns espaços

são estruturados de forma ampla e aberta que permitem a circulação de pessoas (espaço de consumo) e outros são negligenciados a partir do processo de segregação social (espaço do medo). O medo é subjetivo, e é construído a partir de um conjunto de emoções que se partilha socialmente (FARRALL; GRAY; JACKSON, 2007; JACKSON; GOUSETI, 2013). Nesse processo, o medo passa a estar assentado nessas diferenças socioeconômicas, portanto é estigmatizado e cria vias e enclaves sociais que o alimentam.

Neste percurso histórico, é importante considerar que a cidade do Natal foi uma das sedes da II Guerra Mundial, com sua base de apoio situada em Parnamirim (município limítrofe no setor sul), acentuando o crescimento populacional e expansão da cidade para novos eixos. Essa expansão contribuiu para o segundo momento da política de intervenção urbana que tem seu marco no final dos anos 1970. Suas aspirações são imobiliárias, com a defesa de um processo de verticalização voltado para áreas litorâneas, mas não restrito a elas, onde o turismo aparece como um importante indutor. Vivia-se um momento de ruptura com a ditadura militar e posteriormente a abertura para o mercado globalizado. Sua intenção foi o fortalecimento desta economia que inicia com o processo de consolidação do Programa de Desenvolvimento do Turismo na década de 1990 (FONSECA, 2012).

Esse modelo brasileiro de urbanização fez com que os centros históricos entrassem em decadência, se constituindo como uma ameaça pela alteração da configuração urbana e paisagística. Além disso, gerou zonas periféricas que se revelam pelos usos e rapidamente desusos com ritmos sociais violentos (MELO, 2015). Essa decadência, em Natal, veio se acentuar nos anos 1960 e 1970, com a diminuição do movimento portuário, declínio das atividades comerciais e criação de novas estruturas como é o caso do Terminal Rodoviário em um novo bairro da cidade.

No âmbito nacional, foi instituído o Programa Cidades Históricas, em 1973, com a valorização socioeconômica que foi considerada uma das funções primordiais do patrimônio histórico. O objetivo principal do programa era preservar os monumentos históricos de forma a torná-los economicamente viáveis e, de fato, foi o primeiro programa que investiu em ações de recuperação dos patrimônios. Isto foi possível uma vez que as estratégias de preservação passam a incorporar uma dimensão urbanística.

Essa onda preservacionista na defesa de salvaguardar o patrimônio, passa a estar conectada ao movimento ambientalista que emerge no mundo para discutir os processos de desenvolvimento para além do fator econômico (SACHS, 1986). Provocou, então, a necessidade de estruturação de um conjunto de leis que, entre

outras atribuições, define as regras e uso de ocupação do solo, por meio de um zoneamento urbano espelhado nas ações que aconteciam no cenário nacional. Tais ações culminam na criação da Zona Especial de Preservação Histórica (ZEPH), em 1990, definindo espaços de preservação no centro histórico (NATAL, 1990); na Zona Especial Portuária (ZEP), em 1992, com definições claras de uso e ocupação do solo segundo as subzonas definidas - predominância residencial, institucional e de comércio e serviços (NATAL, 1992). O Plano Diretor de 1994 também foi outro documento legal que definiu áreas especiais, apresentando o bairro da Cidade Alta e Ribeira com valores histórico-culturais significativos que carecem de recuperação e revitalização, sendo o turismo um vetor dessa dinamização (NATAL, 1994).

Assim, o centro histórico de Natal vivenciou um processo de apogeu econômico e urbanístico que rapidamente refletiu em seu declínio, observado a partir das desocupações e abandono de imóveis, provocando um conjunto de intervenções públicas. São exemplos dessas intervenções o Seminário Ribeira Velha de Guerra (1993), o Projeto Viva Ribeira (1995), o Projeto Fachadas da Rua Chile (1996), o Projeto Ribeira (2000), entre outras.

Neste cenário, na década de 1990, é instituído o Programa Monumenta, no ano de 1999, em âmbito nacional que teve como objetivo preservar as áreas de patrimônio, conscientizar a população e aperfeiçoar a gestão visando a sua conservação (IPHAN, 2009). Em Natal, suas ações focaram no corredor cultural, englobando os bairros de Cidade Alta e Ribeira. Dentre as ações realizadas, houve um esforço para a identificação destes patrimônios utilizando inventários, bem como materiais de divulgação para a população (MORAIS, 2016).

Assim, embora as ações empreendidas pelas diversas políticas estaduais e federais estivessem como foco a valorização e reconhecimento do patrimônio, com incentivo à programação cultural, essas ações não solucionaram problemas estruturais em relação aos prédios e regiões abandonadas, principalmente de vazios urbanos, não alterando a dinâmica local. O que de fato ocorre é um movimento de preservação, evitando sua alteração física, sobretudo das fachadas dos prédios.

Do ponto de vista urbanístico, as estratégias de organização social da cidade são reforçadas pelo ideal do crescimento imobiliário que faz uso intenso do espaço e rapidamente o seu desuso, migrando para novas áreas. O medo, como objeto de consumo da cidade capitalista neoliberal, acompanha esse ritmo. São processos cada vez mais marcados pelo isolamento social e uso efêmero do espaço. De modo que a organização física do espaço urbano altera, sobretudo, a conjuntura social, por meio da forma de ver e se relacionar com o outro, da

partilha, da dignidade humana e caminha para o processo de industrialização do medo, guiado por empresas especializadas (CALDEIRA, 2003).

No centro histórico, é imposta uma desordem social como fomento ao medo, refletida em estruturas de prédios abandonados, nas cores sombrias, nas fachadas e apesar de carregarem valor histórico, são distribuídos em pequenos espaços, com pouca arborização, confirmando o que preconiza a literatura sobre o aumento do medo do crime (CÁRDENAS O'BYRNE, 2017; FENNELL, 2017; JACOBS, 1961).

O terceiro momento do processo de desenvolvimento da cidade está inserido no contexto de abertura política e discussão da governança a partir da rede de atores locais, que ocorre no mundo (COUTINHO; NÓBREGA, 2019). Assim, as políticas de reabilitação urbana passam a incorporar a participação dos diversos atores e agentes que estão ali inseridos. O bairro da Ribeira se destacou particularmente com o Plano de Reabilitação de Áreas Centrais (PRAC-Ribeira) iniciado em 2005, a partir de uma equipe multidisciplinar sob os auspícios de um discurso de integração e de participação. Esse plano visa à reutilização de edifícios históricos fechados ou subutilizados por meio da habitação e outras funções urbanas, incluindo o turismo o que acabou por definir os limites do núcleo histórico de Natal.

O PRAC-Ribeira foi o primeiro documento que, além de definir os limites do núcleo histórico de Natal, elaborou um Plano de Valorização Turística Cultural da Ribeira, baseado na representatividade do turismo para o estado e manutenção da economia local. Estes foram construídos considerando o valor histórico, mas sobretudo em oficinas com atores locais buscando compreender o significado deste espaço para cada um destes grupos, em uma busca ideológica de participação popular concreta, que normalmente é pontual, fragmentada e pouco consciente (SEN, 2000).

Com a lógica da reabilitação e valorização do centro histórico de Natal, foi realizado o tombamento de alguns imóveis situados na região pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN, 2010) (Figura 1). Houve uma reforma do espaço físico a partir das políticas de incentivo ao tombamento do patrimônio, sem maior atenção para as características locais, incluindo aspectos das desigualdades sociais em comunidades marginalizadas, que poderiam ter maior participação nos processos decisórios (MELO, 2015).

Concomitantemente, na última década, foi instituída uma política nacional com foco nos centros históricos, denominada, em 2013, como PAC cidades históricas, em que a cidade do Natal foi contemplada com 10 projetos aprovados, de restauração, requalificação e reabilitação do centro histórico.

Atualmente, apenas algumas obras de requalificação de praças foram finalizadas e as demais ainda se encontram em andamento, com previsão de entrega ao longo do primeiro semestre de 2021. Esta política tem como objetivo a valorização dos imóveis, em relação à estrutura física, e a capacitação de agentes visando a promoção patrimonial cultural das cidades históricas. Depreende-se, então, que apesar do forte apelo discursivo da participação e governança em rede de atores no processo de construção da política urbana, há que considerar o percurso histórico brasileiro e local marcado por estratégias de exclusão social, vulnerabilidade e desigualdade social. Assim, a participação permanece em ações pontuais, atuando como discurso sem efeitos práticos na dinâmica urbana e principalmente no ativismo social por meio de uma consciência coletiva (objetivo das políticas urbanas discutidas).

Figura 1 - Área tombada do centro histórico de Natal



Fonte: IPHAN (2010).

Como resultado deste processo, as ruas – espaços de coletividade e convívio social – tornam-se abandonadas, utilizadas por pessoas que foram excluídas do círculo do consumo. Essas pessoas ficam à margem das decisões e do protagonismo social e são alvos de medidas de controle social, pelo seu comportamento concebido como ‘desordenado’, e o medo ganha espaço para atuar (KARAGIANNIS; MADJD-SADJADI, 2012; OH; REN; HE, 2019).

As estratégias continuam arraigadas em um forte apelo estético de embelezamento, por meio de prédios históricos com fachadas, cores, iluminação,

utilizando o turismo como uma racionalidade, a partir da ‘necessária’ diversificação da oferta turística na cidade para além do sol e mar. As palavras de ordem comuns a todas as políticas urbanísticas implementadas neste período remetem a um processo de *re-habilitação*, *re-qualificação*, *re-stauração* que visam a valorização do patrimônio, mas não consideram as contradições existentes. Os “re’s” impõem um consumo capitalista que passa também a empregar a dimensão econômica fortemente utilizada no turismo para a reestruturação de espaços públicos. Apesar disso, pichações, lixos e pouco uso do espaço público são aparentes.

De acordo com Jackson e Gouseti (2013) as relações estabelecidas no espaço revelam as percepções compartilhadas sobre o medo do crime. O espaço, apesar de estruturado fisicamente, não se torna local de encontro e partilha, provocando distanciamento entre o patrimônio e seu uso. O medo, neste momento, é percebido por um conjunto de ações que relaciona comportamentos desordenados de marginalizados e elementos urbanísticos que sinalizam abandono (pichações, lixo, ausência de manutenção) que se reforça pela alienação sobre o protagonismo social nas políticas públicas.

O quarto momento da política urbana no centro histórico é provocado por um conjunto de atores privados, que se configurou a partir do contexto neoliberal. Deve-se considerar que são bairros com características eminentemente comerciais e de serviços com algum uso institucional público. São comércios do tipo de rua que se contrapõem à lógica dos grandes espaços fortificados de consumo, como é o caso dos *shoppings centers*.

Essas características motivaram o levante do setor comercial local para direcionar políticas de revitalização do centro voltadas para usos mistos. Essas intervenções são visualizadas em arte de rua (especificamente o grafite), reformas de espaços culturais, melhoria na iluminação pública, instalação de lixeiras, reforço no patrulhamento por parte da Guarda Municipal e fomento às atividades culturais (principalmente a música). O conjunto destas intervenções são visualizadas na política denominada Novo Centro Histórico de Natal e reforçada por estratégias empresariárias que se unem em torno do coletivo denominado ‘Viva o Centro’³. De forma específica, a arte em mural utilizando o grafite em conjunto com as atividades culturais, principalmente as rodas de samba, impulsionaram uma dinâmica de encontros e partilhas em áreas específicas, doravante Beco da Lama e Espaço Ruy Pereira, ambos localizados no bairro da Cidade Alta.

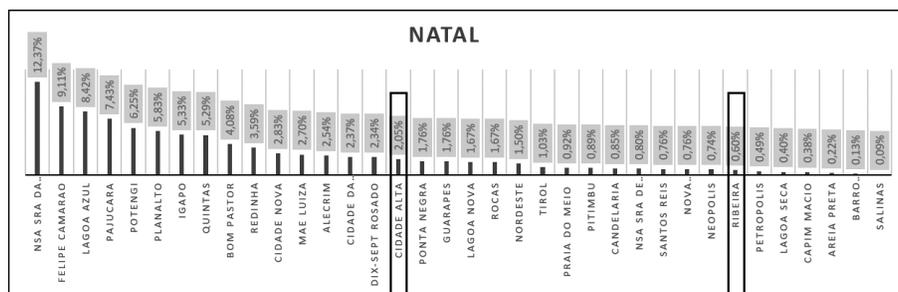
Neste momento da história, a cidade do Natal sofre com o aumento de criminalidade urbana que atenta contra a vida, intensificada pelos meios midiáticos, que teve início com a crise do sistema penitenciário, em 2016. Todavia, quando

³ Uma associação de empresários e instituições locais que se unem para articular ações em torno da *re-qualificação* do bairro de Cidade Alta.

contextualizada dentro da dinâmica da cidade, Cidade Alta (2,05%) e Ribeira (0,60%) não situam entre os bairros com maior incidência criminal entre os anos de 2011 a 2019 (Gráfico 1). Uma análise comparativa entre os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e os Crimes Violentos ao Patrimônio (CVP) na Área Integrada de Segurança Pública número 2 (AISP 2) que compõe os bairros de Cidade Alta, Ribeira, Rocas e Santos Reis⁴ evidencia um aumento nas CVLI's no ano de 2016, ocasião em que eclode a crise (Gráfico 2). Ainda assim, sinaliza queda nos últimos anos, sendo hoje menor do que nos períodos anteriores à crise. As CVP's, por sua vez, apresentam contínua diminuição, sem interferência, com o contexto da crise no sistema penitenciário.

Estes dados nos fornecem direcionamentos para elucidar medo do crime como sentimento individualmente experimentado e socialmente compartilhado a partir da criação de estereótipos. É *inversamente proporcional* ao fenômeno da criminalidade e estimulado por empresas especializadas, no que se torna possível no contexto neoliberal. Assim, apesar de não existir dados que comprovem a real criminalidade urbana nestes bairros, inclusive em perspectiva histórica, há elementos simbólicos e físicos que fazem com que o medo adquira o controle do uso do espaço, fragmentando a experiência urbana. Esse fenômeno corrobora com a tese de que medo do crime e criminalidade não andam juntos (DORAN; BURGESS, 2012) e que as relações no contexto urbano e social contribuem para este entendimento.

Gráfico 1 - Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) por bairros, Natal/RN (2011-2019)



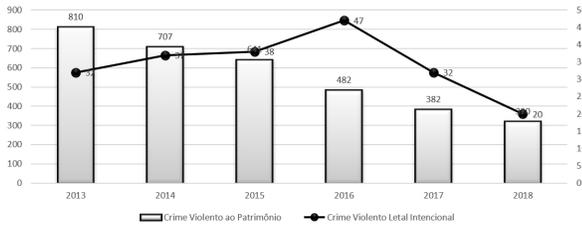
Legenda

- Bairros
- Centro Histórico de Natal

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Observatório da Violência do Rio Grande do Norte (2020a).

⁴ Rocas e Santos Reis são adjacentes ao centro histórico, inclusive palco do processo de segregação social no início do século XXI e, portanto, bairros vulneráveis e desiguais do ponto de vista social.

Gráfico 2 - Conduas criminais na AISP 2 de Natal/RN – Comparativo CVP e CVLI (2013-2018)

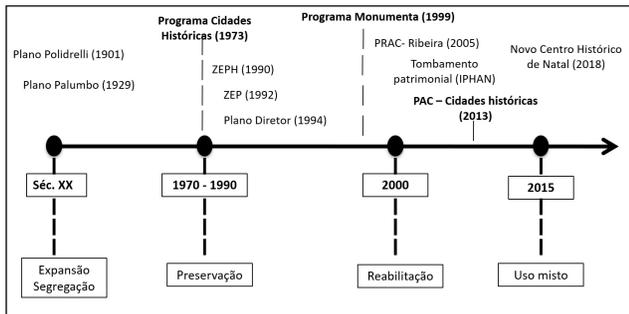


Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Observatório da Violência do Rio Grande do Norte (2020b).

É importante pontuar que também há movimentos contra hegemônicos que ao longo dos anos lutam em busca da vivência harmônica entre os usuários do centro, e que têm na arte (principalmente a música) o seu ponto de encontro em praças, becos e largos. Morais (2016) caracteriza esse movimento como sendo silencioso, e que busca usos tradicionais dos espaços.

Entende-se, dessa forma, que a busca pelo bem-viver é balizada por recortes temporais, aliando a caminhos para melhores áreas de consumo e dotação de bens e serviços. Este caminhar acompanha as elites que se apropriam dos espaços para auferir lucros. A partir dessa dinâmica, compreende-se como se configura o espaço atual da cidade, que faz distinção de bairros que acomodam classes sociais diferentes e instalam um mecanismo de valorização do espaço, privilegiando a expansão do sentido centro-sul. Para fins de identificação visual, expõe-se na Figura 2, uma linha do tempo com os principais traços históricos concretizados no centro histórico de Natal a partir de um conjunto de intervenções públicas que modificaram a dinâmica urbana.

Figura 2 - Linha do tempo com as políticas de intervenção urbana no centro histórico de Natal/RN e as narrativas



Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa, 2020.

É importante pontuar que os bairros da Cidade Alta e Ribeira possuem uma malha urbana com poucas artérias principais, com forte presença de calçadas estreitas que finalizam em becos com alguns largos. Em relação à infraestrutura, os bairros do centro possuem boa infraestrutura de água, saneamento, drenagem, luz, telefonia, coleta regular de lixo, escolas, posto de saúde e linhas de transporte urbano que conecta com vários pontos da cidade. Na contramão, verifica-se deficiência de áreas verdes, que se limitam a algumas praças públicas e canteiros centrais das principais avenidas (NATAL, 2012). Essas características promovem um sentimento de medo, pela impossibilidade de as pessoas se sentarem e conviverem, falta de espaços de transição, bem como de falta de uma arborização adequada (DE BIASI, 2017).

Este conjunto de ações e iniciativas públicas analisadas reflete na forma, estrutura e conjuntura social do centro histórico de Natal, que abriga discussões sobre a sua manutenção e uso desses espaços que foram modificados em nome do processo de modernização. Assim, considerando as principais categorias do medo do crime apontada pela literatura, estruturou no Quadro 2 as categorias discutidas à luz da realidade do centro histórico de Natal/RN.

Quadro 2 - Medo do crime no centro histórico de Natal

Dimensão	Centro Histórico de Natal
Organização social	Estratégias de único uso: do consumo - a partir de amplas atividades (imobiliárias, comerciais, culturais, turística); Crescimento imobiliário e reforço do desuso dos espaços migrando para novas áreas com enclaves fortificados; Desorganização social fomentada pelo abandono, pouco arborização, cores opacas e lixo revestidos de pensamento preservacionista; Políticas de <i>re</i> -habilitação que utilizam da racionalidade econômica do turismo e exclui os saberes e dinâmicas locais; Ideologia da participação que não promove empoderamento social ou escuta dos anseios locais por meio dos grupos tradicionais;
Controle social	Penalização de comportamentos desordenados por meio do policiamento; Controle do uso do espaço segregando-os socialmente para outras áreas; Capacidade de controle social por instituições formais (policiamento) e informal (divisão social), no que gera um quadro de medo com pouca ou nenhuma relação com a criminalidade.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa, 2020.

Depreende-se que apesar das intervenções urbanísticas carregarem diferentes recursos retóricos ao longo da história, revestidos da necessidade de

expandir, de preservar, de reabilitar ou incentivar usos mistos, elas estão focadas na circulação de pessoas e o seu consumo. De forma específica, evidencia na dimensão da organização social (como estratégia para aumento do medo), uma atuação quase que invisível do estado através deste fomento econômico que perpassa pelo setor imobiliário, pelo comércio de rua, pela arte (como produto a ser consumido) e pelo turismo. No espaço físico, atua em um processo de desorganização social identificado pelo abandono, degradação, fachadas opacas, lixo e pouco espaço de transição e garantia de convívio através de arborização adequada. Ainda assim, pressionado pelo processo de globalização, o Estado incorpora no discurso das políticas urbanas estratégias de participação social pontual e ações preservacionistas que reforçam a ideia de desorganização, e fomentam a cidade neoliberal.

Cabe considerar que os ruídos sonoros, como música alta, barulho de tiro, gritaria, entre outros, não foram considerados pela pesquisa, como elementos do medo, conforme preconiza a literatura (TRINDADE; DURANTE, 2019). Porém, a arte exposta em murais foi percebida como característica física que diminui o sentimento do medo, sobretudo pela existência da música (arte) nestes locais, no que evidencia um quadro de encontros e partilhas sociais (HARVEY, 2014; JACKSON; GOUSETI, 2013; SAKIP; BAHALUDDIN; HASSAN, 2016).

Na dimensão de controle social para diminuição do medo do crime, a presença estatal não é oculta, e se formaliza por meio de instituições públicas, como a Polícia. A estratégia policial se apresenta de forma dicotômica: ora sinaliza o aumento do medo, ora a sua diminuição. O centro histórico de Natal/RN carrega processos de desigualdade e vulnerabilidade social, assim a presença policial reforça este sistema que se conecta de forma direta com o aumento do medo (BAIERL, 2008). Cabe ainda considerar que a atuação policial possibilita a aquiescência da transgressão de uma sociabilidade violenta e, portanto, da capacidade física e simbólica de controle social (BOTTERILL *et al.*, 2013; SILVA, 2004).

De maneira geral, esse processo denota que o medo do crime não se manifesta de acordo com a criminalidade, e talvez por isso seja mais importante do que o crime e o comportamento dos criminosos, o que corrobora com as críticas à adoção acrítica de políticas norte-americanas de segurança pelos países latino-americanos (BLAUSTEIN, 2016; JONES; NEWBURN, 2019). A forma como a cidade está disposta através de suas características físicas e seus instrumentos de controle formal do estado possui mecanismos simbólicos que fazem do medo um objeto a ser consumido e retroalimentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O MEDO DO CRIME

O processo de crescimento das nações vem sendo impulsionado pelo fenômeno da modernização neoliberal e da globalização modificando as estruturas e relações sociais. As cidades passam a ser lugar de consumo onde o medo torna-se uma constante a ser percebida e manuseada. Apesar de não ser evidente, passa-se a sentir medo do outro (KORSTANJE, 2017), um medo simbólico, reforçado pelas relações de segregação social. Não é auferido pelo elemento externo como um campo de luta física, comumente medido pelos dados estatísticos criminais, mas principalmente pelas estruturas urbanas físicas a partir de uma leitura não verbal quando decide-se construir, modernizar, preservar, revitalizar e abandonar determinados espaços.

O turismo e o lazer, neste sentido, são racionalidades implementadas que fazem com que equipamentos sejam criados e/ou reformulados para seu uso. Essas medidas podem adquirir a conotação de um ordenamento social sob a prerrogativa de sua preservação e revitalização, e como medidas de controle social com direcionamento punitivo e restritivo, pensadas para um determinado espaço, principalmente dotado de elevada polarização social. Em ambos os aspectos, o turismo e lazer são vistos através de um valor meramente (ou simplesmente) econômico, esvaindo-se do seu papel como agente dinamizador na promoção de qualidade de vida. Não exclui o elemento econômico, mas se complementa no seu processo de desenvolvimento.

Esta pesquisa evidenciou as principais políticas de intervenção urbana executadas pelo setor público no centro histórico de Natal e as relacionou com a literatura sobre o medo do crime. Neste processo foi possível identificar quatro principais momentos históricos onde o medo do crime foi uma constante sob a prerrogativa de um ordenamento e controle social. De forma específica, o turismo é utilizado como racionalidade a partir do terceiro momento, em que coincide com justificativa de dinamização da oferta turística na capital. As políticas urbanas reforçam o ideal do medo a partir da sua ação e inação; do controle ou da desordem; da punição ou da exclusão nos equipamentos públicos e vias de ordenamento.

Sabe-se que as evidências desta pesquisa são um primeiro insumo para pensar o medo do crime no mundo pós-industrial a partir da estruturação do espaço físico, de forma específica, das políticas públicas de intervenção urbana. Entretanto, já aponta algumas importantes evidências discutidas neste trabalho, principalmente por incorporar uma dimensão diferente das pesquisas que visam o

olhar do turista e o desenvolvimento econômico do turismo que não apresentam evidências sobre a realidade existente.

Para tanto, foram identificadas duas lacunas de pesquisa que podem impulsionar um aprofundamento e/ou novas abordagens de pesquisas. A primeira, refere-se a uma abordagem da vitimização relacionando com o perfil sociodemográfico do medo do crime na realidade investigada, de modo a entender como os diferentes perfis sociais percebem as estruturas urbanas. A segunda abordagem, remete a dimensão midiática do medo como disseminador de informações e construção de estereótipos, de forma específica a das mídias sociais.

REFERÊNCIAS

- ADAM, I.; ADONGO, C. A. Do backpackers suffer crime? Empirical investigation of crime perpetrated against backpackers in Ghana. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, [S. l.], v. 27, p. 60-67, 2016.
- BAHIA, M.; FIGUEIREDO, S. O direito à cidade: reflexões sobre espaço público e lazer. In: AZEVÊDO, P. H.; BRAMANTE, A. C. (ed.). **Gestão estratégica das experiências de lazer**. Curitiba: Appris, 2017. p. 135-160.
- BAIERL, L. F. Medo Social: dilemas cotidianos. **Ponto-e-Vírgula: revista de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 3, p. 138-151, 2008.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. São Paulo: Zahar, 2009.
- BLAUSTEIN, J. Exporting criminological innovation abroad: discursive representation, 'evidence-based crime prevention' and the post-neoliberal development agenda in Latin America. **Theoretical Criminology**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 165-184, 2016.
- BOTTERILL, D. *et al.* Violence, backpackers, security and critical realism. **Annals of Tourism Research**, [S. l.], v. 42, p. 311-333, 2013.
- CALDEIRA, T. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 47, p. 155-176, 1997.
- CALDEIRA, T. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania**. 34. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.
- CÁRDENAS O'BYRNE, S. Medir el uso del espacio público urbano seguro. **Sociedad y Economía**, [S. l.], n. 33, p. 33-54, 2017.
- CASCUDO, L. **História da cidade do Natal**. 4. ed. Natal: RN Econômico, 2010.

- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CARLOS, A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- CERQUEIRA, D. **Causas e consequências do crime no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDDES, 2014.
- CHAUHAN, V. Safety and security perceptions of tourists visitins Kashmir, India. **Advances in Hospitality and Leisure**, [S. l], v. 3, n. 1, p. 3-17, 2015.
- COSTA, A. T. M.; DURANTE, M. O. Police and fear of crime in distrito federal. **Dados**, [S. l], v. 62, n. 1, p. 1-31, 2019.
- COSTA, J. H.; HERRERA, M. R. G. Criminalidade, segurança pública e sustentabilidade em destinos turísticos. **Marketing & Tourism Review**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 1-39, 2019.
- COSTA, J. H. *et al.* “Polícia do turista”: contradições e revelações. **International Journal of Safety and Security in Tourism/Hospitality**, [S. l], v. 18, p. 1-12, 2018.
- COUTINHO, A. C. A.; NÓBREGA, W. R. M. Governace in tourist destinations: challenges in modern Society. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 55-70, 2019.
- DE BIASI, A. Transforming vacant lots: investigating an alternative approach to reducing fear of crime. **Journal of Environmental Psychology**, [S. l], v. 50, p. 125-137, 2017.
- DORAN, B.; BURGESS, M. **Putting fear of crime on the map**: investigating perceptions of crime using geographic information systems. New York: Springer, 2012.
- ENSLIN, *et al.* **ProKnow-C, Knowledge Development Process-Constructivist**. Processo técnico com patente de registro pendente junto ao INPI. Brasil: Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, 2010.
- FARRALL, S.; GRAY, E.; JACKSON, J. Theorising the fear of crime: the cultural and social significance of insecurities about crime. **SSRN Electronic Journal**, [S. l], n. 5, p. 1-36, Jan. 2007.
- FAZITO, M. Modernização turística: o papel do turismo no desenvolvimento. *In*: NÓBREGA, W.; FIGUEIREDO, S.; AZEVEDO, F. (org.). **Perspectivas Contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA, 2015. p. 108-126.
- FENNELL, D. A. Towards a model of travel fear. **Annals of Tourism Research**, [S. l], v. 66, p. 140-150, 2017.
- FONSECA, M. A. P. **Segunda residência, lazer e turismo**. Natal: EDUFRN, 2012.

GEORGE, R. Visitor perceptions of crime-safety and attitudes towards risk: the case of table Mountain National Park, Cape Town. **Tourism & Management**, [S. l.], v. 31, n. 6, p. 806-815, 2010.

GIUSTI, G.; RAYA, J. M. The effect of crime perception and information format on tourists' willingness/intention to travel. **Journal of Destination Marketing & Management**, [S. l.], n. 11, p. 1-7, 2019.

HALE, C. Fear of Crime: a review of the literature. **International Review of Victimology**, [S. l.], p. 1-77, 1996.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Programa Monumenta: Recuperação de imóveis privados em centros históricos**. Brasília: IPHAN, 2009.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartilha informativa: tombamento do Centro Histórico de Natal**. Natal: IPHAN, 2010.

JACKSON, J.; GOUSETI, I. Fear of crime. **The Encyclopedia of Theoretical Criminology**, [S. l.], n. 4, p. 1-6, 2013.

JACOBS, J. **The death and life of America's cities**. New York: Vintage Books, 1961.

JONES, T.; NEWBURN, T. Understanding transnational policy flows in security and justice. **Journal of Law and Society**, [S. l.], v. 46, n. S1, p. S12–S30, 2019.

JONES, T.; BLAUSTEIN, J.; NEWBURN, T. **Researching cross-national policy mobilities in crime control**. [S. l.: s. n.], 2019.

KARAGIANNIS, N.; MADJD-SADJADI, Z. Crime, criminal activity and tourism performance: Issues from the Caribbean. **Worldwide Hospitality and Tourism Themes**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 73-90, 2012.

KORSTANJE, M. **The mobilities paradox: a critical analysis**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2017.

LEFEBVRE, H. **Le droit à la ville**. Paris: Anthropos, 1969.

LIMA, R.; COSTA, J. Avaliação de políticas públicas de turismo: aspectos metodológicos e os resultados da avaliação do PRODETUR em Parnamirim/RN (2005-2012). **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 451-474, 2015.

MACHADO, M. B. T. Turismo, medo e violência. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 225-228, 2013.

MACHADO, M. B. T. Factores restrictivos del turismo: la percepción de la demanda real y potencial sobre la seguridad pública en Rio de Janeiro (Brasil). **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Buenos Aires, v. 27, p. 968-984, 2018.

MANSFELD, Y.; PIZAM, A. **Tourism, security and safety: from theory to practice**. London: British Library, 2006.

MELO, M. A. W. S. **Turismo e patrimônio cultural: centro histórico de Natal/RN**. Natal: EDUFRN, 2015.

MORAIS, L. L. **Turismo e patrimônio cultural: políticas, ações e intervenções no município de Natal/RN**. Natal: EDUFRN, 2016.

NATAL. **Lei Nº 3.942, de 09 de julho de 1990**. Institui a Zona Especial de Preservação Histórica [...]. Natal: Prefeitura Municipal, [1990]. Disponível em: https://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/File/InstrOrdSearch/31_Zona_Especial_de_Preservacao_Historica-ZEPH.pdf. Acesso em: 18 set. 2020.

NATAL. **Lei Nº 4.069, de 21 de maio de 1992**. Regulamenta a Zona Especial Portuária [...]. Natal: Prefeitura Municipal, [1992]. Disponível em: http://www.natal.rn.gov.br/semurb/paginas/File/Legislacao-novo%20/32_Zona_Especial_Portuaria-ZEP.pdf. Acesso em: 18 set. 2020.

NATAL. **Lei complementar Nº 07, de 05 de agosto de 1994**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Natal [...]. Natal: Prefeitura Municipal, [1994]. Disponível em: http://medeirosadvogados.com/download/municipal/plano_diretor.pdf. Acesso em: 18 set. 2020.

NATAL. **Conheça melhor o seu bairro**. Natal: Semurb, 2012.

OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Condutas Violentas Letais Intencionais (2011-2019)**. Natal: Metabanco de Dados, 2020a.

OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Condutas Violentas Patrimoniais (2015-2019)**. Natal: Metabanco de Dados, 2020b.

OH, G.; REN, L.; HE, P. Social disorder and residence-based fear of crime: The differential mediating effects of police effectiveness. **Journal of Criminal Justice**, [S. l.], v. 63, p. 1-11, 2019.

OZASCILAR, M.; MAWBY, R. I.; ZIYALAR, N. Perceptions of risk on vacation among visitors to Istanbul. **Safer Communities**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 16-29, 2019.

- PRECHATHAMWONG, W.; RUJIPRAK, V. Causal model of fear of crime among people in Bangkok. **Kasetsart Journal of Social Sciences**, [S. l.], Feb. 2018.
- RICHARDSON, R. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROO, Q.; CORTÉS, M. L. Inseguridad y turismo en Quintana Roo, México (1997-2013). **Revista Criminalidad**, v. 58, n. 1, p. 159–169, 2016.
- SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- SAKIP, S. R. M.; BAHALUDDIN, A.; HASSAN, K. The effect of mural on personal crime and fear of crime. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, [S. l.], v. 234, p. 407-415, Oct. 2016.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, A.; SOBRINHA, M.; CLEMENTINO, M. Novas tipologias habitacionais perante a expansão do capital imobiliário-turístico em Natal, RN. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 16, p. 141-162, 2006.
- SILVA, B.; BEATO FILHO, C. Ecologia social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, p. 155-170, 2014.
- SILVA, L. A. M. DA. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 19, n. 1, p. 53-84, jun. 2004.
- SOUZA, M. J. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- TINOCO, M.; BEZERRA, E.; TRIGUEIRO, F. Novos usos, novos fluxos. Complexidade e contradição na preservação arquitetural e reciclagem de edifícios no centro antigo de Natal. In: SEMINÁRIO PROJETER, 3., 2007, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS-Projetar, 2007. p. 1-12.
- TRINDADE, A.; DURANTE, M. Medo do crime e vitimização no Distrito Federal Analisando as vulnerabilidades de. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 12, n. 2, p. 239–265, 2019.
- URRY, J. **The tourist gaze**. California: SAGE, 2002.
- VILLAÇA, F. **As ilusões do plano diretor**. São Paulo: Edições do Autor, 2005.

Texto submetido à Revista em 04.08.2020

Aceito para publicação em 07.11.2020



O “*buen vivir*” e a construção de uma nova sociedade

“Buen vivir” and the building of a new society

Flávia Verônica Silva Jacques - Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Docente na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: flaviajacques@furg.br

Resumo

De acordo com Acosta (2016) a filosofia do “*Buen Vivir*” (em português “Bem Viver”) é um caminho em construção, fundamentado na solidariedade entre os seres humanos e a natureza, o qual já é uma realidade em determinadas culturas ao redor do mundo. O Bem Viver, além de uma declaração constitucional e um conceito em construção, significa uma oportunidade para se desenvolver coletivamente uma nova forma de organizar o modo de viver no mundo. Sintetiza visões e práticas ancestrais andinas, debates e propostas atuais, pensamentos críticos e lutas sociais que representam a busca por alternativas em resposta ao modelo de desenvolvimento contemporâneo. O presente trabalho apresenta as perspectivas do “*Buen Vivir*” como alternativa para a construção de uma nova sociedade pautada na democracia e na sustentabilidade, baseada na obra “*O Bem Viver*”, do autor Alberto Acosta (um dos maiores responsáveis por colocar os Direitos da Natureza na Constituição do Equador).

Palavra-chave

Buen Vivir. Neoliberalismo. Direitos da Natureza. Democracia. Sustentabilidade.

Abstract

According to Acosta (2016) the “*Buen Vivir*” philosophy (in Portuguese “*Bem Viver*”) is a path under construction based on solidarity between human beings and nature, which is already a reality in certain cultures around the world. *Bem Viver*, in addition to a constitutional declaration and a concept under construction, means an opportunity to collectively build a new way of organizing the way of living in the world. It synthesizes ancient Andean views and practices, current debates and proposals, critical thoughts and social struggles that represent the search for alternatives in response to the contemporary development model. This work presents the perspectives of “*Buen Vivir*” as an alternative for the construction of a new society based on democracy and sustainability, based on the work “*O Bem Viver*” by author Alberto Acosta (one of the most responsible for placing the Rights of Nature in the Constitution of Ecuador).

Keywords

Buen Vivir. Neoliberalism. Rights of nature. Democracy. Sustainability.

INTRODUÇÃO

De acordo com Acosta (2016), a filosofia do “*Buen Vivir*” – termo traduzido para o português “Bem Viver” – é um caminho alternativo, oposto ao conceito de acumulação perpétua, que busca a harmonia com a Natureza, a reciprocidade e a solidariedade entre os indivíduos e comunidades, o qual já é uma realidade em determinadas culturas ao redor do mundo.

Discorre o autor, que o Bem Viver será uma tarefa de reconstrução da sociedade focada em desarmar a meta universal do progresso em sua versão produtivista e do desenvolvimento enquanto direção única, sobretudo em sua visão mecanicista do crescimento econômico e seus múltiplos sinônimos. Desta forma, apresenta-se como uma oportunidade de construção coletiva de novas formas de viver e não simplesmente como um receituário materializado em alguns artigos constitucionais, como no caso do Equador e da Bolívia.

O presente trabalho busca apresentar as perspectivas do “*Buen Vivir*” como alternativa de desenvolvimento de uma nova sociedade baseada na democracia e na sustentabilidade. Para tanto reflete sobre a obra *O Bem Viver* do autor Alberto Acosta¹, um dos maiores responsáveis por colocar os Direitos da Natureza na Constituição do Equador.

Tem-se que o Bem Viver instituiu-se formalmente e oficialmente por meio de sua adoção pela Constituição da República do Equador e Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia, nos anos de 2008 e 2009, respectivamente.

En sus primeras expresiones formales, el Buen Vivir se cristalizó en las nuevas constituciones de Ecuador (aprobada en 2008) y Bolivia (2009). Ese paso sustantivo fue el producto de nuevas condiciones políticas, la presencia de activos movimientos ciudadanos, y el creciente protagonismo indígena (GUDYNAS, 2011, p. 461).

Atualmente, o *Buen Vivir* é um princípio presente nas novas constituições plurinacionais “no âmbito da consolidação dos Estados plurinacionais, bem como é vislumbrado como uma ‘alternativa’ e oportunidade de construção coletiva de uma nova forma de organizar a vida” (CONSTANTE, 2016, p. 2).

¹ Alberto Acosta é um dos principais ideólogos do início da Revolução Cidadã no Equador, tendo sido um dos responsáveis pelo plano de governo da *Alianza País*, partido encabeçado por Rafael Correa, cuja ascensão à Presidência da República, em 2007, deu início a uma série de transformações nesta *bermosa* nação localizada no centro do mundo. O Equador tornou-se, assim, referência para utopistas e lutadores sociais. Em 2013, lançou-se como presidente da República pela *Unidad Plurinacional de las Izquierdas*, coligação que uniu o partido indígena Pachakutik a movimentos populares e ambientais na defesa dos ideais expressos na nova Constituição, aprovada em 2008 (TURINO, 2016, p. 13-14).

Outrossim, esta filosofia é considerada um conceito em construção e tem repercutido em várias discussões sobre alternativas ao crescimento econômico dos países, capitalismo e ao consumismo.

Para Gudynas (2011), um aspecto central na formulação do Bem Viver ocorre no campo da crítica ao desenvolvimento contemporâneo. Eles questionam, por exemplo, a racionalidade do desenvolvimento atual, sua ênfase nos aspectos econômicos e no mercado, sua obsessão pelo consumo e o mito do progresso contínuo. Critica-se o reducionismo de se apresentar o crescimento econômico como o único fator de desenvolvimento de um país e adverte-se que o desenvolvimento deve ser medido também com relação aos recursos naturais.

Enquanto os recursos naturais são limitados e as capacidades dos ecossistemas para lidar com os impactos ambientais também são limitadas, a afirmação de desenvolvimento deve ser investigada, pois torna-se comum afirmar que um país se desenvolve se sua economia cresce e, em particular, se as exportações ou os investimentos aumentam, afirma Gudynas (2011).

Nesse aspecto, ressalta-se que:

Os resultados econômicos devem estar subordinados às leis de funcionamento dos sistemas naturais, sem perder de vista o respeito à dignidade humana e procurando assegurar qualidade de vida às pessoas. Concretamente, a economia deve demolir toda a construção teórica que esvaziou “de materialidade a noção de produção e [separou] completamente a racionalidade econômica do mundo físico [...] A economia deve submeter-se à ecologia. Por uma razão muito simples: a Natureza estabelece os limites e alcances da sustentabilidade e a capacidade de renovação que possuem os sistemas para auto renovar-se. Disso dependem as atividades produtivas. Ou seja: se se destrói a Natureza, destroem-se as bases da própria economia (ACOSTA, 2016, p. 120-121).

Acosta (2016, p. 123) explica que “para libertar a Natureza da condição de mero objeto de propriedade dos seres humanos, foi – e continua sendo – necessário um grande esforço político para reconhecê-la como sujeito de direitos.” Assevera-se que os “Direitos Humanos e os Direitos da Natureza - que articulam uma igualdade biocêntrica, sendo analiticamente diferenciáveis - se complementam e se transformam em uma espécie de Direitos da Vida ou Direitos à Vida” (ACOSTA, 2016, p. 140).

É por isso que os Direitos da Natureza, imbricados cada vez mais com os Direitos Humanos, impulsionam a construção democrática de sociedades sustentáveis a partir de cidadanias plurais e pensadas sob o ponto de vista da ecologia: “É necessário entender os Direitos da Natureza como uma reação ao

choque de visões, não fratura, mas de costura de estéticas, emoções, desejos, conhecimentos e saberes, que são elementos consubstanciais do Bem Viver” (ACOSTA, 2016, p. 141).

1 BEM VIVER E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O livro *O Bem Viver: uma oportunidade para se imaginar outros mundos* foi escrito por Alberto Acosta, um dos principais responsáveis por colocar os Direitos da Natureza na Constituição do Equador – considerado um feito inédito no mundo – tornando o país uma referência para utopistas e lutadores sociais.

As mobilizações e rebeliões populares – especialmente a partir dos mundos indígenas equatoriano e boliviano, cenário de longos processos históricos, culturais e sociais – formam a base do que conhecemos como *Buen Vivir*, no Equador, ou *Vivir Bien*, na Bolívia. Nestes países andinos e amazônicos, propostas revolucionárias² ganharam força política e foram incorporadas em suas constituições, sem que, por isso, tenham se cristalizado em ações concretas (ACOSTA, 2016).

Explica Alberto Acosta (2016) que as promessas do progresso, feitas há mais de quinhentos anos, e as de desenvolvimento, que ganharam o mundo a partir da década de 1950, não se cumpriram e não se cumprirão. Logo, buscando uma alternativa contra problemas cada vez mais evidentes, Alberto Acosta resgata o conceito de *sumak kawsay*, de origem *kíchwa*, e propõe uma ruptura civilizatória calcada na utopia do Bem Viver e na urgência de se construir sociedades mais solidárias e sustentáveis.

Acosta (2016) sugere uma quebra de paradigmas, para superar o fatalismo do desenvolvimento³, reatar a comunhão entre humanidade e natureza e revalorizar diversidades culturais e modos de vida suprimidos pela homogeneização imposta pelo Ocidente, que desconsiderou completamente as demais culturas.

O Bem Viver, considerado a soma de práticas de resistência ao colonialismo e às suas sequelas é, há muitos anos, um modo de vida em várias comunidades indígenas que não foram totalmente absorvidas pela modernidade capitalista. A influência colonial e capitalista está presente no mundo indígena de múltiplas formas, o que impede visões românticas de sua realidade. Crescentes segmentos

² De acordo com Gudynas (2011) o resgate do saber indígena gerou influência na implementação de políticas públicas considerando os direitos da natureza na Constituição Federal da Bolívia e do Equador.

³ A sociedade contemporânea vive o auge do desenvolvimento tecnológico e do consumo desenfreado, fragilizando a capacidade de regeneração ambiental e causando vários danos ambientais, emissão de gases poluentes e aquecimento global (COSTA, 2017).

da população indígena foram absorvidos pela lógica da monetarização própria do mercado capitalista. Há grupos indígenas em situações de grande precariedade ainda hoje e presos ao mito do progresso, explica Acosta (2016).

Verifica-se que alguns saberes indígenas não possuem uma ideia análoga à de desenvolvimento: não existe a concepção de um processo linear de vida que estabeleça um estado anterior e outro posterior, a saber, de subdesenvolvimento e desenvolvimento, dicotomia pela qual deveriam transitar as sociedades para a obtenção do bem-estar, como ocorre no mundo ocidental. Também não existem conceitos de riqueza e pobreza (ACOSTA, 2016).

O Bem Viver deve ser assumido como uma categoria em permanente construção e reprodução, afirma Acosta (2016), pois é um processo em construção e reconstrução que encerra processos histórico-sociais de povos permanentemente marginalizados e que esta proposta não pode ser vista só como uma alternativa ao desenvolvimento economicista (políticas de desenvolvimento embasadas apenas no crescimento da economia).

“O *Buen Vivir* é essencial para a nova ‘Reforma’ na medida em que marca a resignificação do modo de produção e refunda a hermenêutica do Estado tornando-se como uma alternativa possível” (CONSTANTE, 2016, p. 9).

Esclarece Acosta (2016) que o Bem Viver, além de uma declaração constitucional, significa uma oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de organizar a própria vida. Portanto, o verdadeiro debate dá-se na sociedade e deve-se deixar para trás o conceito convencional de desenvolvimento baseado no crescimento econômico para investir em uma visão diferente.

El Buen Vivir implica un cuestionamiento sustancial a las ideas contemporáneas de desarrollo, y en especial su apego al crecimiento económico y su incapacidad para resolver los problemas de la pobreza, sin olvidar que sus prácticas desembocan en severos impactos sociales y ambientales. También señalan que esta idea le debe mucho a la mirada de los pueblos indígenas, y un repaso por otras definiciones muestra que en ella convergen tanto intelectuales o militantes, criollos o indígenas (GUDYNAS, 2011, p. 461).

Explica Gudynas (2011) que se torna indispensável questionar o senso histórico do processo desencadeado pela ideia do desenvolvimento e reinventar as ferramentas de busca para o bem-estar coletivo.

É imprescindível também reconhecer que os conceitos e instrumentos⁴ disponíveis para analisar o desenvolvimento contemporâneo já não servem.

⁴ Considera-se tanto o plano das ideias como as práticas e metodologias utilizadas para validar, avaliar e classificar o nível de progresso e bem-estar dos países (GUDYNAS, 2011).

São conhecimentos que pretendem convencer a sociedade de que este padrão civilizatório – atado à lógica convencional do progresso – é natural e inevitável.

O Bem Viver não se oferece como a enésima tentativa de um capitalismo menos desumano – nem deseja ser um socialismo do século 21. Muito pelo contrário: acusa a ambos sistemas, irmanados na exploração inclemente de recursos naturais. O Bem Viver é a superação do extrativismo, com ideias oriundas dos povos e nacionalidades indígenas, mas também de outras partes do mundo (ACOSTA, 2016, p. 29).

Para Gudynas (2011) um aspecto central na formulação do Bem Viver ocorre no campo da crítica ao desenvolvimento contemporâneo. Deve-se questionar, por exemplo, a racionalidade do desenvolvimento atual, sua ênfase nos aspectos econômicos e no mercado, sua obsessão pelo consumo e o mito do progresso contínuo. Critica-se o reducionismo de apresentar o crescimento econômico como único fator de desenvolvimento de um país e neste sentido adverte-se que o desenvolvimento deve ser medido também com relação aos recursos naturais.

Na concepção de Bem Viver enquanto os recursos naturais são limitados e as capacidades dos ecossistemas para lidar com os impactos ambientais também são limitadas, a afirmação de progresso atrelada ao desenvolvimento econômico deve ser investigada. Torna-se rotineiro afirmar que um país é desenvolvido a partir da observação de seus dados econômicos e, em particular, de suas exportações, afirma Gudynas (2011).

Neste sentido, cabe o seguinte questionamento: o que fazer para possibilitar a construção de uma nova visão de sociedade, em que o desenvolvimento baseado na sustentabilidade⁵ seja possível? Acosta (2016) apresenta esta indagação em sua obra e oferece uma série de caminhos, mas também alerta que não há apenas uma maneira para começar a construir um novo modelo. A única certeza, segundo ele, é a de que a trajetória deve ser democrática desde o início e construída pela e para a sociedade.

Cidadanizar individualmente e coletivamente o Estado, criando espaços comunitários como formas ativas de organização social, são algumas das implicações deste novo caminho, segundo Acosta (2016). Além disso, sinaliza-se que a própria democracia necessita ser repensada e aprofundada e o mundo deve ser recriado a partir do âmbito comunitário.

⁵ O Bem Viver como uma proposta alternativa de desenvolvimento considera fundamental questões como espiritualidade, ancestralidade e ética, além do desenvolvimento sustentável e por isso não se confunde nem se limita a este.

Outro mundo será possível se for pensado e organizado comunitariamente a partir dos Direitos Humanos – políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos indivíduos, das famílias e dos povos – e dos Direitos da Natureza (ACOSTA, 2016).

2 OS DIREITOS DA NATUREZA NA PERSPECTIVA DO BEM VIVER

Em um capítulo específico da obra *O Bem Viver*, Acosta (2016) escreve sobre os Direitos da Natureza e relata as diversas ideologias que tentaram separar brutalmente o ser humano e a Natureza em suas pesquisas.

Observa-se que pouco a pouco, a ancestral e difícil luta por sobrevivência foi se transformando em um desesperado esforço por dominar a Natureza. Nesta perspectiva, o ser humano, com suas formas de organização social antropocêntricas, posicionou-se figurativamente fora dela e chegou-se a definir a Natureza sem considerar a humanidade como sua parte integral, explica Acosta (2016).

Cada vez mais, as pessoas começam a entender que a acumulação material, mecanicista e interminável - assumida como progresso - não tem futuro. Essa preocupação é crescente, pois os limites da vida estão severamente ameaçados por uma visão antropocêntrica do progresso, cuja essência é devastadora (ACOSTA, 2016, p. 104).

Desta forma, afirma Acosta (2016) que se queremos que a capacidade de absorção e resiliência da Terra não entre em colapso, devemos deixar de enxergar os recursos naturais como uma condição para o crescimento econômico ou como um simples objeto das políticas de desenvolvimento. Deve-se, portanto, aceitar que o ser humano se realiza em comunidade, com e em função de outros seres humanos, como parte integrante da natureza, assumindo que os seres humanos “são natureza”, sem pretender dominá-la: “Isso nos leva a aceitar que a Natureza – enquanto construção social, ou seja, enquanto conceito elaborado pelos seres humanos – deve ser reinterpretada e revisada totalmente se não quisermos colocar em risco a existência do próprio ser humano” (ACOSTA, 2016, p. 104).

Para começar qualquer reflexão ou discussão científica, devemos aceitar que a humanidade está inclusa no conceito de Natureza e que a Natureza apresenta limites biofísicos, explica Acosta (2016): “A natureza não está aqui para nos servir, até porque nós, humanos, também somos natureza e, sendo natureza, quando nos desligamos dela e lhe fazemos mal, estamos fazendo mal a nós mesmos” (ACOSTA, 2016, p. 35).

O Bem Viver recupera esta sabedoria ancestral, rompendo com o alienante processo de acumulação capitalista que transforma tudo e todos em coisa, pois se afirma no equilíbrio, na harmonia e na convivência entre os seres. O desenvolvimento convencional contém em si uma certa concepção da Natureza e, por sua vez, essas ideias permitem certos tipos de desenvolvimento. Dessa maneira, qualquer alternativa ao desenvolvimento requer reconceituar a ideia ocidental de uma natureza externa a nós, dividida em objetos, que podem ser manipulados e apropriados como recursos (ACOSTA, 2016).

O Bem Viver cobre diferentes maneiras de dissolver a dualidade que separa a sociedade da Natureza, e reposiciona o ser humano como um membro da trama da vida (GUDYNAS, 2011).

O Bem Viver, tal qual o conceito em construção apresentado por Alberto Acosta, refere-se a vida em pequena escala, sustentável e equilibrada, como meio necessário para garantir dignidade a todos e a própria sobrevivência da espécie humana e do planeta. Ainda, tem-se que o Bem Viver se expressa na articulação política da vida, no fortalecimento de relações comunitárias e solidárias, assembleias circulares, espaços comuns de sociabilização, parques, jardins e hortas urbanas, cooperativas de produção e consumo consciente, comércio justo, trabalho colaborativo e nas mais diversas formas do viver coletivo, com diversidade e respeito ao próximo.

Neste sentido, Acosta (2016) afirma que a visão de mundo dos marginalizados pela história, em especial dos povos e nacionalidades indígenas, é uma oportunidade para construir outros tipos de sociedades, sustentadas em uma convivência harmoniosa entre os seres humanos e a Natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes no planeta.

Percebe-se na contemporaneidade um considerável avanço com relação ao reconhecimento jurídico dos direitos da natureza; E pesquisas científicas reafirmando esses direitos são desenvolvidas ao redor do mundo.

Zaffaroni (2013) explica que a atenção aos danos ambientais produzidos no século passado e suas conseqüências tem sido reivindicada em todos os aspectos, dando origem a diversas reações concretizadas em diferentes movimentos – conhecidos como movimentos ou ideologias verdes – que se refletem de maneira muito significativa no campo jurídico.

No campo do direito - o que poderíamos chamar de ambientalismo jurídico - não avançou muito até o presente momento no reconhecimento de assuntos jurídicos que não sejam seres humanos. Sua manifestação legal resultou no desenvolvimento de um novo ramo do direito - o direito ambiental - e, como não poderia ser diferente, passou imediatamente

para o direito penal, como a proteção ambiental do meio ambiente ou o direito penal do meio ambiente, ao mesmo tempo. Houve uma profusão considerável de convenções, declarações e projetos em nível internacional, dando origem ao direito ambiental internacional, que permanece vinculado ou próximo ao direito internacional dos direitos humanos (ZAFFARONI, 2013, p. 23-24).

O ecologismo jurídico reconhece a condição de bem legal para o meio ambiente e, como tal, associa-o ao ser humano por meio de bens coletivos ou direitos humanos. Tem-se que a proteção constitucional do próprio meio ambiente seguiu claramente a tradição de considerá-lo um direito humano (ZAFFARONI, 2013).

3 A CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO PLURINACIONAL A PARTIR DO BEM VIVER

Na perspectiva de compreensão sobre o significado de Estado Plurinacional, Acosta (2016) ressalta a importância de se resgatar alguns elementos sobre o Estado. Tem-se que ao longo da história foram permanentes as lutas políticas para controlar e construir o Estado em função de determinados interesses.

O Estado representa um espaço de dominação, ou seja, um espaço de expressão do poder político. A ambiguidade fundacional da nação e seus modelos de Estado e sociedade na América Latina – sustentados na colonialidade do poder, uma colonialidade que não é apenas europeia – resultaram excludentes e limitantes para o desenvolvimento das capacidades culturais, sociais e produtivas na região, explica Acosta (2016).

De acordo com o autor:

Os Estados-nação subalternos se explicam pela lógica do sistema-mundo, pois são Estados formados e existentes dentro da lógica de acumulação do capitalismo. Na América Latina, particularmente, o “Estado mínimo” – o Estado neoliberal – entrou em crise. É aquele Estado que se dizia capaz de inserir cada vez mais os países da região ao mercado mundial, em um processo de crescente e incontrolada mercantilização. O Estado neoliberal abria fronteiras a produtos estrangeiros e dava garantias ao capital forâneo, inclusive reprimindo amplos segmentos da sociedade. E tudo para provocar o desejado desenvolvimento. No entanto, sem minimizar a crise do Estado neoliberal, devemos entender que também está em crise – e já faz muito tempo – o Estado colonial sobre o qual se fundou o Estado oligárquico que, por sua vez, é a base do Estado neoliberal. Assim, estamos passando por uma crise do Estado-nação em seu último nível (ACOSTA, 2016, p. 149).

Na perspectiva do Estado Neoliberal, tem-se que o desenvolvimento e o progresso, na ótica do sistema capitalista global, rumam para um modelo de governança mundial sob a égide do mercado, em que se subordinam os Estados e as sociedades. A instrumentalidade neoliberal formula uma noção conveniente sobre soberania e liberdade, impõe ao mundo uma universalidade de consciência e conhecimentos. Ainda, cria uma cultura de consumo de massa em múltiplas escalas normalizada na vida das grandes cidades (SILVA; GUEDES, 2017).

Explica León (2008), que o neoliberalismo se torna o objetivo central da acumulação inerente ao capitalismo, mas que também se refere a uma dissociação entre seres humanos e natureza e envolve a fragmentação da vida. Nesse ponto, tanto a construção de um Estado voltado aos interesses coletivos quanto o fortalecimento das relações com a natureza são negados, o que clama a instituição de uma nova forma de Estado.

O aparecimento do Estado Plurinacional se inicia em algumas sociedades, como na Bolívia e no Equador, em que se intuiu via Constituição. Mas, conforme afirma Acosta (2016, p. 150), “não implica necessariamente que bolivianos e equatorianos vivam um Estado Plurinacional. Ainda há um longo caminho a ser percorrido pela Bolívia, onde mais se avançou nesta direção”.

“A construção de um Estado Plurinacional da Bolívia ultrapassa os entornos definidos no Estado Democrático de Direito, pois constitui-se como um processo de (re)fundamento do Estado sob a égide não eurocêntrica- ocidental” (CONSTANTE, 2016, p. 6).

Na construção da Constituição da Bolívia, repensou-se o modo de organização e as estruturas estatais do país, bem como se preocupou em planejamentos em torno do coletivo. Nesse sentido, faz-se relevante entender que:

A plurinacionalidade não nega a nação, mas propõe outra concepção de nação. Reconhece que não existe apenas uma nação ou apenas uma nacionalidade. Assume uma nação de nacionalidades diversas que têm convivido em estado de permanente enfrentamento (ACOSTA, 2016, p. 146).

A plurinacionalidade refere-se a uma nova concepção de organização social que busca resgatar a pluralidade de visões étnicas e culturais para assim repensar o Estado, afirma Acosta (2016). Desta forma, sobressaem-se os direitos coletivos como uma importante característica para a formação desse Estado.

A forma de relacionar-se com a Natureza também é considerado de fundamental importância na construção do estado Plurinacional, formando uma cidadania ambiental e ecológica. Contudo, Acosta (2016, p. 147) afirma que “em sociedades carregadas de racismo e com deficiências democráticas históricas, a

construção de um Estado plurinacional se converte não apenas em desafio, mas em necessidade”.

Assevera o autor que o racismo não é apenas um problema social, mas também um problema político, já que considera que há raças distintas que podem ser hierarquizadas. Explica ainda que o racismo é também um problema de caráter ambiental, “pois não se respeitam os ecossistemas e territórios onde habitam povos e nacionalidades indígenas ou comunidades negras” (ACOSTA, 2016, p. 150).

Ainda, “não surpreende que negros e indígenas sejam os grupos humanos mais empobrecidos, explorados e vulneráveis. O desemprego ou a carência de serviços de educação ou saúde os atingem com muito mais força” (ACOSTA, 2016, p. 150).

Uma forma de amenizar este cenário é a adoção de práticas comunitárias e solidárias, com deliberações coletivas, que poderiam servir para repensar nossa atual democracia, sem esta persistente e contínua discriminação. Torna-se importante vislumbrar a plurinacionalidade como um exercício de democracia, sobretudo uma democracia inclusiva, que conviva em harmonia com a diversidade e com uma maior proximidade com a natureza. (ACOSTA, 2016).

Vê-se a plurinacionalidade como um caminho emancipador:

Com suas lutas, os povos e nacionalidades demandam o exercício pleno da democracia, a construção de cidadanias coletivas, o respeito à multiculturalidade e a prática da interculturalidade, das liberdades e das oportunidades, sem exclusões. Nessa linha de reflexão, a construção do Estado plurinacional pavimenta um caminho de democracia continuada. A plurinacionalidade não é apenas o reconhecimento passivo da diversidade de povos e nacionalidades (ACOSTA, 2016, p. 147).

Além disso, segundo Acosta (2016), torna-se importante aceitar a matriz originária para enriquecer culturalmente as sociedades, o que permitirá que se comece a superar as práticas e as percepções racistas cultivadas até então. Esta posição, quando adotada, permitirá abrir as portas à recuperação da diversidade como pedra basilar para a plurinacionalidade e, conseqüentemente, para o Bem Viver.

Para León (2008, p. 106):

El ‘buen vivir’, inseparable de la categoría ‘diversidad’, ha mostrado su utilidad para responder al sentido de urgencia del cambio que motivó el proceso constituyente, y para orientar transformaciones estratégicas, no menos urgentes pero que tiene un plazo más largo de maduración. Por eso se vuelve al mismo tiempo un objetivo y un camino.

Nas palavras de Constante (2016, p. 9, grifo do autor) “o *Vivir Bien* e o Estado Plurinacional expressa um novo poder que surge do poder dos setores populares, dos indígenas e da comunidade campesina ocultados pelo Estado Moderno”.

Isso consiste em uma proposta de descolonização que surge do reconhecimento da diversidade, da subjetivação do social e da necessidade de criação de uma nova consciência coletiva e de nova identidade nacional. Ou seja, é um novo paradigma: diversidade como fator de coesão social, explica Constante (2016).

Em sua obra, Acosta deixa claro eu além da diversidade de posturas no interior do Bem Viver, surgem importantes elementos unificadores, tais como: a contestação ao desenvolvimento e ao progresso ou a exigência de outra relação com a Natureza. Explica que “o Bem Viver não é, pois, mais uma ideia de desenvolvimento alternativo dentro de uma longa lista de opções: se apresenta como uma alternativa a todas elas” (ACOSTA, 2016, p. 152).

Conforme o autor, essa perspectiva leva a questionar o próprio conceito de desenvolvimento enquanto visão unívoca e unidirecional originada há algumas décadas nos centros de poder. Salienta que há dentro da visão do Bem Viver elementos que não apenas se circunscrevem às realidades andinas e amazônicas, mas que se projetam em outras regiões.

“Construir sociedades sustentadas na harmonia das relações dos seres humanos com a Natureza, do ser humano consigo mesmo e dos seres humanos com outros seres humanos”, torna-se imprescindível a nossa própria sobrevivência (ACOSTA, 2016, p. 152).

O autor afirma que este processo não exclui as lutas sociais, as quais são múltiplas e diversas, assim como são múltiplas e diversas as formas de exploração, dominação e exclusão provocadas pelo capitalismo. Estas lutas, porém, não se esgotam na luta de classes, deve-se enfrentar também as sociedades patriarcais, as sociedades racistas e as sociedades com enormes e crescentes conflitos intergeracionais.

A perspectiva do Bem Viver vem questionar toda forma de autoritarismo e se projeta como uma proposta de transformação civilizatória, impulsionando cada vez mais ações também fora do mundo andino e amazônico, para além de seus desafios plurinacionais. O Bem Viver sintetiza visões e práticas ancestrais andinas, debates e propostas atuais, pensamentos críticos e lutas sociais recentes que representam a busca de alternativas em resposta ao modelo de desenvolvimento atual (LEÓN, 2008).

Por fim, em seu cerne, como mostrou Acosta (2016) e outras pesquisas citadas neste texto, está um grande passo revolucionário que nos propõe abandonar visões antropocêntricas e trilhar um caminho rumo a visões sociobiocêntricas, com as consequências políticas, econômicas e sociais que não de surgir no processo.

A própria superação do conceito dominante do desenvolvimento constitui um passo qualitativo bastante relevante. Esta proposta, sempre que seja assumida ativamente pela sociedade, enquanto acolhe as propostas dos povos e nacionalidades, assim como de amplos segmentos da população e de diversas regiões do planeta, “pode projetar-se com força nos debates mundiais, indispensáveis para processar a Grande Transformação” (ACOSTA, 2016, p. 239).

Contudo, superar as visões dominantes e construir novas opções de vida levará tempo; Segundo o autor teremos de fazê-lo durante a caminhada, reaprendendo e aprendendo simultaneamente. Isso exige grande dose de constância, vontade e humildade.

Nessa perspectiva, o Bem Viver aceita e apoia maneiras diferentes de viver, valorizando a diversidade cultural, a interculturalidade, a plurinacionalidade e, sobretudo, o pluralismo político.

Com relação à diversidade, explica Acosta (2016) que trata-se de uma diversidade que não justifica nem tolera a destruição da Natureza, tampouco a exploração dos seres humanos, nem a existência de grupos privilegiados às custas do trabalho e sacrifício de outros.

Para León (2008) a perspectiva de “bem viver” leva a diluir os limites entre as áreas convencionalmente acordadas como diferentes ou separadas: sociedade, economia, cultura.

Portanto, convida a realocar a economia como parte de um sistema único em que é inseparável da sociedade, da cultura e da própria natureza, não como um campo dividido e separado, com uma lógica diferente, alheio ao cuidado da vida. Por sua vez, a partir do reconhecimento da diversidade, leva a avaliar a dimensão econômica dos atores e a dinâmica vista apenas como social.

Para Acosta (2016), a vida e o viver foram colocadas como questões centrais: conectam tempos, experiências e visões do futuro.

A partir de sua pluralidade, tensões e contradições, o desafio será encontrar o canal institucional e social para as transformações que ensejam o Bem Viver, incipiente e embrionário hoje, em direção a um determinado futuro (LEÓN, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou apresentar as perspectivas do “Buen Vivir” como um caminho alternativo para a construção de uma nova sociedade, fundada na democracia, na sustentabilidade, na solidariedade e nas relações entre seres humanos e natureza. Para tanto, buscou apropriar-se das perspectivas apresentadas na obra *O Bem Viver* do autor Alberto Acosta. Buscou ainda, apresentar outras breves pesquisas acadêmicas que corroboram com as perspectivas do bem viver, sem a ambição de esgotar o tema.

Ao discorrer sobre o desenvolvimento econômico, os direitos da natureza e a construção de um Estado Plurinacional, as perspectivas do “bem viver” evidenciam os limites do progresso, crescimento, desenvolvimento e bem estar social, questionando o individualismo e as práticas de mercado que aprofundam as desigualdades e destroem os recursos naturais.

Com base na filosofia do *Buen Vivir*, desafia-se a pensar novas formas de implementação de políticas públicas que conjuguem esforços conjuntos (regional e local) para a promoção e desenvolvimento de novas práticas sociais, políticas e econômicas que avancem no compromisso com a natureza e a sustentabilidade. Para que isso seja possível, espera-se um esforço global na compreensão e incorporação dos saberes ancestrais na viabilização de alternativas para um futuro melhor a todos.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

CONSTANTE, P. S. O Buen Vivir e seus reflexos na construção de uma alternativa mundo: olhares desde Bolívia. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA, 2., 2016, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: SIPPAL-USP, 2016. p. 1-14.

COSTA, A. Dano ambiental: o fatalismo da dignidade da pessoa humana na contemporaneidade. **Planeta Amazônia**: revista internacional de direito ambiental e políticas públicas, Macapá, n. 9, p. 89-102, 2017.

GUDYNAS, E. Buen vivir: germinando alternativas al desarrollo. **América Latina en Movimiento – ALAI**, Quito, n. 462, p. 1-20, 2011.

LEÓN, M. El “Buen Vivir”: objetivo y camino para otro modelo. **La Tendencia**, Quito, p. 105-123, ago. 2008.

SILVA, K. P.; GUEDES, A. L. Buen Vivir Andino: resistência e/ou alternativa ao modelo hegemônico de desenvolvimento. **Caderno EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 682-693, jul./set. 2017.

TURINO, C. Prefácio à edição brasileira. *In*: ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2016. p. 13-18.

ZAFFARONI, E. R. **La pachamama y el humano**. Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2013.

Texto submetido à Revista em 31.03.2020

Aceito para publicação em 09.12.2020



Processos de degradação socioambiental: os impactos das atividades produtivas desenvolvidas no perímetro irrigado de São Gonçalo - Paraíba/Brasil

Socioenvironmental degradation processes: impacts of productive activities developed in the irrigated perimeter of São Gonçalo - Paraíba/Brazil

Jânesson Gomes Queiroz - Mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido, pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Professor da Escola Municipal Mário Alves Diniz (João Dias - RN) e da Escola Municipal Abraão Cavalcante Bessa (Taboleiro Grande - RN). E-mail: janessongeografo@hotmail.com

Larissa da Silva Ferreira Alves - Doutora em Geografia, pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: larissafferreira@uern.br

Jairo Bezerra Silva - Doutor em Sociologia, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: jairrobezerra@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar os principais processos de degradação socioambiental desencadeados a partir da implementação do Perímetro Irrigado de São Gonçalo (PISG), ocorridos no início da década de 1970, no município de Sousa – Paraíba. Desde o referido período, algumas atividades produtivas vêm sendo praticadas no PISG mediante inadequações relativas às precauções ambientais devidas, como desmatamento desenfreado, uso excessivo de agrotóxico e fertilizantes químicos, queimadas desordenadas e irrigação inadequada. Quanto à abordagem, o estudo adotou meandros qualitativos e quantitativos, e em relação aos procedimentos, englobou uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, que foram articuladas aos conceitos teóricos da Capitalização da Natureza. Esse aporte teórico-metodológico é a ‘corda’ que sustenta a análise acerca do objeto de estudo. Mediante essa discussão, concluímos que os processos de degradação socioambiental revelam um movimento oposto entre exploração dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável, dinâmica essa marcante desde a origem do PISG.

Palavra-chave

Semiárido. Irrigação. Mercantilização da natureza. Degradação socioambiental. Declínio produtivo.

Abstract

The aim of this article is to analyze the main socio-environmental degradation processes triggered by the implementation of the São Gonçalo Irrigated Perimeter (PISG), which occurred in the early 1970s, municipality of Sousa – Paraíba. Since that period, some productive activities have been practiced in PISG due to inadequacies related to due environmental precautions, such as rampant deforestation, excessive use of pesticides and chemical fertilizers, disordered fires and inadequate irrigation. As for the approach, the study entered qualitative and quantitative intricacies, and in relation to the procedures, it included a bibliographical, documentary and field research, which were articulated to the theoretical concepts of the Capitalization of Nature. This theoretical-methodological contribution is the ‘rope’ that supports the analysis of the object of study. Through this discussion, we concluded that the socio-environmental degradation processes reveal an opposite movement between the exploitation of natural resources and sustainable development, a dynamic that has been striking since the origin of the PISG.

Keywords

Semiarid. Irrigation. Commodification of nature. Socioenvironmental degradation. Productive decline.

INTRODUÇÃO

A história da humanidade vem sendo marcada pela transformação do espaço geográfico mediante conflitos e tensões, principalmente em torno dos recursos naturais. O referido processo revela que, ao tempo que as técnicas são aprimoradas, a dominação/apropriação da natureza se torna mais evidente, sobretudo por meio da lógica mercantil (SANTOS; SILVEIRA, 2006). Essa dinâmica socionatural vem sendo caracterizada pela exploração predatória e capitalizadora das riquezas naturais, nutrindo o sistema capitalista e desnutrindo as condições de um futuro melhor para as próximas gerações (LEFF, 2006; NASCIMENTO, 2006).

A exploração insustentável da vegetação, do solo, da água e de outros recursos naturais vem provocando a degradação das matas, das florestas, dos solos, dos rios, dos córregos e dos mares. Em decorrência disso, há o comprometimento do progresso das civilizações, uma vez que a baixa qualidade e quantidade das riquezas naturais podem condicionar negativamente o desenvolvimento, em seu sentido estrito. Nesta perspectiva, devido sua complexidade, a degradação socioambiental vem assumindo grande destaque na pauta do debate científico e político sobre o desenvolvimento (NASCIMENTO, 2006).

Neste contexto, encontra-se o Perímetro Irrigado de São Gonçalo (PISG), que foi implantado no início da década de 1970. No entanto, do referido período até então algumas alterações no arranjo natural da paisagem vêm sendo registradas, as quais se relacionam principalmente ao desenvolvimento de determinadas atividades produtivas em descompasso com a sustentabilidade (GOMES, 2005; SILVA NETO, 2013; SIQUEIRA *et al.*, 2018).

No PISG, as atividades agropecuárias foram (e algumas ainda são) praticadas com base em técnicas tradicionais/defasadas, a exemplo do desmatamento das margens do rio Piranhas, para a construção de estradas ou a introdução de culturas irrigadas; do uso excessivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos, visando melhorar a quantidade e a qualidade da produção; da prática de queimadas descontroladas, com vistas à limpeza dos terrenos para a formação de pastagens e/ou para o plantio; além da inundação de áreas plantadas, visando irrigar culturas diversas, como arroz, coco e banana. Ao longo do tempo, essas atividades vêm provocando alguns impactos danosos na qualidade ambiental, além de consequentes efeitos na produção agropecuária e na qualidade de vida da população (GOMES, 2005; SILVA *et al.*, 2017).

Assim, conforme Nascimento (2006) a degradação socioambiental é entendida como qualquer alteração adversa do meio ambiente, sendo provocada pela ação humana. Os efeitos da alteração adversa da vegetação, dos solos, dos recursos hídricos e da biodiversidade podem significar a redução da qualidade de vida das populações afetadas pelo conjunto combinado desses fatores. Diante do exposto, e com base no debate proposto por Nunes e Sousa (2018), consideramos que as atividades humanas coordenadas mediante os interesses capitalistas são as principais causadoras da degradação socioambiental, cabe aqui citar como exemplo os grandes projetos de irrigação desenvolvidos no semiárido brasileiro.

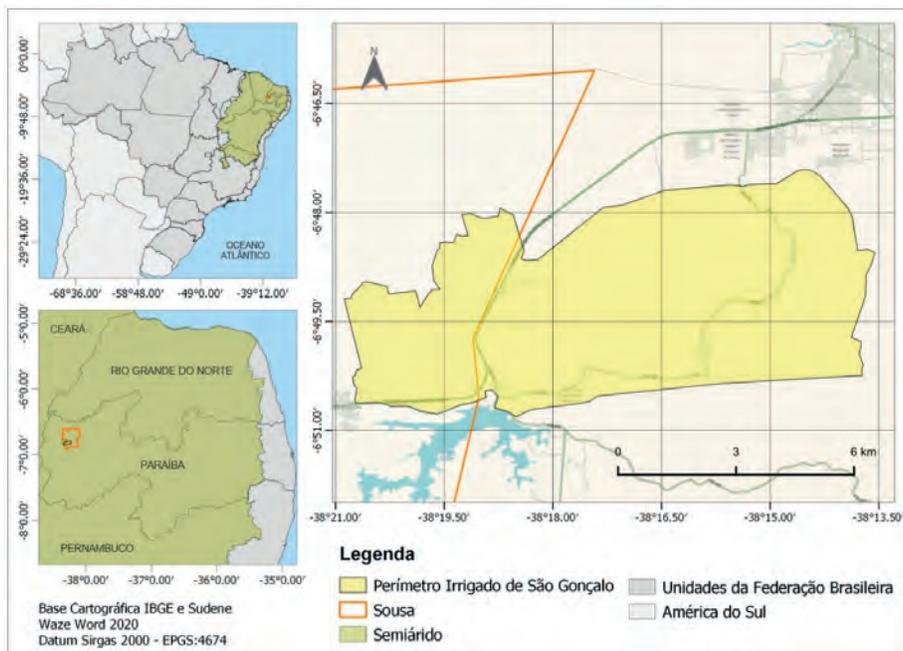
Nesta perspectiva, o objetivo do presente artigo consiste em analisar os principais processos de degradação socioambiental desencadeados no PISG mediante o desenvolvimento de algumas atividades agropecuárias. Na seção a seguir apresentaremos as bases teórico-metodológicas da pesquisa, as quais articulam e sustentam as discussões aqui propostas.

1 BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A área de estudo compreende o Perímetro Irrigado de São Gonçalo (PISG)¹, cujo território se estende por 5.548 hectares de terras localizadas no Vale do rio Piranhas, município de Sousa (PB), distando aproximadamente 15 km da cidade de Sousa e 440 km da cidade de João Pessoa, capital do Estado (Figura 1), segundo informações do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS, 2020). No que se refere ao quantitativo populacional, o referido Perímetro é formado por uma população maior que a de muitos municípios do Semiárido brasileiro, são 7.862 habitantes, os quais estão assentados em quatro áreas, a sede, São Gonçalo, com 2.510, e três agrovilas, que são: Núcleo I, com 2.212; Núcleo II, com 2.040; e o Núcleo III, com 1.100 habitantes (ARAÚJO *et al.*, 2018).

¹ Está inserido em região de clima semiárido, com chuvas irregulares no tempo e no espaço, concentradas nos meses de janeiro a maio, estabelecendo um longo período de estiagem nos meses restantes do ano (DNOCS, 2020). Conforme dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a pluviometria média é de 800 milímetros anuais (EMBRAPA, 2006). Na região do PISG, as temperaturas variam entre 25 °C a 38°C, a umidade relativa do ar fica entorno de 64% e a evaporação média anual é de 3.056,6 milímetros, mais de três vezes maior que a pluviometria. O relevo é predominantemente aplainado, com altitude média de 235 metros acima do nível do mar. Os solos têm consistência que varia de arenosa a argilosa, com fertilidade natural oscilante entre boa e média. A vegetação típica da localidade é composta por caatinga, com espécies arbóreas, arbustivas, herbáceas, cactáceas e bromeliáceas (SILVA NETO, 2013).

Figura 1 - Localização geográfica do PISG.



Fonte: os autores (2020).

Em relação à abordagem metodológica, o estudo adentrou meandros qualitativos e quantitativos. Conforme Polit e Hungler (2004) *apud* Gerhardt e Silveira (2009), o método qualitativo tende a delinear um caminho direcionado aos aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando uma determinada realidade. Já o método quantitativo tende a direcionar o pesquisador para a análise lógica do fenômeno estudado, esta pautada no raciocínio dedutivo, nas regras lógicas e nos atributos mensuráveis da experiência humana.

Neste sentido, em termos qualitativos, realizamos uma análise especialmente teórica, focalizada nas causas e nos efeitos socioeconômicos dos principais processos de degradação socioambiental desencadeados após a implantação do PISG. Em termos quantitativos, realizamos a complementação das discussões por meio de alguns dados numéricos e mensurações lógico-dedutivas relacionadas, sobretudo, ao contexto inerente aos desperdícios de água no processo de irrigação e à desestruturação do quadro socioeconômico do PISG.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, o estudo englobou uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Sobre a pesquisa bibliográfica, Trienta *et al.* (2014) aponta que esse instrumento tem relação

direta com levantamentos do que já foi produzido como conhecimento científico, e por isso deve ser mapeado para auxiliar na construção de novos saberes. Realizamos essa pesquisa quando da revisão de literaturas científicas sobre o objeto de estudo. Assim, no que concerne à formação e ‘evolução’ socioeconômica do PISG, inclusive com vista às atividades humanas em descompasso com a sustentabilidade, estudamos as obras de Queiroz (1993), Gomes (2005), Silva Neto (2013), Soares (2018) e outros autores. Também articulamos a discussão aos preceitos geopolíticos da mercadorização dos recursos naturais com base na corrente teórica denominada de Capitalização da Natureza, sendo que os principais estudos utilizados foram os de Leff (2006), Santos e Silveira (2006) e Santos (2015).

A Capitalização da Natureza emergiu nos anos 1980 do século passado e se encontra em plena difusão no mundo científico. Essa corrente do pensamento pós-moderno estuda as armadilhas da expansão da globalização, buscando ‘desbravar um campo minado’ caracterizado por disputas/tensões, sobretudo inerentes à relação de dominação/apropriação dos humanos sobre a natureza em nome de um suposto desenvolvimento, o qual vem se atrelando às estratégias de transformação dos recursos naturais em dinheiro global (LEFF, 2006). Essa lógica mercantilista se encontra em plena disseminação no mundo ocidental, principalmente através do efeito de espraiamento provocado pela ‘onda’ neoliberal privatizante das riquezas naturais (SILVA *et al.*, 2015).

Outras informações importantes à discussão proposta foram colhidas mediante levantamento documental, que segundo Marconi e Lakatos (2003), é caracterizado pelas fontes de coleta de dados, que podem ser escritas ou não, a exemplo de arquivos públicos (físicos ou *online*). Assim, reunimos informações contidas em documentos oficiais disponíveis na *internet*, como dados referentes à irrigação no PISG. Esses dados foram acessados principalmente no sítio do DNOCS. Por um lado, essa ferramenta foi útil à compreensão técnica quanto ao sistema de irrigação utilizado no PISG (inundação), e por outro lado, fomentou a ampliação da discussão sobre os impactos socioambientais relacionados a esse tipo de manejo hídrico.

Para melhor compreendermos o objeto da pesquisa, se fez necessário realizar seções de estudo de campo. A pesquisa *in loco*, segundo Giumbelli (2002), é uma ferramenta de estudo que permite uma aproximação mais intensa e harmoniosa entre pesquisador e a realidade pesquisada, com uma observação direta e situações de pesquisa que permitem uma posterior reflexão sobre os dados coletados. Com base nesta perspectiva teórica, colhemos os dados em campo em duas formas. Inicialmente, por meio da exploração observacional do

espaço, visando, sobretudo, perceber alterações artificiais na paisagem física, e posteriormente, por meio do levantamento fotográfico de recortes paisagísticos indicadores de desarranjos socioambientais. Esses instrumentos possibilitaram relacionar a teoria à realidade pesquisada e aguçar nosso entendimento acerca dos processos de degradação socioambiental. Na seção a seguir, abordaremos a formação socioeconômica do PISG, com vista à atuação das forças de mercado.

2 FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO PISG: UM PROCESSO DELINEADO PELA ATUAÇÃO DE MERCADO

No início do século XX, o DNOCS ao tentar promover materialidade ao discurso de ‘redenção’ socioeconômica do Nordeste, implementou projetos desenvolvimentistas em várias áreas do Semiárido brasileiro (SANTOS; SILVEIRA, 2006; SILVA *et al.*, 2015), especialmente na região de São Gonçalo, município de Sousa – Paraíba. Logo, a localidade representava um excelente palco para a apresentação das atrações orquestradas pelo órgão, principalmente devido à área ser entrecortada pelo curso das águas do rio Piranhas, ser formada por solos relativamente férteis, ser privilegiada por pluviometria média elevada, se comparada a outras áreas semiáridas e representar um nó de fluxos diversos na conexão com muitos pontos da Paraíba, por meio da PB-380 (Rodovia da Produção) e da Rodovia Federal BR-230. Servindo-se desses e de outros privilégios naturais e infra estruturais, desde a segunda década do século passado, o DNOCS vem atuando como um dos atores principais no processo de fomento ao ‘desenvolvimento’ dessa localidade encravada no Sertão paraibano e concebida como ‘oásis sertanejo’ (SILVA NETO, 2013; SOARES, 2018).

Utilizando-se do potencial natural e infra estrutural acima citado, o DNOCS implementou um dos primeiros projetos de irrigação do Semiárido, o Perímetro Irrigado de São Gonçalo (PISG), em 1973 (SOARES, 2018). Inicialmente, ocorreu a demarcação das terras, as quais foram destinadas principalmente à agricultura irrigada e à instalação de infraestrutura básica, como casas, escolas, postos administrativos e canais de irrigação (SILVA NETO, 2013). Os objetivos principais dessa política pública eram garantir a segurança alimentar das populações locais, fomentar teias de relações econômicas que pudessem articular a região ao mercado longínquo e evitar o êxodo rural (GOMES, 2005).

O PISG foi implantado com base nos mesmos moldes de assentamento oficial do DNOCS. O referido órgão também se utilizou de legislação própria para expropriar as terras pertencentes aos vazanteiros, pequenos criadores e fazendeiros e, posteriormente, para realizar a seleção dos assentados, os quais foram

denominados de *colonos*. Com isso, o sistema produtivo primitivo foi interrompido para abrir espaço a outro modelo, o de mercado via irrigação (QUEIROZ, 1993).

Com a distribuição dos lotes de terras, que tinham áreas variando entre 3,5 e 5 hectares, e alguns já com plantações situadas, algumas culturas passaram a ser praticadas em maior escala, destacando-se a produção de arroz, coco, banana, goiaba, manga e algodão arbóreo, que normalmente eram comercializadas para fábricas do Estado do Pernambuco (QUEIROZ, 1993). Aos poucos, a elevação na produção fez iniciar um ciclo econômico no PISG, isto é, uma produção voltada ao abastecimento do mercado local, regional, nacional e até internacional (SILVA NETO, 2013).

No início da implantação do PISG, as práticas agrícolas eram prioritárias, assim, a pecuária era inibida pelo modelo produtivo instalado e proibida pelas autoridades locais representantes do DNOCS (SILVA NETO, 2013). Após a década de 1980, a pecuária ganhou terreno, abrindo espaço a uma relativa diversificação do setor produtivo (SILVA *et al.*, 2017).

As décadas de 1990 e 2000 foram marcadas pela pujança da produção agropecuária, mesmo considerando alguns períodos de instabilidade na quadra chuvosa e relativas perdas, como em 1993 e 1998 (SOARES, 2018). Pós-2012, a produção agropecuária do PISG sofreu drásticas reduções, problemática associada a vários fatores, a exemplo dos processos de degradação socioambiental provocados pela intensificação da pressão de mercado sobre os principais produtos locais. Tal pressão induziu a utilização demasiada de alguns recursos naturais ao ponto do irracional modelo de superprodução se esbarrar, sobretudo, na escassez hídrica provocada principalmente pelos meandros da própria exploração mediada pelos princípios capitalistas impulsionadores do lucro (SILVA *et al.*, 2017; SOARES, 2018, SIQUEIRA *et al.*, 2018).

No próximo tópico discutiremos mais especificamente os liames da relação sociedade e natureza, esses inerentes à ordem capitalista no âmbito do PISG, focalizando a atuação do mercado como construtor de uma armadilha estruturada entre a exploração massiva dos recursos naturais e a capitalização de minorias sociais.

3 O PISG SOB O ‘APRISIONAMENTO’ DE MERCADO: DA CAPITALIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS AO EMPODERAMENTO DE MINORIAS SOCIAIS

Historicamente, a produção de base familiar desenvolvida no PISG se caracterizou pelo alinhamento ao projeto do DNOCS, cuja Autarquia Federal estabeleceu como objetivo principal a capitalização dos colonos (GOMES,

2005). Delineada nessa diretriz, a produção foi expandida ao longo dos anos e ganhou terreno no plano de mercado, com destaque para as relações comerciais fomentadas com várias regiões do Brasil e até dos Estados Unidos da América (SILVA NETO, 2013).

Nas décadas de 1970 e 1980, os assentados (ou colonos) ainda estavam em processo de adaptação às regras estabelecidas pelo DNOCS. Neste sentido, algumas dificuldades ocorreram, como a demora para a fixação de algumas culturas e a obtenção de lotes de terras com extensões suficientes para produzir e garantir o sustento do grande número de integrantes das famílias, que geralmente eram mais de 10 pessoas (GOMES, 2005). Mesmo com as limitações à época, um produto aflorou no PISG, o arroz, que bateu recordes de produção, sendo uma das maiores do Estado da Paraíba, com aproximadamente 6 toneladas/ha/ano. A produção era comercializada, principalmente, para o Estado do Pernambuco e para a região de Sousa. Com o declínio da rizicultura no final da década de 1980, a produção de coco e banana assumiu, nas décadas seguintes, o posto de uma das maiores do Estado (SOARES, 2018). Em meio ao Semiárido, o arroz irrigado através da inundação, bem como outras atividades de exploração inadequada dos recursos naturais trazem à tona a necessidade de (re)pensarmos propósitos e ações em relação ao melhor aproveitamento do potencial socioambiental do Território.

Segundo Silva Neto (2013), a maior parte da produção de coco e banana era comercializada para o Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Recife, João Pessoa e Estados Unidos (no caso dos EUA, a venda dos produtos era realizada para a Empresa *Vita Good*). Por outro lado, os produtos de origem pecuária (leite de vaca e carne bovina, ovina, caprina e suína, dentre outros) abasteciam principalmente o mercado da cidade de Sousa e região (ARAÚJO *et al.*, 2018).

Principalmente a partir da década de 1990, o grande retorno financeiro proveniente da emergente transformação de grande parte dos recursos naturais do PISG em produtos agropecuários fez os produtores “encherem os olhos”, isto é, ficarem hipnotizados por meio da magia do capital². Vale salientar que esse processo de capitalização foi seletivo, beneficiando apenas uma minoria social, principalmente àqueles que transportavam e comercializavam seus produtos diretamente para o centro econômico do País, o Sudeste. A prosperidade financeira de determinados grupos de colonos incentivou os demais a buscarem produzir cada vez mais, numa corrida que os distanciava da conservação dos recursos naturais e os aproximava do capital, tornando o sistema produtivo do PISG aprisionado pelo mercado (QUEIROZ, 2019).

² A título de ilustração, apenas em 2012 os produtores lucraram quase 20 milhões de reais (SILVA *et al.*, 2017; SIQUEIRA *et al.*, 2018).

Conforme os ensinamentos de Santos (2015) em relação à integração entre os espaços relativamente isolados, é oportuno ressaltar o fato de que o mercado possivelmente foi um dos principais agentes construtores de teias de relações econômicas convergentes ao PISG, sobretudo impulsionadas pelos reflexos da globalização econômica pós-1990. Porém, nossa reflexão se debruça sobre o fato de que tais relações não tiveram tempo³ e capacidade logística-estrutural⁴, aspectos necessários à consolidação de uma racionalidade quanto à fluidez dos movimentos inerentes a regulação do consumo excessivo dos recursos naturais, às formas da produção, às trocas comerciais e à circulação financeira. Conforme Queiroz (2019), no PISG, a capitalização dos recursos naturais com lucros financeiros estratosféricos reduziu as possibilidades de regulamentação mercadológica da exploração, influenciando na exaustão ambiental e na desestruturação do próprio mercado. Aliás, tal racionalidade ambiental ainda não veio à tona no mundo ocidental. A seguir analisaremos os principais processos de degradação socioambiental desencadeados no PISG ao longo de sua história.

4 A DEGRADAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DESENCADEADA NO PISG

Conforme Siqueira *et al.* (2018) e Queiroz e Rodrigues (2019), a exploração predatória de muitas das riquezas naturais do PISG o conduziu a uma espécie de “implosão” do equilíbrio ambiental, isto devido à produção expansiva, pressionada pela demanda de mercado e desregulada ambientalmente. Segundo Queiroz (2019), muitos colonos visando aumentar a produção praticaram desmatamentos, queimadas, usaram grandes quantidades de insumos químicos nas plantações e utilizaram volumes excessivos de água na irrigação. Esse modelo produtivo provocou o desencadeamento e a intensificação de alguns processos de degradação socioambiental, com reflexos diversos, inclusive sociais e econômicos.

³ A grande rapidez dos movimentos de acumulação capitalizadora reduziu as possibilidades de estruturação de um sistema produtivo mais ajustável às oscilações do mercado e às próprias características do território, como também, menos vulnerável a impulsos provocados pelas simbologias sociais criadas em torno do dinheiro, as quais foram relativas a *status* derivados das posses e poderes advindos desse processo de “acumulação a jato”.

⁴ Relativas ao lastro das relações econômicas que carregavam como selo a origem nordestina e a canalização relativamente tradicional de produtos primários *in natura*, ou seja, havia uma rotulação negativa atrelada à baixa modernização produtiva. Além disso, também era substancial a submissão desse mercado às regras e à logística comercial, a exemplo, respectivamente, de preços e rede de transportes, sendo mecanismos impostos pelo mercado consumidor, localizado principalmente no “coração econômico” do País-, o Sudeste.

4.1 DESMATAMENTO

O desmatamento⁵ no PISG ocorreu ao longo do tempo como uma “questão natural e necessária” à construção de infraestrutura, como casas, escolas, prédios administrativos, estradas, canais e drenos, e à implantação e expansão dos lotes de produção (GOMES, 2005).

Para Fearnside (2005), o desgaste da cobertura vegetal frequentemente está relacionado às queimadas e à substituição da vegetação nativa pelas culturas agropecuárias. Em relação ao desmatamento associado às atividades agropecuárias, Santos e Silveira (2006) apontam o fato desse processo provocar alterações no espaço, logo não ocorre a implantação de próteses no lugar, mas a imposição à natureza da presença técnica, pois ritmos e regras humanas buscam sobrepor-se às leis naturais. Os problemas ambientais mais comuns gerados pelo desmatamento relacionam-se à exaustão de nutrientes, ao empobrecimento da biodiversidade e à erosão (FEARNSIDE, 2005).

Sobre esta discussão, Gomes (2005) enfatiza o sobre uso de fertilizantes químicos para buscar atingir a produção plena de algumas culturas. Neste raciocínio, dois aspectos fundamentam nossa linha de raciocínio inerente ao *déficit* de alguns nutrientes nos solos do PIG. O primeiro diz respeito ao cultivo, em muitas áreas, das mesmas plantas nos mesmos locais – monocultura, principalmente com coco e banana, cuja ausência de variedade favorece à absorção dos mesmos nutrientes, pressionando-os à exaustão. O segundo aspecto se refere à reposição deficitária de *húmus* – principal composto responsável pela fertilidade dos solos, oriundo principalmente da vegetação que, segundo Soares (2018), foi quase totalmente retirada. O restante encontra-se em processo de empobrecimento, sobretudo às margens do rio Piranhas (Figura 2).

⁵ Pode ser conceituado como o processo de retirada da vegetação nativa e/ou o empobrecimento da densidade vegetal, como a diminuição da altura das plantas (SAMPAIO; ARAÚJO; SAMPAIO, 2005).

Figura 2 - Vegetação desgastada pela ação humana às margens do Rio Piranhas.



Fonte: os autores (2019).

A Figura 2 demonstra que houve a parcial retirada da proteção natural do solo – vegetação, que foi suprimida, sobretudo, para a construção de uma estrada carroçal. Em decorrência desse processo, vem ocorrendo o desgaste/erosão do solo na área. Segundo Siqueira *et al.* (2018), a erosão nas barreiras do rio Piranhas⁶ ou nas proximidades atualmente acelera o processo de assoreamento desse rio. No espaço compreendido pelo PISG, quase todo o curso do rio Piranhas tem largura superior a 10 metros, entretanto não observamos, em termos práticos, o cumprimento das recomendações previstas no Código Florestal brasileiro. Assim, entendemos que muitos produtores preferem burlar a legislação e continuarem o ciclo de devastação, ancorados no pretexto daquela exploração ser uma *questão de sobrevivência*. Neste contexto, as queimadas também vêm assumindo grande destaque no que se refere à degradação socioambiental no PISG, como discutiremos mais especificamente no próximo tópico.

4.2 QUEIMADAS

Desde o processo de implantação do PISG que as queimadas são utilizadas como forma de limpar o solo, sobretudo para a implantação e expansão das

⁶ Sendo que, neste sentido, o Código Florestal vigente, em seu artigo 4º considera como Áreas de Preservação Permanente (APP) as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de 30 metros, para os cursos d'água de menos de 10 metros de largura; largura mínima de 50 metros, para os cursos d'água que tenham de 10 a 50 metros de largura. O mesmo artigo ainda apresenta outras orientações para cursos d'água mais largos (BRASIL, 2012).

culturas irrigadas ou de sequeiro. O problema é que essa prática pode provocar vários danos ao ambiente, bem como aos humanos (SOARES, 2018).

Em relação a essa questão, Dorst (1973) diz que as queimadas afastam qualquer possibilidade de regeneração da vegetação, com algumas exceções. Destruí especialmente os rebentos novos e as plantas nascidas durante a estação precedente, provocando o desaparecimento gradual da vegetação. O fogo destrói a cobertura vegetal, incluindo a camada superficial de vegetais mortos que deveria gerar húmus, com isso o solo fica entregue principalmente à erosão. Esse abuso provoca uma degradação lamentável dos *habitats*⁷.

Nos últimos anos, as queimadas de incêndios acidentais e/ou criminosos também vêm ocorrendo com muita frequência no PISG, sendo que muitas vezes o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar, ambos da cidade de Sousa, foram acionados para auxiliar a população no controle das chamas (SOARES, 2018).

No dia 16 de outubro do ano de 2015, um incêndio de grandes proporções consumiu mais de 20 lotes e imensuráveis sonhos. Desde 2013 que os incêndios vêm trazendo pânico à população, principalmente nos meses mais secos – agosto a outubro, período cuja precipitação é praticamente inexistente e a umidade relativa do ar fica abaixo de 50%. A título de informação, entre os meses de agosto e outubro de 2015 os incêndios devastaram mais de 40 lotes produtivos. Ocorreram vários prejuízos devido aos incêndios, a exemplo da queima total ou parcial das plantações, das instalações elétricas pertencentes à Distribuidora de Energia S/A (ENERGISA) e das tubulações plásticas de transporte de água dos canais, drenos, cacimbões e poços artesianos até as plantações. Além da aflição e prejuízos, vale ressaltar que os efeitos das queimadas praticadas ao longo dos anos foram semelhantes, até certo ponto, aos da retirada da cobertura vegetal, ou seja, culminaram com a redução da fertilidade dos solos, o empobrecimento da biodiversidade e a erosão, embora com dois agravantes: a poluição atmosférica e a intensificação de problemas de saúde pública, principalmente respiratórios (SOARES, 2018).

Além dos problemas ambientais e socioeconômicos decorrentes dos incêndios, como já vimos neste contexto, também vale ressaltar o fato de que, desde sua implantação, o PISG vem sendo *arranhado*, em termos socioambientais, em decorrência da utilização excessiva de insumos químicos na agricultura irrigada, discussão que será esmiunçada no tópico a seguir.

⁷ Que também pode provocar outros problemas, como a liberação de gases tóxicos para a atmosfera, principalmente monóxido de carbono e dióxido de carbono, que contribuem para a intensificação do efeito estufa e o agravamento de doenças respiratórias, cardíacas, dentre outras (SAMPAIO; ARAÚJO; SAMPAIO, 2005).

4.3 USO EXCESSIVO DE INSUMOS QUÍMICOS NA AGRICULTURA IRRIGADA

No início da implantação do PISG era preciso fazer a terra produzir incessantemente para garantir a sobrevivência das famílias, que eram formadas geralmente por mais de 10 filhos, além do pai e da mãe. Aí surge outro problema ainda mais grave, que foi o uso indiscriminado dos insumos químicos⁸ (GOMES, 2005). Conforme Nunes e Sousa (2018), os insumos superquímicos fazem parte da sesta de inovações incorporadas à agricultura mundial, especialmente a partir da década de 1950. No Brasil, os referidos produtos chegaram por volta de 1970, esses amparados pelo agronegócio (a exemplo de grandes projetos de irrigação), bem como pelo discurso de combate à fome que assolava o País à época, (problema esse que ainda persiste atualmente).

Os agrotóxicos foram e são utilizados até hoje na agricultura para matar bactérias, fungos, ervas daninhas, insetos, roedores e quaisquer organismos que possam prejudicar colheitas, diminuindo a quantidade e qualidade dos produtos alimentares (BARBOSA, 2014, p. 85). Segundo Barbosa (2014), o uso excessivo de insumos químicos pode causar problemas sérios relacionados à contaminação dos componentes bióticos e abióticos de determinados espaços. As substâncias tóxicas presentes nesses produtos podem ser incorporadas na cadeia alimentar e, por conseguinte, contaminar grandes quantidades de seres vivos. No caso dos fertilizantes, por exemplo, o fosfato e o nitrato presentes em sua composição química são os principais responsáveis pela eutrofização das águas devido à formação de ambientes propícios ao desenvolvimento e proliferação de algas, as quais consomem o oxigênio aquático.

Em trabalho de campo realizado no PISG, Siqueira *et al.* (2018) constataram que o uso de agrotóxicos e fertilizantes é muito elevado. Das pessoas entrevistadas em sua pesquisa, mais de 96% responderam que usavam agrotóxicos na produção agrícola, sendo que a maioria destas também disse que usava fertilizantes químicos. Para Gomes (2005), os efeitos quanto ao uso excessivo desses produtos no sistema produtivo do PISG vêm repercutindo negativamente, sobretudo na fertilidade dos solos, na qualidade das águas e nos produtos e na saúde da população local.

A respeito dos efeitos relacionados à problemática em discussão, com base nas palavras de Gomes (2005) e Siqueira *et al.* (2018), dois aspectos chamam

⁸ Sendo importante frisarmos que a modernização da agricultura proporcionou o uso de uma diversidade de insumos, como agrotóxicos e fertilizantes. Os agrotóxicos também denominados de pesticidas, praguicidas ou fitossanitários se espalharam pelo mundo após sua produção e expansão durante a Segunda Guerra Mundial (STOPPELLI, 2005, p. 92).

a atenção. O primeiro é o seguinte: para garantir produção satisfatória os colonos pulverizavam os coqueirais com grandes quantidades de veneno pelo menos três vezes ao mês. Para agravar a situação, a pressão de mercado, de certa forma, “indicou” o uso de aproximadamente 20 tipos de venenos. Isso com vista à potencialização da produção e foco maior no lucro para os participantes dessa dinâmica relativa à comercialização dos produtos. É preciso utilizar muitos e variados tipos de agrotóxicos para conseguir produzir frutos com aspecto, tamanho e sabor exigidos pelo mercado consumidor. Sobre essa questão, cabe enfatizar o aumento da incidência de casos de câncer, provavelmente relacionados à contaminação durante a aplicação, sem a proteção devida, do veneno nas culturas, ou a partir da ingestão de água e alimentos contaminados. Várias pessoas da região do PISG realizaram exames de sangue e constataram a existência de muitas substâncias tóxicas indicadoras de variados tipos de cânceres.

O segundo aspecto, considerado de elevada relevância, foi o fato de alguns produtores plantarem em determinadas faixas de terras e as culturas não se desenvolviam, tampouco produziam satisfatoriamente, ou seja, em algumas áreas o solo tinha pouca produtividade ou praticamente inexistente. Diante da constatação da improdutividade de alguns terrenos, os produtores praticamente abandonavam essas áreas.

Mesmo com a grande utilização dos agrotóxicos para conter a crescente ocorrência de pragas nas plantações, bem como o uso de fertilizantes químicos para corrigir o déficit de alguns nutrientes no solo, a produção vinha apresentando quedas em muitas áreas (SILVA NETO, 2013). A utilização excessiva de agrotóxicos e fertilizantes causou a contaminação das culturas e sérios danos à biota do solo, a fauna e a outros componentes ambientais, como o lençol freático, os córregos e o rio Piranhas; bem como às populações humanas atingidas direto ou indiretamente pelo conjunto combinado dos efeitos ambientais (SIQUEIRA *et al.*, 2018).

Cada um dos processos de degradação socioambiental, discutido até aqui, foi analisado mediante suas causas e principais efeitos, cujos desarranjos socioambientais influenciaram no processo de desmantelamento da estrutura produtiva do PISG. Daremos sequência ao debate colocando em tela a questão do uso inadequado da água no processo de irrigação no PISG ao longo de sua história, discussão essa expressa em continuidade no tópico abaixo.

4.4 USO INADEQUADO DA ÁGUA NO PROCESSO DE IRRIGAÇÃO

Um dos principais elementos que nos ajuda a compreender o uso irracional das águas no PISG diz respeito ao fato do Açude de São Gonçalo

ter atingido sua capacidade máxima em fevereiro de 2011 – 44,6 milhões de metros cúbicos de água, e permaneceu cheio até o mês de maio daquele mesmo ano, segundo a Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESAs, 2020a). Contudo, foi decretado racionamento hídrico no final do ano de 2012, devido ao fato do reservatório ter sido praticamente esvaziado, ficando com aproximadamente 30% de sua capacidade máxima (SOARES, 2018).

A água do reservatório ‘desapareceu’ em pouco mais de um ano, mesmo com a relativa recarga a partir da quadra chuvosa⁹ de 2012. Esse processo foi influenciado, sobretudo, pela grande expansão de algumas culturas de altíssima necessidade hídrica – coco e banana, irrigadas predominantemente por meio da utilização do defasado sistema superficial (QUEIROZ; RODRIGUES, 2019). Esse modelo de irrigação também foi um dos grandes responsáveis pelo elevado desperdício de água e pelo avanço de processos de degradação socioambiental (SIQUEIRA *et al.*, 2018). Vislumbrando a ideia de Santos (2015), percebemos, neste contexto, que a mercantilização da natureza teve relação direta com o evento relativo à falta de água no PISG, ou seja, o mercado exerceu suas forças exploratórias com pressões superiores à capacidade produtiva do território – uma vez que aquele sistema produtivo ainda inconsistente era desprovido de condições básicas para garantir uma logística mercantil pautada na racionalidade, quanto à utilização dos recursos naturais, especialmente da água.

No Semiárido brasileiro, as mais de três mil horas anuais de insolação e os ventos relativamente secos durante a maior parte do ano associados a grande utilização inadequada do *líquido vida* na agricultura são variáveis que ajudam a explicar o processo de salinização dos solos, principalmente em áreas irrigadas de alguns perímetros, como o de Sousa (PB) (REBOUÇAS, 1997).

O processo de salinização na região de São Gonçalo teve origem antes da implantação do PISG. À época, o DNOCS constatou algumas faixas de solos salinizados por meio de análises laboratoriais. Em seguida, adotou algumas medidas sem êxito, como lavagens e a aplicação de corretivos químicos e orgânicos para recuperar essas áreas (GOMES, 2005).

Para Gomes (2005), o avanço do processo de salinização ocorreu de forma potencial, principalmente devido à drenagem superficial ineficiente e à utilização predominante da irrigação superficial, caracterizada pela liberação da água em valas precárias e permeáveis. Assim, devido aos desperdícios provocados pela inundação, a água empossada contribuiu para a formação de crostas salinas sobre os solos de muitas áreas do Perímetro (Figura 3).

⁹ Na qual a precipitação total registrada no PISG foi de 544,5 milímetros (AESAs, 2020b).

Figura 3 - Área em processo de salinização localizada no distrito de São Gonçalo (PISG).



Fonte: os autores (2019).

Ao observarmos a Figura 3, podemos identificar algumas áreas cujos solos estão praticamente sem vida, isto fica evidente nos espaços desprotegidos em razão da ausência de vegetação. Apenas as plantas mais resistentes à salinização¹⁰ sobrevivem no local, como algumas espécies de herbáceas. São necessários vários anos de descanso para que esses solos se recuperem e voltem a produzir satisfatoriamente (SIQUEIRA *et al.*, 2018).

Os sais em excesso podem prejudicar o processo de germinação das sementes. Ao serem absorvidos pelas plantas, também acabam prejudicando o desenvolvimento destas, haja vista que são formados nódulos em suas raízes, processo que dificulta a absorção de água e nutrientes. Fora isso, os sais que são incorporados excessivamente pelas plantas provocam problemas metabólicos e celulares, tornando-as raquíticas, amareladas e podendo levá-las à morte (PEDROTTI *et al.*, 2015).

Algumas culturas são mais sensíveis do que outras à salinização dos solos, a exemplo do arroz e do coco, que conseguem produzir em áreas com razoável nível de salinidade; mas o feijão e o pimentão não têm a mesma tolerância e

¹⁰ Sendo cabível ressaltarmos que as águas superficiais e subterrâneas fazem parte de uma das principais dinâmicas da natureza – o ciclo hidrológico. As águas superficiais ao escoarem sobre rochas e solos podem adquirir quantidades significativas de sais. Já as águas subterrâneas também podem adquirir sais no processo de dissolução das rochas em contato com o lençol freático. O processo de evaporação faz uma “filtragem” na água, propiciando a elevação do vapor até as camadas superiores da atmosfera e a precipitação dos sais sobre as camadas superficiais dos solos, principalmente cloreto de sódio, cálcio e magnésio. A inundação dessas áreas acaba espalhando os sais sobre as camadas superiores dos solos, aumentando a dimensão espacial da salinização (PEDROTTI *et al.*, 2015).

acabam tendo produções deficitárias ou morrendo. A concentração de sais na superfície dos solos normalmente reduz a fertilidade e aumenta a tendência do desenvolvimento de processos de desertificação (SILVA NETO, 2013).

Conforme o mesmo autor supracitado, o processo de salinização foi intensificado com a utilização demasiada de águas de baixa qualidade, de fontes subterrâneas captadas principalmente por meio de cacimbões e/ou poços artesianos.

No período de 2012 a 2017, o PISG enfrentou um dos maiores racionamentos hídrico de sua história, isso devido ao fato dos Açudes de São Gonçalo e Engenheiro Ávidos não terem acumulado água o suficiente para encher e garantir a continuidade da irrigação. Aliás, faltou água até para o consumo humano. Foi nessa emergência que muitos produtores construíram algumas obras de captação de água do lençol freático. Inicialmente, o objetivo era salvar as plantações que sofriam com a desidratação – batalha fracassada na maioria dos casos. Depois, a prioridade passou a ser a obtenção de água para o consumo humano e a dessedentação animal (QUEIROZ; RODRIGUES, 2019).

Com base nas palavras de Siqueira *et al.* (2018), é importante frisar que praticamente não existe culturas irrigadas com efetiva produção na região compreendida pelo PISG (Figura 4). Além disso, segundo Araújo *et al.* (2018), todos os pomares de goiaba, maracujá, graviola e manga foram extintos devido à suposta falta de água, ataques de pragas ou à improdutividade dos solos.

Figura 4 - Vista panorâmica de recorte espacial do PISG.



Fonte: Dantas (2019, n. p.).

Conforme a Figura 4, a qual representa parte do espaço do PISG registrado no dia 16 de abril de 2019, podemos observar que as culturas permanentes de coco e banana, que eram predominantes na área, se restringiam a pequenos enclaves situados às margens da Estação de Piscicultura, nas proximidades do Açude de São Gonçalo, onde a umidade natural era suficiente apenas para manter essas culturas vivas. À época, as demais áreas do Perímetro se encontravam em ócio, ou ocupadas com culturas de sequeiro. Contudo, observamos que nestes dois últimos anos (2019-2020), o PISG lentamente vem se ressignificando, porém com base no mesmo sistema produtivo que colapsou anteriormente.

Sobre as possíveis causas e consequências da decadência produtiva, Sampaio, Araújo e Sampaio (2005) corroboram dizendo que o processo de salinização dos solos e outros impactos socioambientais podem acarretar maiores custos produtivos e, mesmo assim, dificilmente os resultados esperados serão alcançados. Em decorrência dessa dinâmica indesejável pode haver prejuízos ambientais, reduções no nível de renda e piora da qualidade de vida da população afetada pelos efeitos da degradação.

Os efeitos mais consistentes relacionados à redução da qualidade de vida estão atrelados à desnutrição, epidemias e migrações (SILVA NETO, 2013). No que concerne às migrações, Silva *et al.* (2017) e Siqueira *et al.* (2018) dizem que o fenômeno é marcante no PISG, cujos fluxos são orientados para várias regiões do País.

Atualmente, muitos dos colonos que decidiram permanecer no ‘perímetro seco’ estão desempregados, outros conseguiram trabalho principalmente em indústrias de laticínios, lojas de Sousa e dos municípios vizinhos, bem como serviços de crediário, manicure, cabelereiro(a), faxineiro(a), dentre outros. Há também muitas pessoas sobrevivendo com rendimentos advindos, sobretudo, de benefícios trabalhistas e assistencialistas, como aposentadorias e o Bolsa Família, respectivamente (QUEIROZ; RODRIGUES, 2019).

Diante do quadro de declínio produtivo e instabilidade econômica e social, neste contexto fica exposto o quanto foi insustentável o modelo produtivo utilizado no PISG ao longo de sua história, evidenciando assim o quanto foi pernicioso a inserção do referido espaço na dinâmica do capital desinteressada na sustentabilidade do lugar. Neste prisma, entendemos que o processo de reconstrução do PISG deve ser colocado em pauta de desenvolvimento, o qual precisa englobar vários fatores, sobretudo a gestão participativa e integrada dos recursos naturais, focalizando especialmente a água e o solo. A seguir apresentaremos as considerações finais do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas discussões fomentadas neste artigo, consideramos que o DNOCS, enquanto principal articulador do desenvolvimento do PISG, não reuniu condições efetivas para garantir a racional exploração dos recursos naturais, tendo em vista o princípio da conservação. Um fator que ilustra negativamente essa questão diz respeito a não modernização do sistema de irrigação.

Os colonos do Perímetro também não reuniram condições que viabilizassem a gestão compartilhada de suas atividades diante das fragilidades administrativas e estruturais apresentadas pelo DNOCS. Por outro lado, esses mesmos produtores associados às estruturas administrativas, também não tiveram forças para controlar a pressão exercida pelo mercado consumidor, que buscava cada vez mais produtos num ritmo superior à capacidade produtiva.

Assim, visualizamos neste contexto um conjunto de fatores que denunciam a apropriação dos recursos naturais ao passo da ausência de políticas públicas eficientes e da inaplicabilidade das legislações reguladoras do uso dos recursos naturais presentes no PISG.

A histórica gestão deficitária das riquezas naturais, sobretudo das águas, e a pressão exercida pelo mercado quanto à superprodução a qualquer custo ambiental, influenciaram sobremaneira no desmantelamento do sistema produtivo do PISG. A degradação socioambiental também contribuiu para a formação de um ‘perímetro seco’ e desprovido da fartura comum em períodos pretéritos. Em relação à economia, as relações comerciais em múltiplas escalas espaciais foram desarticuladas, justificando a incapacidade do mercado no tocante à garantia da racionalidade no sistema produtivo.

Os efeitos do processo de desmantelamento da estrutura produtiva do PISG relacionam-se, efetivamente, à diminuição dos níveis de emprego e renda, e conseqüentemente à redução da qualidade de vida da população. Como dizem Silva *et al.*, (2017) e Siqueira *et al.*, (2018), a somatória desses efeitos vem contribuindo para que muitas famílias procurem melhores condições de vida em outras regiões do Brasil, caracterizando assim um fluxo migratório.

Portanto, as discussões fomentadas neste artigo nos levaram a compreender o fato do objetivo estatal quanto à modernização da agricultura no PISG não ter sido alcançado, pelo contrário, houve sucateamento da estrutura produtiva. Além disso, também fica evidente, neste contexto, o fato de o Perímetro atravessar tempos nebulosos do ponto de vista ambiental e socioeconômico, sendo necessária sua revitalização.

Como proposta para futuros estudos, sugerimos pesquisas que avaliem os processos de degradação socioambiental desencadeados ao longo do tempo no PISG mediante a percepção das pessoas que vivenciaram e/ou ainda vivenciam tal realidade. Assim, poderá ser realizado o 'raio x' da transformação antropológica da paisagem segundo as memórias de seus habitantes. Por fim, se seguem as referências bibliográficas.

REFERÊNCIAS

AESA. Meteorologia – Chuvas. **AESA**, João Pessoa, 2020a. Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/meteorologia-chuvas/>. Acesso em: 03 ago. 2020.

AESA. Volumes de açudes: açude São Gonçalo. **AESA**, João Pessoa, 2020b. Disponível em: http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/monitoramento/volume-acude/?id_acude=9659. Acesso em: 03 ago. 2020.

ARAÚJO, D. C.; VIEIRA, A. S.; QUEIROGA, F. A.; FIGUEIREDO, F. N. L.; SILVA, L. B.; SARMENTO, R. C. S. S. Proposta de um modelo de gestão para o uso eficiente da água no perímetro irrigado de São Gonçalo no Sertão paraibano. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**, Pombal, v.12, n. 1, p. 43-57, 2018.

BARBOSA, V. **A última gota**. 1 ed. São Paulo: Planeta, 2014. 247 p.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm. Acesso em: 13 jan. 2019.

DANTAS, L. **VÍDEO! Imagens aéreas mostram obras e por onde é liberada a água do Açude de São Gonçalo**. **Blog do Levi**, Sousa, 16 abr. 2019. Cotidiano. Disponível em: <https://blogdolevi.portaldiarario.com.br/2019/04/16/video-imagens-aereas-mostram-obras-e-por-onde-e-liberada-a-agua-do-acude-de-sao-goncalo/>. Acesso em: 03 out. 2019.

DNOCS. Perímetro Irrigado de São Gonçalo. **DNOCS**, Fortaleza, 2020. Disponível em: http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/pb/sao_goncalo.htm. Acesso em: 06 out. 2020.

DORST, J. **Antes que a natureza morra**: por uma ecologia política. Tradução Rita Buongermino. São Paulo: Edgard Bblucher, 1973. 416 p.

EMBRAPA. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Embrapa solos, 2006. 306 p.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. **Megadiversidade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 4, p. 113-123, 2005.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Método de pesquisa**. Editora da UFRGS, 2009. 120p.

GIUMBELLI, E. Para além do “trabalho de campo”: reflexões supostamente malinowskianas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 17, n. 48, p. 91-107, 2002.

GOMES, R. A. **A qualidade de vida das famílias no Perímetro Irrigado de São Gonçalo: ética e racionalidade**. 2005. 234 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2005.

LEFF, H. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 555 p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: atlas, 2003. 312 p.

NASCIMENTO, F. R. **Degradação ambiental e desertificação no Nordeste brasileiro**. O contexto da Bacia Hidrográfica do Rio Acaraú – Ceará. 2006. 355 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

NUNES, J. V.; SOUSA, M. L. M. A Geografia aplicada ao semiárido brasileiro: desafios e perspectivas. In: OLIVEIRA, V. P.; SOUSA, M. L. M. **Agricultura e degradação ambiental no Perímetro Irrigado de Morada Nova, Baixo Banabuiú – Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018, p. 343-356.

PEDROTTI, A. CHAGAS, R. M.; RAMOS, V. C.; PRATA, A. P. N.; LUCAS, A. A. T.; SANTOS, P. Causas e consequências do processo de salinização dos solos. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria, v. 19, n. 2, p. 1308-1324, 2015.

QUEIROZ, C. N. **O processo de construção da pequena produção (familiar) modernizada** (O caso do Perímetro Irrigado de São Gonçalo – PB). 1993. 152 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1993.

QUEIROZ, J. G. **Os vieses da questão hidrossocial e os penduricalhos produtivos do perímetro irrigado de São Gonçalo – Paraíba:** quais os arranhões e as ferrugens que o desgastaram durante o período de 2012 a 2017?. 2019, 162 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido), Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2019.

QUEIROZ, J. G.; RODRIGUES, J. F. Sustentabilidade, políticas públicas e interdisciplinaridade no semiárido. *In:* ALVES, L. S. F.; BEZERRA, J. A.; SILVA, M. M. N. (ed.). **Perímetro Irrigado de São Gonçalo – Paraíba:** uma análise sobre o declínio da produção agropecuária e suas implicações nas relações comerciais do local com o regional, o nacional e o internacional. Natal: CCHLA, 2019, p. 39-54.

REBOUÇAS, A. C. Água na região Nordeste: desperdício e escassez. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.11, n. 29, p. 127-154, 1997.

SAMPAIO, E. V. S. B.; ARAÚJO, M. S. B.; SAMPAIO, Y. S. B. Impactos ambientais da agricultura no processo de desertificação no Nordeste do Brasil. **Revista de Geografia do Departamento de Ciências Geográficas**, Recife, v. 22, n. 1, p. 93-113, 2005.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 24 ed. Rio de Janeiro: Record, 2015. 174 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. 474 p.

SILVA, J. B.; GUERRA, L. D.; IORIS, A. GOMES, R. A. Conflitos sociopolíticos, recursos hídricos e programa um milhão de cisternas na região semiárida da Paraíba. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 18, n. 2, p. 69-92, 2015.

SILVA, S. N.; LOPES, F. G.; ANDRADE, F. E.; FERREIRA, C. B.; DANTAS, M. C. A. M.; SIQUEIRA, E. C. Efeitos da escassez hídrica na economia do perímetro irrigado de São Gonçalo, Paraíba. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Pombal, v. 12, n. 1, p. 132-137, 2017.

SILVA NETO, M. F. **A problemática da salinização do solo no Perímetro Irrigado de São Gonçalo – PB.** 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SIQUEIRA, E. C.; SILVA, S. N.; LOPES, F. G.; ANDRADE, F. E.; BRAGA, C. F. Avaliação dos impactos da seca no Perímetro Irrigado de São Gonçalo – PB. Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB. **Revista Principia**, João Pessoa, v. 1, n. 40, p. 21-27, 2018.

SOARES, J. A. **Memorial de um sertão**. Sousa: [s. n.], 2018. 184 p.

STOPPELLI, I. M. B. S.; MAGALHÃES, C. P. Saúde e segurança alimentar: a questão dos agrotóxicos. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 91-100, 2005.

TRIENTA, F. T.; FILHO, J. R. F.; SANT'ANA, A. P.; RABELO, L. M. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. **Produção**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 508-520, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/prod/2013nahead/aop_prod0312.pdf. Acesso em: 15 set. 2019.

Texto submetido à Revista em 01.11.2019
Aceito para publicação em 03.11.2020



Efeitos das mudanças climáticas sobre a agropecuária de Minas Gerais: uma abordagem contemporânea

Effects of climate change on agriculture in Minas Gerais: a contemporary approach

Nilta Izabela Braga - Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território da Universidade Federal de São João Del-Rei (PGDPLAT/UFSJ). E-mail: niltaibraga@yahoo.com.br

Rosa Livia Gonçalves Montenegro - Doutora em Economia, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: rosa.livia@ufjf.br

Resumo

As mudanças climáticas são uma das maiores preocupações das sociedades contemporâneas e há evidências de que elas já estão provocando severos impactos negativos no mundo. O principal objetivo deste artigo é discutir os efeitos das mudanças climáticas projetadas para os próximos anos na produção agropecuária do estado de Minas Gerais. Para tanto, aplicou-se a metodologia de análise exploratória de dados espaciais (AEDE), com a proposta de identificar a concentração espacial das principais atividades do setor na região. Os resultados comparam trabalhos importantes na área, evidenciando os efeitos das mudanças climáticas na agropecuária mineira. Ademais, confirma-se que o estado de Minas Gerais será fortemente impactado pelos prejuízos causados nas atividades agropecuárias, caso não forem tomadas medidas urgentes de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Palavra-chave

Mudanças climáticas. Agropecuária. Minas Gerais. Meio ambiente.

Abstract

Climate change is a major concern for contemporary societies and there is evidence that it is already causing severe negative impacts around the world. The main objective of this article is to discuss the effects of climate change projected for the coming years on agricultural production in the state of Minas Gerais. To this end, it is intended to contextualize the role of agriculture in the State, analyzing the spatial concentration of the main activities of the sector in the region and presenting results of important work regarding the impacts of climate change on agriculture in Minas Gerais. The results show that Minas Gerais will be strongly impacted by the losses caused in agricultural activities if urgent mitigation and adaptation measures are not taken.

Keywords

Climate change. Agriculture. Minas Gerais. Environment.

INTRODUÇÃO

É latente a aceitação em âmbito internacional de que as mudanças climáticas já afetam o planeta e elevações de temperatura, ainda mais bruscas, provocarão uma série de efeitos prejudiciais às espécies e plantas nas diversas regiões do mundo. Conforme advertem Pellegrino, Assad e Marin (2007), há evidências de que ocorrerão mudanças climáticas globais, dado o aumento da concentração de gases de efeito estufa, como o gás carbônico (CO_2), o metano (CH_4) e o óxido nitroso (N_2O), além do próprio vapor d'água (H_2O). Algumas atividades têm mais responsabilidades na emissão desses gases, como é o caso da agropecuária, responsável por grande parte das emissões totais de gases de efeito estufa no Brasil.

De acordo com o relatório apresentado pelo Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG, 2019), do Observatório do Clima, o Brasil emitiu 1,939 bilhão de toneladas brutas de gases de efeito estufa, medidas em gás carbônico equivalente (CO_2e) em 2018. Sendo que, 44% destas emissões são provenientes das mudanças de uso da terra, sobretudo do desmatamento na Amazônia e no cerrado e 25% da agropecuária. Porém, trata-se de um setor que também sofrerá muito no futuro, com os impactos negativos das elevações na temperatura do ar. Conforme pontuado por Lima (2002), a agricultura é uma atividade que depende, diretamente, do clima e as alterações nesse componente podem ter sérios reflexos sociais e econômicos.

Neste contexto, surgem preocupações com a capacidade futura do planeta de suprir as demandas por alimentos para as gerações futuras. Assim, tornam-se relevantes as discussões sobre os impactos das mudanças climáticas na agropecuária de países e regiões que possuem, nesse setor, sua base econômica, que é o caso do Brasil e, mais especificamente, do estado de Minas Gerais. Trata-se de uma discussão notoriamente relevante, num período da política brasileira em que a defesa dos recursos naturais e da biodiversidade brasileira não é prioridade.

Portanto, o presente estudo promove a reflexão sobre os efeitos das mudanças climáticas na produção agropecuária de Minas Gerais. A partir do momento em que a atividade econômica é importante para o estado, destaca-se suas consequências na produção para o comércio e na produção para a autossustentabilidade.

O objetivo do trabalho é contribuir para a discussão dos efeitos das mudanças climáticas projetadas para os próximos anos, na produção agropecuária do estado de Minas Gerais. Para tanto, pretende-se apresentar uma discussão teórica sobre as principais considerações acerca da problemática referente à mudança climática,

discutindo os conceitos de adaptação, vulnerabilidade e mitigação. Além disso, será contextualizado o papel da agropecuária no estado de Minas Gerais, em que será analisado a concentração espacial das principais atividades do setor no Estado e será apresentado os resultados de trabalhos importantes, no que se refere aos efeitos das mudanças climáticas na agropecuária mineira.

Este estudo, sobre o recorte territorial do estado de Minas Gerais, justifica-se pela sua agropecuária ser um dos mais importantes setores da economia, além de ser uma atividade altamente emissora de gases de efeito estufa e que mais precisará de medidas para se adaptar às mudanças climáticas. Trata-se, portanto, de uma atividade caracterizada pela produção intensiva de alimentos, por intermédio de técnicas que provocam sérios danos ao meio ambiente. É válido ressaltar a fragilidade dos pequenos produtores e produtores familiares que menos possuem condições de manter-se em suas atividades, se o cenário pessimista quanto ao futuro em relação às mudanças climáticas se confirmar. Isto posto, o debate acerca de ações de adaptação e de mitigação dos danos provocados por este setor torna-se cada vez mais relevante e iminente. Assim, a contribuição do presente debate é de investigar o estado de Minas Gerais, em relação aos efeitos que a agropecuária mineira provoca nas mudanças climáticas, e analisar os prejuízos que os cenários projetados podem ocasionar à economia mineira e ações que o estado tem empregado para mitigar os impactos climáticos.

Em resumo, este estudo divide-se, além desta introdução e das considerações finais, em mais quatro seções. A segunda seção apresenta algumas considerações gerais sobre mudanças climáticas e a percepção global quanto a mitigação de seus impactos na natureza. Já a terceira parte do estudo aborda as responsabilidades e desafios da agropecuária quanto às mudanças climáticas. A quarta seção contempla a metodologia utilizada para se chegar aos objetivos do estudo. Por fim, é tecida uma discussão sobre as consequências das mudanças climáticas na agropecuária de Minas Gerais.

1 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SUA DINÂMICA GLOBAL

Uma das grandes discussões do século XXI trata das questões relacionadas à mudança no clima e suas consequências para a humanidade, bem como para as demais espécies que habitam a Terra. Na definição do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)¹, as mudanças climáticas referem-se a

¹ Entidade responsável pelos relatórios tidos como referência internacional sobre mudanças climáticas (BLANK, 2015). O IPCC foi criado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) juntamente com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 1988. O objetivo principal do Painel é o de realizar análises sistemáticas sobre o conhecimento

qualquer mudança do clima, ao longo do tempo, de ordem natural ou originadas da ação do homem (IPCC, 2007).

Apesar de, muitas vezes, a ciência ser desacreditada, principalmente por setores, entidades e indivíduos interessados em manter o atual padrão de produção altamente degradante ao meio ambiente, há evidências² de autores como Behrenfeld *et al.* (2006), Pounds *et al.* (2006) e Malcolm e Markham (2000), em que comprovam que as mudanças climáticas continuarão a ocorrer num futuro próximo, provocando sérios danos e limitações à vida de várias espécies (BELLARD *et al.*, 2012).

Muitas destas evidências estão também relacionadas a observações, como o aumento da concentração de gases de efeito estufa; a diminuição do gelo no ártico, no desmoronamento de geleiras na Antártica e na redução das geleiras acumuladas no topo de montanhas como, por exemplo, a cordilheira do Himalaia; a elevação do nível dos oceanos; as mudanças nos regimes de chuvas; a desertificação; e o aumento da incidência de doenças (MIRANDA *et al.*, 2018).

Os relatórios do IPCC alertam sobre a dinâmica das mudanças climáticas, baseando-se na tendência de aumento da temperatura média global do ar e dos oceanos, na intensificação do derretimento de neve e gelo e, conseqüentemente, na elevação do nível médio do mar (IPCC, 2007).

Para Martins *et al.* (2010), as ações antrópicas que interferem na mudança do clima podem ser um dos maiores desafios que a humanidade terá que aprender a lidar neste século. Conforme alerta o Relatório sobre Desenvolvimento Mundial de 2010: “[...] a mudança climática provocada pelos seres humanos está ocorrendo na escala de um século, dando pouco tempo para as sociedades e os ecossistemas se adaptarem ao ritmo rápido” (BANCO MUNDIAL, 2010, p. 4).

Conforme destaca o relatório do IPCC (2007), a ação do ser humano sobre o meio ambiente tem provocado o aumento da concentração de gases de efeito estufa, como o Dióxido de Carbono (CO₂), o Metano (CH₄), o Óxido Nitroso (N₂O), o Hexafluoreto de Enxofre (SF₆), o Perfluorometano (CF₄), o Hidrofluorcarbono (HFC) e o Clorofluorcarbono (CFC) (ASSAD *et al.*, 2004). Estes gases de efeito estufa são provenientes da queima de combustíveis fósseis

científico existente sobre as mudanças climáticas globais, seus impactos potenciais e as opções de mitigação e adaptação (GHINI *et al.*, 2007).

² O IPCC (2007) adverte sobre a existência de eventos extremos, como secas, enchentes, ondas de calor e de frio, furacões e tempestades, causados pelas mudanças climáticas e que têm afetado diferentes partes do planeta e produzido enormes perdas econômicas e de vidas. Em pesquisa liderada pelo ecólogo J. Alan Pounds, da Reserva de Floresta Tropical de Altitude de Monteverde, na Costa Rica, os pesquisadores descobriram que mais de 70 espécies de sapos da América tropical já foram dizimadas por um fungo que se beneficia de temperaturas mais altas. Malcolm e Markham (2000) evidenciaram a relação entre o aquecimento global e o declínio da biodiversidade no Hemisfério Norte (BELLARD *et al.*, 2012).

em atividades industriais e transportes, bem como de mudanças de uso da terra, das atividades agrícolas e uso de combustíveis fósseis, da fertilização na agricultura e de processos industriais, dentre outros.

Desde seu quarto Relatório de Avaliação das Mudanças Climáticas, publicado em 2007, o IPCC atribui, com maior ênfase, o aquecimento global às atividades humanas (IPCC, 2007). A constatação foi possível, devido aos avanços científicos e metodológicos, desde o relatório anterior, que permitiram afirmar a influência do homem sobre o clima (BLANK, 2015).

Deste modo, em função do caráter antrópico das mudanças climáticas, as ciências sociais começam a olhar com mais atenção ao tema. Para Bernauer (2013), o caso de as mudanças climáticas serem causadas, em grande parte, pela humanidade e, em contrapartida, afetá-la diretamente, bem como aos animais, plantas e ecossistemas, fazem levantar questões que são de extrema importância para os cientistas, sejam eles vinculados às áreas sociais ou naturais. Destacam-se, neste cenário, trabalhos de autores contemporâneos consagrados em teoria social, como Beck (2009) e Giddens (2015), que não apenas incorporaram as mudanças climáticas em seus estudos, como as trouxeram para o centro de sua elaboração teórica, conforme citam Fleury, Miguel e Tadei (2019).

A sociedade do risco, termo cunhado por Beck (2009) e Giddens (2015), seria eminentemente global, já que os riscos passaram a ser distribuídos democraticamente, não importando diferenças econômicas, sociais, geográficas ou temporais (BECK, 2009; FLEURY; MIGUEL; TADEI, 2019).

Giddens (2015), no que lhe concerne, enfatiza suas preocupações quanto ao comportamento da sociedade em relação às mudanças climáticas. Para o autor, a mudança climática ainda não é tangível no cotidiano das pessoas e seu caráter global dificulta ainda mais esta percepção. Isso implica numa dinâmica de ação contra os efeitos das mudanças climáticas quando estes já são visíveis (MARTINS *et al.*, 2010). Logo, a breve discussão realizada apresentou ações que têm sido realizadas, no sentido da mitigação dos impactos de adaptação às mudanças no clima, e que também nortearão os objetivos do próximo item.

1.1 ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE A VULNERABILIDADE E SUA RELAÇÃO COM AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

É notória a importância dada pelos cientistas contemporâneos de se compreender os aspectos de vulnerabilidade em relação às mudanças climáticas, no intuito de propor ações que melhor combatam os seus impactos mais perversos. De acordo com o IPCC (2007) vulnerabilidade se refere ao grau de

suscetibilidade ou incapacidade de um sistema para lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, inclusive a variabilidade climática e os eventos extremos de tempo. Assim, para o IPCC (2007), vulnerabilidade seria em função de três aspectos principais: i) exposição do sistema, ou seja, quem ou o que estaria em risco; ii) sensibilidade do sistema, que se refere à intensidade dos choques que as pessoas ou sistemas podem sofrer; e, iii) a capacidade adaptativa do sistema, que seria a habilidade de se adaptar aos impactos.

Eakin e Luers (2006) atrelam o conceito de vulnerabilidade, de acordo com a distribuição desigual de recursos e de acesso, ao controle que indivíduos conseguem fazer sobre escolhas e oportunidades e a padrões históricos de marginalização e dominação social. Assim, é preciso conhecer as condições de exposição aos riscos das mudanças climáticas, para melhor compreender a capacidade de adaptação de um determinado sistema. Para Martins *et al.* (2010), é preciso desenvolver procedimentos para avaliar a vulnerabilidade e o seu comportamento no tempo, dado as ações intencionais, no intuito de assegurar o adequado entendimento dos impactos das mudanças climáticas.

Neste contexto, alguns estudos como os de Beg *et al.* (2002) e Beck (2009) têm relatado a condição de vulnerabilidade às mudanças climáticas a que estão expostos os países não desenvolvidos, como o Brasil, que apresenta, por exemplo, histórico de dificuldades em lidar com desastres naturais, como secas, enchentes e deslizamentos de encostas (PELLEGRINO; ASSAD; MARIN, 2007).

Conforme adverte o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (BANCO MUNDIAL, 2010), os países em desenvolvimento são mais expostos e menos resilientes aos perigos climáticos e, provavelmente, arcarão com a maior parte dos custos pelos danos — cerca de 75%-80%. Esses países são, geralmente, muito dependentes econômica e socialmente de setores primários: “Os países em desenvolvimento são particularmente dependentes dos serviços de ecossistema e de capital natural para a produção nos setores sensíveis ao clima” (BANCO MUNDIAL, 2010, p. 5-6).

Assim, a questão da vulnerabilidade se agrava, de acordo com seus impactos sobre a agricultura dos países pobres, de maneira geral, fortemente dependentes da atividade agrícola, seja ela de subsistência ou considerada como a base da economia nacional (PELLEGRINO; ASSAD; MARIN, 2007). Desta forma, entende-se que a agricultura seja um setor diretamente associado às causas das mudanças climáticas de origem antrópica, sendo, o que mais sofre com os efeitos destas mudanças. Compreender a dinâmica das mudanças é o objetivo da próxima seção.

2 AGROPECUÁRIA BRASILEIRA: RESPONSABILIDADES E DESAFIOS QUANTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O setor agropecuário é sempre citado entre os principais setores responsáveis pelas mudanças climáticas no mundo, em consequência das altas taxas de emissão de gases de efeito estufa como: o dióxido de carbônico, o óxido nitroso e o metano. O IPCC (2007) estima que 23% das emissões mundiais de gases de efeito estufa de origem antropogênica, entre 2007 e 2016, derivam da agricultura e da silvicultura. Estes níveis de emissão se elevam, dependendo das características produtivas principais de cada país. No Brasil, país essencialmente agroexportador, as atividades de agropecuária e mudanças no uso da terra, responderam por 69% das emissões de gases de efeito estufa no país, em 2018, de acordo com dados do SEEG (2019).

Trata-se de uma situação delicada, pois as projeções indicam crescimento populacional nas próximas décadas e consequente elevação na demanda por alimentos. Além disso, de acordo com a FAO (2012), 795 milhões de pessoas estão desnutridas, ou seja, uma em cada nove pessoas não tem comida suficiente para levar uma vida ativa e saudável no mundo. A questão seria como aumentar a produção sem prejudicar ainda mais o meio ambiente, sem acelerar a degradação dos solos, dos recursos hídricos, das florestas e a elevação na temperatura, e que não comprometa as condições de vida na terra. Enfim, esta é uma condição que desafia a agropecuária mundial e, principalmente, a brasileira.

Para produzir e alimentar uma população crescente, ao mesmo tempo em que se tem a obrigação de reduzir suas emissões, é necessário a exigência de novas práticas agrícolas e o conhecimento de que as ações humanas desencadeiam alterações no clima e no ambiente (MIRANDA *et al.*, 2018). Para a Embrapa (2018), seria urgente a necessidade de uma agricultura de baixo carbono e do desenvolvimento de tecnologias, para mitigar os efeitos negativos do clima nos cultivos e nas criações.

Pellegrino, Assad e Marin (2007) destacam que o Brasil precisa resolver o problema da expansão da fronteira agrícola, com seu indiscriminado apelo à derrubada e às queimadas. Embora seja usado o argumento de que são necessárias novas áreas para a produção de alimentos, a abertura dessas áreas causa vários impactos ambientais negativos.

Neste sentido, o país precisa buscar formas de produzir em que também reduzam os impactos ambientais, e em que se utilize ferramentas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, na busca do desenvolvimento sustentável e

responsável. Assad *et al.* (2004) salientam que vários estudos têm se preocupado com esta questão e têm procurado meios de adaptação e de busca por novos sistemas de produção, visando reduzir os impactos estimados nos cenários de mudanças climáticas projetadas. De acordo com a percepção dos consumidores norte-americanos, Howe *et al.* (2016) evidenciaram que 70% dos norte-americanos acreditam que o aquecimento global esteja realmente acontecendo, mas apenas 40% deles temem que a mudança do clima os prejudique pessoalmente.

No setor agropecuário, alguns estudos (ANDRADE; SILVA; SOUZA, 2014; MARTINS *et al.*, 2010; PIRES *et al.*, 2014) também identificaram que os agricultores possuem a percepção de que as mudanças no clima acontecem e sobre a responsabilidade da agropecuária neste processo, mas, geralmente, poucas ações efetivas têm sido realizadas para reverter este quadro. Trabalhos que versam sobre estudos de casos, evidenciaram que a grande maioria dos produtores rurais, de diferentes regiões brasileiras, têm consciência das mudanças climáticas em curso (PIRES *et al.*, 2014). Esta percepção é geralmente associada às alterações nos padrões de precipitação, elevação da temperatura e intensificação de eventos extremos como secas, chuvas intensas e geadas (PIRES *et al.*, 2014). Porém, conforme observado no estudo de Pires *et al.* (2014), apenas 24% dos agricultores têm alterado as suas práticas agrícolas para lidar com os impactos das mudanças climáticas.

Dessa forma, além de descobrir meios de mitigação e adaptação aos impactos das mudanças no clima, é necessário levar este conhecimento ao produtor. Para Miranda *et al.* (2018), as informações técnicas relacionadas aos impactos das mudanças climáticas e medidas de mitigação são essenciais para que alcancem os produtores rurais, principalmente pequenos e médios, em que possuem menos acesso às informações. Pires *et al.* (2014) acrescentam que conhecer a percepção ambiental dos produtores rurais é imprescindível e, portanto, possibilita o desenvolvimento de estratégias de ação quanto aos impactos das mudanças climáticas.

Em suma, entende-se que a humanidade precisa levar em consideração as suas responsabilidades quanto às mudanças climáticas e buscar soluções que propiciem a continuidade da vida na terra. Setores como a agropecuária, que contribuem com estas mudanças e sofrerá com seus efeitos danosos, precisam propor ações de mitigação e adaptação que estejam ao alcance de todos os produtores, independentemente do tamanho de suas propriedades.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para este estudo, foi delineado um panorama da agropecuária de Minas Gerais com base nos dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019), para introduzir o contexto atual deste setor no Estado. Com a mesma base de dados, realizou-se uma análise espacial da concentração das lavouras permanente e temporária, bem como da pecuária bovina em Minas Gerais, que permitiu ampliar a discussão em torno das diferenças regionais dentro do território mineiro. Segundo Gonçalves (2007, p. 11), “a análise exploratória de dados espaciais é útil para descrever distribuições espaciais, revelando padrões espaciais (*clusters* espaciais), regimes espaciais ou outras formas de instabilidade espacial (não-estacionariedade) e observações atípicas (*outliers*)”.

O Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019) disponibiliza informações para o Brasil, para os Estados nacionais, bem como para a maioria dos municípios, sobre a lavoura permanente, a lavoura temporária e a pecuária. Quanto à lavoura permanente, estão disponíveis informações sobre:

- Área colhida, número de estabelecimentos, número de pés plantados e valor da produção.

Já para a lavoura temporária têm-se os seguintes dados:

- Área colhida, número de estabelecimentos e valor da produção.

Por fim, para a pecuária bovina encontra-se informações quanto a:

- Efetivo do rebanho, número de estabelecimentos, efetivo do rebanho de vacas ordenhadas, estabelecimentos que produziram leite, quantidade de leite de vaca produzida e valor da produção de leite de vaca.

No presente estudo, são utilizadas as informações sobre o valor da produção para a análise espacial das lavouras permanentes e temporárias de Minas Gerais. Ademais, para a pecuária bovina, os dados utilizados para a análise espacial no Estado foram, também, o valor da produção de leite de vaca.

É importante ressaltar, que a escolha da pecuária bovina se deve a sua relevância na economia mineira. Assim, os estudos analisados buscaram verificar de que maneira um aumento de temperatura afetaria o ciclo de uma determinada planta, no intuito de apontar em quais situações a planta atingirá sua produção máxima, sem sofrer perdas (ASSAD *et al.*, 2004). Destaca-se que estes estudos, relacionados ao zoneamento agrícola de risco climático, em geral, desconsideram evoluções tecnológicas ou qualquer adaptação fisiológica das plantas que possam ocorrer.

4 RESULTADOS: A AGROPECUÁRIA MINEIRA E OS EFEITOS PROVOCADOS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

De acordo com dados do Censo Agropecuário do ano de 2017 (IBGE, 2019), Minas Gerais conta com uma população de cerca de 19,6 milhões de pessoas e uma área de 586,5 mil km². Quanto à economia do Estado, o setor que se destaca, em relação à representatividade no PIB mineiro, é o setor de serviços, com quase 70% de contribuição no PIB total de Minas Gerais (IBGE, 2019).

Contudo, o setor agropecuário também é forte no território mineiro, representando 6,1% do PIB estadual, sendo o segundo maior Estado em valor de produção agropecuária do país. O valor de produção supracitado totaliza quase R\$ 60 bilhões, dos quais 60% está atrelado à produção vegetal e 40% à produção animal, ficando atrás apenas do estado de São Paulo (IBGE, 2019).

O Censo Agropecuário assemelha-se a um retrato da agropecuária do País e dos Estados, com uma série de informações relevantes sobre o setor. Com base no Censo Agropecuário, o presente item apresentará um resumo das principais informações acerca da agropecuária no estado de Minas Gerais, para debater sobre a produção agropecuária mineira e suas implicações em função das mudanças climáticas em curso e do cenário mais pessimista para o futuro.

O Censo também mostrou que Minas Gerais deteve o destaque no valor de produção das lavouras permanentes, uma vez que concentra a produção nacional de café arábica; o maior valor de produção animal, pela elevada produção de leite de vaca; e o maior valor de produção de carvão vegetal, com a maior área de florestas plantadas. O estado se destaca, ainda, pelo segundo lugar no valor de vendas de suínos, atrás apenas do Rio Grande do Sul e, pelo segundo lugar, no valor de produção de laranja e da horticultura, depois de São Paulo; além de ser o maior produtor de batata, alho, morango e cenoura do país.

Em Minas Gerais, assim como acontece no Brasil, a maior parte dos estabelecimentos rurais (46,4%) possui tamanho entre 10 e 100 hectares. Quanto à utilização das terras, a maior quantidade de hectares é usada para pastagens, seguido pelas matas/florestas e, em terceiro, para lavouras. Em relação às técnicas de cultivo, 43% dos estabelecimentos rurais declararam não utilizar qualquer tipo de adubação e 70% dos estabelecimentos não utilizam agrotóxicos.

Contudo, o Censo Agropecuário do ano de 2017 revelou que, na comparação com o Censo Agropecuário do ano de 2006, houve um aumento de 60,6% no número de estabelecimentos rurais que utilizam agrotóxicos, em Minas Gerais. Trata-se de um elevado aumento, ainda que Minas Gerais mantenha o percentual de estabelecimentos rurais que usam agrotóxicos, de 27,4%, abaixo dos 33,1%

observados no Brasil (IBGE, 2019). Vale destacar, conforme lembram Martins *et al.* (2010), que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e que este comportamento reflete, diretamente, na magnitude da emissão de gases de efeito estufa (GEE).

O uso indiscriminado³ destes produtos e sua relação com as mudanças climáticas são aceitos por grande parte dos agricultores, principalmente entre os pequenos produtores. Alguns estudos têm mostrado que os agricultores, em sua grande maioria, têm a percepção de que o uso de agrotóxicos é uma das principais causas da mudança climática (MARTINS *et al.*, 2010). Isso pode representar um ponto forte a ser utilizado nas ações de adaptação e mitigação em relação aos efeitos das mudanças no clima, ao se utilizar o conhecimento dos produtores quanto às implicações do uso de agrotóxicos na mudança climática, buscando meios de adaptação e novos sistemas de produção, visando reduzir os impactos estimados nos cenários de mudanças climáticas projetadas (ASSAD *et al.*, 2004).

No sistema de preparo do solo, 14% dos estabelecimentos rurais utilizam o plantio direto na palha, 41% utilizam o cultivo convencional e 46% utilizam o cultivo mínimo. Outro dado relevante é que 84% dos estabelecimentos rurais de Minas obtiveram financiamento, cujas finalidades se destacam em investimento e custeio, atendendo a 86% dos estabelecimentos rurais. A maior parte destes recursos vem do Governo Federal, principalmente por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

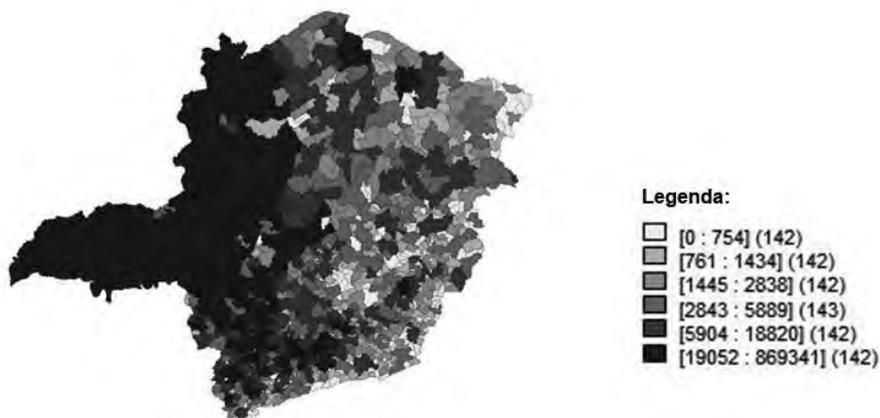
Outro dado que chama atenção é o fato de 70% dos estabelecimentos rurais do Estado declararem não receber assistência técnica alguma, o que pode ser uma grave deficiência no contexto da adaptação às mudanças climáticas, pois será necessário auxiliar os produtores na utilização de mecanismos de mitigação e adaptação à nova realidade (PIRES *et al.*, 2014). A assistência técnica possui papel relevante na disponibilização de informações técnicas quanto aos impactos das mudanças climáticas e quanto às medidas de mitigação aos produtores rurais. Tal assistência é essencial que ocorra, principalmente devido às dificuldades de acesso à informação que muitos pequenos produtores ainda enfrentam (MIRANDA *et al.*, 2018).

³ Os efeitos da contaminação humana por agrotóxicos ocorrem pelas vias ocupacional, ambiental e alimentar. Os efeitos ocupacionais configuram-se pela contaminação dos trabalhadores que manipulam os agrotóxicos, isto é, pela mistura e/ou diluição, pulverização, descarte de resíduos e embalagens contaminadas, manipulação do produto contaminado. Os efeitos ambientais caracterizam-se pela dispersão ou distribuição dos agrotóxicos no ambiente (a contaminação). Os impactos negativos pelo uso indiscriminado de agrotóxicos podem ser variados, como por exemplo: pela migração de resíduos de agrotóxicos para lençóis freáticos; a contaminação atmosférica, resultante da dispersão de partículas durante a pulverização ou de manipulação de produtos finamente granulados e evaporação de produtos mal estocados; e a contaminação dos solos. Por fim, pela via alimentar, os efeitos decorrem pela ingestão de produtos contaminados (VINHA *et al.*, 2011).

A Fundação João Pinheiro (2019) observa, com base nos dados do Censo Agropecuário do ano de 2017, que há uma concentração do setor agropecuário nas regiões: central, sul, oeste e noroeste do estado de Minas Gerais, que pode ser observada nas figuras a seguir (Figuras 1 a 3). As três culturas que se destacam na lavoura temporária do estado são: a soja, o milho e a cana-de-açúcar, tanto em área colhida quanto em valor da produção.

Percebe-se que, apesar da concentração da produção em algumas regiões de Minas Gerais (Figura 1), ocorre a presença de lavouras temporárias em quase todos os municípios mineiros. Assim, a inaptidão destas áreas para a produção, devido às mudanças climáticas, pode provocar uma desestruturação econômica e social nestes municípios, que precisarão buscar alternativas de adaptação e mitigação destes efeitos. A produção de soja em Minas Gerais já estará comprometida frente a um aumento de 1°C na temperatura e seria impraticável se ocorrer um aumento de 5,8°C (ASSAD *et al.*, 2004).

Figura 1 - Concentração espacial da lavoura temporária de Minas Gerais por valor da produção em (X1000) reais

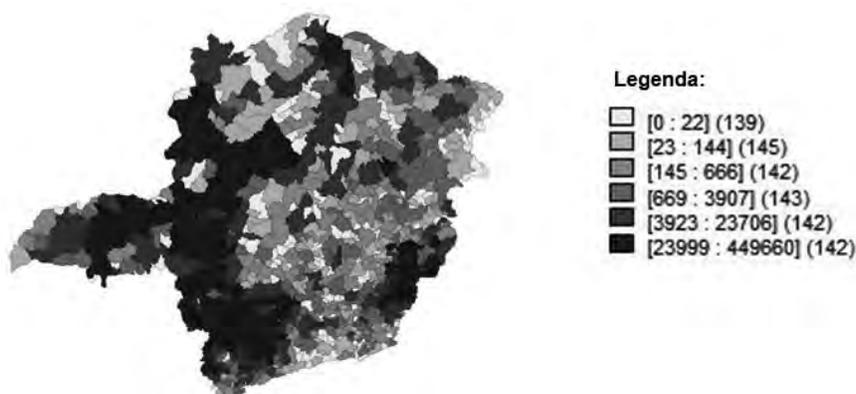


Fonte: elaboração própria no software Geoda, com dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Já em relação à lavoura permanente de Minas Gerais, as três maiores culturas em área colhida e, também, em valor da produção são: o café arábica, a banana e a laranja. A Figura 2 apresenta a concentração espacial da lavoura permanente de Minas Gerais, em relação ao valor da produção. Nota-se, por esta análise, uma concentração de lavouras permanentes no oeste e sul de Minas, com alguns municípios relevantes em tamanho da área plantada e o valor da produção no norte e sudeste do estado.

Ademais, é possível notar a presença de lavouras permanentes em quase todos os municípios do Estado e inferir sua importância na economia local. Assad *et al.* (2004) advertem que o aumento de 1°C na temperatura tornaria inaptos algumas partes do norte e leste do Estado para o cultivo do café e diante de um aumento de 5,8°C a cafeicultura não mais existiria em Minas Gerais⁴, sendo que a pecuária em Minas Gerais é responsável por quase 49% dos valores gerados pelo agronegócio no estado.

Figura 2 - Concentração espacial da lavoura permanente de Minas Gerais por área colhida em hectares e valor da produção em (X1000) reais



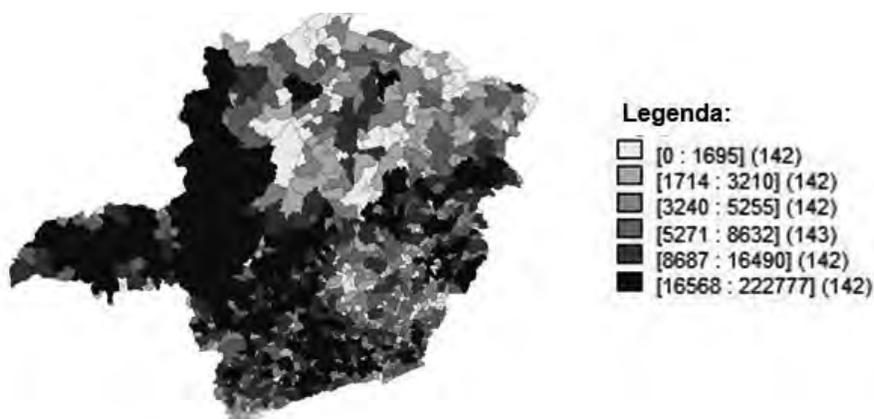
Fonte: elaboração própria no software Geoda, com dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

No setor da pecuária, Minas Gerais possui forte potencial na criação de gado leiteiro. Os bovinos se destacam tanto na quantidade produzida quanto no maior volume de produção no estado (Figura 3). A presença de pastagens em diversos biomas do Estado demonstra a necessidade de cuidados pelos pecuaristas quanto às práticas de manejo, no sentido de aliviar a degradação das pastagens e reduzir a emissão de gases do efeito estufa. Paulino e Teixeira (2010) advertem que é preciso um manejo adequado das pastagens para combater o aumento do efeito estufa, em favor do sequestro de carbono. Ademais, os autores ressaltam que a degradação da pastagem reduz a produtividade e gera perda de matéria orgânica do solo, além de aumentar a emissão de gás carbônico (CO₂) na atmosfera, em consequência da redução de sequestro de carbono na pastagem.

⁴ Para a região Sudeste, especificamente, “ainda que a chuva tendesse a aumentar no futuro, as elevadas temperaturas do ar poderiam, de alguma forma, comprometer a disponibilidade de água para agricultura, consumo ou geração de energia, devido a um acréscimo previsto na evaporação ou evapotranspiração. As vazões também tendem a aumentar como consequência do aumento de chuvas e das mudanças de uso da terra na região” (MARENCO; VALVERDE, 2007, p. 23).

Com base no breve panorama, é possível avançar na discussão acerca das responsabilidades do setor em relação às mudanças climáticas, bem como estabelecer um vínculo com outros estudos que retratam as implicações destas mudanças na atividade agropecuária do Estado, caso algumas projeções se realizarem, de fato. Conforme já destacado, a agropecuária é um dos setores que mais contribui com a emissão de gases de efeito estufa e uma das atividades que mais sofrerá com os impactos das mudanças no clima.

Figura 3 - Concentração espacial da pecuária bovina em Minas Gerais em quantidade de leite de vaca produzida em (X1000) litros e valor da produção de leite de vaca em (X1000) reais



Fonte: elaboração própria no software Geoda, com dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

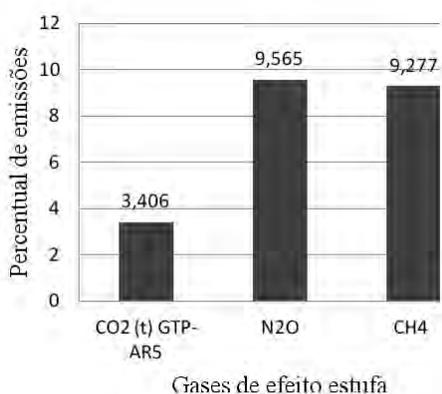
De acordo com o observatório do clima, o setor agropecuário e as mudanças no uso da terra em Minas Gerais são responsáveis por uma participação relevante das emissões totais de gases de efeito estufa no Brasil (Figura 4). Somente nestas duas atividades, o estado é responsável por mais de 9% das emissões totais brasileiras de dióxido de carbono e de metano e de mais de 3% das emissões totais nacionais de dióxido de carbono equivalente.

Para Van Vuuren *et al.* (2011), nos aspectos dos cenários ambientais, são considerados vias desenvolvidas chamadas de “Vias de concentração representativas”, ou em inglês, RCPs. Elas desempenham um papel importante no fornecimento de informações para experimentos de modelos climáticos prospectivos, incluindo as projeções decadais e de longo prazo das mudanças climáticas. Os RCPs também fornecem um importante ponto de referência para novas pesquisas dentro da comunidade de modelagem de avaliação integrada

(IAM), padronizando um conjunto comum de condições para o ano 2100 e explorando caminhos e políticas alternativas que poderiam produzir esses resultados. Logo, os RCPs, como um conjunto, contêm informações relevantes para execuções de modelos climáticos.

Os resultados apresentados revelam que a agropecuária de Minas Gerais tem causado sérios impactos nas mudanças climáticas, representando uma atividade que emite altas taxas de gases de efeito estufa. Contudo, se ações não forem tomadas a curto e médio prazo, o setor sofrerá fortes impactos negativos nos próximos anos, gerando altos prejuízos ao Estado e, portanto, ao País. Diversos autores e entidades (ASSAD *et al.*, 2004; EMBRAPA, 2018; PELEGRINO *et al.*, 2007) têm se dedicado a este assunto, avaliando e discutindo os impactos que as mudanças climáticas projetadas para os próximos anos podem provocar na agropecuária em geral e, em particular, em Minas Gerais.

Figura 4 - Percentual de emissões da agropecuária e mudanças no uso da terra no estado de Minas Gerais, em relação ao total nacional em 2018



Fonte: elaboração própria com base em dados da SEEG (2019).

De acordo com a Embrapa (2018), a soja é a cultura que sofrerá mais com a elevação da temperatura no Brasil. A cultura supracitada é o principal produto agrícola exportado pelo país, e pode apresentar, já no ano de 2020, uma perda de R\$3,9 bilhões a R\$4,3 bilhões, promovida por uma redução de área de baixo risco ao cultivo, oscilando entre 21,62% a 23,59% (EMBRAPA, 2018).

Assad *et al.* (2004) relatam que o Brasil tinha, até o ano do estudo – 2007, uma área favorável, com baixo risco, para o plantio de soja de 3,4 milhões de quilômetros quadrados, conforme indicações do zoneamento para esta cultura. Do mesmo modo, os autores ressaltam que o aumento de 1°C na temperatura global já comprometeria bastante esta produção (ASSAD *et al.*, 2004).

Nesse âmbito, Marego e Valverde (2007) alertam para as mudanças no uso da terra, que também têm afetado, sensivelmente, o clima na América do Sul. Para os autores, desde a década de 1990, estudos têm sido desenvolvidos simulando os efeitos no clima regional, associado ao desmatamento da Amazônia. As experiências assumem um desmatamento total na região, ou seja, toda a floresta é substituída por pastagem.

As projeções descritas deixam o Estado em alerta e na busca por implementar ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. O Plano de Energia e Mudanças Climáticas do Estado de Minas Gerais (PEMC) (FEAM, 2015) salienta a estimativa de que, desde 2008, eventos climáticos extremos, como chuvas intensas e secas prolongadas, tenham custado 12,8 bilhões de reais ao estado. Caso não forem tomadas rápidas atitudes, os custos dos impactos para a economia mineira, decorrente das mudanças climáticas, podem alcançar R\$ 450 bilhões até 2050. Para o PEMC, se as metas federais forem aplicadas ao contexto de Minas Gerais, haverá uma mitigação de GEE na ordem de 7 a 9%, levando-se em conta os Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação nacionais que servem para o atendimento do compromisso voluntário firmado pelo Brasil em 2009, na Convenção do Clima, em Copenhague.

Na ocasião, o país se comprometeu a reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) na ordem de 36,1% a 38,9%, até este ano de 2020. Ainda em 2009, o País sancionou a Política Nacional de Mudança do Clima, transformando as metas firmadas em lei e criando instrumentos para sua consecução. De acordo com o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), lançado no ano de 2016, o Brasil envolve-se de maneira decisiva na identificação, nas análises da vulnerabilidade e possíveis impactos por 11 temas de interesse nacional, identificados como suscetíveis às mudanças do clima, são eles: agricultura, recursos hídricos, segurança alimentar e nutricional, biodiversidade, cidades, gestão de risco aos desastres, indústria e mineração, infraestrutura, povos e populações vulneráveis, saúde e zonas costeiras (MMA, 2015).

Paralelamente ao PNA, a posição brasileira frente ao Acordo de Paris, no qual o Brasil assumiu o compromisso de reduzir suas emissões, merece destaque. Em outras palavras, o Brasil sinaliza um compromisso audacioso na redução de emissões absolutas e o de zerar o desmatamento ilegal, em 2030 (EULER, 2016). Logo, o país não pode ignorar os compromissos assumidos perante o Acordo, pois, além dos impactos financeiros gigantescos, a influência brasileira no aspecto ambiental global é tão imensa quanto a sua biodiversidade.

Em resumo, é importante avaliar como estas ações têm sido desenvolvidas e sua efetividade quanto aos objetivos propostos. Atualmente, o momento

político do país não tem privilegiado o campo de ações relacionado à questão das mudanças climáticas e dos grandes desafios globais quanto ao uso consciente e sustentável dos recursos naturais. As primeiras ações do Governo Federal atual, quanto às políticas de preservação do meio ambiente, podem ter reflexos catastróficos ainda a curto prazo.

Entre estas ações, destaca-se o enfraquecimento do Ministério do Meio Ambiente, a ameaça aos povos e reservas indígenas e a liberação de agrotóxicos (FEARNSIDE, 2019). Contudo, mesmo no contexto político-nacional problemático, é possível destacar algumas iniciativas que têm logrado êxito na busca pelo desenvolvimento sustentável, que podem ser entendidas como o manejo e a conservação da base de recursos naturais e a orientação das mudanças tecnológicas, de forma a assegurar o alcance e a satisfação contínua das necessidades humanas do presente e das futuras gerações (FAO, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises destacadas neste estudo, comprovou-se que os efeitos das mudanças climáticas podem provocar severos impactos negativos na agropecuária, especificamente no estado de Minas Gerais, causando danos econômicos, sociais e ambientais em todas as regiões de Minas, mas sobretudo na região Norte, dado sua dependência econômica do setor agrícola, vulnerabilidade e dificuldade de adaptação ao cenário futuro abordado no presente estudo.

Nas atividades agropecuárias, uma boa solução a médio e longo prazo seria a busca de instrumentos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e investimentos em ciência e tecnologia, com o objetivo de auxiliar o setor a produzir eficientemente, de forma sustentável, e respeitando o meio ambiente. Destaca-se, neste contexto, a oportunidade do setor agropecuário de evitar e diminuir as emissões de gases de efeito estufa ao se comprometer em não desmatar e reduzir as queimadas em áreas de preservação, o que seria um avanço. Ademais, também encorajar o reflorestamento, como medida de fortalecimento de sumidouros naturais.

Outro ponto de destaque é o uso indiscriminado de agrotóxicos no Brasil, que se intensificou a partir dos anos noventa e tornou o país um dos maiores consumidores de agrotóxicos no mundo. Observa-se que sua utilização é ampla em culturas muito representativas no Estado de Minas Gerais como a soja, o milho e a cana-de-açúcar. Enquanto a tendência mundial é de estabilização ou diminuição do uso destes produtos, no Brasil a liberação de vários agrotóxicos pelo governo atual revela uma despreocupação acentuada quanto aos efeitos

destes ao meio ambiente e à saúde humana. Era de se esperar um comportamento oposto, principalmente por uma vasta coletânea de estudos que comprovam a relação entre o uso de agrotóxicos e a elevação nas emissões de gases de efeito estufa, causa direta das mudanças climáticas, ou seja, é necessário o crescimento de atividades de controle e prevenção ao uso irresponsável de agrotóxicos.

A agropecuária tem participação relevante na economia de Minas Gerais, além de seu papel socioeconômico, uma vez que a maioria dos estabelecimentos rurais são representados por pequenos produtores, que dependem da produção para seu sustento. Assim, é preocupante os cenários futuros que alertam que boa parte das culturas estabelecidas em Minas Gerais estão em risco se as mudanças climáticas se confirmarem e se nada for feito para mitigar seus efeitos. Em geral, é necessário a conscientização de que a agricultura e a pecuária em Minas Gerais estão correndo risco num futuro não distante em decorrência do aquecimento global e que medidas mais expressivas no âmbito das mudanças climáticas devem ser implementadas com urgência.

É importante considerar o papel das políticas públicas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Minas Gerais conta com um plano de diretrizes para os mais diversos setores econômicos. Sugere-se, para fins de pesquisas futuras, uma avaliação aprofundada dos resultados de políticas públicas no âmbito das mudanças climáticas em vigor no estado, principalmente no que refere ao alcance das metas de redução na emissão de gases de efeito estufa a que o Brasil se comprometeu, já para este ano de 2020, frente ao Acordo de Copenhague, em 2009. Ainda que a política atual do país não esteja, aparentemente, comprometida com a questão, é importante que a Ciência e a Tecnologia no País continuem buscando alternativas para os cenários futuros de elevação da temperatura do ar, e que contribuam com a preservação das espécies e plantas de seu ecossistema.

Por fim, as alternativas propostas promovem a sensação de que é possível contornar os grandes desafios impostos pelas mudanças climáticas. Especificamente, proporciona ao estado Minas Gerais condições para que seja referência na produção agropecuária, com enfoque na sustentabilidade e no desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. J. P.; SILVA, N. M.; SOUZA, C. R. As percepções sobre as variações e mudanças climáticas e as estratégias de adaptação dos agricultores familiares do Seridó potiguar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 31, p. 77-96, 2014.

ASSAD, E. D. *et al.* Impacto das mudanças climáticas no zoneamento agroclimático do café no Brasil. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, DF, v. 39, n. 11, p. 1057-1064, nov. 2004.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2010**: desenvolvimento e mudança climática. Visão geral antecipada. Washington, DC: Banco Mundial, 2010. 36 p.

BECK, U. World Risk Society. *In*: HENDRICKS, V. F.; OLSEN, J. K. B.; PEDERSEN, S. A. (ed.). **A companion to the philosophy of technology**. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2009. p. 495-499.

BEG, N. *et al.* Linkages between climate change and sustainable development. **Climate Policy**, [S. l.], v. 2, n. 2-3, p. 129-144, Sept. 2002.

BEHRENFELD, M. J. *et al.* Climate-driven trends in contemporary ocean productivity. **Nature**, London, n. 444, p. 752-755, Dec. 2006.

BELLARD, C. *et al.* Impacts of climate change on the future of biodiversity. **Ecology Letters**, [S. l.], n. 15, p. 365-377, Jan. 2012.

BERNAUER, T. Climate change politics. **Annual Review of Political Science**, [S. l.], v. 16, p. 421-448, May 2013.

BLANK, D. M. P. O contexto das mudanças climáticas e as suas vítimas. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 157-172, maio/ago. 2015.

EAKIN, H.; LUERS, A. L. Assessing the vulnerability of social-environmental systems. **Annual Review of Environment and Resources**, [S. l.], v. 31, p. 365-394, Nov. 2006

EMBRAPA. **Visão 2030**: o futuro da agricultura brasileira. Brasília, DF: Embrapa, 2018. 212 p.

EULER, A. M. C. O acordo de Paris e o futuro do redd+ no Brasil. **Cadernos Adenauer**, v. XVII, n. 2, p. 85-104, 2016.

FAO. **The state of food insecurity in the world 2012**. Rome: FAO: WFP, 2012. 62 p.

FEAM. Plano de Energia e Mudanças Climáticas (PEMC). **Plano de Energia e Mudanças Climáticas (PEMC)**, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://pemc.meioambiente.mg.gov.br/>. Acesso em: 04. ago. 2020.

FEARNSIDE, P. Retrocessos sob o Presidente Bolsonaro: um desafio à sustentabilidade na Amazônia. **Sustentabilidade International Science Journal**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 38-52, abr./jun. 2019.

FLEURY, L. C.; MIGUEL, J. C. H.; TADDEI, R. Mudanças climáticas, ciência e sociedade. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 18-42, maio/ago. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Revisão do Plano Diretor do Município de Passos/MG: relatório informativo. **Fundação João Pinheiro**, Belo Horizonte, abr. 2019. Disponível em: http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/01-Relatório-preliminar-PD-PASSOS_ECONOMIA_abr2020.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

GHINI, R. *et al.* Análise de risco das mudanças climáticas globais sobre a sigatoka-negra da bananeira no Brasil. **Fitopatologia Brasileira**, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 197-204, maio/jun. 2007.

GIDDENS, A. The politics of climate change. **Policy and politics**, London, p. 1-19, 2015.

GONÇALVES, E. O padrão espacial da atividade inovadora brasileira: uma análise exploratória. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 405-433, abr./jun. 2007.

HOWE, P. *et al.* Yale program on climate change communication. **Yale Climate opinion Maps**, Yale, 2016. Disponível em: <https://climatecommunication.yale.edu/>. Acesso em: 04 dez. 2020.

IBGE. Censo agropecuário 2017: resultados definitivos. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em: 04 ago. 2020.

IPCC. Climate Change 2007: the physical science basis. **IPCC**, Genebra, 2007. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar4/wg1/>. Acesso em: 04 dez. 2020.

LIMA, M. A. Agropecuária brasileira e as mudanças climáticas globais: caracterização do problema, oportunidades e desafios. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 19, n. 3, p. 451-472, set./dez. 2002.

MALCOLM, J. R.; MARKHAM, A. **Global warming and terrestrial biodiversity decline**. Gland: WWF, 2000. 34 p.

MARENGO, J. A; VALVERDE, M. C. Caracterização do clima no século XX e cenário de mudanças de clima para o Brasil no século XXI usando os modelos do IPCC-AR4. **Revista Multiciência**, Campinas, n. 8, p. 5-28, maio 2007.

MARTINS, S. *et al.* Mudanças climáticas e vulnerabilidade na agricultura: desafios para desenvolvimento de estratégias de mitigação e adaptação. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 17-27, set. 2010.

MIRANDA, S. *et al.* Apontamentos sobre mudanças climáticas na agricultura brasileira. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 15, n. 27, p. 95-196, 2018.

MMA. **Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima**. Brasília, DF: MMA, 2015. 29 p.

PAULINO, V.; TEIXEIRA, E. Sustentabilidade de pastagens: manejo adequado como medida redutora da emissão de gases de efeito estufa. **Pubvet**, Maringá, v. 4, n. 24, p. 872-878, 2010.

PELLEGRINO, G. Q.; ASSAD, E. D.; MARIN, F. R. Mudanças climáticas globais e a agricultura no Brasil. **Revista Multiciência**, Campinas, n. 8, p. 139-162, maio 2007.

PIRES, M. *et al.* Percepção de produtores rurais em relação às mudanças climáticas e estratégias de adaptação no estado de Minas Gerais, Brasil. **Revista de Ciências Agrárias**, Lisboa, v. 37, n. 4, p. 431-440, 2014.

POUNDS, J. A. *et al.* Widespread amphibian extinctions from epidemic disease driven by global warming. **Nature**, London, n. 439, p. 161-167, Jan. 2006.

SEEG. **Análise das Emissões Brasileiras de Gases de Efeito Estufa e suas implicações para as metas do Brasil: 1970-2018**. São Paulo: SEEG: Observatório do Clima, 2019. 32 p.

VAN VUUREN, D. P. *et al.* A special issue on the RCPs. **Climatic Change**, [S. l.], n. 109, p. 1-4, Nov. 2011.

VINHA, M. B. *et al.* Impactos do uso indiscriminado de agrotóxicos em frutas e hortaliças. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, Viçosa, v. 1, n. 1, p. 102-107, jul. 2011.

Texto submetido à Revista em 16.04.2020

Aceito para publicação em 20.11.2020



Saúde e ambiente na Amazônia brasileira

Health and environment in the Brazilian Amazon

Rosa Carmina de Sena Couto - Doutora em Saúde Pública, pela Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ. Professora Associada IV da Faculdade de Medicina da UFFA (aposentada). E-mail: rosasenacouto@gmail.com

Resumo

O artigo analisa aspectos relacionados aos problemas ambientais globais: mudança climática e perda da biodiversidade no contexto do desmatamento e da saúde na Amazônia brasileira. Ressaltamos que a Amazônia é o epicentro da crise da biodiversidade e que o encerramento do desmatamento é necessário para diminuir as emissões brasileiras de gases de efeito estufa. Com os objetivos propostos, fundamentamos nossa análise no debate recente sobre a questão. O Sistema Único de Saúde (SUS) foi problematizado no sentido de ampliar suas abordagens diante dos novos desafios para enfrentar as demandas ambientais para a saúde humana considerando as especificidades regionais: o fator amazônico, a diversidade étnica, características do território, regiões de saúde e novas abordagens. Concluímos sinalizando para o encerramento do desmatamento na Amazônia e a promulgação de um novo modelo de desenvolvimento bioeconômico, conciliando com os recursos da biodiversidade da floresta e os saberes ancestrais favorecendo as populações locais.

Abstract

This article analyzes aspects related to global environmental problems: climate change and loss of biodiversity in the context of deforestation and health in the Brazilian Amazon. We emphasize that the Amazon is the epicenter of the biodiversity crisis and that the end of deforestation is necessary to reduce Brazilian emissions of greenhouse gases. With the proposed objectives, we base our analysis on the recent debates on the issue. The Unified Health System (SUS) was discussed in order to broaden its approaches in the face of new challenges to face environmental demands for human health considering regional singularities: the Amazonian factor, ethnic diversity, characteristics of the territory, health regions and new approaches. We concluded by signaling the necessity to end deforestation in the Amazon and the enactment of a new pattern of bioeconomic development, reconciling with the resources of the forest biodiversity and ancestral knowledge favoring local populations.

Palavra-chave

Mudança Climática. Biodiversidade. Desmatamento. Saúde. Amazônia. SUS.

Keywords

Climate change. Biodiversity. Deforestation. Health. Amazon. Unified Health System (SUS).

INTRODUÇÃO

É inquestionável a relação saúde e ambiente. A relação sociedade-natureza determina o padrão de exploração dos recursos naturais e o padrão de consumo da sociedade, determinando saúde, qualidade de vida e bem-estar, ou determinando escassez, desigualdade e doenças (COUTO, 2018).

As atividades antrópicas degradam os ecossistemas e desestruturam as bases ecológicas do planeta. Os seres humanos dependem essencialmente dos ecossistemas e dos recursos naturais, bens e serviços que eles podem fornecer: alimentos, água limpa, controle de doenças, regulação do clima, satisfação espiritual e estética. Os ecossistemas são a base da vida e são responsáveis pela segurança alimentar, hídrica e climática do planeta. A saúde humana depende da saúde ambiental (MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, 2005).

A Amazônia, por ser uma região megabiодiversa, é submetida à exploração predatória de seus recursos naturais e está implicada com os problemas ambientais globais: mudança climática e perda da biodiversidade, assim como os impactos na saúde da população humana decorrentes de projetos de desenvolvimento (hidrelétrica, agricultura, mineração e ferrovias, rodovias e portos), os quais pressionam o Sistema Único de Saúde (SUS) que, na maioria das vezes, não consegue atender adequadamente essas demandas (COUTO, 2019).

O objetivo deste trabalho é problematizar alguns aspectos relacionados aos problemas ambientais globais: mudança climática e perda da biodiversidade no contexto do desmatamento e da saúde na Amazônia brasileira.

1 PROBLEMAS AMBIENTAIS GLOBAIS

A Organização das Nações Unidas (ONU) alerta que o planeta se dirige para o *colapso climático, sanitário e social*. Ela ressalta que ainda há tempo de reverter esse quadro, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa que provocam as mudanças climáticas, diminuindo os níveis de consumo e protegendo a água e a biodiversidade. O estilo de vida com base no consumo de combustíveis fósseis (gás, petróleo, carvão) levou a humanidade para o maior desafio global, que são as mudanças climáticas (ARANDA, 2019).

É consenso que a queima de combustíveis fósseis (gás, petróleo e carvão) contribuam para o aquecimento do planeta, assim como o desmatamento das florestas tropicais. Essas atividades liberam gases de efeito estufa: dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O) e outros (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2009).

Em 2015, foi realizada em Paris a 21ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP21), com o objetivo de celebrar um novo acordo sobre o clima que respondesse globalmente à ameaça da mudança climática, além de reforçar a capacidade dos países para lidar com os efeitos desse problema. O acordo foi aprovado por 195 países representados na conferência (BRASIL, 2015).

Assim, o Acordo de Paris enfatiza a necessidade de “[...] manter o aumento da temperatura média global a menos de 2°C acima dos níveis industriais e promover esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais” (ONU, 2015, p. 2).

O Brasil, presente na conferência, referendou o Acordo de Paris e se comprometeu em reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em: 37% abaixo dos níveis de 2005, em 2025; e em 43% abaixo de 2005, em 2030. O país também se comprometeu em restaurar 12 milhões de hectares de florestas até 2030, além de alcançar 45% de energias renováveis na composição da matriz energética em 2030, entre outros compromissos assumidos (BRASIL, 2015).

O último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês), órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), analisa as perspectivas de limitar o aquecimento global em até 1,5°C em relação ao período pré-industrial e indica que são necessárias mudanças urgentes na forma como usamos a terra, como geramos energia, como nos movemos, como produzimos e moramos (IPCC, 2018).

De acordo com o IPCC, se a emissão de gases de efeito estufa continuar a subir na taxa atual, o mundo estará 1,5°C mais quente entre 2030 e 2052, em comparação à temperatura registrada antes da Revolução Industrial. Esse aumento de temperatura é suficiente para bagunçar o sistema climático global e provocar efeitos perigosos, como tempestades mais fortes e mais frequentes, períodos mais longos e mais intensos de seca, mais derretimento do gelo nos polos, entre outros (IPAM, 2018, não paginado).

Nesse contexto, o IPAM ressalta que as florestas atualmente removem cerca de ¼ de CO₂ que os humanos adicionam à atmosfera, o que impede que as mudanças climáticas piorem ainda mais, além de fornecer serviços ecossistêmicos essenciais para o bem-estar do planeta. O Brasil pode contribuir para mitigar as mudanças climáticas reduzindo o desmatamento da Amazônia (IPAM, 2018).

Alguns autores ressaltam que o desmatamento interfere no clima, compromete a biodiversidade e o ciclo das águas. Além disso, ele contribui para

aprofundar os problemas sociais e não impacta positivamente o desenvolvimento econômico (FEARNSIDE, 2006; REIS; BORTOLOTTI; LOPES; BRAGA, 2017; MOURA *et al.*, 2017)

Lovejoy e Nobre (2018, p. 1) alertam que o sistema amazônico está prestes a atingir um ponto de inflexão: “[...] We believe that negative synergies between deforestation, climate change, and widespread use of fire indicate a tipping point for the Amazon system to flip to non-forest ecosystems in eastern, southern and central Amazonia at 20-25% deforestation”¹.

De acordo com Nobre (2018) apud Alisson (2018, não paginado), “[...] Apesar de não sabermos o ponto de inflexão exato, estimamos que a Amazônia já tem 20% de área desmatada, equivalente a 1 milhão km², ainda que 15% dessa área (150 mil km²) esteja em recuperação”. A fim de evitar que a Amazônia atinja um limite irreversível, os pesquisadores sugerem a necessidade de não apenas controlar o desmatamento da região, mas também construir uma margem de segurança ao reduzir a área desmatada para menos de 20% (ALISSON, 2018; LOVEJOY; NOBRE, 2018).

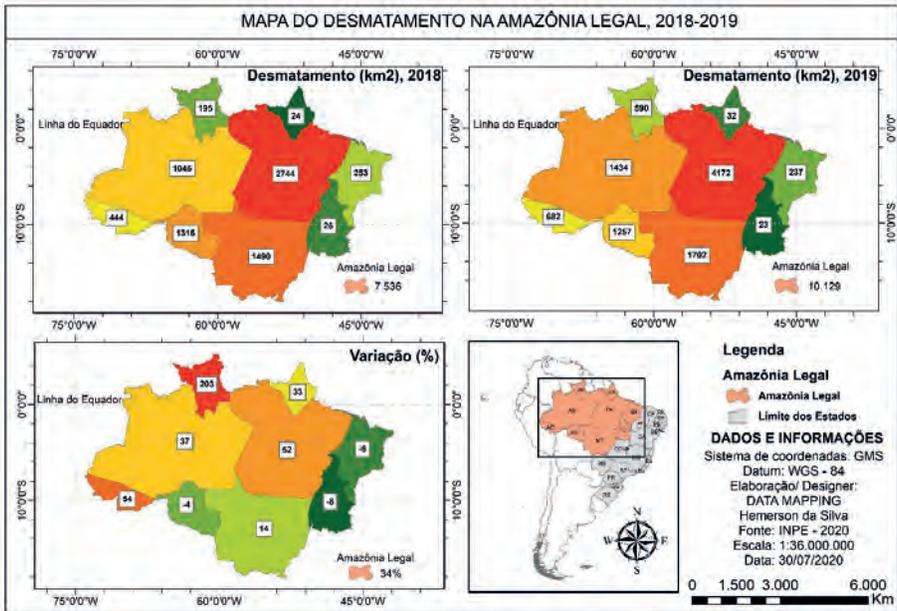
Nobre ressalta que é preciso zerar o desmatamento da Amazônia e o Brasil cumprir o compromisso assumido no Acordo de Paris, em 2015, de reflorestar 12 milhões de hectares de áreas desmatadas no país, das quais 50 mil km² são da Amazônia. Com essas medidas, em 2030 as áreas totalmente desmatadas na Amazônia estariam em torno de 16% a 17%. “Dessa forma, estaríamos no limite mais seguro, para que o desmatamento, por si só, não faça com que o bioma atinja um ponto irreversível” (ALISSON, 2018; LOVEJOY; NOBRE, 2018).

Lamentavelmente, o desmatamento na Amazônia tem aumentado, como mostra a taxa anual consolidada pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que registrou, em 2018, 7.536 km² e, em 2019, 10.129 km², uma variação de 34% (INPE, 2020), ver figura 1, abaixo.

A Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) divulgou um sumário alertando sobre as graves ameaças que pesam sobre a biodiversidade: um milhão de espécies de animais e vegetais no mundo estão ameaçadas de extinção. Somos um país megabiodiverso, temos responsabilidade de proteger nossa biodiversidade e nossos biomas (IPBES, 2019).

¹ Tradução nossa: “Nós acreditamos que sinergia negativa entre desmatamento, mudança climática e uso generalizado do fogo indica um novo ponto de inflexão a partir do qual ecossistemas na Amazônia oriental, Sul e Central podem deixar de ser floresta, se o desmatamento alcançar entre 20% a 25% da floresta original”.

Figura 1 - Mapa do desmatamento na Amazônia Legal por quilômetro quadrado, 2018 a 2019



Fonte: INPE (2020).

McGrath (1997) ressalta a importância do paradigma da biodiversidade:

[...] No paradigma da biodiversidade a grande crise, que o mundo enfrenta, é a crescente taxa de perda de espécies, cuja principal causa é a destruição sem precedentes de habitat natural. [...] A floresta tropical é o ambiente mais crítico, porque a perda da floresta tropical elimina o maior número de espécies por unidade de área convertida. A bacia Amazônica, a maior extensão de floresta tropical do mundo, é a região com a maior taxa absoluta de desmatamento, é o epicentro da crise da biodiversidade (McGRATH, 1997, p. 36).

A sociedade humana tem se estruturado com base em um modelo de desenvolvimento econômico que demanda um grande consumo de energia, uso da terra e água; além do que, vivemos em um período de grandes mudanças sociais, econômicas e ecológicas, com crescimento populacional acelerado. Alguns cientistas acreditam que estamos entrando em uma nova era geológica – o Antropoceno. A exploração dos recursos naturais existentes tem possibilitado este modelo de desenvolvimento. A questão é: com recursos naturais esgotados, o futuro do homem será possível neste planeta? (GROOTEN; ALMOND, 2018).

Constatamos que diante de tão graves problemas ambientais envolvendo o planeta e a Amazônia, seria importante que o Brasil estivesse como protagonista na defesa de nosso patrimônio ambiental, entretanto vemos que o atual governo tem se empenhado em desmontar a política ambiental brasileira.

2 DETERMINANTES AMBIENTAIS DA SAÚDE

A ação antrópica é responsável pela mudança, até certo ponto irreversível, na diversidade da vida no planeta. A seguir, alguns indicadores da deterioração dos ecossistemas que podem afetar a saúde da população: o desmatamento, a desertificação, o estresse hídrico, os impactos na atmosfera e qualidade do ar, o impacto dos resíduos sólidos e o saneamento. Estima-se que 24% da carga mundial de morbidade e 23% de todas as mortes podem ser atribuídas a fatores relacionados com o ambiente. Nos países em desenvolvimento, a porcentagem de mortalidade atribuível a causas ambientais é de 25% e nos desenvolvidos é de 17% (RIOJAS-RODRÍGUEZ; ROMERO-FRANCO, 2011).

O Brasil apresenta dados preocupantes sobre saneamento. Segundo o Instituto Trata Brasil (ITB, 2017), são 33.274.514 pessoas (16,6%) sem acesso à água tratada e 95.775.598 pessoas (47,6%) sem coleta de esgoto. O Pará apresenta 6.268.285 pessoas (93,7%) sem coleta de esgoto e 3.657.011 pessoas (54,7%) sem acesso à água tratada. A região metropolitana de Belém apresenta 1.002.666 (44,6%) pessoas sem acesso à água tratada e 2.052.604 pessoas (91,4%) sem coleta de esgoto.

Resaltamos que o desmatamento impacta negativamente a saúde e tem sido associado com o aumento da exposição aos vetores da febre amarela, malária e leishmaniose (RIOJAS-RODRÍGUEZ; ROMERO-FRANCO, 2011).

Alguns autores apresentam evidências científicas da associação entre doenças e mudanças climáticas, sendo a malária a doença transmitida por vetor mais sensível às mudanças do clima (GITHEKO; LINOSAY; COFALONIERE; PATZ, 2000; OMS, 2009; PATZ; CHRISTENSON, 2011; SOUZA; AMÂNCIO; HACON; BARCELLOS, 2018).

São inúmeros os problemas de saúde decorrentes dos determinantes ambientais, por isso torna-se necessário ampliar nossa concepção do processo saúde-doença para melhor formular políticas para responder às novas demandas por saúde. Nesse sentido, problematizamos o SUS na Amazônia com novas características, preservando seus princípios, mas renovando nas abordagens.

3 O SUS AMAZÔNIA

O SUS na Amazônia deve ser estruturado levando em consideração as especificidades regionais: (a) fator amazônico; (b) diversidade étnica; (c) características do território; (d) regiões de saúde; (d) novas abordagens.

O fator amazônico diz respeito a considerar maior a alocação de recursos (financeiros etc.) para a assistência à saúde na Amazônia, uma vez que a realização das atividades de saúde, muitas vezes, se dá de modo adverso dadas as longas distâncias geográficas, áreas com baixa e alta densidade demográfica e áreas com fluxo migratório.

A Amazônia tem uma rica diversidade étnica, que são os povos tradicionais: povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e comunidades rurais. O cuidado à saúde desses povos deve levar em consideração a sua cultura, seus saberes ancestrais e a situação de vulnerabilidade a que, muitas vezes, estão submetidos. Essa abordagem deve ser intermediada pela educação em saúde.

O SUS na Amazônia deve levar em consideração as características geográficas da região, no sentido de viabilizar o acesso universal à saúde: ilhas, lagos, igarapés e rios, além de considerar as pequenas localidades e os pequenos, médios e grandes municípios, pois são nestes espaços que as pessoas vivem e trabalham.

Dadas as características territoriais, é necessário reforçar as regiões com o objetivo de descentralizar as ações de saúde e facilitar o acesso das populações, por isso é preciso: (a) Implementar regiões de saúde com capacidade de planejamento, contratualização e gestão; (b) Atribuir gestão de média e alta complexidade; (c) Atribuir coordenação de vigilância à Saúde; (d) Coordenar e executar a regulação regional; (e) Instituir secretário (coordenador executivo) de saúde com equipe técnica de apoio; (f) Compôr fundo orçamentário com aportes do orçamento federal, estadual e municipal para custeio e investimento (CAMPOS, 2018).

O modelo de desenvolvimento para a Amazônia tem priorizado a implantação de megahidrelétricas, a pecuária, o agronegócio e o desmatamento da floresta. Essas atividades expressam um modelo de desenvolvimento excludente, predatório, concentrador e produtor de pobreza e desigualdades.

O impacto na saúde dessas atividades (impacto de hidrelétricas, intoxicação pelo uso de agrotóxico na plantação de soja e outras culturas, a intoxicação pelo mercúrio utilizado nos garimpos de ouro, projetos de infraestrutura etc.) tem se transformado em demandas para o SUS local, que muitas vezes não consegue responder de modo eficiente.

A nova abordagem seria o SUS reconhecer essas atividades, abordar os problemas com o conceito de *impacto na saúde* e mapear as seguintes áreas: (a) áreas de impacto na saúde de hidrelétricas; (b) áreas de impacto na saúde de culturas com uso de agrotóxicos; (c) áreas de impacto na saúde de garimpos e uso de mercúrio; (d) áreas de impacto na saúde de projetos de infraestrutura: rodovias, ferrovias, portos. O SUS deve se estruturar com base na especificidade de cada situação e encaminhar os problemas adequadamente para as redes de saúde e manter a vigilância à saúde.

4 SAÚDE E BIOECONOMIA

Segundo Vieira (2019), os ciclos produtivos que se sucederam na Amazônia em um período de quase 400 anos de história não geraram sustentabilidade ao modelo econômico adotado, o que Melo (2010) *apud* Vieira (2019) chamou de “progresso sem desenvolvimento”:

[...] em que perduram na região a exclusão social, a pobreza, a destruição ambiental, o atraso tecnológico, a economia de enclave, a insuficiente infraestrutura logística, a fragmentação entre os setores produtivos, o nível educacional sofrível, a baixa capacidade científica instalada, as estruturas estatais ineficientes e a desigualdade social (MELO, 2010 *apud* VIEIRA, 2019, p. 47).

A autora ressalta ainda que temos o desafio de buscar promover a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da população que vive na região com equilíbrio ambiental. Nesse sentido, é fundamental pensar um modelo de desenvolvimento que coloque a cidadania, a participação democrática, socialização da política e sustentabilidade como condição de desenvolvimento nos termos analisados por Acselrad (2010, p. 21).

Com base na rica biodiversidade da floresta e saberes ancestrais, alguns autores têm defendido um modelo de desenvolvimento bioeconômico para a Amazônia, favorecendo as populações locais com geração de renda, inclusão, saúde, qualidade de vida e sustentabilidade na Amazônia (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2019; COSTA; FERNANDES; CRISPIM, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ONU alerta, neste início de século, para o colapso climático, sanitário e social decorrentes das mudanças climáticas e recomenda mudança no estilo de vida, além de proteger a água e a biodiversidade. Entretanto, o desmonte da

política ambiental brasileira tem contribuído para aumentar o desmatamento na Amazônia, um dos determinantes das mudanças climáticas.

O desmatamento na Amazônia é desnecessário e inaceitável, entretanto, o cenário futuro é preocupante e não sinaliza para a sua redução. Alguns pesquisadores alertam que o desmatamento está chegando a um ponto de inflexão a partir do qual a Amazônia se transformaria em savana e seria irreversível.

A compreensão da dimensão ambiental da saúde que reconhece a relação saúde e ambiente e seus determinantes têm ampliado e contribuído para a explicação do processo saúde/doença. A ação antrópica sobre os ecossistemas degrada a base da vida, por isso ressaltamos que os ecossistemas são responsáveis pelos serviços ambientais e pela segurança alimentar, hídrica e climática do planeta.

O SUS deve se preparar para enfrentar os novos desafios referentes às demandas ambientais por saúde. Sugerimos pensar o SUS Amazônia com suas especificidades: fator amazônico, diversidade étnica, territorialidades, regiões de saúde e novas abordagens.

Sugerimos que o Brasil cumpra seus compromissos no Acordo de Paris, encerrando o desmatamento na Amazônia e reflorestando 12 milhões de hectares de áreas desmatadas no país, das quais 50 mil km² são na Amazônia. Apesar de o atual modelo de desenvolvimento para a Região não estar em sintonia com os pressupostos da sustentabilidade, novos projetos surgem adotando um modelo com base na biodiversidade da floresta, e nos saberes ancestrais-com perspectiva de gerar renda, inclusão, saúde e qualidade de vida para as populações amazônicas e sustentabilidade na Região.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, H. Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento brasileiro. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2., 2010, Santa Cruz do Sul. **Anais** [...]. Santa Cruz do Sul: UFRGS, 2010. p. 1-47.

ALISSON, E. Desmatamento na Amazônia está prestes a atingir limite irreversível. **Agência Fapesp**, São Paulo, 21 fev. 2018. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/desmatamento-na-amazonia-esta-prestes-a-atingir-limite-irreversivel/27180>. Acesso em: 04 jul. 2019.

ARANDA, D. O colapso da Terra está cada vez mais próximo. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 08 maio 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588966-o-colapso-da-terra-esta-cada-vez-mais-proximo>. Acesso em: 19 mai. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Acordo de Paris. **Ministério do Meio Ambiente**, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>. Acesso em: 24 jun. 2019.

CAMPOS, G. W. S. Fenômenos intervenientes no futuro do Sistema Único de Saúde-SUS. **Associação Brasileira de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2019/04/O-futuro-do-Sistema-%C3%9Anico-de-Sa%C3%BAde.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.

COSTA, F. A.; FERNANDES, D. A.; CRISPIM, C. N. S. Constituição, situação e dinâmica de Arranjos Produtivos Locais: o caso do APL de açaí na Região do Grão-Pará (2002 – 2010). **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 36, n. 69, p. 109-137, mar. 2018.

COUTO, R. C. Saúde, Problemas Ambientais e Amazônia. *In*: COUTO, R. C.; ACEVEDO MARÍN, R. E. (org) **Hidrelétrica Belo Monte: impactos na saúde**. Belém: Amazônica Bookshelf, 2018. p. 15-46.

COUTO, R. C. S. **Consolidação dos princípios do Sistema Único de Saúde**. Conferência apresentada à 13ª Conferência Estadual da Saúde do Pará. Belém, Pará, 13-14 de junho, 2019.

FEARNSSIDE, P. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 36, n. 3, p. 395-400, 2006.

GITHEKO, A. K.; LINOSAY, S. W.; COFALONIERE, E. U.; PATZ, J. A. Climate change and vector-borne disease: a regional analysis. **Bulletin of the World Health Organization**, [J. L], v. 78, n. 9, p. 1136-1147, 2000.

GROOTEN, M.; ALMOND, R. E. A. (ed). **Living Planet Report 2018: aiming higher**. Switzerland: WWF, 2018. Disponível em: https://www.wwf.org.uk/sites/default/files/2018-10/LPR2018_Full%20Report.pdf Acesso em: 01 jul. 2019.

INPE. Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. **INPE**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em: 20 ago. 2020.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Amazônia, possível laboratório de Bioeconomia. **Outras Palavras**, São Paulo, 10 maio 2019. Outras mídias, descolonizações. Disponível em: https://outraspalavras.net/outrasmidias/amazonia-possivel-laboratorio-da-bioeconomia/?fbclid=IwAR3SmPLuscrJWvz7KSYKDCyz2F1Uv9AW_1IQ10sF8vf9A2em8LNoeoab0g. Acesso em: 13 maio 2019.

IPAM. Relatório do IPCC mostra que aumento de 2°C não é um limite seguro. **Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia**, Belém, 10 out. 2018. Disponível em: <https://ipam.org.br/relatorio-do-ipcc-mostra-que-aumento-de-2c-no-planeta-nao-e-um-limite-seguro>. Acesso em: 28 jun. 2019.

IPBES. Summary for policymakers of the global assessment report on biodiversity and ecosystem services of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services, **Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services**, Paris, 2019. Disponível em: https://www.ipbes.net/system/tdf/ipbes_7_10_add-1-_advance_0.pdf?file=1&type=node&id=35245. Acesso em: 19 jul. 2019.

IPCC. **Global Warming of 1.5 °C**. Switzerland: IPCC, 2018. Disponível em: https://report.ipcc.ch/sr15/pdf/sr15_spm_final.pdf. Acesso em: 25 jun. 2019.

ITB. Painel de Saneamento Básico. **Instituto Trata Brasil**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br>. Acesso em: 27 mai. 2019.

LOVEJOY, T. E.; NOBRE, C. Amazon tipping point. Editorial. **Science Advances**, [S, l.], v. 4, n. 2, p. 1, Feb. 2018. Disponível em: <https://advances.sciencemag.org/content/4/2/eaat2340>. Acesso em: 04 jul. 2019.

McGRATH, D. G. Biosfera ou biodiversidade: uma avaliação crítica do paradigma da biodiversidade. In: XIMENES, T. (org). **Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: uma contribuição para a Amazônia** 21. Belém: UFPA/NAEA/UNAMAZ, 1997. p. 33-69.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. How have ecosystem change affected human well-being and poverty alleviation? In: MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. **Ecosystem and Human-Being: synthesis**. Washington, DC: Island Press, 2005. p. 49-63. Disponível em: <https://www.millenniumassessment.org/documents/document.356.aspx.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.

MOURA, R. *et al.* **Desmatamento zero no Pará**: desafios e oportunidades. Belém: Imazon, 2017. Disponível em: <https://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/livros/Desmatamento%20Zero%20no%20Para.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

OMS. **Mudança climática e Saúde Humana**: riscos e respostas. Sumário Revisado. Brasília, DF: OPAS, 2009.

ONU. **Acordo de Paris sobre o clima**. Paris: UNCC, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/04/Acordo-de-Paris.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.

PATZ, J.; CHRISTENSON, M. A mudança climática e a saúde. *In*: GALVÃO, L. A. C.; FINKELMAN, J.; HENAO, S. (org.). **Determinantes ambientais e sociais da saúde**. Washington, DC: OPAS, 2011. p. 215-232.

REIS, T.; BORTOLOTO, F.; LOPES, G. R.; BRAGA, L. **Desafios e oportunidades para avançar as Contribuições Nacionais no setor agropecuário e de floresta na América Latina**: o caso Brasil. Belém: IPAM, 2017. Disponível em: https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2017/04/PCL_IPAM.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

RIOJAS-RODRÍGUEZ, H.; ROMERO-FRANCO, M. A deterioração dos ecossistemas e a biodiversidade: suas implicações para a saúde humana. *In*: GALVÃO, L. A. C., FINKELMAN, J., HENAO, S. (org.). **Determinantes ambientais e sociais da Saúde**. Washington, DC: Organização Pan-Americana de Saúde; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011. p. 233-257.

SOUZA, T. C. M.; AMÂNCIO, F.; HACON, S. S.; BARCELLOS, C. Doenças sensíveis ao clima no Brasil e no Mundo: revisão sistemática. **Rev. Panam. Salud Publica**, [S. l.], n. 42, p. 1-10, 2018.

VIEIRA, I. C. G. Abordagens e desafios no uso de indicadores de sustentabilidade no contexto amazônico. **Ciência & Cultura**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 46-50, jan./mar. 2019.

Texto submetido à Revista em 19.07.2019
Aceito para publicação em 11.12.2020



“O Mata Fome está morrendo, a comunidade também”: reflexos da urbanização na saúde em uma periferia de Belém

“Mata Fome is dying, the community as well”: effects of urbanization on health in a suburb of Belém

Thaís de Almeida Costa - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFGPA). E-mail: thalmeida589@gmail.com

Flavio Henrique Souza Lobato - Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, da Universidade Federal do Pará (PLADES/UFGPA). E-mail: flaviohslobato@gmail.com

Voyner Ravena-Cañete - Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFGPA). E-mail: ravenacanete@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa como o desequilíbrio entre saúde e ambiente afeta a qualidade de vida de moradores em situação vulnerável, a partir da realidade de uma periferia de Belém (PA), a Comunidade Bom Jesus I, localizada no igarapé Mata Fome. Como metodologia, partindo de abordagem qualitativa, empregou-se pesquisas bibliográficas e de campo, utilizando entrevistas semiestruturadas junto a moradores, além de questionário socioeconômico entre 47 residências. Os dados, em diálogo com referenciais teóricos, permitiram inferir como o processo de ocupação no entorno ocorreu aceleradamente e os serviços urbanos básicos não acompanharam quantitativa e qualitativamente esse processo. Com o aumento populacional, houve degradação ambiental, visto que moradias foram construídas às margens do igarapé sem nenhuma ou restrita infraestrutura, ocorrendo assim a contaminação desse curso d'água. Atualmente constatou-se que os moradores apresentam dificuldades de acesso a serviços de saúde, o que é influenciado por questões socioeconômicas, constituindo quadros de agravamento da saúde.

Abstract

This article analyzes how the imbalance between health and the environment affects the quality of life of residents in vulnerable situations, based on the reality of a suburb of Belém (PA), the Bom Jesus I Community, situated near the “igarapé Mata Fome”. Methodology was based on qualitative approach, bibliographic and field research, as well as semi-structured interviews with residents and socioeconomic questionnaire application among 47 residences. The data, in dialogue with theoretical references, allowed us to infer how the occupation process in the surrounding area occurred at an accelerated pace and how the basic urban services did not follow this process quantitatively and qualitatively. As the population increased, there was environmental degradation, since houses were built at the watercourse's vicinities without any or restricted urban infrastructure causing its contamination. Currently, it has been found that residents have difficulties in accessing health services, which is influenced by socioeconomic issues, worsening health conditions.

Palavra-chave

Meio ambiente. Urbanização. Saúde. Comunidade.

Keywords

Environment. Urbanization. Health. Community.

INTRODUÇÃO

As cidades amazônicas são definidas por um fluxo de pessoas que se deslocam de áreas ribeirinhas para centros urbanos, tanto em busca de melhores condições de saúde e de educação quanto em decorrência da procura por emprego e da própria ocupação da Amazônia, marcada também por grandes projetos de infraestrutura e pela construção da malha rodoviária. Diante disso, Belém se tornou, como mostram Rodrigues *et al.* (2013), um centro de atração populacional do Pará e de outros estados, o que resultou em um rápido aumento demográfico. Contudo, à medida que tais projetos não alcançam seus objetivos e não atendem às expectativas dessa população, migrações e ocupações em áreas inadequadas para habitação se estabelecem, sobretudo em zonas periféricas.

Nesse sentido, as políticas públicas voltadas para educação, saúde e saneamento acabam não acompanhando o processo de crescimento acelerado da malha urbana, o que gera uma série de problemas que convergem para o desenho de um ambiente social e ecologicamente desequilibrado (KOWARICK, 1983). Esse contexto é também observado em Belém, metrópole amazônica com áreas bastante afetadas por processos antrópicos derivados de ocupações habitacionais irregulares, as quais foram responsáveis pelo agravamento da degradação ambiental na região. Tal cenário, para além da ocupação humana inadequada e insustentável, foi incitado pelas intervenções governamentais na Região Metropolitana de Belém (RMB), que tradicionalmente se revelam na forma de projetos de drenagem, dragagem, “retificação” e impermeabilização de cursos d’água, transformando-os em “canais-esgoto” a céu aberto (CARDOSO, 2007).

Com essa escolha de modelo para a gestão da infraestrutura de saneamento da cidade, os cursos d’água deixaram de desempenhar a função harmonizadora da paisagem e da saúde, se transformando em áreas de descarga de resíduos sólidos e dejetos. No entanto, em certa medida, ainda persiste, especialmente em algumas periferias, uma mescla de cenário urbano e de paisagens ribeirinha-rurais, o que torna Belém uma cidade peculiar. No cenário urbano que se forma, Belém explicita a contradição entre o processo de urbanização e a incapacidade governamental de gerenciar, em alguns espaços, os serviços urbanos e os impactos negativos originários dos fluxos migratórios marcados por dinâmicas inter e intrarregional (TRINDADE JÚNIOR, 2016).

Essa realidade é vivenciada pela Comunidade Bom Jesus I – localidade periférica de Belém situada entre os bairros da Pratinha II e do Tapanã –, que é delimitada por uma intensa migração e ocupação populacional originária de outros bairros e de vários municípios próximos a Belém. Diante de tais processos,

somados à oferta deficiente e/ou ausente de serviços públicos, se originou uma área perfilada pela negligência de direitos sociais, tais como educação, moradia, saúde, segurança, saneamento e lazer (RAVENA-CANETE, 2006). Assim, em Belém, o progresso de certas áreas é inversamente proporcional às condições de vida de alguns ambientes marginalizados, como a comunidade em questão.

Compreendidos esses pontos, este artigo tem o propósito de analisar de que maneira os desequilíbrios entre saúde e ambiente afetam a qualidade de vida da Comunidade Bom Jesus I. Convém ressaltar que em relação aos desequilíbrios, considerou-se apenas aqueles provocados pelo processo de ocupação acelerada e a partir da insuficiência de serviços básicos que não atenderam às crescentes demandas da população. Assim, pressupõe-se que esse contexto influencia diretamente a saúde e, com efeito, a qualidade de vida dos moradores da comunidade.

A incursão metodológica foi conduzida por abordagens de pesquisa qualitativa e quantitativa. Utilizou-se conjuntamente tais abordagens por possibilitarem coletar e cruzar informações de maneira complementar, o que decerto não se conseguiria isoladamente. Minayo e Sanches (1993) entendem que essas abordagens não podem ser percebidas como opostas ou tão-somente um *continuum* investigativo entre objetividade e subjetividade. Os autores visualizam que “[...] o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247).

À luz de princípios que regem o fazer etnográfico, esta investigação é fruto de uma compilação de dados e de experiências derivadas de uma longa trajetória de pesquisa e de extensão universitária na área que circunda o igarapé Mata Fome, em que se estendeu desde os anos de 1998 até 2017, com a adoção de diferentes processos metodológicos. Em particular, para a construção deste trabalho, a pesquisa de campo (ocorrida entre 2015 e 2017), consubstanciada também por meio de observações, imagens, conversas informais e, principalmente, por meio da convivência ao longo de dezenove anos, foi realizada por intermédio da aplicação de questionários junto a 47 famílias.

Cumpre salientar que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB) (número do parecer: 1.852.391) e os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados obtidos foram tabulados e analisados no *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), em português: pacote estatístico para as Ciências Sociais, mas sempre preservando o anonimato dos interlocutores ao empregar nomes fictícios.

Destarte, o artigo está dividido em quatro seções. A primeira, promove uma abordagem sobre a intrínseca relação entre ambiente, saúde e sociedade, e como uma assimetria nessa relação pode prejudicar a saúde humana. A segunda seção, apresenta uma breve discussão sobre os efeitos da urbanização na qualidade de vida e como cenários de precariedade e privações de várias formas afetam decisivamente a saúde de segmentos mais pobres da sociedade, tornando-os mais expostos a diversos tipos de doenças. A terceira, traz a discussão dos resultados junto com uma breve caracterização da área estudada. Considerações finais são apresentadas na última seção.

1 AMBIENTE, SAÚDE E SOCIEDADE: DISCUTINDO INTERFACES

Saúde pode ser compreendida como o produto de fatores ligados a condicionantes elementares de vida da população, como alimentação apropriada à cada faixa etária, habitabilidades condizentes com a realidade local, garantia de uma infraestrutura básica de habitação, acesso a boas condições de trabalho e à educação, ambientes físicos salubres, apoio social para famílias e indivíduos, estilos de vidas saudáveis e responsáveis (COHEN, 2004). No que diz respeito à saúde ambiental, conforme a Organização Mundial da Saúde (1999), trata-se do campo de atuação da saúde pública que se volta às formas de vida e às condições em torno do ser humano, que podem ter certo tipo de influência sobre a saúde e a qualidade de vida da população.

Um ambiente propício à saúde precisa ser reconhecido pelas intrínsecas relações entre vários setores de conservação ambiental no que diz respeito ao acompanhamento de como as mudanças no ambiente exercem influência sobre a saúde e às conquistas de melhores condições de vida na habitação, no trabalho, na escola, na cidade e no lazer. Isso ocorreria por intermédio da elaboração de políticas públicas mais eficazes, capazes de atender as necessidades da população e a própria dinâmica urbana, pensando em buscar caminhos para a melhoria dos níveis de qualidade de vida (COHEN, 2004).

Em meio a essa discussão, é oportuno sinalizar que, conforme Minayo, Hartz e Buss (2000), o conceito de qualidade de vida é essencialmente humano. Seus muitos significados viabilizam uma série de conhecimentos, valores de sujeitos e suas coletividades inseridas em variadas épocas, espaços e contextos, sendo, portanto, uma construção social. O patamar material mínimo para se falar em qualidade de vida está relacionado à satisfação das necessidades mais básicas da vida humana: alimentação, acesso à água potável, habitação adequada,

trabalho, educação, saúde e lazer. Elementos que dizem respeito às noções de conforto e à realização individual e coletiva.

Nessa direção, há indicadores objetivos e subjetivos que expressam algumas dimensões da qualidade de vida. Aqueles considerados objetivos estão relacionados a situações como renda, emprego/desemprego, população abaixo da linha da pobreza, nutrição, habitação com disponibilidade de água potável, sistema de esgoto, coleta de lixo, energia elétrica, acesso a transporte, qualidade do ar, entre outros. Os de caráter subjetivo estão relacionados modo “[...] como as pessoas sentem ou o que pensam das suas vidas, ou como percebem o valor dos componentes materiais reconhecidos como base social da qualidade de vida” (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000, p. 11-12).

Com base no conceito de promoção da saúde, a qualidade de vida precisa ser o passo inicial para as políticas de atenção. A promoção da saúde está relacionada às ações sobre condicionantes e determinantes sociais da saúde, com o intuito de influenciar positivamente sobre a qualidade de vida. Por isso caracterizam-se como ações de promoção da saúde a ampliação da consciência sanitária, direitos e deveres de cidadania, educação e mudanças nos estilos de vida, de modo que os indivíduos tenham controle direto sobre os fatores que afetam seu cotidiano, a partir da capacitação de indivíduos e grupos para que possam refletir acerca de seus problemas e de que maneira podem encontrar soluções (BUSS, 2000).

Maricato (2001) explica que a maior parte da população mais empobrecida costuma fixar moradia em locais desprezados pelas políticas públicas – terrenos alagados/alagáveis, próximos a igarapés ou outros corpos d’água – em decorrência da carência de alternativas de habitação. Assim, o processo de exclusão, delineado pela ocupação desordenada e ilegal de terras urbanas, é comumente desprezado. É como se os que vivessem nesses locais não existissem – estão invisibilizados. Desse modo, a sociedade em geral, sobretudo as populações mais pobres, ainda enfrenta diversos males que se espriam, desde doenças infectocontagiosas até aquelas decorrentes da provisão insuficiente de serviços.

Como Corrêa (1989) afirma, muitas vezes essas pessoas não dispõem sequer de condições financeiras para arcar com os custos do aluguel de sua moradia, tampouco para comprar casa própria. Esse aspecto, combinado ao desemprego e à alimentação inadequada, acaba por definir a condição dessas pessoas, sendo que muitas vezes lhes resta como alternativa para habitação as baixadas e as áreas de invasão. Tais aspectos levam à reflexão acerca da saúde no ambiente urbano, visto que o processo de urbanização traz consigo implicações sociais, econômicas e físicas, em razão de fatores como a poluição, a crescente

violência e o desemprego, o que afeta a qualidade de vida da população. Nesse cenário, os segmentos mais empobrecidos são os mais atingidos, pois muitas vezes vivem em locais ambientalmente mais instáveis, com infraestrutura precária (saneamento, educação, transporte, segurança, moradia etc.).

Agier (2011) afirma que é essencial pensar a cidade a partir desses espaços desprovidos de equipamentos básicos que assegurem a qualidade de vida de sua população, aos quais o autor se refere como “[...] simples aglomeração densa e heterogênea que se fixa e se transforma sem projeto inicial de cidade [...]” (AGIER, 2011, p. 40), uma vez que a urbe cresce rapidamente e alguns espaços se expandem sem qualquer planejamento e sem a ação de políticas públicas de habitação e saneamento a essas pessoas destituídas do “direito à cidade”, como afirma Lefèbvre (2011), e que vivem em ambientes insalubres.

O próximo tópico aborda os efeitos da urbanização na qualidade de vida e como cenários de precariedade e privações de várias formas afetam decisivamente a saúde de segmentos mais pobres da sociedade, tornando-os mais expostos a diversos tipos de doenças.

2 EFEITOS DA URBANIZAÇÃO NA QUALIDADE DE VIDA

No início desta discussão, convém destacar que, em conformidade com Castells (2011), o termo urbanização tem dois sentidos: um que determina que a concentração espacial de uma população ocorre a partir de certos limites de dimensão e de densidade, e o outro, que a urbanização surge também em decorrência da difusão de um sistema de valores e comportamentos denominados como cultura urbana. O autor afirma que isso influencia nos reagrupamentos em função de suas rendas, suas ocupações, seu nível de escolaridade, entre outros fatores.

Diante disso, emerge a estratificação urbana que, ainda segundo Castells (2011), diz respeito ao sistema de segregação social (a distribuição dos produtos entre os grupos sociais), e quando a distância social tem como fator determinante o espaço no qual o indivíduo ou os grupos vivem, ocorre a segregação urbana. Assim, pode-se entender que o processo de ocupação desordenado em si mesmo compreende e dinamiza os processos de reagrupamento – em função de diferentes aspectos, notadamente os socioeconômicos –, e, por conseguinte, as segregações social e urbana, conforme é percebido em várias espacialidades no Brasil, como a Comunidade Bom Jesus I, alvo deste artigo.

Pode-se dizer que o espaço urbano se mostra desigual, e esse aspecto resulta das diferenças de acessibilidade a várias partes que o compõe. Os diferentes valores atribuídos às diversas áreas urbanas mostram que a população se distribui

conforme sua viabilidade em pagar para morar em determinadas localizações. Isso pode explicar a existência, na cidade, de áreas onde predominam grupos sociais homogêneos sob o ponto de vista da renda (PEREIRA, 2001).

Como bem mostra Pereira (2009), o deslocamento de classes mais pobres para áreas periféricas torna essa população, até então desfavorecida no que diz respeito à oferta de serviços públicos e infraestrutura urbana, em segregados do espaço urbano. Os projetos de revitalização urbana são voltados, sobretudo, para áreas de interesse do capital imobiliário, quer seja os centros urbanos. Assim, é possível constatar uma ocupação desordenada ocasionada principalmente pela dinâmica imobiliária, que promove o deslocamento de áreas menos insalubres para periferias desassistidas, tanto de infraestrutura quanto de serviços públicos adequados, como pode ser observado na realidade da comunidade que circunda o igarapé Mata Fome.

Um ambiente com tais características influencia nos determinantes sociais da saúde (DSS) de seus moradores, facilitando o surgimento das iniquidades em saúde que, conforme Buss e Pellegrini Filho (2007), são as desigualdades de saúde que, além de relevantes, também são evitáveis, injustas e desnecessárias. Há ainda as desigualdades de renda, que afetam as condições de saúde em decorrência da precariedade de recursos e de infraestrutura (educação, saneamento, serviços de saúde etc.); os fatores psicossociais, que estão relacionados às percepções de desigualdades sociais; e os psicobiológicos, ligados às experiências pessoais em cenários de exclusão, o que pode levar a situações de estresse (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

Desse modo, a sociedade em geral, sobretudo as populações mais pobres, vem enfrentando o convívio diário com aflições típicas de países desenvolvidos: problemas psicossociais (drogas, crimes, doenças mentais, alcoolismo etc.), alta incidência de doenças crônico-degenerativas, além dos problemas decorrentes da saturação do meio ambiente para absorver o impacto de transformações tecnológicas, como o aumento da poluição química, física e biológica da água, do ar e do solo, decorrente de industrialização, transporte, produção de energia etc. Ao mesmo tempo, não foi possível se libertar por completo de inúmeros males característicos de países pobres, como as doenças infectocontagiosas e outras decorrentes da provisão insuficiente de serviços. É válido destacar que não foi o objetivo deste trabalho identificar e analisar os indicadores individual ou conjuntamente, mas demonstrar que a realidade estudada é negligenciada na maioria deles, quando não em todos.

Siqueira e Moraes (2009) afirmam que a urbanização é vista como a causadora de grandes transformações no estilo de vida do ser humano, bem

como da diminuição de sua qualidade de vida, em decorrência da violência, do stress, das condições de habitação. Minayo (2002) lembra que qualidade de vida é essencialmente qualitativa e une o sentimento de bem-estar com a expansão de possibilidades presentes e futuras, portanto, além da ampliação dos direitos sociais e das condições de ser saudável e da promoção da saúde, aspectos dos quais muitos dos que vivem em grandes centros urbanos se encontram destituídos.

Portanto, diante do exposto, é imprescindível a existência de uma harmoniosa e equilibrada relação entre ambiente e sociedade, a fim de materializar um espaço de promoção da saúde. Mesmo porque existem diversos princípios elementares, concernentes à saúde e ao meio ambiente, presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição da Organização Mundial da Saúde e na Constituição Federal Brasileira, a exemplo do que estabelece seu artigo 225: “[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida [...]” (BRASIL, [1988] 2016, não paginado).

A próxima seção discute as formas de (sobre)vivência da Comunidade Bom Jesus I, um ambiente no qual a rápida ocupação do espaço conduziu a um cenário de desequilíbrio ambiental em decorrência da ocupação desordenada no entorno do referido corpo hídrico. Esse cenário de precariedade e privações de várias formas afeta decisivamente a qualidade de vida dessas pessoas, pois estão mais expostas a diversos tipos de doenças.

3 ENTRE O VIVER E O SOBREVIVER: A COMUNIDADE BOM JESUS I, BELÉM (PA)

Belém, semelhante à maioria das cidades amazônicas, cresceu em função do rio (MOREIRA, 1966). Em decorrência dessa forma de crescimento, ela se desenvolveu em um momento inicial, em termos de periferia, antes de passar por seu processo de expansão. Moreira (1966) lembra que as águas fazem parte da geo-história de Belém, pois além de suas formas espaciais, elas marcam sua forma de desenvolvimento. Ainda conforme o autor, a água é o fator dinamizador da cidade. Assim, o crescimento urbano de Belém se deu ao redor de áreas alagadas e, quando possível, essas regiões eram “devoradas” mediante aterros, nivelamentos e tubulação das águas.

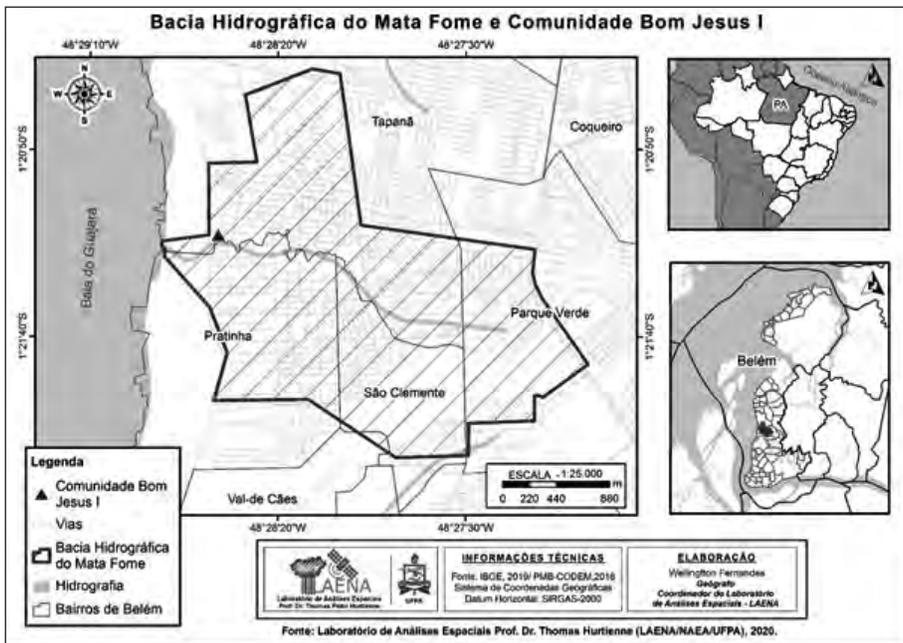
Em Belém, o tipo de assentamento chamado de *baixada* é caracterizado pela grande densidade populacional; pela presença de construções palafíticas, interligadas por estivas (pontes de madeira que permitem a comunicação entre as moradias); e por uma infraestrutura urbana insuficiente que afeta diretamente

as condições naturais dos corpos d’água. As baixadas de Belém expressam uma forma de ocupação informal de terras desvalorizadas pelo mercado formal, ainda que próximas da parte central e mais bem estruturada da cidade (RODRIGUES *et al.*, 2013).

Situação observada na Comunidade Bom Jesus I, situada na bacia hidrográfica do igarapé Mata Fome (BHMF), o qual constitui o limite natural entre os bairros Tapanã e Pratinha II (Mapa 1), que integram a RMB. A referida bacia abrange uma área de cerca de 300 hectares, englobando parte dos bairros São Clemente, Pratinha II, Tapanã, Benguí e Parque Verde (COSTA; RAVENA-CAÑETE, 2015; RAVENA-CAÑETE, 2006).

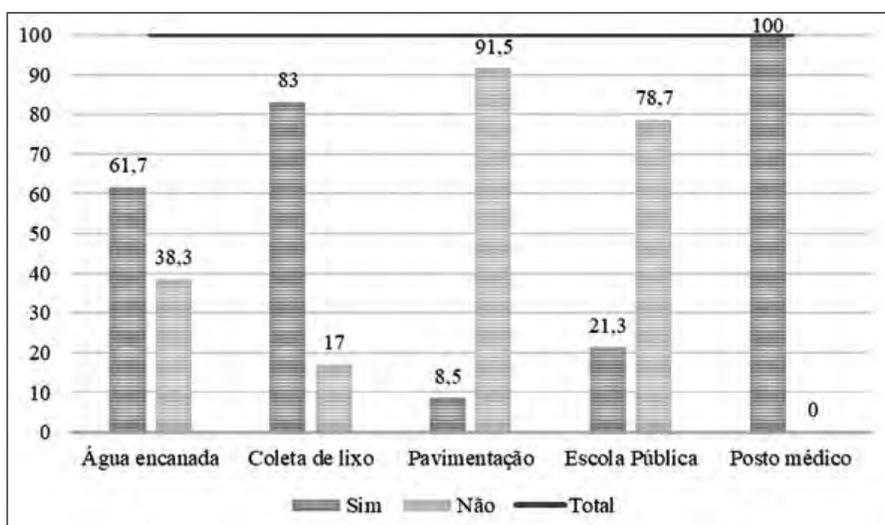
A ocupação da região que engloba a BHMF (Mapa 1) começou na década de 1980, como resultado da especulação imobiliária na área central de Belém, o que levou a população de baixa renda a se deslocar para áreas periféricas. Segundo relato de moradores mais antigos do bairro do Tapanã, o igarapé Mata Fome deve seu nome à abundância de alimentos que existia tanto no rio como no seu vale. Ali se dispunha de peixe e camarão, bem como de frutas diversas. Portanto, ao matar a fome daqueles que ali buscavam alimento, o igarapé fazia jus ao nome que recebeu (RAVENA-CAÑETE, 2006).

Mapa 1 - Localização do Igarapé Mata Fome e da Comunidade Bom Jesus I



A população que atualmente reside nessa comunidade é oriunda de outros bairros de Belém e de outros municípios do Pará, e mesmo de outros estados. Os motivos que levaram alguns desses moradores a migrar são os mais variados, como: busca de melhores condições de vida e emprego; tratamento de algum problema de saúde da família que, por vezes, já residia no local; pela viabilidade econômica de adquirir imóvel próprio, entre outros. No entanto, o crescimento demográfico com ausentes, inadequados ou insuficientes planejamento e gestão da cidade, sobretudo próximo ao igarapé, contribuiu para o surgimento de problemas ambientais e urbanos, a exemplo do aumento da violência, do escasso serviço de esgoto, do difícil acesso a serviços de saúde e do fornecimento de água de baixa qualidade, consoante ilustram os dados sistematizados no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Presença de serviços públicos na Comunidade Bom Jesus I.



Fonte: Organizado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

No que concerne ao fornecimento de água encanada (Gráfico 1), os resultados obtidos no estudo revelaram que mais de 60% dos entrevistados disseram que têm água encanada em suas casas, mas uma parcela significativa (mais de 38%) afirmou que não a utiliza ou o faz pouco em decorrência da baixa qualidade do serviço prestado, recorrendo assim a outros meios para ter acesso à água apropriada ao consumo, como o uso de poços (artesianos ou não), que podem ser próprios ou da vizinhança. Durante os longos anos de pesquisa nessa área, em observações e conversas informais, se constatou que há vizinhos que normalmente fornecem água de poços a outros, a partir de um pagamento mensal, sendo, à vista dessa prática, conhecidos como “agueiros”.

Mariana, 75 anos, moradora da Comunidade Bom Jesus há mais de vinte anos, contou um pouco a respeito da maneira como consegue água para o consumo em sua casa, uma vez que aquela que chega nas torneiras da maioria das residências da comunidade é de má qualidade:

Tem tempo que não dá água dessa da rua, né? [refere à água encanada] Mas nós não *tem* água da água, nós tem de poço que nós *cavamo* mesmo [...] Tem tempo que não dá [se refere à água encanada], às vezes passa de semana que não dá [...] Até essa menina que mora aqui [sua vizinha], fazia semana que ela não lavava roupa [...] ela usava água da rua [encanada]. Aí fazia semana que ela não tinha água, aí ela veio em casa, pediu *pra* mim, *pra mim dar* uma água *pra* ela, nós *usa* de poço, né? [...] daí que ela puxa água *pra* casa dela do meu poço (Mariana, 75 anos, grifos nossos)¹.

Conforme Sousa e Bordalo (2015), o fornecimento de água em Belém ainda se mostra insatisfatório. Há comunidades que o utilizam de maneira imprópria, seja pelas várias interrupções no fornecimento do serviço, seja pela péssima qualidade da água – o que a torna inapropriada para o consumo e gera, por conseguinte, uma questão de saúde. No mais, trata-se também de um problema socioambiental, tendo em vista que prejudica o recurso com grandes desperdícios observados em variadas atividades, além da poluição dos corpos hídricos que existem pela cidade.

Como indicam Veloso e Mendes (2014), é difícil conceber que a região amazônica, reconhecida como a maior reserva superficial de água doce do mundo, enfrente tantos problemas relacionados ao fornecimento de água. Sousa e Bordalo (2015) pontuam que a Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), que opera na maioria dos distritos de Belém, não conseguiu acompanhar o rápido crescimento da cidade nas últimas décadas, uma vez que a demanda populacional aumentou substancialmente, não ocorrendo investimentos financeiros suficientes para arcar com a expansão da rede de abastecimento.

De acordo com o relatório do Instituto Trata Brasil (ITB) (2019), os dados do Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS), com base no ano de 2017, apontam que somente pouco mais de 71% da população de Belém apresenta abastecimento de água potável, ocupando a 90ª colocação nos indicadores de saneamento entre as 100 maiores cidades do país, conforme o novo ranking do saneamento publicado pelo ITB em 2019.

A respeito da pavimentação (Gráfico 1), esta é notada somente nas principais vias, seja em face do trânsito do transporte público na área seja em decorrência de ações de gestões anteriores, que visando conseguir votos de

¹ Informação verbal concedida por Mariana, moradora da Comunidade Bom Jesus I, no dia 21 de abril de 2017.

pessoas dessa comunidade, “jogaram uma capa de asfalto” em algumas ruas, sem se preocupar antes com questões relacionadas ao esgoto ou ao escoamento pluvial. Assim, as ruas, principalmente em períodos de chuvas, estão sujeitas a constantes alagamentos. O precário sistema de escoamento pluvial somado à mistura da água das chuvas, da água advinda da subida da maré e do descarte irregular de resíduos sólidos e de dejetos animais no igarapé pela própria comunidade forjam alagamentos que comprometem alguns aquíferos subterrâneos e, ao mesmo tempo, são suscetíveis à proliferação de doenças e outros riscos à saúde dos moradores (TUCCI, 2005). Desse modo, o igarapé Mata Fome, dado o seu severo grau de contaminação em meio a esse processo, teve sua função social do passado de saciador de fome e de ambiente de lazer praticamente findada.

Marília, 40 anos, que mora na comunidade há aproximadamente vinte anos, relembra como era a paisagem quando se mudou. O igarapé era fonte alimento e lazer para os locais, entretanto, mesmo que ainda haja vida neste corpo d’água, não se encontra mais adequado para consumo:

Quando a gente veio *pra* cá, era deserto, tinha pouquinho casa [...] tinha montanhas e montanhas de terra. O igarapé era limpo, era limpinho, a gente tomava banho. Tinha uma amiga que pegava camarão, eu comia camarão. Dava camarão, peixe, até hoje ainda dá, mas não dá *pra* comer (Marília, 40 anos, grifos nossos)².

Pedro, 23 anos, por sua vez, destaca aspectos relacionados à saúde dos moradores, uma vez que antes de passar pelo processo de aterramento, as ruas se encontravam bastante expostas a alagamentos, sobretudo em períodos de chuva, o que levava muitas pessoas a construírem suas casas em um nível bem mais alto em relação à rua. Os alagamentos ainda constituem um problema, pois o nível das águas do igarapé sobe consideravelmente, em especial durante o inverno amazônico (que compreende os meses de janeiro a abril):

Outra questão que eu posso te dizer com relação a essa questão de saúde, por exemplo, é a questão do alagamento, que sempre foi muito preocupante, tanto que na nossa rua e nas outras casas, eles sempre procuraram fazer os “baldames” [vigas horizontais de alvenaria ou madeira, dispostas ao longo dos alicerces da construção], a própria estrutura das casas, *né*, um pouco maior, mais altas. Aqui na rua de casa, por exemplo, pode perceber, aqui em casa é bem alto (Pedro, 23 anos, grifos nossos)³.

² Informação verbal concedida por Marília, moradora da Comunidade Bom Jesus I, no dia 06 de novembro de 2017.

³ Informação verbal obtida concedida por Pedro, morador da Comunidade Bom Jesus I, no dia 21 de outubro de 2017.

Além de construções palafíticas presentes no entorno do igarapé, ainda é possível observar casas de madeira com estrutura mais alta, em decorrência do aumento do nível das águas. No caso da Comunidade Bom Jesus I, é notável a pavimentação somente nas principais vias, sendo que as demais ruas, principalmente em períodos de chuvas, estão sujeitas a constantes alagamentos; em algumas delas, os moradores ainda dependem de estivas para circular.

Maricato (2013a) afirma que a falta de controle do estado no que tange à ocupação do solo urbano é justamente em uma parte da cidade na qual reside uma população mais desassistida; trata-se de uma área que não interessa ao mercado imobiliário e que está ambientalmente frágil. Além do impacto ambiental, estão presentes os riscos de enchentes que, a cada temporada de chuvas, são responsáveis por acidentes com mortes. Rolnik (2009) denomina tal situação de urbanismo de risco, uma vez que esses locais são caracterizados pela insegurança das condições de moradia.

Como observa Corrêa (1989), são locais com frequente incidência de enchentes, alagamentos, proliferação de mosquitos, altos índices de violência, além de horas perdidas em precários transportes rumo ao trabalho ou à escola. Apenas com pressão popular são obtidos poucos serviços urbanos de infraestrutura. Assim, a produção desses espaços, como explica o autor, consiste em uma forma de resistência e sobretudo uma estratégia de (sobre)vivência, expressos na apropriação de locais rejeitados por outros agentes produtores de territórios. Tal problemática urbana reforça, então, o desenho de uma realidade de perversidade à saúde desses indivíduos, como pode ser visto na Figura 1:

Figura 1 - Trecho de estiva para circulação de moradores da comunidade



Foto: Thaís Costa (2017).

Conforme Lobato e Bahia (2020), a preferência de antes era morar às margens desses corpos d'água, pois ele possibilitava a fácil obtenção de recursos para a subsistência e representava um espaço de lazer. Nos dias atuais, por outro lado, as pessoas procuram moradias mais distantes do igarapé, a fim de fugir das enchentes que trazem, em meio à água contaminada, doenças e outras questões que atentam contra a qualidade de vida e a saúde. Assim, as residências, nomeadamente palafitas (Figura 2), que margeiam o igarapé são de famílias de baixa renda que, justamente pela condição de hipossuficiência financeira, ainda não conseguiram mudar para um lugar com melhor qualidade de vida – longe do igarapé e das doenças que as suas correntezas “carregam”.

Figura 2 - Palafitas sobre o Igarapé Mata Fome



Foto: Ravena-Cañete (2006, p. 33).

Maricato (2000) afirma que locais ambientalmente frágeis, tais como rios, igarapés e áreas alagáveis, são os que restam a essa população excluída da cidade formal.⁴ As pessoas fixadas nesses locais moram em residências muitas vezes

⁴ Maricato (2013b) explica que na cidade formal está concentrada a maior parte dos serviços públicos – esta representa, conforme a autora, fragmentos do “primeiro mundo” e a outra face da mesma moeda, que é uma cidade construída pelos próprios moradores em áreas de invasão, muitas vezes ambientalmente frágeis. Rolnik e Klink (2011), por sua vez, destacam que o mercado formal de urbanização produz a “cidade”, mas para as classes médias e altas; para os demais, resta uma inserção precária no território. Nas grandes cidades, o resultado disso foi uma urbanização inadequada, marcada pela omissão do poder local e por sua incapacidade de

inapropriadas, além de, conforme a autora, serem conhecidas como inimigas da qualidade de vida e do meio ambiente, como é o caso da Comunidade Bom Jesus I.

No que tange à presença de escola pública, ressalta-se que apenas 21,3% dos entrevistados atestaram a existência destas, e os outros 78,7% responderam negativamente (Gráfico 1). Em verdade, porém, não há escola pública na comunidade, apenas uma creche que funciona no centro comunitário, visando atender pais e mães que precisam trabalhar e não têm onde deixar seus filhos. Essas instituições, de fato, são encontradas em outros bairros – as escolas de Ensino Fundamental I estão localizadas nas imediações da comunidade e são em maior número; e as escolas de Ensino Fundamental II e Ensino Médio são mais distantes e normalmente demandam algum tipo de transporte para os usuários da Comunidade Bom Jesus I (RAVENA-CAÑETE, 2006).

O grau de escolaridade é um aspecto fundamental na análise de DSS, assim como para a discussão acerca da elaboração de práticas de promoção da saúde. Um baixo nível de instrução pode ser prejudicial ao autocuidado em saúde e ao próprio desenvolvimento da noção de cidadania (BRASIL, [1988] 2016). Conforme Barata (2009), a busca por serviços de prevenção se mostra maior à medida que evolui a escolaridade do indivíduo. Além disso, pessoas com maior nível de instrução muitas vezes possuem maior acesso à informação, tanto por campanhas de prevenção e promoção da saúde quanto por outras fontes.

Quanto ao acesso a serviços de saúde, os moradores que compuseram a amostra da pesquisa relataram que não existe posto médico na comunidade, conforme ilustram os dados do Gráfico 1. Nesse sentido, essa população busca serviços públicos em outros bairros, pois as Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Tapanã e da Pratinha, que normalmente atendem (ou deveriam atender) essa população, não têm conseguido cumprir com a demanda. Na UBS do Tapanã, na qual os moradores deveriam ser cobertos pela Estratégia Saúde da Família (ESF), há problemas de oferta insuficiente e precariedade de serviço, e na UBS da Pratinha (I), que representaria uma segunda alternativa aos moradores da comunidade, deixou-se de disponibilizar algumas especialidades médicas.

No que diz respeito às ações da ESF, a territorialização na atenção básica se mostra imprescindível. Nos últimos anos, a Comunidade Bom Jesus I cresceu em número de habitantes e a demanda não foi acompanhada por uma expansão da oferta de tais serviços. Para a atuação da ESF, três pontos são importantes: a delimitação de áreas nas quais haverá a oferta dos serviços; a análise do local, da

ofertar moradia adequada aos grupos de menor renda. Para Trindade Júnior (1999), é possível observar em Belém dois tipos de territorialidades: as chamadas territorialidades não formais ou subjetivas e as territorialidades formalmente organizadas. Essas territorialidades tanto estruturam a cidade dispersa como a ela também se adaptam.

comunidade e das relações sociais; e a relação com outros serviços e centros de referência. Essas dificuldades interferem diretamente na saúde dos indivíduos, representando um conjunto de determinações cujo resultado será a manutenção da saúde ou a ocorrência da doença ou agravos à saúde. As várias diferenças nas condições de vida acabam por refletir nas situações de saúde que podem ser denominadas de iniquidades (BARATA, 2009).

Desse modo, é possível observar que saúde, ambiente e satisfação com a moradia são aspectos fortemente interligados. É de conhecimento geral que as condições ambientais podem iniciar processos epidêmicos. No caso específico do igarapé Mata Fome, e aqui em foco da Comunidade Bom Jesus I, essa relação parece ainda mais forte. Abastecimento de água, saneamento básico e outros indicadores que expressam a qualidade de vida (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000) são inexistentes como serviços oferecidos pela gestão pública. Assim, o lançamento de dejetos no igarapé e a captação de água de aquíferos subterrâneos pouco profundos são a prática mais comum entre os moradores da área como forma de abastecimento e despejo de água servida.

Minayo (2002) afirma que há vários aspectos que favorecem a precarização da saúde nas cidades, tais como falta de saneamento básico; poluição do ar; manejo inapropriado do lixo – o que viabiliza maior exposição a vetores e a doenças –; condições inóspitas de moradia, quais sejam fatores que constroem modos de vida e são por eles construídos, conduzindo a vários tipos de morbidade. Nessa esteira, Dias (2007) ressalta que se vivencia um período denominado de crise urbana, perfilado pela carência de espaços verdes e pela falta de habitação adequada, de saneamento e de educação com qualidade, os quais apenas são oferecidos a uma pequena parcela da população. Esse desequilíbrio se desenrola como consequência da expansão da mancha urbana em direção às periferias cada vez mais longínquas, atingindo áreas alagadas e baixadas, ocupadas por excluídos da cidade. Portanto, conforme o autor, a cidade é produzida social e ambientalmente muitas vezes a partir de espaços comprometidos.

O processo de metropolização de Belém é marcado por ambiguidades (TRINDADE JÚNIOR, 2016). Se por um lado há o estabelecimento de um modo de vida moderno e artificializado, ao mesmo tempo se evidencia déficit habitacional, favelização acentuada e insuficiência de serviços e equipamentos urbanos. É o que Lefèbvre (2002, 2011) afirma: a vida urbana implica confrontos das diferenças, dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na cidade. O ambiente urbano, para o autor, nada tem de harmonioso: conduz à segregação que produz uma desagregação da vida mental e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além da completa ausência de doenças, a saúde resulta do satisfatório estado social, ecológico-ambiental, político, econômico e cultural do ambiente onde se vive, visto que a compreensão de saúde é, também, uma construção social. Dessa maneira, a ocupação desordenada nas margens e nas proximidades do igarapé, em Belém (PA), originou problemáticas que vão além da degradação ambiental e se estendem para questões que tangem à vida social e à saúde humana. Afinal, o processo de urbanização, que privilegiou algumas áreas em detrimento de outras, contribuiu para o desenho de realidades marcadas pelo desemprego, pela baixa escolaridade e pela ausente e/ou deficiente oferta de serviços públicos urbanos, interferindo nos DSS e expressando as iniquidades em saúde, ao configurarem como condicionantes *sine qua non* para o estabelecimento da qualidade de vida e, paralela e conseqüentemente, da saúde da população de Belém.

Na ambiência aqui descrita, observa-se que esses processos urbanos somados à ausente oferta de serviços públicos, principalmente às margens do igarapé Mata Fome, promoveram um quadro de desequilíbrio ambiental e socioeconômico que tem violado a dignidade e a integridade humana, visto que ferem o estabelecimento de direitos sociais elementares, como a saúde. Ao passo que o recurso hídrico, antes vital para a manutenção da subsistência e promoção do lazer, bem como um representante de relações presentes no imaginário do povo ribeirinho e de seus descendentes, agora é visto como uma ameaça. Suas correntes, atualmente, não trazem mais o alimento para saciar a fome – função que nomeou o igarapé Mata Fome –, mas sim resíduos sólidos, orgânicos e inorgânicos e micro-organismos que atentam contra a saúde humana.

Por esse motivo, ao descrever e analisar aqui alguns aspectos que compõem os determinantes sociais da saúde (DSS), demonstra-se que essa espacialidade é delimitada pela ausência (ou insuficiência) de oferta de serviços orientados à promoção da saúde. A população busca soluções em outras áreas da cidade, com maiores e melhores recursos em se tratando de medicamentos, atendimento e, literalmente, socorro. Como ressalta um dos moradores durante a pesquisa de campo, “[...] o [igarapé] Mata Fome está morrendo, a comunidade também” (informação verbal)⁵. Assim, os residentes da Comunidade Bom Jesus I não mais matam a fome nessa realidade, em verdade, estes ali estão em um cenário de perversidade, a “morrer” de fome de saúde.

⁵ Informação concedida por Maria Izabel, moradora da Comunidade Bom Jesus I, no dia 27 de outubro de 2014.

REFERÊNCIAS

AGIER, M. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

BARATA, R. B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575413913>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 13 abr. 2017.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 163-177, 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-8123200000100014>. Acesso em: 21 dez. 2017.

BUSS P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006>. Acesso em: 21 dez. 2017.

CARDOSO, A. C. D. **O espaço alternativo: vida e forma urbana nas baixadas de Belém**. Belém: Editora da UFPA, 2007.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

COHEN, S. C. **Habitação saudável como caminho para a promoção da saúde**. 2004. 167 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2004.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, T. D. A.; RAVENA-CANETE, V. Esporte, saúde e meio ambiente: a importância da promoção de saúde em uma comunidade em Belém do Pará. *In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA*, 5.; *REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE*, 14., 2015, Maceió. **Anais** [...]. Maceió: EDUFAL, 2015. p. 1-21.

DIAS, M. B. **Urbanização e ambiente urbano no Distrito Administrativo de Icoaraci, Belém-PA**. 2007. 314 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03122007-114244/pt-br.php>. Acesso em: 23 jul. 2017.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento – Instituto Trata Brasil 2019 (SNIS 2017)**. São Paulo, 2019. 128 p. Disponível em: http://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/ranking-2019/Relat%C3%B3rio_-_Ranking_Trata_Brasil_2019_v11_NOVO_1.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

LEFÈBVRE, H. **A revolução urbana**. 2. reimpr. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LEFÈBVRE, H. **O direito à cidade**. 7. ed. São Paulo: Centauros, 2011.

LOBATO, F. H. S.; BAHIA, M. C. Entre a psicofera da floresta e a psicofera urbana: um mergulho etnográfico em uma comunidade amazônica. **Revista Iluminuras**, Porto Alegre, v. 21, n. 54, p. 500-526, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1984-1191.103741>. Acesso em: 02 nov. 2020.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias. *In*: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARICATO, E. Cidades no Brasil: neodesenvolvimentismo ou crescimento periférico predatório? **Fundação Perseu Abramo**, São Paulo, 12 jul. 2013a. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2013/07/12/cidades-no-brasil-neodesenvolvimentismo-ou-crescimento-periferico-predatorio/>. Acesso em: 04 nov. 2020.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! *In*: VAINER, C. *et al.* **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013b. p. 19-26.

MINAYO, M. C. S. Enfoque ecossistêmico de saúde e qualidade de vida. *In*: MINAYO, M. C. S.; MIRANDA, A. C. (org.). **Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. p. 173-190. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/xkvy4/pdf/minayo-9788575413661.pdf#page=174>.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000100002>. Acesso em: 04 out. 2019.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300002>. Acesso em: 02 fev. 2019.

MOREIRA, E. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa Universitária, 1966.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial de saúde**. Genebra: Organização Mundial de Saúde, 1999.

PEREIRA, G. A natureza (dos) nos fatos urbanos: produção do espaço e degradação ambiental. *In*: SANTOS, M. R. A. (coord.). **Desenvolvimento e meio ambiente: cidade e ambiente urbano**. Curitiba: UFPR, 2001. p. 33-51. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/3027>. Acesso em: 20 nov. 2016.

PEREIRA, I. S. O. **As políticas de revitalização urbana e a revitalização das classes sociais: o caso de Belém – PA**. 2009. 305 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4103/1/2009_IacimarySocorrodeOliveiraPereira_orig.pdf. Acesso em: 20 nov. 2018.

RAVENA-CAÑETE, V. **A descrição do possível: a experiência de intervenção da Unama no Igarapé Mata Fome e o levantamento de dados socioeconômicos**. Belém: Editora Unama, 2006.

RODRIGUES, R. M. *et al.* Urbanização das baixadas de Belém-PA: transformações do habitat ribeirinho no meio urbano. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 15., 2013, Recife. **Anais [...]**. Recife: ENANPUR, 2013, p. 1-16.

ROLNIK, R. Democracia no fio da navalha. Limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 11, n. 2, p. 31-50, nov. 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/5139/513951692003.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2018.

ROLNIK, R.; KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos Estudos – Cebrap**, São Paulo, n. 89, p. 89-109, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n89/06.pdf>. Acesso em: 04 set. 2020.

SIQUEIRA, M. M; MORAES, M. S. Saúde coletiva, resíduos sólidos urbanos e os catadores de lixo. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2115-2122, 2009.

SOUSA, E. S.; BORDALO, C. A. L. O serviço de abastecimento de água potável: análise da gestão e de conflitos por água em Belém-PA. **Boletim Amazônico de Geografia**, Belém, v. 2, n. 4, p. 74-86, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://ppgeoufpa.net/boletim/index.php/boletim/article/view/43>. Acesso em: 10 jan. 2017.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Assentamentos urbanos e metropolização na Amazônia brasileira: o caso de Belém. **Observatorio Geográfico de América Latina**, Ciudad de Mexico, 1999. Egal. Disponível em: <http://observatoriageograficoamericalatina.org.mx/egal7/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/01.pdf>. Acesso em: 20 out 2020.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. **Formação metropolitana de Belém (1960 - 1997)**. Belém: Paka-Tatu, 2016.

TUCCI, C. E. M. **Manejo de água pluviais urbanas no Brasil**: informe técnico. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2005.

VELOSO, N. S. L.; MENDES, L. R. L. Aproveitamento da água da chuva na Amazônia: experiências nas ilhas de Belém/PA. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 229-242, jan./mar. 2014.

Texto submetido à Revista em 20.10.2019
Aceito para publicação em 23.10.2020



Uma análise da dimensão “tipo de governança” em Unidades de Conservação da Natureza no Brasil

An analysis of the type dimension of governance in Nature Conservation Units in Brazil

Carlos André Luz Jeronymo - Doutor em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador convidado no grupo de estudos COGERE/UERJ. E-mail: carlosjeronymo@gmail.com

Elmo Rodrigues da Silva - Doutorado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: elmorodrigues@yahoo.com.br

Kenny Tanizaki Fonseca - Doutorado em Geoquímica Ambiental pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor da Universidade Federal Fluminense. E-mail: kenny.fonseca@gmail.com

Resumo

Neste trabalho questiona-se o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e o Decreto nº 4.340/2000, que o regulamenta, possibilitando as UC de exercerem todas as combinações possíveis de tipos de governança de áreas protegidas, tal como orienta o Sistema Internacional de Áreas Protegidas (SIAP) da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) para os Sistemas Nacionais de Áreas Protegidas (SNAPs) evitarem entraves à gestão e à promoção de conflitos. O objetivo deste artigo é analisar os tipos de governança de áreas protegidas que cada categoria de manejo de UC pode desempenhar. A metodologia envolveu o método hipotético-dedutivo e seus desdobramentos: pesquisa exploratória de gabinete, por meio de revisão de literatura e leitura crítica. Identificou-se que as diretrizes do SNUC e do Decreto nº 4.340/2002 não permitem que as categorias de manejo de UC exerçam todos os tipos de governança de áreas protegidas, o que causa entraves à gestão.

Palavra-chave

Áreas Protegidas. Governança. Unidade de Conservação da Natureza. SNUC.

Abstract

This work questions if the SNUC enables UC to exercise all possible combinations of governance types on protected area, as directed by the International Protected Areas Systems (SIAP) of International Union for Conservation of Nature (IUCN) to the National Protected Areas Systems (SNAP) to prevent problems to conflict management and promotion. This article main objective is to analyze the types of protected area governance that each SNUC management category can exercise. The methodology of this paper involved the hypothetical-deductive method and its procedures: an exploratory overview, through a literature review and a critical reading of SNUC and its regulatory decree. It was identified that the SNUC guidelines and of Decree n. 4.340/2002 does not allow management categories of UC to exercise all types of protected area governance, which causes management encumbers.

Keywords

Governance. Nature Conservation Units. Protected Areas. SNUC.

INTRODUÇÃO

Ronald H. Coase, em *The Nature of The Firm*, e, posteriormente, Oliver E. Williamson, em *Corporate Governance*, são reconhecidos como aqueles que criaram as teorias da governança (COESE, 1937 apud MATIAS-PEREIRA, 2010; WILLIAMSON, 1975 apud MATIAS-PEREIRA, 2010). Porém, o Banco Mundial foi aquele que definiu primeiro o seu conceito. Em seu livreto, a governança é definida como: a “maneira pela qual o poder é exercido na gestão dos recursos econômicos e sociais de um país para o desenvolvimento” (WORLD BANK, 1992, p. 01, tradução nossa).

De acordo com as teorias da governança de Coese (1937) e Williamson (1975) apud Matias-Pereira (2010) tornaram possível compreender os princípios, mecanismos e objetivos que permitem uma melhor interação com atores sociais no campo da administração. A governança possibilitou implementar ações que permitem uma participação mais efetiva dos atores sociais na gestão de um recurso natural, além de se coordenar ações de forma a produzir melhores resultados coletivos.

Durante o 5º *World Park Congress*, Graham, Amos e Plumtre (2003), por meio do *Institute On Governance* (IOG), definiram a governança de áreas protegidas como a influência mútua entre as estruturas, processos e tradições que determinam como são exercidos o poder na tomada de decisão e a responsabilidade na prestação de contas e se a sociedade e os atores sociais possuem voz durante a criação, implantação e gestão de um sítio protegido.

Fundamentalmente, para os autores, a governança de áreas protegidas envolve poder, autoridade, responsabilidade e responsividade, ou seja, quem toma a decisão de fato, quem têm influência nela, o quanto se é transparente sobre as informações e como aqueles que tomam as decisões são responsabilizados, de acordo com os direitos legais, costumeiros ou legítimos que envolvem a temática de áreas protegidas ou um sítio (GRAHAM; AMOS; PLUMPTRE, 2003; MULONGOY; CHAPE, 2004).

De acordo com esse pensamento, um cenário de governança de áreas protegidas depende da combinação entre políticas, práticas e instituições, explícitas e implícitas, que afetam os sítios protegidos. A governança de áreas protegidas depende desde a existência de políticas públicas até às práticas de comportamentos, significados, investimentos e impactos ambientais positivos ou negativos (BORRINI *et al.*, 2013).

Nesse contexto, em 2013, a *International Union for Conservation of Nature* e a *World Commission on Protected Areas* (IUCN-WCPA) veem a governança de áreas protegidas como crucial para: a) o alcance dos objetivos de um sítio protegido (eficácia da gestão); b) a partilha justa dos ônus e bônus da área protegida (equidade da gestão); c) a prevenção, resolução ou estabilização de conflitos entre atores sociais e a área protegida; e, (d) a geração ou sustentação do apoio da sociedade, por meio da prestação de contas (BORRINI *et al.*, 2013)¹.

Segundo Borrini *et al.* (2013), as duas principais dimensões da governança de áreas protegidas são: tipo e qualidade. Os tipos de governança de áreas protegidas são: (a) Governança do Estado; (b) Governança Compartilhada ou Cogestão; (c) Governança Privada; (d) Governança Comunitária. A dimensão da qualidade remete à boa governança (GRAHAM; AMOS; PLUMPTRE, 2003).

No Brasil, o conceito equivalente às áreas protegidas do Sistema Internacional de Áreas Protegidas (SIAP) da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) são as Unidades de Conservação da Natureza (UC) (PUREZA; PELLIN; PADUA, 2015), sendo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) o marco legal a Lei nº 9.985 (BRASIL, 2000) para criação, implantação e gestão de sítios protegidos, inclusive para o processo de governança.

As UC são espaços com características relevantes que estão sob o regime especial de administração do poder público. Para uma área ser reconhecida como UC, ela deve ter seus limites cartográficos demarcados, os objetivos de proteção ambiental determinados e ser legalmente instituída, por meio de ato legal do poder público. Dentro dessa perspectiva, os recursos naturais e as águas jurisdicionais que estiverem no interior de uma UC são considerados como parte dela e, por isso, deve-se oferecer garantias adequadas às suas proteções (BRASIL, 2000).

O SNUC possui 12 categorias de manejo de UC separadas em dois grupos: o de Proteção Integral e o de Uso sustentável. Essa Lei associa cada categoria de manejo a um objetivo primário de proteção ambiental específico (BRASIL, 2000).

Este trabalho busca responder se o SNUC e o Decreto nº 4.340 (BRASIL, 2002), que o regulamenta, seguem as orientações do SIAP da IUCN para gestão de áreas. A hipótese é que a existência de diretrizes no SNUC e no Decreto nº 4.340/2002 impossibilitam que cada categoria de manejo de UC do SNUC exerça todas as combinações possíveis de tipo de governança, o que causa entraves à governança e conflitos entre UC e atores sociais. Essa premissa tem como base Vallejo (2017), que menciona que o SNUC se constitui numa camisa

1 Os princípios da governança de áreas protegidas definidos por Graham, Amos e Plumptre (2003) são rediscutidos e redesenhados pelo manual da IUCN-WCPA aqui citado.

de força aos gestores de UC, principalmente no tocante à dimensão humana das áreas protegidas.

O objetivo deste trabalho foi identificar entraves no SNUC e sua regulamentação ao alcance da governança em UC, conforme as recomendações do SIAP da IUCN (WORBOYS *et al.*, 2015) para os Sistemas Nacionais de Áreas Protegidas (SNAPs). Os objetivos específicos foram: (i) levantar e descrever os tipos de governança de áreas protegidas; (ii) levantar os tipos de governança de cada categoria de UC determinados pelo SNUC e o Decreto nº 4.340/2002; (iii) analisar se o SNUC e o Decreto nº 4.340/2002 seguem as recomendações do SIAP da IUCN para os SNAPs.

Almeja-se que com este trabalho possa-se subsidiar os gestores com informações sobre alguns dos entraves para uma boa governança em UC.

1 METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho envolveu o método hipotético-dedutivo e seus desdobramentos: pesquisa exploratória de gabinete, por meio de revisão de literatura integrativa e uma pesquisa documental.

A consulta à literatura foi conduzida em páginas da *internet* como *Google Scholar*, portal *SciELO*, portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em busca de artigos, livros, monografias (graduação, pós-graduação *lato sensu*, dissertações e teses), trabalhos publicados em anais de congressos, estudos de especialistas, regulamentos legais e documentos oficiais. Os procedimentos de consulta se deram entre março de 2015 e abril de 2019. Eles tiveram como foco a governança em áreas protegidas e, mais especificamente, em UC.

A busca da literatura teve como base os seguintes indexadores de pesquisa: Governança; Unidade de Conservação da Natureza; Áreas Protegidas; *Governance*; *Nature Conservation Units*; *Protected Areas*. A escolha dos textos para compor a pesquisa foi orientada por meio do problema norteador deste trabalho, a hipótese e os objetivos. Os indexadores de pesquisa também serviram para separar os textos escolhidos em temas.

A pesquisa documental teve como foco o SNUC e o Decreto nº 4.340/2002 que o regulamenta, pois o SNUC é a política pública que cria o SNAP brasileiro e nele constam os princípios, diretrizes, objetivos, determinações e instrumentos para gestão de UC, inclusive para governança. Durante a pesquisa documental foi conduzida uma leitura crítica dos dois regulamentos legais.

A leitura crítica do SNUC e seu decreto regulamentador teve como lente de observação e análise a dimensão tipo de governança definida por Graham, Amos e Plumptre (2003) e rediscutida no manual da IUCN para governança em áreas protegidas (BORRINI *et al.*, 2013), além das recomendações do SIAP da IUCN (WORBOYS *et al.*, 2015) para os Sistemas Nacionais de Áreas Protegidas (SNAPs).

O trabalho foi estruturado em três itens: i) uma descrição dos tipos de governança em áreas protegidas, principalmente com base nos manuais da IUCN elaborados por Graham, Amos e Plumptre, (2003), Borrini *et al.* (2013) e Worboys *et al.* (2015) e um levantamento das recomendações do SIAP da IUCN para os SNAPs; ii) um panorama da governança em UC no Brasil, conforme o SNUC e do Decreto nº 4.340/2002; e iii) uma análise se o SNUC e seu Decreto regulamentador seguem as recomendações do SIAP da IUCN para os SNAPs.

2 DIMENSÃO TIPO DA GOVERNANÇA EM ÁREAS PROTEGIDAS E AS RECOMENDAÇÕES DO SIAP DA IUCN PARA OS SNAPs

Os tipos de governança em áreas protegidas podem ser diferenciados ao analisar quem detém o poder e a autoridade na tomada de decisão e quem possui a responsabilidade sobre a gestão do sítio protegido e perante a prestação de contas à sociedade (responsividade). A autoridade e o poder na tomada de decisão são correlatos a quem detém o domínio da terra e/ou dos recursos naturais de um sítio protegido. A responsabilidade sobre a gestão de um sítio e a responsividade (transparência) variam conforme a democracia de um Estado-Nação (BORRINI *et al.*, 2013).

A Governança do Estado ocorre quando um órgão governamental detém o poder, a autoridade e a responsabilidade na gestão e na prestação de contas do sítio protegido. Nesse tipo de governança é o poder público quem determina os objetivos do sítio protegido, desenvolve e atualiza seu Plano de Manejo e possui o domínio da terra e/ou recursos naturais (GRAHAM; AMOS; PLUMPTRE, 2003; BORRINI *et al.*, 2013).

Em alguns casos o Estado mantém o domínio da terra, o controle e a fiscalização das Áreas Protegidas, mas delega as atividades cotidianas de gestão para uma organização paraestatal, Organização Não Governamental (ONG), operador privado ou comunidade (GRAHAM; AMOS; PLUMPTRE, 2003; BORRINI *et al.*, 2013).

Sob a Governança do Estado, existem casos em que há ou não uma obrigação legal de informar ou consultar as partes interessadas (atores sociais), antes da criação de sítios, assim como da tomada de decisão sobre a gestão. Os níveis de responsabilização e prestação de contas variam de acordo com o nível de democracia de cada país (WORBOYS *et al.*, 2015).

A Governança Compartilhada ocorre quando há mecanismos e processos institucionais empregados para compartilhar a autoridade e a responsabilidade entre uma pluralidade de atores governamentais e não-governamentais de forma formal ou informal. Por essa razão, a cogestão ocorre de muitas formas, por vezes “fracas” ou “fortes” (GRAHAM; AMOS; PLUMPTRE, 2003; BORRINI *et al.*, 2013).

Nas formas fracas, ou “colaborativas”, a autoridade e a responsabilidade na tomada de decisão são de um órgão governamental (Estado), mas esse órgão é obrigado, seja por força de Lei ou alguma política, a informar ou consultar as partes interessadas. Em formas mais fortes de “colaboração” existem órgãos colegiados multipartes, formados por atores sociais, que são responsáveis pelo desenvolvimento de propostas técnicas para a regulamentação e a gestão do sítio protegido. Todavia, na tomada de decisão, a autoridade e o poder plenos ainda são do Estado. Na gestão conjunta, ou seja, a forma mais forte de cogestão, atores sociais fazem parte da equipe do órgão gestor do sítio (WORBOYS *et al.*, 2015).

A Governança Privada compreende sítios protegidos sob domínio da propriedade privada, seja ela individual, cooperativa, ONG ou corporativa, com fins lucrativos ou não (GRAHAM; AMOS; PLUMPTRE, 2003; BORRINI *et al.*, 2013).

Os sítios sob Governança Privada sem fins lucrativos normalmente estão relacionados: a) às áreas adquiridas por ONGs explicitamente para fins de proteção ambiental; b) às áreas onde o proprietário (s) por um valor simbólico, sagrado e/ou imaterial, que deseja manter o ambiente ou seus recursos naturais protegidos (ou, um elemento específico) (GRAHAM; AMOS; PLUMPTRE, 2003; BORRINI *et al.*, 2013).

Na Governança Privada o poder, a autoridade e a responsabilidade cabem ao proprietário. São eles que fazem a gestão, controlam a terra e os recursos naturais, determinam os objetivos de proteção ambiental, desenvolvem e cumprem os Planos de Manejo e são responsáveis pela tomada de decisão. Nesse tipo de governança, cabe ao poder público (Estado) fiscalizar o sítio protegido de acordo com a Lei do país. A prestação de contas em relação à sociedade,

geralmente, é bastante limitada. Algumas formas de prestação de contas podem ser negociadas com o governo em troca de incentivos específicos. A transparência da informação é somente obrigatória junto aos órgãos executores ambientais (WORBOYS *et al.*, 2015).

A Governança Comunitária ocorre quando o ambiente é voluntariamente protegido pelas comunidades tradicionais, por meio de leis consuetudinárias ou outros meios efetivos. Na Governança Comunitária o poder, a autoridade e a responsabilidade são das comunidades tradicionais, por meio de uma variedade de formas de governança étnica ou de acordos e regras de organizações locais. As formas de governança e suas regras de organização são adaptadas ao contexto específico de aplicação e podem ser extremamente diversas e sofisticadas (GRAHAM; AMOS; PLUMPTRE, 2003; BORRINI *et al.*, 2013).

As decisões de gestão são voluntárias e os esforços de tais comunidades conduzem à proteção ambiental e garantia dos valores culturais a ela associados. Nesse caso, o *status* de área protegida pode ser configurado para atender a uma variedade de objetivos, além dos relacionados à proteção ambiental (BORRINI *et al.*, 2013).

A Governança Comunitária surgiu dos anseios de alguns povos indígenas e comunidades tradicionais que estão “preocupados” com os ecossistemas relevantes, usualmente relacionados a eles culturalmente, religiosamente e/ou como meio de subsistência. A tomada de decisão sobre a gestão dos ecossistemas em jogo, implica na existência de alguma forma de autoridade comunitária que é capaz de impor regulamentos (BORRINI *et al.*, 2013).

Na Governança Comunitária, a terra e/ou os recursos naturais podem ser de domínio, posse ou gestão coletivos, individual ou de acordo com um grupo ou família. As regras de organização geralmente variam conforme valores e práticas culturais ou religiosas. Na maioria das vezes, as regras responsáveis pela gestão de um sítio com Governança Comunitária não possuem sanção legal pelo Estado. A autoridade, o poder de decisão e a responsabilidade devem ser plenamente e reconhecidamente das comunidades tradicionais (GRAHAM; AMOS; PLUMPTRE, 2003; BORRINI *et al.*, 2013).

A responsabilidade da comunidade em relação à sociedade na Governança Comunitária é limitada. Porém, ela pode ser aprimorada e concretizada por meio de negociações, o que às vezes resulta em acordos de gestão com outras partes interessadas (WORBOYS *et al.*, 2015).

De acordo com Borrini *et al.* (2013), os tipos de governança devem ser neutros entre as categorias do SIAP da IUCN, ou seja, não existe predeterminação

de um tipo de governança para uma categoria de área protegida. Assim, no SIAP da IUCN existem categorias de áreas protegidas que preenchem cada combinação possível de tipo de governança (WORBOYS *et al.*, 2015).

Além disso, o SIAP da IUCN recomenda aos SNAPs que todas as categorias de áreas protegidas possam ser de qualquer domínio da terra e/ou dos recursos naturais, independentemente do nível de restrição da proteção ambiental – p. ex.: um Parque Nacional pode ser de propriedade (domínio) de agências governamentais, ONGs, comunidades, povos indígenas, empresas e proprietários particulares, isoladamente ou em combinação (BORRINI *et al.*, 2008).

Harmon (2008) alerta que somente nessas condições, um SNAP pode ser totalmente funcional ou pleno. Segundo Mulongoy e Chape (2004), os SNAPs que não atuam em sua plenitude acabam tendo como base modelos de gestão que excluem comunidades locais e tradicionais por perceberem que a existência delas, suas visões de mundo, modos de vida e atividades são incompatíveis com a proteção ambiental. De acordo com os autores, isso pode vir a ocorrer até mesmo em sítios que foram concebidos para incluir populações humanas em seu interior.

3 UM PANORAMA DA GOVERNANÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

O SNUC foi concebido por meio de Lei no Brasil para nortear a criação, implantação e gestão de UC. Nele constam princípios, diretrizes, objetivos, determinações e instrumentos para a gestão de sítios protegidos no país. O SNUC prevê, em geral, duas concepções de relação homem e natureza, a preservação e a conservação, sendo a sua proteção, um conceito “guarda-chuva”.

Para o SNUC, a preservação ambiental envolve um “conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais” (BRASIL, 2000, Art. 2, V).

Enquanto, a conservação ambiental é:

O manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (BRASIL, 2000, Art. 2, II).

Com base nesses dois conceitos, o SNUC separa as categorias de manejo de UC (tipos) em dois grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável. A grande diferença entre as UC do grupo de Proteção Integral e as do grupo de Uso Sustentável envolve o uso dos recursos naturais.

Nas UC do grupo de Proteção Integral somente são permitidos os usos indiretos dos recursos naturais, ou seja, aqueles que não envolvem consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais (BRASIL, 2000, Art. 2º, IX).

Segundo o SNUC, Lei n. 9.985 de 2000 (BRASIL, 2000), dentre as categorias de manejo do grupo de Unidades Proteção Integral tem-se:

Estação Ecológica (ESEC): categoria de manejo destinada à preservação da natureza e a pesquisa científica (Art. 9º). A intervenção humana direta somente poderá se dar na forma de medidas de restauração de ecossistemas, manejo de espécies para preservar a biodiversidade e pesquisa científica controlada (Art. 9º, § 4º, I, II, III e IV). A visitação pública somente é permitida com o objetivo educacional (Art. 9º, § 4º). O domínio é público e áreas particulares devem ser desapropriadas (Art. 9º, § 1º). A governança é sempre do estado que pode delegá-la a uma Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou compartilhá-la (Art. 29 e 30).

Reserva Biológica (REBIO): categoria de manejo destinada à preservação da biodiversidade e dos demais atributos naturais existentes em seus limites cartográficos (Art. 10). A intervenção humana direta somente poderá dar-se na forma de medidas recuperação de ecossistemas, pesquisa científica e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a biodiversidade e os processos ecológicos naturais (Art. 10). A visitação pública somente é permitida com o objetivo educacional (Art. 10, § 2º). O domínio é público e áreas particulares devem ser desapropriadas (Art. 10, § 1º). Governança é sempre do estado que pode delegá-la à uma Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou compartilhá-la (Art. 29 e 30).

Parque Nacional (PARNA) e suas variantes estadual e natural municipal: categoria de manejo destinada à preservação dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (Art. 11). Nele se permite o desenvolvimento de atividades recreativas, de turismo ecológico, educativas e de interpretação ambiental, além de permitir a realização de pesquisas científicas e medidas de restauração e recuperação de ecossistemas (Art. 11). O domínio é público e áreas particulares devem ser desapropriadas (Art. 11, § 1º). Governança é sempre do

estado que pode incumbê-la a uma Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou compartilhá-la (Art. 29 e 30).

Monumento Natural (MONA): categoria de manejo destinada à preservação de sítios naturais singulares, raros e de grande beleza cênica, como, por exemplo, as formações geológicas (Art. 12). A visitação e pesquisas científicas são permitidas conforme restrições do sítio (Art. 12, § 3º). Pode ser constituída de áreas particulares, desde que as atividades realizadas nessas áreas sejam compatíveis com os objetivos da UC (Art. 12, § 1º). Em caso contrário deverá haver desapropriação (Art. 12, § 2º). Governança é sempre do estado que pode delegá-la a uma Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou compartilhá-la (Art. 29 e 30).

Refúgio da Vida Silvestre (RVS): categoria de manejo destinada à proteção de ambientes naturais com objetivo de assegurar condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora e da fauna (Art. 13). A visitação e pesquisas científicas são permitidas conforme restrições do sítio (Art. 13, § 3º). Pode ser constituída de áreas particulares, desde que as atividades realizadas nessas áreas sejam compatíveis com os objetivos da UC (Art. 13, § 1º). Em caso contrário deverá haver desapropriação (Art. 13, § 2º), governança é sempre do estado que pode delegá-la a uma Organização de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou compartilhá-la (Art. 29 e 30).

Todas as UC do Grupo de Proteção Integral devem possuir um Conselho Gestor consultivo, criado por meio de ato legal. O Conselho também deverá ter ato legal (Lei, Decreto ou Portaria) de: (i) nomeação das instituições que o compõem; (ii) indicação ou de aprovação da eleição dos representantes com assento no Conselho; e (iii) termo de posse dos conselheiros. O Conselho Gestor deve elaborar e aprovar um Regimento Interno que deverá ser regulamentado e atualizado (BRASIL, 2000, 2002, 2014; ICMBIO, 2019).

As UC do grupo de Uso Sustentável permitem os usos diretos dos recursos naturais, ou seja, aqueles que envolvem coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais (BRASIL, 2000, Art. 2º, X), desde que se compatibilize a “conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000, Art. 7º, II, §2º).

Segundo o SNUC, Lei n. 9.985 de 2000 (BRASIL, 2000), dentre as categorias de manejo do grupo de Unidades de Uso Sustentável tem-se:

Área de Proteção Ambiental (APA): categoria de manejo dotada de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Geralmente, o sítio possui uma área extensa, com o objetivo de proteger a diversidade biológica, ordenar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Art. 15). Ela pode ser constituída por terras públicas e privadas (Art. 15, § 1º). O uso dos recursos naturais, a ocupação humana, a visitação e a pesquisa científicas são permitidas conforme restrições do sítio. Nas áreas públicas é de controle do órgão gestor e nos particulares cabe ao poder público fiscalizar (Art. 13, § 1º, 2º, 3º e 4º). A APA deverá dispor de um Conselho Gestor (Art. 13, § 5º, Art. 32, § 2º). A governança é do estado com a possibilidade de delegá-la ou compartilhá-la, uma vez que a presidência do Conselho é exclusiva do órgão gestor da UC.

Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE): categoria de manejo de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana e com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional. Possui o objetivo de manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso dos recursos naturais, de forma que os compatibilize com os objetivos da unidade (Art. 16). Pode ser constituída por terras públicas e privadas (Art. 16, § 1º). O uso da propriedade privada é regulado pelas restrições do sítio (Art. 16, § 2º). Não há menção no SNUC sobre a visitação e a pesquisa pública em sítios dessa categoria, mas também não há vedação. No caso de áreas particulares a visitação e a pesquisa devem constar nas restrições do sítio. Não há menção no SNUC de necessidade de Conselho Gestor para ARIEs. Dessa forma, a governança é exclusiva do estado.

Floresta Nacional (FLONA) e suas variantes estadual e municipal: categoria de manejo com cobertura florestal onde predominam espécies nativas. Visa o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas (Art. 17). O domínio é público e as áreas particulares devem ser desapropriadas (Art. 17, § 1º). É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam desde sua criação (Art. 16, § 2º; Art. 23) de acordo o estabelecimento de Termo de Concessão (Art. 18, § 1º; Art. 23) ou Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU). A visitação e a pesquisa pública são permitidas conforme as restrições do sítio. (BRASIL, 1967, 1988, 2000, 2007) A FLONA deverá dispor de um Conselho Gestor Consultivo (Art. 16, § 5º). A governança é do estado

com a possibilidade de delegá-la ou compartilhá-la, uma vez que a presidência do Conselho é exclusiva do órgão gestor da UC.

Reserva Extrativista (RESEX): categoria de manejo onde há uma área natural utilizada por comunidades extrativistas tradicionais que exercem suas atividades baseadas no extrativismo, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. O objetivo é compatibilizar o uso tradicional sustentável dos recursos naturais existentes e a proteção dos meios de vida e da cultura dessas populações (Art. 18). Permite a visitação pública compatível aos modos de vidas dos tradicionais (Art. 18, § 3º) e a pesquisa científica, conforme as restrições do órgão gestor (Art. 18, § 4º). O domínio é público e as áreas particulares devem ser desapropriadas (Art. 18, § 1º). Às comunidades tradicionais são permitidas a moradia e uso dos recursos naturais por meio de Termo de Concessão (Art. 18, § 1º; Art. 23) ou CCDRU (BRASIL, 1967, 1988, 2000, 2007). A RESEX deverá dispor de um Conselho Gestor deliberativo (Art. 18, § 2º). A governança é do estado com a possibilidade de delegá-la ou compartilhá-la, uma vez que a presidência do Conselho é exclusiva do órgão gestor da UC.

Reserva de Fauna (REFAU): categoria de manejo onde há uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas. Tem como objetivo a realização de estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos (Art. 19). Permite a visitação pública conforme restrições do órgão gestor (Art. 19, § 2º). O domínio é público e as áreas particulares devem ser desapropriadas (Art. 19, § 1º). Não há menção no SNUC de necessidade de Conselho Gestor para ARIEs. Dessa forma, a governança é exclusiva do estado.

Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS): categoria de manejo onde há uma área natural que abriga comunidades tradicionais. Estes tradicionais devem usar sistemas sustentáveis de exploração de recursos naturais desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais (Art. 20). Tem como objetivo preservar a natureza e assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos de vida e atividades dos tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar seus conhecimentos e técnicas de manejo do ambiente (Art. 20, § 1º). Permite visitação pública desde que compatível com os interesses das comunidades tradicionais e restrições do sítio (Art. 20, § 5º, I). Permite a pesquisa científica, principalmente correlata aos modos de vida e atividades dos tradicionais, conforme restrições do sítio (Art. 20, § 5º, II). O

domínio é público e as áreas particulares devem ser desapropriadas (Art. 20, § 2º). Às comunidades tradicionais são permitidas a moradia e uso dos recursos naturais por meio de Termo de Concessão (Art. 23) ou CCDRU (BRASIL, 1967, 1988, 2000, 2007). A RDS deverá dispor de um Conselho Gestor deliberativo (Art. 20, § 4º) A governança é do estado com a possibilidade de delegá-la ou compartilhá-la, uma vez que a presidência do Conselho é exclusiva do órgão gestor da UC.

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN): única categoria de manejo com domínio exclusivo da propriedade privada, conseqüentemente a autoridade e responsabilidade na gestão é exclusiva do (s) proprietário (s) (Art. 21). É gravada como UC com perpetuidade em Termo de Compromisso (Art. 21, § 1º). Têm como objetivo conservar a biodiversidade (Art. 21). Permite a pesquisa científica e a visitação turística, recreativa e educacional (Art. 21, § 2º, I e II), conforme Plano de Manejo. Não há menção no SNUC de necessidade de Conselho Gestor para RPPNs. Dessa forma, a governança é exclusivamente privada.

4 AS CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E SEUS TIPOS DE GOVERNANÇA – UMA ANÁLISE DO SNUC E DO DECRETO Nº 4.340/2002

No item anterior viu-se que, no caso brasileiro, o SNUC e o Decreto nº 4.340/2002 são o principal marco legal da governança em UC no Brasil, pois neles se determina o tipo de governança para cada categoria de manejo. Além disso, os dois regulamentos também determinam quem detém o domínio, o poder na tomada de decisão, a autoridade, a responsabilidade e a responsividade (transparência). Ainda eles fornecem os princípios, diretrizes, objetivos e instrumentos para realização da governança em UC.

Neste contexto, sistematizou-se no Quadro 1 os dados da leitura crítica do SNUC e do Decreto nº 4.340/2002 promovida para verificar se as duas políticas públicas permitem que cada categoria de UC e seus sítios possam exercer todas as possibilidades de domínio da terra e/ou dos recursos naturais, conforme recomendação do SIAP da IUCN.

Quadro 1 - O domínio da terra e/ou dos recursos naturais de cada categoria de manejo do SNUC.

Grupo	Categoria de Manejo/ Posse e domínio	Federal	Estadual	Municipal	Propriedade Privada	Comunidades tradicionais
Proteção Integral	Estação Ecológica (ESEC)					
	Reserva Biológica (REBIO)					
	Parque Nacional (PARNA)					
	Monumento Natural (MONA)					
	Reserva de Vida Silvestre (RVS)					
Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental (APA)					
	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)					
	Floresta Nacional (FLONA)					
	Reserva Extrativista (RESEX)					
	Reserva de Fauna (REFAU)					
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)					
	Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)					

Fonte: Elaborado pelos autores (2019) com base nas determinações do SNUC e seu Decreto nº 4.340/2002 (BRASIL, 2002).

Legenda: sombreadamento indica a possibilidade de domínio na categoria de manejo.

Com base no Quadro 1, nota-se que 11 categorias de manejo, excetuando-se a RPPN, são de domínio do Estado, sendo que em cinco delas pode haver terras de domínio particular, conforme condições especificadas no SNUC. No Brasil, nos casos em que há domínio exclusivo do Estado e existem propriedades particulares, deverá obrigatoriamente após a criação do sítio protegido haver desapropriação, indenização e/ou realocação de populações.

A MONA, RVS e RDS preveem a possibilidade de o sítio coexistir com o domínio particular desde que o uso e acesso aos recursos naturais e a ocupação

humana estejam de acordo com a Lei, com o Plano de Manejo, o Zoneamento Ambiental e as restrições do sítio. Caso a coexistência seja inviável obrigatoriamente deverá haver desapropriação, indenização e/ou realocação de populações.

A ARIE e APA possibilitam a existência de terras de domínio particular no interior de seus sítios, sendo que o controle do uso e acesso aos recursos naturais, e da ocupação humana são de responsabilidade do proprietário. Nesse caso, as propriedades particulares em ARIEs e APAs estão sobre as restrições impostas pela Lei, o Plano de Manejo, o Zoneamento Ambiental e as restrições do sítio, cabendo ao poder público fiscalizá-las. As APAs e ARIEs são as únicas categorias de manejo onde há domínio público e/ou privado sem exigir a *priori* desapropriação, ou seja, a terra privada não necessita obrigatoriamente ser desapropriada, da criação da UC ou caso não siga as determinações do Plano de Manejo e outros regulamentos legais, conforme descreve o SNUC.

Nas FLONAs e RESEXs o domínio é exclusivo do Estado, devendo haver desapropriação, indenização e/ou realocação de populações. Todavia, nos sítios dessas categorias de manejo é permitida a permanência das comunidades tradicionais sob regime de concessão por meio do firmamento de um contrato. Assim, por meio do SNUC, nas FLONAs e RESEX se reconhece a posse ou direito histórico de tradicionais por meio de um contrato de concessão. Em áreas de domínio público nas RDS também pode ser firmado um contrato de cessão, tal como nas FLONAs e RESEXs.

O arcabouço legal brasileiro somente reconhece dois tipos de domínio, o público e o privado. A posse ou direito histórico de uma comunidade tradicional não são reconhecidos por Lei. O direito de uma comunidade tradicional só é reconhecido via contrato de concessão (CCDRU) ou, em alguns casos, por Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) ou Termo de Compromisso, sendo o domínio ainda do poder público. Assim, os posseiros e tradicionais não são passíveis de desapropriação.

A RPPN é de domínio particular e, por isso, o uso e acesso aos recursos naturais e a ocupação humana são de responsabilidade do proprietário. Este deverá seguir a Lei e elaborar o Plano de Manejo, o Zoneamento Ambiental e as restrições do sítio. Cabe ao poder público fiscalizar as ações dos proprietários de RPPNs.

Ainda, com base no Quadro 1 evidencia-se que no SNUC, o domínio da terra e dos recursos naturais não é neutro entre as categorias de manejo como no SIAP da IUCN. Nele, as categorias de manejo não possuem a possibilidade de ter todos os tipos de domínio. Com isso, o Brasil não segue a recomendação da IUCN de preencher cada combinação possível de tipo de domínio para cada categoria de UC.

No Quadro 2 sistematizou-se os dados da leitura crítica do SNUC e do Decreto nº 4.340/2002 promovida no item anterior para verificar se as duas políticas públicas permitem que cada categoria de UC e seus sítios possam exercer todas as possibilidades da dimensão tipo de governança, conforme recomendação do SIAP da IUCN.

Quadro 2 - Tipos de governança de cada categoria de manejo de UC do SNUC.

Tipos de governança/ Categoria de Manejo	Governança do Estado				Governança Compartilhada (cogestão)		Governança Privada	Governança Comunitária
	Federal	Estadual	Municipal	Delegada	Colaborativa	Conjunta	Particular (s)	Comunidades tradicionais
ESEC								
REBIO								
PARNA								
MONA								
RVS								
APA								
ARIE								
FLONA								
RESEX								
REFAU								
RDS								
RPPN								

Fonte: Elaborado pelos autores (2019) com base nas determinações do SNUC e do Decreto nº 4.340/2002 (BRASIL, 2002).

Legenda: sombreamento indica a possibilidade de tipo de governança na categoria de manejo.

Com base no Quadro 2, nota-se que 11 categorias de manejo, excetuando-se a RPPN podem exercer a governança do Estado, sendo possível a delegação da gestão por meio de uma OSCIP. Na governança do Estado, o poder, a autoridade, a responsabilidade e a responsividade são do poder público.

A Governança Compartilhada pode existir em oito das 11 categorias de manejo, excetuando-se a RPPN, a ARIE e a REFAU. Na ARIE e na REFAU, o SNUC não faz nenhuma menção à existência de Conselhos Gestores. Consequentemente, não existe possibilidade de Gestão Compartilhada.

As formas fracas e fortes de colaboração na Gestão Compartilhada dependem do tipo de Conselho Gestor de cada categoria de manejo. Nos Conselhos

Gestores consultivos (forma fraca), o poder, a autoridade e a responsabilidade são do órgão governamental (Estado), mas esse órgão é obrigado pelo SNUC a informar ou consultar as partes interessadas (conselheiros). Nos deliberativos (forma forte), o órgão colegiado é multiparte, ou seja, formado por atores sociais responsáveis pelo desenvolvimento de propostas técnicas para a regulamentação e gestão do sítio. O poder na tomada de decisão, a autoridade, a responsabilidade e responsividade são compartilhados entre o Estado e o Conselho.

O Quadro 3 evidencia a predeterminação do tipo de Conselho Gestor para cada categoria de manejo do SNUC.

Quadro 3 - Tipos de Conselho Gestor de cada categoria de manejo de UC do SNUC.

Grupo	Conselho gestor/Categoria de UC	Consultivo	Deliberativo
Proteção Integral	ESEC		
	REBIO		
	PARNA		
	MONA		
	RVS		
Uso Sustentável	APA		
	ARIE		
	FLONA		
	RESEX		
	REFAU		
	RDS		
	RPPN		

Fonte: Elaborado pelos autores (2019) com base no SNUC e seu Decreto nº 4.340/2002 (BRASIL, 2002).

Com base no Quadro 3, percebe-se que o SNUC prevê para as categorias de manejo do grupo de Proteção Integral a governança na forma de Conselhos Gestores consultivos. Assim, nas UC de Proteção Integral só é possível uma Governança Compartilhada colaborativa fraca. O mesmo ocorre na categoria de manejo FLONA, do grupo de Uso Sustentável, pois nela somente é previsto o Conselho Gestor consultivo. Já na RDS, APA e RESEX é previsto pelo SNUC o Conselho Gestor Deliberativo. Por isso, nessas categorias de manejo é possível uma governança Compartilhada colaborativa forte.

No caso específico das RESEX e RDS, as comunidades tradicionais participam do Conselho Gestor deliberativo. Elas não detêm o domínio da terra nem dos recursos naturais e, por isso, não possuem poder e autoridade plenas do sítio, sendo essa partilhada por meio do Conselho com o Estado. A posse e o uso

dessas comunidades tradicionais são reconhecidos e regulados pela concessão. Como o domínio da terra não pertence a esses coletivos, a proteção ambiental não pode ser executada por meio de suas leis consuetudinárias, a não ser que elas estejam sob a forma de acordos voluntários constantes no contrato de concessão.

A Governança Compartilhada de nível Conjunta também não é possível de ser executada conforme as determinações do SNUC. Nessa forma de governança, vários atores locais devem ocupar a estrutura administrativa do órgão gestor de UC, ou seja, a equipe gestora da unidade. O Sistema somente prevê a participação, em alguns casos, em Conselhos Gestores deliberativos, porém esses não detêm o poder e a autoridade plenas, essa pertencente somente ao Estado. A Governança Privada no SNUC somente é possível na RPPN.

Assim, com base nos Quadro 2 e 3, evidencia-se que no SNUC, os tipos de governança não são neutros entre as categorias de manejo como no SIAP da IUCN. No SNUC, as categorias de manejo não possuem a possibilidade de exercer todos os tipos de governança. Com isso, o Brasil não segue a recomendação da IUCN de preencher cada combinação possível de tipo de governança para cada categoria de UC. Esse fato, junto à predeterminação do domínio, torna o SNUC um SNAP não pleno, conforme indica Harmon (2008). Esse cenário, segundo Cozzolino (2005, 2014), é passível de promover ou intensificar conflitos, principalmente no tocante às comunidades locais e tradicionais.

Segundo Mulongoy e Chape (2004), os SNAPs que não atuam em sua plenitude acabam tendo como base modelos de gestão que excluem comunidades locais e tradicionais por perceberem que elas, suas visões de mundo, modos de vida e atividades, são incompatíveis com a proteção ambiental. De acordo com os autores, isso pode vir a ocorrer até mesmo em sítios que foram concebidos para incluir populações humanas em seu interior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho evidenciou-se que no SNUC, o domínio da terra e/ou dos recursos naturais não é neutro entre as categorias de manejo de UC, assim como as categorias de manejo de UC não possuem a possibilidade de exercer todos os tipos de governança de áreas protegidas. Com isso, o Brasil, não segue a recomendação do SIAP da IUCN de preencher cada combinação possível de tipo de governança de área protegida e de domínio, o que torna o SNUC um SNAP não pleno e, com isso, passível de excluir comunidades locais e tradicionais do seu interior e da gestão de seus sítios e promover conflitos.

No Brasil, somente a propriedade pública e particular são reconhecidas por Lei. A posse ou direito de uso histórico de uma comunidade tradicional não são reconhecidos na forma de domínio. Ou seja, o domínio, a autoridade, o poder e a responsabilidade perante as áreas das comunidades tradicionais no interior de uma UC são do poder público.

Com isso ocorrem duas coisas:

i) Não é possível a desapropriação de terras durante a criação de uma UC de domínio do Estado, pois não existe título de propriedade dessas comunidades tradicionais, ou seja, essas pessoas não podem ser indenizadas ou realocadas caso elas não sejam mantidas nas suas posses ou áreas de uso históricas pelo poder público. Afora isso, o processo de desapropriação somente abarca a questão da propriedade e da moradia. Os regimes de apropriação dos recursos naturais, diretos e indiretos, e as inter-relações estabelecidas entre o homem e o ambiente são ignorados por ele, o que leva esse instrumento a negar a posse e os direitos hereditário, tradicional ou consuetudinários.

ii) A posse ou direito de uso histórico de uma comunidade tradicional somente podem vir a ser reconhecidos parcialmente, via cessão, em sítios das categorias de manejo RESEX, RDS e FLONA. O domínio continua sendo do Estado, com isso, a autoridade, o poder e a responsabilidade também. Atenta-se que autoridade, o poder e a responsabilidade podem ser compartilhados pelo poder público com essas comunidades.

Assim sendo, o SNUC torna inviável a concretização da governança pela Comunidade e, se ela ocorrer, será extraoficialmente e um movimento contra o Sistema. Já que para ocorrer esse tipo de governança deve-se haver o domínio da terra e dos recursos naturais pela (s)comunidade (s) tradicional (ais) que, com isso, adquirem autoridade e poder plenos sob suas áreas, conseqüentemente, sob a UC. A negação do direito a posse e os direitos hereditário, tradicional ou consuetudinário costumam ocasionar diversos conflitos em UC e áreas protegidas.

O SNUC e o Decreto nº. 4.340/2002 também possuem uma lacuna quanto à possibilidade de Gestão Conjunta, onde membros ou lideranças da comunidade local fazem parte do órgão gestor. Caso tal fato ocorra, será por outras vias que não por determinação da Lei.

A RPPN é a única categoria de manejo de domínio exclusivamente particular e, por isso, o acesso aos recursos naturais e a ocupação humana são

de responsabilidade do proprietário, cabendo ao poder público a fiscalização. Além disso, não se prevê para a RPPN a existência de Conselho Gestor, ou seja, a gestão compartilhada. Consequentemente, a Governança em uma RPPN é exclusivamente privada

O restante das categorias de manejo de UC só ocorrem na forma de Governança do Estado, que pode ter delegação ou ser compartilhada em algum nível, a exceção da ARIE e REFAU onde é exclusiva do Estado.

REFERÊNCIAS

BORRINI, G.; DUDLEY, N.; JAEGER, T.; LASSEN, B.; BROOME, N. P.; PHILLIPS, A.; SANDWITZ, T. Governance of protected areas: from understanding to action. **IUCN**, [S. l.], 2013. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-020.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 289 de 28 de fevereiro de 1967. Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0289.htm. Acesso em: 07 abr. 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF: Senado, 1988. 140 p. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 abr. 2019.

BRASIL. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o Art. 225º, par. 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 07 abr. 2019.

BRASIL. Decreto Federal nº 4.340 de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 ago. 2002. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm. Acesso em: 07 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.481 de 31 de maio de 2007. Dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 maio. 2007. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11481.htm. Acesso em: 07 abr. 2019.

BRASIL. Instrução Normativa ICMBio n. 09 de 05 de dezembro de 2014. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 dez. 2014. Disponível em https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2014/in_icmbio_09_2014_diretrizes_modifica%C3%A7%C3%A3o_conselhos_gestores_und_conserva%C3%A7%C3%A3o_federais.pdf. Acesso em: 07 abr. 2019.

COZZOLINO, L. F. F. **Unidades de Conservação e os processos de Governança Local: o caso da APA do Sana (Macaé, RJ)**. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

COZZOLINO, L. F. F. **Governança na gestão de Unidades de Conservação: Democratização na esfera pública ou legitimação de poder?** 2014. 272 f. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação EICOS, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Psicossociologia das Comunidades e Ecologia Social, Rio de Janeiro, 2014.

GRAHAM, J.; AMOS, B.; PLUMPTRE, T. W. **Governance principles for protected areas in the 21st century**. Ottawa: Institute on Governance, Governance Principles for Protected Areas, 2003. 50 p.

HARMON, D. What does IUCN's protected area definition actually mean? *In*: DUDLEY, N.; STOLTON, S., Editors. **Defining Protected Areas: an international conference in Almeria**. Spain: International Union for Conservation of Nature and Natural Resources, 2008. p. 28-30.

ICMBio. **O Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) nas Unidades de Conservação federais**. Brasília, DF: ICMBio, 2019. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/o_contrato_de_concessao_de_direito_real_de_uso_ccdru_nas_ucs_federais.pdf. Acesso em: 07 abr. 2019.

MATIAS-PEREIRA, J. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 109-134, 2010.

MULONGOY, K. J.; CHAPE, S. **Protected areas and biodiversity: an overview of key issues**. Cambridge, UK; Montreal, Canada: IUCN, 2004. 56 p.

PUREZA, F.; PELLIN, A.; PADUA, C. **Unidades de conservação: fatos e personagens que fizeram a história das categorias de manejo**. Nazaré Paulista: IPÊ; São Paulo: Matrix Editora, 2015.

VALLEJO, L. R. **Tempo, espaço e contradições na proteção das áreas naturais: as políticas públicas e a conservação ambiental no Estado do Rio de Janeiro (1975 a 2002)**. Niterói: Editora Alternativa, 2017. 224 p.

WORLD BANK. **Governance and development**. Washington: The World Bank, 1992. 69 p.

WORBOYS, G. L.; LOCKWOOD, M.; KOTHARI, A.; FEARY, S.; PULSFORD, I. (ed.). **Protected area governance and management**. Camberra: ANU Press, 2015. 994 p.

Texto submetido à Revista em 06.04.2020

Aceito para publicação em 29.10.2020



Análise do Sistema de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde do Hospital Regional de Itacoatiara-AM

Analysis of the Health Services Waste Management System at the Regional Hospital of Itacoatiara-AM

Igor Gabriel de Oliveira Souza - Mestrando em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos - Prof^ªÁgua, pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: eng. igorgabrielsouza@gmail.com

Bruno Fereziim Morales - Doutorando em Ciências Biológicas (Zoologia) pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Professor da Universidade Estadual do Amazonas (UEA). E-mail: brunomorales@ufam.edu.br

Rodrigo Couto Alves - Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: rcouto@ufam.edu.br

Resumo

O objetivo do estudo foi avaliar o sistema de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde – RSS do Hospital Regional José Mendes, Itacoatiara-AM. Foram realizadas a caracterização do estabelecimento, a composição gravimétrica de RSS e a verificação da eficácia do sistema de gerenciamento através de observação direta *in loco*, registro das informações e análise de documentos internos. Foram identificados os pontos do sistema que não atendiam a legislação pertinente, a estimativa da quantidade de embalagem para acondicionamento de resíduos, dias de maior geração, a proporção de acordo com sua classificação, a relação com os leitos ocupados e problemas de infraestrutura no abrigo externo. Logo, apesar das dificuldades encontradas, este possui uma baixa taxa de geração de resíduos por leito ocupado quando comparado com a literatura, no entanto, a quantidade de resíduos infectantes está próxima de outros valores encontrados por outros autores, corroborando a tendência da alta periculosidade de RSS.

Palavra-chave

Gravimetria dos Resíduos Sólidos. Indicadores de resíduos. Gerenciamento Integrado. Amazônia.

Abstract

The paper aimed to analyze the health care waste management system - HCW of José Mendes Regional Hospital in Itacoatiara-AM. Technical visits were performed to analyze the system and its effectiveness, characterizing the establishment and the HCW gravimetric composition. Were employed the methods of direct observation on site, records of information and document analysis. We identified the points of the system that did not comply with legislation, the estimation packaging for waste, days of greater generation, proportion according to its classification and the relation with waste generation and occupied beds. We identified weaknesses in HCW management and infrastructure issues in the external shelter. Therefore, despite the difficulties found in the management system, we found a low rate of waste generation per occupied bed when compared to literature, however the amount of infectious waste is close to other values found by other authors, corroborating the tendency of high dangerousness of RSS.

Keywords

Gravimetry of Solid Waste. Waste indicators. Integrated Management. Amazon.

INTRODUÇÃO

Um dos grandes problemas da atualidade é o aumento da geração de resíduos sólidos, problemas nos sistemas de gerenciamento e atuação em conformidade com a legislação vigente. A definição de resíduos sólidos leva em consideração a característica do resíduo, abrangendo tanto os resíduos sólidos como os semissólidos resultantes de diversas atividades como: doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Também estão incluídos nesta definição os lodos provenientes de estação de tratamento de água, bem como qualquer líquido contaminado que resulte em alterações da característica de corpos d'água ou ainda que exijam uma tecnologia inviável em face de melhor tecnologia disponível (ABNT, 2004).

Segundo Zveibil (2001), existem várias maneiras para classificar os resíduos sólidos, sendo que as mais comuns são quanto a sua natureza, origem e quanto aos riscos de contaminação. A classificação de resíduos sólidos envolve a identificação do processo ou atividade que lhes deu origem, de seus constituintes e características, e a comparação destes constituintes com listagens de resíduos e substâncias cujo impacto à saúde e ao meio ambiente é conhecido (ABNT, 2004).

Dentre os resíduos sólidos existem os chamados resíduos especiais provenientes de serviços de saúde (RSS), sejam de hospitais, clínicas médicas, clínicas veterinárias ou de ensino e pesquisa na área da saúde. Os resíduos de serviços de saúde são de natureza heterogênea e estes resíduos de serviços de saúde são muitas vezes chamados de “lixo hospitalar” (GARCIA; ZANETTI-RAMOS, 2004). Estes resíduos possuem um alto grau de risco durante o seu manejo, pois possuem características específicas como materiais contaminados perfurocortantes, químicos ou radioativos.

A problemática dos resíduos de serviços de saúde no Brasil, embora inserida e norteadada por políticas ambientais, ainda é negligenciada em muitos aspectos, notadamente durante o manejo inicial. Nessa etapa, a maior porcentagem dos resíduos hospitalares é classificada como pertencente ao grupo A (infectantes), demonstrando uma falha na gestão destes, que refletirá em problemas em todas as demais etapas do gerenciamento. De acordo com Ferreira e Anjos (2001), apesar de parte dos resíduos de serviços de saúde não apresentarem risco potencial (resíduos comuns), isso não pode servir de justificativa para que as instituições de saúde não estabeleçam procedimentos gerenciais que reduzam os riscos associados aos demais resíduos gerados nestes estabelecimentos.

O gerenciamento eficaz dos resíduos de serviço de saúde é estabelecido por técnicas, procedimentos, instruções normativas, leis e bases científicas que

tem como objetivo minimizar a produção de resíduos e destinar de modo correto segundo as legislações pertinentes (RIZZON; NODARI; REIS, 2015).

Segundo Brasil (2018), existem quatro classes e suas respectivas subdivisões que distinguem a periculosidade dos resíduos perigosos, sendo os resíduos hospitalares pertencentes a classe de risco 3 (alto risco individual e moderado risco para a comunidade), que incluem os agentes biológicos que possuem capacidade de transmissão de doenças e patologias humanas ou animais, potencialmente letais que, entretanto, possuem medida de tratamento ou de prevenção.

As principais atividades geradoras de resíduos de serviços de saúde no município de Itacoatiara são as Unidades Básicas de Saúde (UBS), que tem como principal atividade o atendimento ambulatorial, diagnóstico de pacientes e realização de curativos, bem como o Hospital Regional José Mendes, o único estabelecimento hospitalar que realiza atividades de urgência e ambulatorial, com 98 leitos para internação.

Os RSS representam um dos grandes problemas enfrentados pelos administradores hospitalares devido à diversidade de fontes geradoras de resíduos com características específicas, carência de conhecimento sobre a temática e políticas ambientais, manejo inadequado e falta de capacitação dos funcionários e colaboradores que operam estes resíduos com alto potencial de periculosidade.

Deste modo, o presente estudo busca avaliar o sistema de gerenciamento de resíduos de serviço de saúde do Hospital Regional José Mendes do município de Itacoatiara-AM. Por meio da identificação de etapas, pontos de geração, composição gravimétrica dos resíduos e problemas ou lacunas do sistema de gerenciamento foram propostas as melhorias e adequações necessárias ao sistema de gerenciamento de resíduos da saúde da unidade hospitalar do município de Itacoatiara-AM.

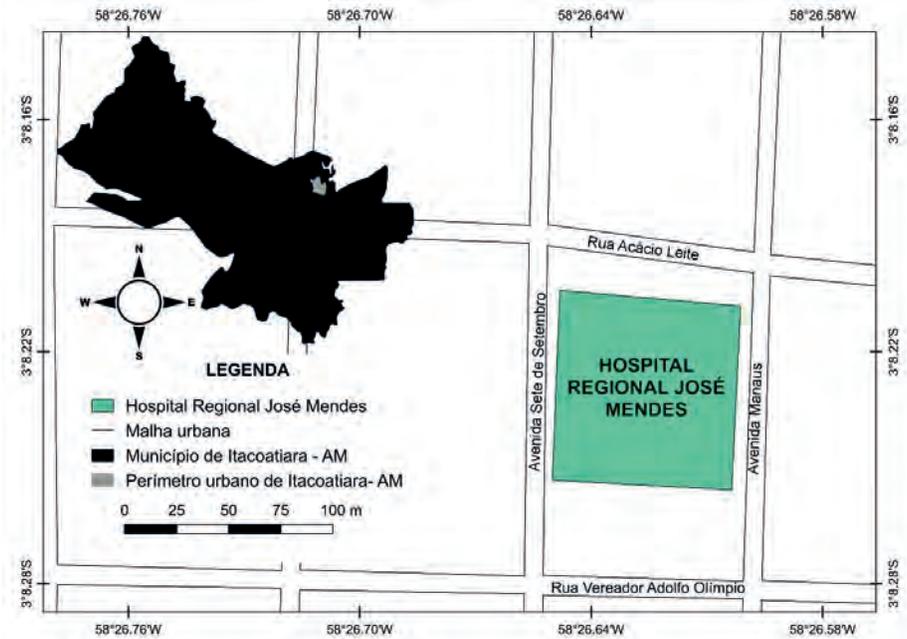
1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.1 ÁREA DE ESTUDO

O estudo foi realizado no município de Itacoatiara-AM que, segundo o IBGE (2010), possui uma população de 86.839 pessoas inseridas em uma área territorial de 8.892,038 km². A cidade possui 17 estabelecimentos de saúde, sendo 11 estabelecimentos de saúde públicos (de esfera de governança municipal) e 06 estabelecimentos de saúde privados. Dentre os 17 estabelecimentos de saúde inseridos no território do município, o Hospital Regional José Mendes (HRJM), localizado na Rua Acácio Leite nº 2593, bairro Iraci (Figura 1), foi selecionado

como objeto de estudo por ser o único hospital existente na cidade e por atender aos critérios de elegibilidade do estudo.

Figura 1 - Localização do hospital José Mendes no município de Itacoatiara – AM



Fonte: os autores (2019).

Os critérios de elegibilidade para a escolha do estabelecimento de saúde Hospital Regional José Mendes foram: abranger uma complexidade maior de serviços de saúde e, conseqüentemente, maior heterogeneidade de resíduos de serviços de saúde em relação aos demais estabelecimentos de saúde do município; executar atendimentos de urgência e emergência, que resulta na necessidade de atendimento de um conjunto maior e instruções normativas e parâmetros legislações. Além disso, resultados preliminares de um projeto de extensão realizado pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com o propósito de implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, indicaram problemas relativos ao manejo inadequado dos resíduos de serviços de saúde neste ambiente. Segundo os dados do diagnóstico elaborado em 2013, pela gerência do HRJM, a instituição possui um quadro de funcionários com 506 colaboradores, dos quais 254 são da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SUSAM) e 252 são da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA).

Por se tratar de um estabelecimento com amplos serviços de apoio, os profissionais e colaboradores do HRJM são de diversas áreas técnicas ligadas

direta ou indiretamente à área de saúde como, por exemplo, laboratório, banco de sangue, nutrição, lavanderia, higienização, manutenção e setor administrativo. O Hospital Regional José Mendes possui uma média mensal de atendimento de urgência e ambulatorial de 15.000 pessoas, com 21 leitos na clínica médica, 12 leitos na clínica cirúrgica, 26 leitos na maternidade, 8 leitos no centro obstétrico, 24 leitos na clínica pediátrica, 7 leitos no pronto socorro, 08 leitos no centro cirúrgico, totalizando 106 leitos.

1.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS PARA COLETAS DE DADOS

Foi realizada uma pesquisa descritiva e exploratória acerca do sistema de gerenciamento de resíduos sólidos de serviços da saúde do HRJM. A abordagem descritiva caracterizou-se por um estudo detalhado do sistema de gerenciamento dos resíduos, por meio de levantamento de informações e coleta de dados. Para tanto, foram empregados os métodos de observação direta *in loco*, seguido de registro das informações em diário de campo e coleta de dados, por meio de análises documentais referentes ao gerenciamento de resíduos sólidos, como relatórios de monitoramento, certificado de destinação final, certificado de coleta e manifesto de transporte de resíduos.

A identificação dos pontos de geração de resíduos sólidos de serviços de saúde por unidade funcional do hospital foi realizada por meio de observação dos setores do hospital e procedimentos realizados durante sua operação normal. Foi empregado o registro fotográfico para identificar a forma de segregação, o acondicionamento, o transporte interno nas diferentes unidades, bem como, a estrutura e a operação da central de resíduos, seguido do uso do diário de campo para descrever, detalhadamente, cada etapa do manejo dos resíduos de serviços de saúde, assim como informações qualitativas e quantitativas dos resíduos gerados. Segundo Lira (2014), o diário de campo se faz necessário, em que o pesquisador explora o objeto ou local de estudo constantemente, a fim de produzir e registrar dados fundamentais.

A abordagem exploratória foi baseada no levantamento de dados bibliográficos, referente ao arcabouço legal/normativo pertinente; e dados documentais referentes à destinação final dos resíduos de serviços de saúde que comprovasse o tratamento e destinação ambientalmente adequada, bem como os relatórios de diagnóstico do gerenciamento de resíduos nos últimos anos, com foco na obtenção de dados, descrição de políticas internas, procedimentos e mecanismos que subsidiaram uma descrição minuciosa do manejo dos resíduos de serviço de saúde.

De forma integrada, as duas abordagens metodológicas empregadas, permitiram a realização de um estudo de caso. Para tanto, foi necessária a inclusão de técnicas e procedimentos em etapas graduais, divididas de acordo com as atividades desenvolvidas em cada unidade (setor) do hospital. Nas unidades do hospital, os resíduos gerados foram classificados, com base na RDC ANVISA nº 222/18 e Resolução CONAMA nº 358/05, em cinco grupos: A, B, C, D e E. Com base na classificação foi obtida a composição gravimétrica dos resíduos, por meio da pesagem de cada saco plástico armazenado na central de resíduos da unidade hospitalar. A pesagem dos resíduos foi realizada durante 22 dias consecutivos, e os resíduos foram agrupados quanto ao peso total diário por grupo.

Para subsidiar informações para revisão do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) (HOSPITAL REGIONAL JOSÉ MENDES, 2017), baseado nas normas técnicas e legislação vigente, foram analisados os procedimentos operacionais e a infraestrutura de apoio das etapas do sistema de gerenciamento de resíduos sólidos.

O diagnóstico resultou da convergência e análise dos dados coletados por todos os instrumentos de pesquisa utilizados, resultando em um diagnóstico das inconsistências frente aos parâmetros sanitários e legais requeridos, que serviram de base para a elaboração de uma proposta com alternativas para adequação do Sistema de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde do hospital.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação dos resultados e a discussão do estudo foram divididas em duas partes, sendo a primeira referente a dados resultantes das observações do estabelecimento de saúde e análise de documentos internos; e a segunda parte por meio do levantamento quantitativo dos resíduos originados pelas fontes geradoras no sistema de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde do HRJM.

Para melhor compreensão de caracterização do estudo, foi realizado o levantamento quantitativo durante 03 (três) semanas consecutivas, com início no dia 10 de maio e fim no dia 31 de maio de 2017, no qual, foi considerada a classificação de cada resíduo de acordo com a embalagem ou recipiente de armazenamento.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS NO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE

A classificação dos resíduos está diretamente ligada ao manejo adequado, pelo fato de que, cada tipo tem características próprias, sendo desde resíduos

comuns a potencialmente infectantes. Conhecendo os tipos gerados e os materiais que constituem cada grupo, é possível minimizar o volume de resíduos e, conseqüentemente, proteger a saúde pública e o meio ambiente.

De acordo com as visitas no local de estudo, os únicos setores que não geram resíduos do grupo A são o almoxarifado e a sala de manutenção. O departamento administrativo consta como gerador deste resíduo, pelo fato de existir uma sala destinada a exames de eletrocardiograma e mapeamento de Holter, de modo que são utilizados materiais como algodão, curativos, luvas de procedimentos, toucas e máscaras. Apesar de ser uma fonte geradora do grupo A, o volume produzido é relativamente baixo, sendo coletado apenas uma vez no dia, se necessário. Os demais setores geram resíduos infectantes, pelo fato de prestarem atendimento aos pacientes ou servir algum tipo de apoio médico.

Os resíduos químicos (grupo B) foram encontrados na clínica médica, laboratório, pronto socorro, maternidade, centro obstétrico, banco de sangue, pediatria, clínica cirúrgica, almoxarifado e administração, sendo que os resíduos químicos como medicamentos vencidos são descartados e armazenados em bombonas no almoxarifado da farmácia. No setor administrativo há o descarte de pilhas na sala de eletrocardiograma e Holter e, durante as visitas, foi verificado que as pilhas são descartadas de forma inadequada, juntamente com os resíduos comuns.

Nota-se que resíduos comuns (grupo D) como, por exemplo, copos descartáveis e guardanapos, foram encontrados em todos os setores da Unidade. Os resíduos perfurocortantes (grupo E) também foram verificados em todos os setores que foram identificados resíduos pertencentes ao grupo A, pelo fato de as atividades desenvolvidas necessitarem dos materiais pertencentes a estes grupos.

Dentre os setores avaliados, foi observada a predominância dos resíduos dos grupos A e D, e constatou-se, a partir das observações, que a cozinha é a maior geradora de resíduos do grupo D, por produzir um grande volume de resto de alimentos, copos descartáveis e embalagens plásticas. O pronto socorro foi enquadrado como maior gerador de resíduos do grupo A, devido ao elevado índice de atendimentos neste setor, em média 500 atendimentos por dia. Tais resultados concordam com o que foi verificado por Nagashima, Barros Júnior e Fontes (2007), que também destacaram o pronto socorro como maior gerador de resíduos infectantes, pela alta concentração de atendimentos e o setor da cozinha como maior gerador de resíduo comum, devido ao funcionamento do refeitório ser lugar de preparo e alimentação dos funcionários, bem como preparação de alimentos para os pacientes.

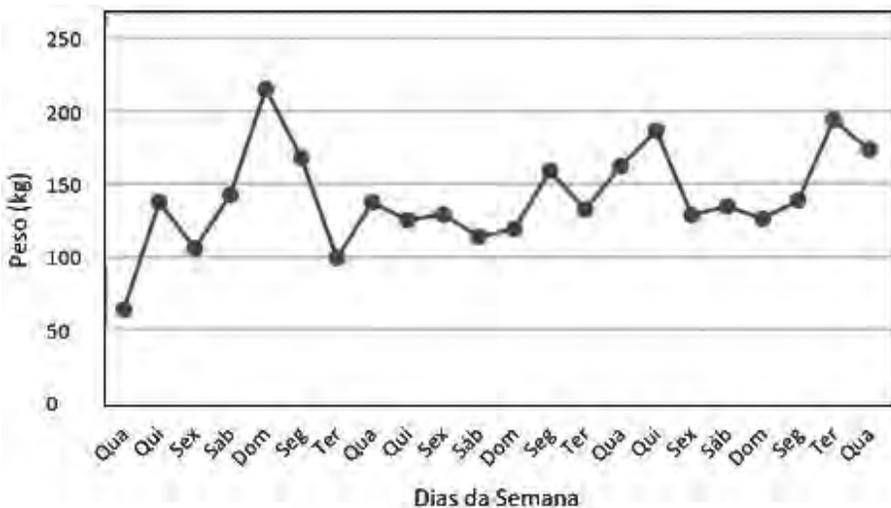
Não foi possível realizar a quantificação por setores devido à inexistência do quadro de horários para a coleta interna dos RSS, de forma que estes foram

pesados na central de resíduos do hospital. A falta de treinamento e de capacitação dos funcionários, quanto à forma de classificação dos resíduos, faz com que os resíduos do grupo B sejam descartados juntamente com os resíduos perigosos, tendo tanto a mistura com resíduos infectantes quanto perfurocortantes. Essa dificuldade de quantificar os resíduos do grupo B também foi verificada por Fonseca, Nóbrega e Oliveira (2005) que, da mesma forma, relatam que os resíduos de classe B (químicos perigosos, resto de medicamentos e outros) foram considerados pertencentes ao grupo A, e associaram tal problema ao precário acesso à informação e a falta de treinamentos específicos dos funcionários.

Desta forma foram apenas quantificados os medicamentos vencidos que encontram-se armazenados em bombonas no almoxarifado de farmácia, representando assim o quantitativo dos resíduos pertencentes ao grupo B. Nesse sentido, observou-se que a média diária de resíduos gerados no hospital é de 49,99 kg, pertencente aos resíduos infectantes (grupo A); 0,28 kg, referente a medicamentos vencidos (grupo B); 87,32 kg, produzido de resíduos comuns (grupo D); e 11,88 kg, pertencentes aos perfurocortantes (grupo E).

Durante as três semanas em que a composição gravimétrica foi realizada na central de resíduos (Figura 2), constatou-se que não há uma geração de volume contínua no hospital, como observado pela variância das quantidades geradas entre os dias da semana, com marcada alternância entre dias de maior e menor intensidade na produção de resíduo hospitalar.

Figura 2 - Variação da quantidade de resíduos de serviços de saúde do HRJM durante a semana

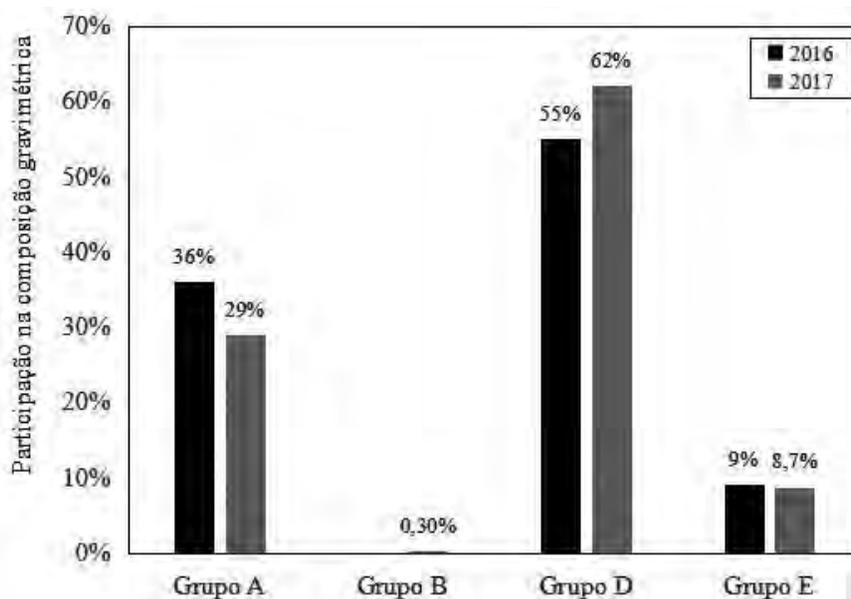


Fonte: os autores (2017).

Esse quantitativo está interligado à quantidade de atendimentos e internações, sendo maior a produção nos dias de maiores notificações de acidentes. Além disso, observou-se que existe um maior quantitativo de leitos ocupados nesses dias, refletindo assim na geração de resíduos, uma vez que o primeiro dia da semana é considerado como o dia de maior geração de resíduos, devido às internações do dia anterior.

No levantamento quantitativo dos resíduos gerados no HRJM, em novembro de 2016, durante o projeto de extensão, foi verificado que os resíduos produzidos diariamente pertenciam aos grupos A, D e E (Figura 3). Naquele momento, foi verificado que cerca de 45% dos resíduos gerados no hospital pertenciam à classe dos resíduos perigosos, com obrigatoriedade de tratamento especial, devido à sua periculosidade. Com a elaboração do PGRSS, essa porcentagem foi reduzida para 38% (29% destes infectantes). Tais resultados foram condizentes com Ferber (2011), que constatou que 30% dos resíduos em estabelecimento de saúde foram considerados infectantes e 70% categorizados como resíduos comuns. Em 2017, com a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Saúde (PGRSS), houve diminuição dos resíduos infectantes (grupo A), aumento dos resíduos comuns (grupo D) e manutenção da proporção dos resíduos perfurocortantes (grupo E).

Figura 3 - Proporção por grupos de resíduos gerados no HRJM durante o monitoramento do estudo (2016) e durante a elaboração do PGRSS (2017)



Fonte: os autores (2017).

Ao comparar os gráficos, observa-se que a redução de resíduos infectantes foi de 7%, em um período de 4 meses após o término do PGRSS. Essa diminuição pode ser justificada pela adoção de uma segregação mais efetiva, mostrando que uma parte de resíduos comuns era descartada inadequadamente junto com resíduos infectantes. Também se destaca, que essa mudança foi resultante da adoção de fiscalização diária nos setores, por meio da gerência de resíduos de serviços de saúde do HRJM, que passou a adotar orientações aos funcionários ao encontrar inconsistências na segregação.

Com isso, as dúvidas quanto ao descarte de alguns resíduos foram sanadas, aumentando em 7% a quantidade de resíduos comuns e resíduo perfurocortante, que possui uma característica bem peculiar dos demais resíduos, que continuou estável em sua quantidade. Shiao, McClaws, Huang e Guo (2001) ressaltam que a maioria dos acidentes dentro de estabelecimentos de saúde ocorre entre funcionários da limpeza que manipulam materiais perfurocortantes dispostos inadequadamente pela equipe clínica, responsáveis por cerca de 55% das injúrias registradas. Os autores também apontam para um dado importante, que mais de 75% dos acidentes não são reportados e, portanto, há uma lacuna de vigilância neste aspecto. Esse panorama foi essencial para o estabelecimento de ações de treinamento e capacitação dos funcionários do HRJM para a manipulação dos resíduos do grupo E.

Segundo Maders e Cunha (2015), 75% dos resíduos gerados são correspondentes à classe D e 25% são resíduos dos demais grupos (A, B e E), isso quando há uma correta segregação na gravimetria. Isso demonstra que a implantação do PGRSS no HRJM resultará em melhorias contínuas no processo de segregação, que notadamente determina o sucesso das demais etapas de um sistema de gerenciamento de resíduos sólidos

Para a melhor compreensão da geração de resíduos gerados nos setores, foi realizado um inventário, que totalizou a quantidade de resíduos gerados diariamente e a quantidade de leitos ocupados, permitindo verificar a média diária durante os dias da semana e o quantitativo de resíduo que um paciente que ocupa um leito produz de resíduo (Tabela 1).

Para isso, levou-se em consideração o número de atendidos que incide no total de resíduos do dia posterior, uma vez que a pesagem efetuada no período matutino se refere àqueles gerados no início da manhã e no fim do dia anterior.

Tabela 1 - Geração de resíduos de serviços de saúde por leito ocupado no HRJM

DATA / Ano 2017	Dia da Semana	RSS Total (kg/dia)	Total Leitos Ocupados	Total de RSS Gerado por Leito (kg res/ leito ocupado dia)
10/maio	Qua	63,72	29	2,20
11/maio	Qui	137,45	43	3,20
12/maio	Sex	105,83	46	2,30
13/maio	Sab	142,41	41	3,47
14/maio	Dom	215,00	37	5,81
15/maio	Seg	167,93	50	3,36
16/maio	Ter	99,00	48	2,06
17/maio	Qua	137,19	45	3,05
18/maio	Qui	125,09	53	2,36
19/maio	Sex	128,92	51	2,53
20/maio	Sáb	113,60	49	2,32
21/maio	Dom	118,90	43	2,77
22/maio	Seg	158,95	46	3,46
23/maio	Ter	132,35	49	2,70
24/maio	Qua	162,16	57	2,84
25/maio	Qui	186,42	62	3,01
26/maio	Sex	128,66	56	2,30
27/maio	Sáb	134,53	45	2,99
28/maio	Dom	126,12	53	2,38
29/maio	Seg	138,61	59	2,35
30/maio	Ter	193,84	59	3,29
31/maio	Qua	173,59	52	3,34
Média		140,47	49	2,91

Fonte: os autores (2017).

Os resultados obtidos revelam uma divergência na geração de resíduos durante a semana, bem como o número de leitos ocupados, verificando desta forma que os dias com maior número de leitos ocupados refletiu na geração do resíduo do dia seguinte.

Esta realidade também foi observada por Nagashima, Barros Júnior e Fontes (2007), que constatou que a geração de resíduos não ocorre de forma contínua na semana, sendo observado que o número de internações e atendimentos influenciam, diretamente, na geração de resíduos, mostrando que a taxa de geração de resíduos aumenta de acordo com o número de leitos ocupados.

Fonseca, Nóbrega e Oliveira (2005) relatam que a taxa de geração de resíduos de serviços de saúde é citada por diversas pesquisas, porém, não se tem uma unanimidade em relação a essa taxa, pois, as características das unidades variam para cada hospital, bem como o tipo de resíduos de serviços de saúde gerados.

Para calcular a quantidade de sacos para acondicionamento de resíduos das classes A, D e E no período de estudo (Tabela 2), utilizou-se a média da quantidade de embalagens para acondicionamento armazenadas diariamente na central de resíduos, tendo uma média de 16 sacos plásticos da cor branca, 31 sacos plásticos da cor preta e 5 caixas para materiais perfurocortantes.

Tabela 2 - Quantidade de embalagem para acondicionamento de resíduos de serviços de saúde do HRJM

Embalagem	Classifi- cação	Quant. neces- sária por mês
Saco de cor branco leitoso 100 litros com identificação externa (simbologia infectante – ABNT NBR – 7500)	A	467
Saco plástico de cor preta com capacidade de 100 litros	D	918
Embalagem de papelão duplo com plástico (13 litros) conforme preconizado pela NBR 13853/1997 da ABNT	E	138

Fonte: os autores (2017).

O levantamento para resíduos do grupo B não foi estimado, por falta de dados reais do quantitativo deste grupo, sendo apenas conhecida a quantidade de medicamentos vencidos.

Esse levantamento de materiais para acondicionamento contribui para o manejo dos resíduos, deixando o hospital ciente de quantos materiais para acondicionamento serão necessários mensalmente, prevenindo a falta dos mesmos e conseqüentemente acidentes ocupacionais pela ausência das embalagens apropriadas para acondicionamento dos resíduos de serviços de saúde. Além disso, considerou-se um coeficiente de segurança, devido a acidentes como ruptura dos sacos ou mesmo defeito de fábrica. Por meio da quantificação fica evidente a realidade do manejo adotado pelo hospital, pois reflete na proporção de cada resíduo classificado conforme as legislações vigentes.

Rizzon, Nodari e Reis (2015) afirmam que um dos principais dados para a elaboração de um plano de gerenciamento resíduo de serviços de saúde é a quantificação dos resíduos gerados, pois, por meio desse dado é possível dimensionar a quantidade e dimensão de coletores, sacos plásticos, caixas para material perfurocortantes e a central de resíduos.

2.2 RECOMENDAÇÕES

Perante os fatores apresentados, mostra-se essencial a necessidade de otimização de processos internos, procedimentos e infraestrutura voltados ao adequado gerenciamento de resíduos hospitalares na área do estudo, aliado a práticas de gestão ambiental que permitam a redução da quantidade de resíduos a ser tratado. As recomendações são embasadas nas legislações vigentes sobre o gerenciamento de RSS. Estas recomendações visam subsidiar informações para contribuir e adequar as leis pertinentes ao sistema de Gerenciamento de RSS do Hospital Regional José Mendes em seu PGRSS. Para a recomendação do manejo, dividiu-se em etapas que compõem este procedimento e encontra-se em situação precária, sendo apresentado a seguir.

2.2.1 Segregação e acondicionamento

Considerando que a segregação dos resíduos, no momento e local de sua geração, permite reduzir o volume de resíduos que necessitam de manejo diferenciado, devem ser realizadas palestras, treinamentos e campanhas educativas sobre a correta separação e acondicionamento dos resíduos gerados, com as suas devidas especificidades para cada setor gerador, pois, os resíduos originados nos setores são devido às atividades desenvolvidas.

Segundo Mustafa, Wenping, Nawaz e Yong (2017), os problemas com a gestão dos RSS afetam vários países em desenvolvimento no mundo e que, se não há recursos financeiros e/ou tecnológicos, a segregação dos resíduos na origem auxilia na diminuição de eventuais impactos ambientais e na redução dos custos de sua destinação.

Deve-se transmitir, de forma clara, as responsabilidades quanto ao corpo técnico de enfermagem, sobre a importância da segregação adequada de cada resíduo e, aos funcionários de serviços gerais, sobre a importância de alocar os recipientes de acordo com o resíduo gerado na unidade, isto é, utilizar saco plástico leitoso e identificado de cor branca para resíduos infectantes (grupo A), recipiente inquebrável e envolvido com saco plástico da cor branca para resíduos químicos (grupo B), saco plástico de cor preta para resíduos comuns (grupo D), bem como usar caixa rígida de dupla camada para perfurocortantes (grupo E).

Os funcionários que atuam no estabelecimento de saúde devem estar cientes do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, para que ocorra, dessa forma, uma educação contínua seja implantada e consiga estabelecer o manejo adequado (BRASIL, 2018).

2.2.2 Coleta e transporte interno

Segundo Brasil (2005, 2018), a coleta dos resíduos sólidos de saúde deve ser feita em um carro especialmente projetado para tal serviço, em que este deve ser impermeável, com fácil drenagem, com facilidade de limpeza e com rodas de borracha, para não haver ruídos. Nesse sentido, para adequar-se às resoluções, recomenda-se a compra de dois carros coletores, estilo *contêiner*, para esta função, sendo um com função de transportar os resíduos comuns (grupo D) e outro para transporte de resíduos perigosos (grupo A e E).

De acordo com a Norma Regulamentadora (NR-32), o transporte dos resíduos e dos recipientes contendo resíduos de serviços de saúde, deve ser realizado de forma que não exista contato do mesmo com outras partes do corpo, além das mãos do trabalhador estarem devidamente protegidas por luvas. Para isso, podem ser feitas adequações dos carrinhos de transporte, eliminação do armazenamento temporário do corredor, com a adoção de uma coleta que recolha os resíduos diretamente da origem e o disponha diretamente na central de resíduos ou rever o local de armazenamento temporário e adaptá-lo às condições exigidas por normas.

A coleta interna deve ter horários definidos, de acordo com cada tipo de resíduos, não podendo ser em horários de grandes fluxos, distribuição de alimentos, roupas limpas e medicamentos. É de suma importância que o funcionário responsável esteja capacitado e devidamente paramentado. Além disso, recomenda-se para a coleta interna:

- Estabelecer turnos, horários e frequência de coleta;
- Sinalizar o itinerário da coleta, de forma apropriada;
- Fazer a manutenção preventiva dos carros para a coleta interna e higienizá-los ao final de cada coleta.

2.2.3 Armazenamento interno/temporário

Caso o Hospital Regional José Mendes tenha interesse em fazer da maneira correta, o local de armazenamento não deve estar localizado junto a áreas de armazenamento de alimentos e preparação de refeições e deve estar claramente separado de áreas de armazenamento de material clínico, de consumo de medicamentos e roupa, no sentido de evitar infecções cruzadas. As leis também deixam claro a não obrigatoriedade de armazenamento interno, caso as fontes geradoras estejam em uma distância relativamente próxima à central de resíduos.

2.2.4 Armazenamento externo

No armazenamento externo, Martins e Mateus (2018) afirmam que a implantação de uma central de resíduos possibilita, além da organização na segregação, a conscientização coletiva na responsabilidade ambiental e ocupacional.

A central de resíduos do hospital possui a divisão para resíduos perigosos (grupo A e E) e para resíduos comuns (grupo D), além de uma sala de materiais de limpeza para a higienização do local. As recomendações estão voltadas à parte física e higiênica como:

- Identificar os compartimentos na parte interna e externa da central de resíduos, utilizando as simbologias determinadas pelas normas;
- Consertar a grelha de proteção da canaleta por onde escoo o efluente da central de resíduos;
- Elaborar um quadro para monitorar os dias e a frequência de limpeza da central de resíduos;
- Colocar maçanetas nas portas danificadas e manter as portas fechadas, para acesso exclusivo aos funcionários da higienização;
- Evitar o lançamento de sacos, para que não cause ruptura;
- Fazer a limpeza na parte externa da central de resíduos após a coleta pela empresa responsável;
- Manter o local trancado, impedindo o acesso de pessoas não autorizadas.

2.2.5 Tratamento e destinação final

Recomenda-se ao HRJM entrar em contato com a empresa responsável por fornecer os medicamentos (CEMA), para que seja feita a destinação final dos medicamentos vencidos armazenados no almoxarifado de farmácia, praticando, desta forma, a logística reversa.

Solicitar à empresa responsável pelo tratamento e destinação final as licenças ambiental e sanitária para que se tenha o controle e certeza de que os resíduos estão atendendo às legislações vigentes.

CONCLUSÕES

Os entendimentos das resoluções vigentes sobre resíduos de serviços de saúde são de suma importância para adequação do manejo de resíduos, de acordo com a realidade local. Seguindo esta linha, todos os objetivos foram

alcançados, sendo possível caracterizar e identificar as fontes geradoras do hospital, bem como contribuir com informações para aperfeiçoar o sistema de gerenciamento dos resíduos.

As observações e instrumentos utilizados no estudo possibilitaram encontrar os pontos críticos do manejo e fazer recomendações para a melhoria em cada etapa do manejo que se encontrava precária.

Houve dificuldades em quantificar os resíduos pertencentes ao grupo B devido à única separação destes serem os medicamentos vencidos, que são armazenados no almoxarifado de farmácia, o restante são misturados com resíduos infectantes e perfurocortantes. A quantificação mostrada no estudo é referente aos medicamentos vencidos que ainda não possuem destinação final.

A taxa de geração de resíduos por leito encontrada foi um pouco abaixo da encontrada para países industrializados (3 a 6 kg resíduo/ leito ocupado), tendo inúmeros variáveis como tamanho do estabelecimento de saúde, quantidades de atendimentos, atividades desenvolvidas que contribuem para tal parâmetro comparativo. A proporção de resíduos infectantes também está próxima dos encontrados por diversos autores, sendo justificado pela incorreta segregação que ocorre no estabelecimento de saúde.

O PGRSS atuou diretamente na melhoria dos processos de destinação final e tratamento dos resíduos, visto que os resíduos do grupo D (com adequações no processo de segregação) eram destinados ao aterro municipal de Itacoatiara onde não geram potencial de periculosidade inata, enquanto os resíduos dos grupos A e E (infectantes e perfurocortantes respectivamente) passaram a ser coletados e transportados por uma empresa de Manaus especializada e certificada para a destinação final e tratamento por incineração destes resíduos especiais.

Neste estudo, também foi possível verificar que o hospital possui uma campanha interna para funcionários e usuários para reduzir a quantidade de copos descartáveis, por meio de incentivá-los à adoção de um copo.

A implantação do PGRSS do hospital é de suma importância para que ocorra a melhoria do sistema de gerenciamento, sendo de imediato o conhecimento deste documento pelos funcionários do HRJM. O sucesso em todas as etapas do manejo de resíduos depende do trabalho coletivo de todos os funcionários, desde o corpo técnico de enfermagem aos funcionários responsáveis pela higienização.

Observou-se a importância de estudos no contexto geral de RSS apontando os benefícios de se adequar ao correto gerenciamento de RSS como a valorização da saúde do trabalhador, a saúde pública e ao meio ambiente. Desta forma o presente estudo subsidiou informações que corroborem para a revisão do PGRSS e contribuam para um sistema de gerenciamento que atende às

legislações pertinentes. Por fim, espera-se uma melhora no ambiente hospitalar quanto aos RSS e que ocorra uma diminuição dos riscos potenciais à saúde pública, acidentes ocupacionais e impactos ao meio ambiente causadas pelo mau gerenciamento desses resíduos do HRJM.

REFERÊNCIAS

ABNT. **ABNT NBR 10004**: resíduos sólidos - classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005**. Dispõe sobre o Tratamento e a disposição final dos resíduos de serviços de saúde. Brasília, DF: Conselho Nacional do Meio Ambiente, 2005. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5046>. Acesso em: 12 mar. 2020.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC nº 222, de 28 de março de 2018**. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. Brasília, DF: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2018. Disponível em: <https://www.cff.org.br/userfiles/file/RDC%20ANVISA%20N%C2%BA%20222%20DE%2028032018%20REQUISITOS%20DE%20BOAS%20PR%C3%81TICAS%20DE%20GERENCIAMENTO%20DOS%20RES%C3%8DDUOS%20DE%20SERVI%C3%87OS%20DE%20SA%C3%9ADE.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

FERBER, M. C. S. **Avaliação do sistema de gerenciamento de resíduos sólidos de serviço de saúde do hospital Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná – IMCP**. 2011. 89 f. Monografia (Curso de Engenharia Sanitária e Ambiental) – Faculdade de Engenharia Sanitária e Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FERREIRA, J. A; ANJOS, L. A. Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão dos resíduos sólidos municipais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 689-696, 2001.

FONSECA, E.; NÓBREGA, C. C.; OLIVEIRA, A. G. Produção e taxa de geração de resíduos sólidos de serviços de saúde de hospitais de João Pessoa-Paraíba. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 23., 2005, Campo Grande. **Anais** [...]. Campo Grande: ABES. 2005. p. 1-8.

GARCIA, L. P.; ZANETTI-RAMOS, B. G. Gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde: uma questão de biossegurança. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 744-752, 2004.

HOSPITAL REGIONAL JOSÉ MENDES. **Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde – PGRSS**. Itacoatiara: HRJM, 2017.

IBGE. Censo 2010. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 fev. 2017

LIRA, B. C. **O passo a passo do trabalho científico**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MADERS, G. R.; CUNHA, H. F. A. Análise da gestão e gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde (RSS) do Hospital de Emergência de Macapá. **Eng. Sanit. Ambient**, Amapá, v. 20, n. 3, p. 379-388, jul./set. 2015.

MARTINS, J. M.; MATEUS, M. P. **Proposta técnica para a instalação da central de resíduos de serviços de saúde em projeto modelo de instituição hospitalar**. 2018. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) – Departamento de Engenharia Civil, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2018.

MUSTAFA, A.; WENPING, W.; NAWAZ, C.; YONG, G. Hospital waste management in developing countries: A mini review. **Waste Management & Research**, v. 35, n. 6, p. 581-592, 2017.

NAGASHIMA, L. A.; BARROS JUNIOR, C.; FONTES, C. E. R. Análise da produção e taxa de geração de resíduos sólidos de serviços de saúde do Hospital Universitário Regional de Maringá. **Acta Scientiarum. Technology**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 131-139, 2007.

RIZZON, F.; NODARI, C. H.; REIS, Z. C. Desafio no gerenciamento de resíduos em serviços públicos de saúde. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, v. 4, n. 1, p. 40, 2015.

SHIAO, J. S.; MCLAWS, M. L.; HUANG, K. Y.; GUO, Y. L. Sharps injuries among hospital support personnel. **J Hosp Infect**, v. 49, n. 4, p.262-277, 2001.

ZVEIBIL, V. Z. **Manual gerenciamento integrado de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

Texto submetido à Revista em 27.06.2019

Aceito para publicação em 13.12.2020



O Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) na pós-graduação da UFPA: estudo de caso no NAEA

The integrated system for the management of academic activities (SIGAA) of graduate programs at UFPA: a case study on NAEA

José Nilberlanio Vieira - Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará (PPGDSTU/UFPA). E-mail: nilber2004@gmail.com

Hisakhana Paboona Corbin - Doutor em Ciências, área de concentração em Desenvolvimento Socioambiental, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor e Pesquisador em População e Desenvolvimento, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). E-mail: hisacorbin@hotmail.com

Resumo

Este artigo procura analisar o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e sua relação com a gestão pública no âmbito organizacional de programas de pós-graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Para tanto, realizou-se um estudo de caso com a utilização de métodos mistos (qualitativo e quantitativo), no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) oferecido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA. Os pesquisadores investigaram a utilidade do SIGAA para o gerenciamento acadêmico e administrativo nesse programa na opinião de docentes, discentes e servidores técnico-administrativos. Os resultados apontaram que o SIGAA tem se mostrado útil para o gerenciamento acadêmico-administrativo dos cursos, sendo capaz de fornecer dados e informações que contribuem para o processo de tomada de decisão. Porém, para alguns discentes, o SIGAA poderia ser mais bem explorado, sobretudo por parte de alguns docentes que resistem em explorar todas as potencialidades presentes no sistema.

Palavra-chave

Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Gestão Universitária. Universidade Federal do Pará (UFPA). Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA).

Abstract

This article seeks to analyze the Integrated Academic Activities Management System (SIGAA) and its relationship to public management in the organizational scope of graduate programs at the Federal University of Pará (UFPA). For this motive, a case study was conducted using mixed methods (qualitative and quantitative), in the Postgraduate Program in Sustainable Development of the Humid Tropics (PPGDSTU) offered by the Center for Advanced Amazonian Studies (NAEA) at UFPA. The researchers investigated the usefulness of SIGAA for academic and administrative management in this program based on the opinions of professors, students and technical-administrative staffers. The results showed that SIGAA was useful for academic-administrative management of courses by furnishing data and information that contributed to decision-making. However, according to some students, SIGAA could be better explored, particularly by some professors who are reluctant to explore all capabilities of the system.

Keywords

Information and Communication Technology (ICT). University Management. Federal University of Pará (UFPA). Integrated System for the Management of Academic Activities (SIGAA). Center for Advanced Amazonian Studies (NAEA).

INTRODUÇÃO

No mundo atual, a tecnologia da informação e comunicação (TIC) desempenha um papel central em diversos aspectos em educação superior, mas ainda existe uma série de desafios que limitam o uso, a adaptação e a maximização das potencialidades entre as diversas categorias de usuários (DINTOIE, 2018).

Na literatura consultada, revela-se importante conhecer as transformações tecnológicas pelas quais a gestão da educação superior no Brasil vem passando nos últimos anos, sobretudo devido à implementação de modernos sistemas de informação para o gerenciamento da informação acadêmica e administrativa em âmbito universitário (FARIAS FILHO; VILHENA; NASCIMENTO, 2014; VILHENA, 2011; YOSHINO; RAMOS, 2015).

Neste sentido, o foco deste artigo é analisar como o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), enquanto uma Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), tem contribuído para a modernização da gestão pública no âmbito administrativo e acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), de caráter interdisciplinar, pertencente à Universidade Federal do Pará (UFPA).

As seções a seguir apresentam a metodologia da pesquisa, o sistema de informação em universidades brasileiras, os resultados e a discussão. Em seguida, apresentam-se as conclusões e as recomendações.

1 METODOLOGIA

Este estudo de caso foi realizado por meio de uma combinação dos métodos quantitativo e qualitativo (método misto), pois, conforme Creswell (2007), a técnica de métodos mistos emprega estratégias de investigação que “envolvem coleta tanto de informações numéricas como de texto, de forma que o banco de dados final representa tanto informações quantitativas como qualitativas” (CRESWELL, 2007, p. 35). Além disso, foram realizados levantamentos e análise bibliográfica, objetivando preencher lacunas e ampliar estudos anteriores. Para a coleta de dados, foram utilizados instrumentos como: questionários e entrevistas abertas e semiestruturadas, que foram aplicados com 11 docentes, 33 discentes e 01 servidora técnico-administrativa. Foram consultados também arquivos/registros. Os dados foram analisados utilizando-se a técnica de estatística descritiva com apoio de *Microsoft Excel*.

Optou-se por iniciar a pesquisa de campo com a técnica qualitativa, com a qual se procurou ter maior contato com os participantes, permitindo maior grau para mudanças nos procedimentos metodológicos e conceituais, neste caso considerando situações não previstas.

2 OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS E A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS (SIGAA) NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)

A Universidade Federal do Pará é constituída por 12 campi distribuídos em toda a extensão do Estado (UFPA EM NÚMEROS, 2016), sendo o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) uma unidade acadêmica pertencente à UFPA, responsável pelos cursos de pós-graduação *stricto sensu* de Mestrado e Doutorado e de Especialização *lato sensu*, de caráter interdisciplinar (NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS, 2017). No NAEA, estão localizados os cursos de mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, mestrado em Gestão Pública e doutorado em Desenvolvimento Socioambiental. Na última avaliação quadrienal (2013-2016) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o PPGDSTU, foco deste estudo, foi avaliado com o conceito 6, passando a figurar entre os cursos de excelência no país, notadamente na região Norte.

Sabe-se que a Gestão Pública universitária tem vivenciado várias mudanças nos últimos tempos, e esta expressão não abarcaria apenas a migração de pensamento, mas também do ensino e pesquisa universitária (PORCIUNCULA, 2001).

Especificamente, quanto ao aspecto dos avanços tecnológicos, percebe-se que o Estado, ainda que por força de lei, tem buscado formas de se inserir no contexto dessas mudanças. Assim, tem adotado processos e políticas públicas de interação e inserção do cidadão no cotidiano do governo, visando à transparência das ações realizadas em favor do cidadão e enfocando a modernização da gestão pública no âmbito de suas atividades (PORCIUNCULA, 2001; DIAS, 2008).

Diversos autores concordam que quando uma organização como uma Instituição de Ensino Superior (IES) toma a decisão pela utilização de sistemas de informação, ela espera obter diversos benefícios, como a integração, o incremento das possibilidades de controle sobre os processos da organização, a atualização tecnológica, a redução de custos de informática e o acesso a

informações de qualidade em tempo real para a tomada de decisões sobre toda a organização (YOSHINO; RAMOS, 2015; PORTO; MAGALHÃES, 2014). Além disso, a adoção de um SI por uma organização geralmente produz mudanças importantes, alterando, em certos aspectos, a forma como as pessoas desempenham seu trabalho (PINTO *et al.*, 2019).

Neste sentido, entende-se que a gestão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) parece especialmente complexa, pois envolve atividades administrativas e de cunho acadêmico (ensino, pesquisa e extensão), as quais possuem processos de trabalho diferenciados. Por outro lado, o setor público vem cada vez mais sofrendo pressões internas e externas com vistas a melhorar seu desempenho, tendo em vista as próprias demandas da sociedade, que requerem um serviço mais ágil e condizente com os impostos que os cidadãos pagam (YOSHINO; RAMOS, 2015; VIEIRA; CORBIN, 2016).

Destaque-se que as novas tecnologias estão cada vez mais presentes no cotidiano da sociedade (CASTELLS, 1999), bem como das IES, e as ferramentas das Tecnologias da Informação e Comunicação podem favorecer novas formas e espaços de acesso à informação. Isto acontece porque “o sistema de informação acadêmico, ou simplesmente sistema acadêmico, é a base para uma boa gestão da universidade como um todo” (ROCHA NETO; LIMA, 2009, p. 1).

Dentre as experiências que podem ser citadas em outras universidades brasileiras quanto à adoção de *softwares* para gerenciamento acadêmico, há a da Universidade Federal de Santa Maria, que desenvolveu o *software* SIE. Este é um dos sistemas mais utilizados e foi adotado por algumas IES, inclusive a UFPA, a partir do ano de 2006.

Outro exemplo é a Universidade Federal do Ceará (UFC), que adotou, na década de 1990, o Sistema de Automação Universitária (SAU), composto por módulos administrativos e de gestão de pessoal e de atividades didáticas, além da gestão de bibliotecas.

Para além desses sistemas citados, diversas universidades brasileiras vêm adotando gradativamente o SIGAA. Neste sentido, em 2009, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, idealizadora do SIGAA, firmou termos de cooperação técnica na área de Tecnologia da Informação com algumas universidades brasileiras, dentre as quais a UFPA, cujo objetivo com a aquisição do SIGAA tem sido contribuir para melhorar o trabalho, promover interação e integração entre os diversos setores e processos de trabalho na instituição.

Houve, então, a decisão de que seria adquirido um sistema integrado já desenvolvido, a fim de integrar todas as unidades da organização, realizando

cruzamento de informações e possibilitando a redução de retrabalho e inconsistências, bem como a geração de informações com maior rapidez (YOSHINO, 2010), e ainda a necessidade de modernização da gestão inserida nas diretrizes da UFPA.

Assim, a UFPA optou pelo SIGAA, um Sistema que informatiza os procedimentos da área acadêmica. Esse sistema possui os seguintes módulos: graduação, pós-graduação (*stricto* e *lato sensu*), ensino técnico, ensinos médio e infantil, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2011). Uma característica importante desse sistema é a disponibilização de diversos tipos de relatórios - técnicos e gerenciais - em tempo real, que são de extrema importância nas tomadas de decisão dos gestores e usuários.

Além disso, qualquer usuário poderá acessar o SIGAA de qualquer lugar do mundo, bastando para isso estar conectado à *internet* (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2011). Isso facilita a vida dos usuários, notadamente os discentes, que não necessitam mais se deslocar até a Universidade para resolver determinadas questões referentes à sua vida acadêmica, tais como emissão de histórico, declarações, realização de matrícula *on-line* etc.

Destarte, a gestão dos sistemas de informações deve fundamentar um planejamento estratégico que apresente diretrizes que não estejam ligadas apenas aos aspectos legais, mas sim às práticas gerenciais que viabilizem decisão dos administradores (DÍAZ *et al.*, 2014). Isso é particularmente importante quando se leva em consideração também os programas de pós-graduação *stricto sensu*, como o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará (PPGDSTU/NAEA/UFPA), o qual é objeto de análise neste artigo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO: SIGAA NO PPGDSTU/NAEA

Foram realizados um estudo de caso e um resumo das principais perguntas feitas na entrevista com docentes, discentes e servidores técnico-administrativos do PPGDSTU/NAEA (Quadro 1).

Quadro 1 - Resumo de resultados agregados do PPGDSTU/NAEA

Perguntas-chave	Nº Docentes PPGDSTU/ NAEA (n = 11)	Nº Discentes PPGDSTU/ NAEA (n = 33)	Nº T.A. PPGDSTU/ NAEA (n = 1)	Total (n = 45)
Como você avalia o sistema SIGAA?				
Ótimo	9,1	18,2	-	15,5
Bom	63,6	81,8	100,0	77,8
Ruim	27,3	-	-	6,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Você está satisfeito com o SIGAA?				
Sim	72,7	90,9	100,0	86,7
Não	27,3	9,1	-	13,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Você tem dificuldade em utilizar o SIGAA?				
Sim	54,5	3,0	-	15,6
Não	45,5	97,0	100,0	84,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Com que frequência você utiliza o SIGAA?				
Diariamente	-	3,0	100,0	4,4
Semanalmente	18,2	42,3	-	35,5
Mensalmente	45,4	24,3	-	28,9
Eventualmente	36,4	30,4	-	31,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Você considera que o SIGAA facilita sua vida e/ou trabalho?				
Sim	63,6	94,0	100,0	86,7
Não	36,4	6,0	-	13,3
Não faz diferença	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

3.1 DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A servidora técnico-administrativa do PPGDSTU/NAEA que respondeu ao questionário da presente pesquisa avalia o SIGAA como um sistema bom, estando satisfeita com este. Além disso, possui um bom domínio de informática em geral e não relata dificuldade em utilizar o SIGAA, pois, segundo ela, “muitas atividades do SIGAA são autoexplicativas”. Em suas palavras, o SIGAA “é um sistema eficaz e ajuda bastante nas atividades da secretaria acadêmica”. Contudo,

ressaltou que “é necessário aprimorar algumas opções, como os tipos de relatórios, declarações”. A servidora recebeu treinamento para a utilização do SIGAA no âmbito acadêmico, entretanto, conforme suas palavras, “as informações repassadas no treinamento são insuficientes” (informações verbais)¹.

Tal assertiva faz sentido quando se analisa a complexidade do trabalho desenvolvido em uma secretaria de pós-graduação *stricto sensu*, pois o volume de trabalho é bastante expressivo e as demandas diárias são bastante diversas. Estas questões não são exploradas em profundidade em um treinamento. Entende-se que é na prática do dia a dia que ocorrem os desafios com a utilização do SIGAA e o adequado gerenciamento das informações. Isso é corroborado por Vieira (2018), ao afirmar que no dia a dia de uma secretaria de pós-graduação são vivenciadas diversas situações que requerem o domínio de técnicas para adequadamente gerenciar os processos de trabalho e apresentar resultados para a gestão acadêmica e administrativa de modo geral, visto que as IES são espaços complexos e diferenciados (BURIGO *et al.*, 2015).

Neste aspecto, a adequada instrumentalização dos sistemas de informação disponíveis, a exemplo do SIGAA, pode contribuir para uma melhora nos processos de trabalho desenvolvidos em uma secretaria de pós-graduação *stricto sensu* de uma IES.

Sobre a frequência de utilização do SIGAA, a servidora respondeu que o utiliza diariamente, pois “o trabalho na secretaria acadêmica é diretamente ligado ao SIGAA” (informação verbal)². Indagada se o SIGAA facilita sua vida e/ou trabalho, a servidora respondeu que sim, pois ele contribui para aumentar a eficiência e eficácia do trabalho no NAEA e reduzir erros humanos na elaboração de documentos. No que tange às recomendações para melhoria da utilização do SIGAA, a servidora listou as seguintes:

- Uma vez que as declarações referentes a bancas são emitidas pelo SIGAA, as ATAS também poderiam ser emitidas pelo sistema.
- Conexão das informações do sistema junto ao site de cada Pós. Assim como é encaminhada a informação via e-mail, poderia ser postada a mesma informação na página oficial da Pós (informação verbal)³.

As recomendações citadas são importantes e o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC/UFPA) poderia realmente trabalhar no sentido de implantar tais melhorias no SIGAA, a fim de aprimorá-lo cada vez mais

¹ Informação concedida pela servidora técnico-administrativa do PPGDSTU/NAEA, em 15 de maio de 2017.

² Informação concedida pela servidora técnico-administrativa, em 15 de maio de 2017.

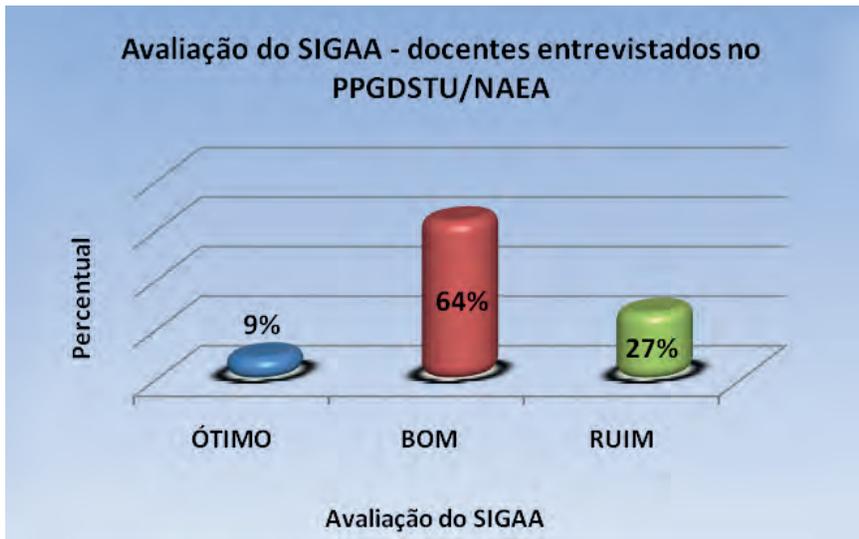
³ Informação concedida pela servidora técnico-administrativa do NAEA/UFPA, em 15 de maio de 2017.

como uma ferramenta auxiliar no gerenciamento acadêmico e administrativo de cada PPG, em específico, e em todos os cursos da UFPA, de modo geral, uma vez que, segundo o diretor do CTIC/UFPA, a universidade tem acesso ao código-fonte⁴ do sistema e pode adaptá-lo à realidade local.

3.2 DO CORPO DOCENTE

A pesquisa realizada com os docentes do PPGDSTU/NAEA revelou que apenas 9% dos entrevistados consideram o SIGAA ótimo, enquanto 27% o consideram ruim e 64% o consideram um bom sistema. Os resultados são apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Avaliação do SIGAA - docentes entrevistados no PPGDSTU/NAEA



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Chama a atenção no Gráfico 1 o baixo percentual de docentes que consideram o SIGAA ótimo, embora a maioria o considere um bom sistema. Entretanto, quanto aos motivos alegados pelos docentes que consideram o SIGAA um bom sistema, há opiniões contraditórias, dentre as quais, cita-se a dificuldade em acessar determinadas áreas do Sistema, devendo haver alguns ajustes para o seu aprimoramento, ao mesmo tempo em que se alega a necessidade de treinamento para a melhor operacionalização da ferramenta tecnológica.

⁴ O código-fonte são as linhas de programação que formam um *software* em sua forma original e podem ser lidos por humanos (TIBONI, 2014).

Por outro lado, um dos docentes entrevistados do PPGDSTU relatou que está satisfeito com o SIGAA, pois há “menos burocracia”, mencionando, entretanto, que “às vezes é difícil acessar”. Observa-se uma relação um tanto contraditória com a ferramenta tecnológica, pois de um lado ela representa um instrumento útil ao trabalho docente, mas de outro pode se tornar quase um obstáculo a este mesmo trabalho, sendo este um dos desafios impostos pela tecnologia, especificamente ao o SIGAA.

Outra opinião de um docente que considera o SIGAA bom e que demonstra os desafios com o Sistema é a seguinte: “acho que ainda não é muito amigável e, às vezes, difícil de entender alguns caminhos para chegar no objetivo do acesso” (informação verbal)⁵.

Sabe-se que toda ferramenta tecnológica pode apresentar algum grau de complexidade e até de problemas quanto ao seu manuseio, ou até mesmo falhas técnicas, e parece que o SIGAA igualmente não está isento de problemas, sendo que algumas dificuldades decorrentes de sua utilização constituem alguns desafios a serem superados cotidianamente, podendo trazer impactos negativos aos usuários (VIEIRA, 2018).

Há também docentes que se consideram satisfeitos com o SIGAA, mas não o utilizam com tanta frequência, justamente quando essa ferramenta poderia ser mais explorada por eles, a fim de torná-la um canal de comunicação mais efetivo com os discentes.

Apesar de o SIGAA permitir certas facilidades e vantagens para docentes, discentes e servidores técnico-administrativos no âmbito dos PPG, a pesquisa realizada no PPGDSTU/NAEA revelou que nem todos os docentes utilizam a ferramenta tecnológica de forma adequada e a contento, visando à inserção de informações em tempo hábil para os discentes e até mesmo para o melhor fluxo administrativo do trabalho no PPG citado.

Neste sentido, o SIGAA pode se inserir na modernização referida por Silveira (2002) e Barbosa (2010), desde que todos os atores envolvidos em sua utilização colaborem para a devida inserção de informações pertinentes e necessárias às demandas de cada usuário. Deve-se ressaltar, contudo, que os portais dos programas de pós-graduação são gerados a partir das informações inseridas no sistema, o que requer que estas sejam atualizadas constantemente, inclusive pelos docentes.

Quanto aos docentes que consideram o SIGAA ruim, as opiniões são diversas, dentre as quais citam-se:

⁵ Informação concedida pelo docente entrevistado 4, em 22 de maio de 2017.

- 1) *pouca adequação às necessidades e demandas docentes* (informação verbal)⁶;
- 2) *muitas informações desnecessárias* (informação verbal)⁷;
- 3) *os controles não significam eficiência* (informação verbal)⁸.

Um dos docentes do PPGDSTU opinou que “o SIGAA veio atrasar o trabalho dos pesquisadores e professores” (informação verbal)⁹, pois o sistema possui uma lógica muito complexa. Para este docente, os servidores técnico-administrativos é que deveriam operar o sistema e não os docentes. No entanto, considerando que há apenas um ou dois servidores técnico-administrativos em cada PPG, seria necessário contratar mais servidores para fazer a parte que cabe ao docente no que se refere ao preenchimento do Sistema, o que poderia acarretar também mais custos com pessoal.

Especificamente no tocante aos serviços realizados por meio de sistemas informatizados como o SIGAA, todos os responsáveis pela alimentação de informações (docentes, inclusive) contribuem, no caso específico dos PPG, para o benefício dos discentes inseridos nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Esses podem ter suas demandas resolvidas, haja vista que a interação dos discentes com os docentes e servidores técnico-administrativos, por meio do SIGAA, pode facilitar os processos de trabalho e, em última análise, pode contribuir para aumentar a eficiência da gestão pública no âmbito acadêmico e organizacional da UFPA.

Ademais, todos os trabalhadores têm seu valor e as atividades realizadas nos PPG devem cooperar sempre para o benefício de toda a sociedade, o que é corroborado por Balbe (2010), quando afirma que as TIC podem mudar a forma como a administração pública se apresenta ao cidadão contemporâneo.

No Gráfico 2, é apresentado o nível de satisfação dos docentes do PPGDSTU/NAEA com o SIGAA.

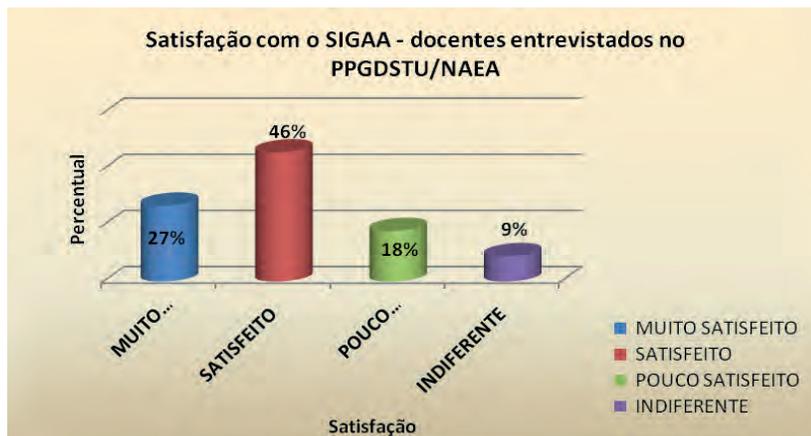
⁶ Informação concedida pelo docente entrevistado 1, em 23 de maio de 2017.

⁷ Informação concedida pelo docente entrevistado 2, em 23 de maio de 2017.

⁸ Informação concedida pelo docente entrevistado 3, em 25 de maio de 2017.

⁹ Informação concedida pelo docente entrevistado 11, em 25 de maio de 2017.

Gráfico 2 - Satisfação com o SIGAA - docentes entrevistados no PPGDSTU/NAEA



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Conforme se observa no Gráfico 2, o percentual de docentes do PPGDSTU/NAEA que está satisfeito com o SIGAA é de 46%, enquanto 18% estão pouco satisfeitos e 27% se mostraram muito satisfeitos com o sistema. Para sintetizar a opinião dos docentes, quanto às opiniões em relação à satisfação e pouca satisfação com o SIGAA, elaborou-se o Quadro 2.

Quadro 2 - Opiniões dos docentes do PPGDSTU/NAEA quanto à satisfação com o SIGAA

Grau de satisfação	%	Motivos principais
Muito satisfeito	30,0	O sistema é eficiente. Atende plenamente todas as solicitações. É possível resolver todas as coisas em um único sistema.
Satisfeito	50,0	Algumas áreas do SIGAA são um pouco difíceis de acessar. Tem atendido as demandas de docentes. Está atendendo as necessidades. Às vezes é difícil acessar. O sistema poderia ser mais amigável.
Pouco satisfeito	20,0	Utilizado para o que os alunos necessitam (matrícula em orientação e emissão de conceitos). Não é instrumento necessário para o docente. O sistema aumenta o trabalho docente.
Total	100,0	-

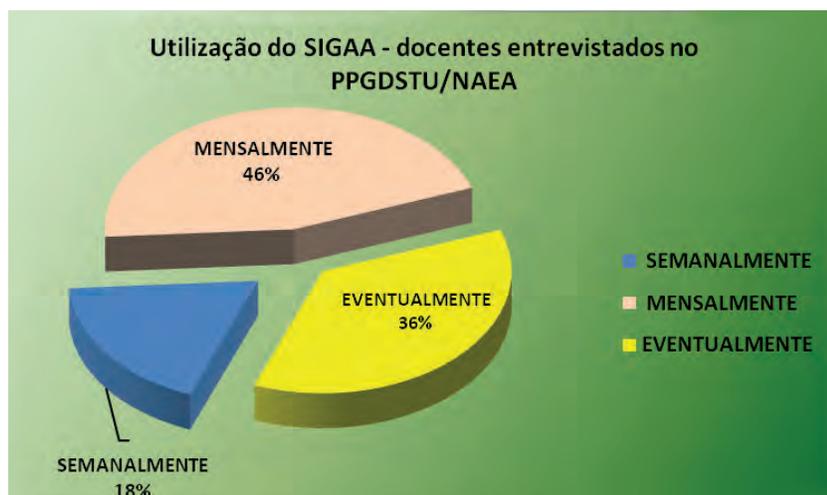
Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Quanto ao domínio de informática dos docentes que responderam a pesquisa, a maioria possui um domínio de bom (55%) a excelente (9%), sendo que apenas 36% possuem um domínio regular, o que talvez possa contribuir para a dificuldade em utilizar o SIGAA, evidenciada nas falas desses docentes conforme o Quadro 2. Neste caso, um treinamento poderia suprir essa carência, pois mesmo somando-se aqueles docentes que têm um domínio bom de informática, o percentual dos que informaram que têm dificuldade em utilizar o SIGAA foi de 55%, contra 45% dos que não referem dificuldade em utilizá-lo.

A totalidade dos docentes informou que não recebeu treinamento para a operacionalização do SIGAA, o que reforça mais uma vez a necessidade de treinamento constante, conforme evidenciado por alguns deles, bem como explica, em parte, a rejeição ao Sistema por um percentual de docentes entrevistados.

A respeito da frequência de utilização do SIGAA, o Gráfico 3 apresenta os resultados obtidos na pesquisa.

Gráfico 3 - Utilização do SIGAA - docentes entrevistados no PPGDSTU/NAEA



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Como se percebe no que se refere à frequência de utilização do SIGAA por parte dos docentes do PPGDSTU/NAEA, a maioria (46%) o utiliza mensalmente, enquanto 36% responderam que o utilizam apenas eventualmente e somente 18% informaram que o acessam semanalmente. A razão para a baixa utilização (36% eventualmente) se deve, segundo alguns docentes, porque o acesso ocorre de acordo com a necessidade. Outros informaram que acessam apenas quando são obrigados pelo sistema, e ainda houve menção à falta de tempo para inserção de informações no SIGAA.

Entretanto, também entre os docentes que utilizam o sistema semanalmente e/ou mensalmente, foram relatados motivos como obrigatoriedade de utilização apenas quando impelidos pelo sistema, bem como conforme a necessidade da demanda de serviços que requerem o acesso ao SIGAA, como lançamento de conceitos, dentre outras atividades.

Apesar das críticas ao sistema e os motivos alegados para as falhas encontradas nele, 70% dos docentes do PPGDSTU/NAEA informaram que o SIGAA facilita sua vida e/ou trabalho, frente aos 30% que disseram que o sistema não contribui para esse objetivo. Isto é evidenciado também quando a pesquisa demonstra os motivos apontados pelos docentes para que o SIGAA facilite sua vida e/ou trabalho, conforme expresso na Tabela 1.

Tabela 1 - Sentido em que o SIGAA facilita sua vida e/ou trabalho - docentes PPGDSTU/NAEA

Sentido em que o SIGAA facilita sua vida e/ou trabalho – docentes PPGDSTU/NAEA	
Motivo	Percentual (%)
1 - Eliminar o tempo de espera que era necessário anteriormente para pedir e receber documentos no NAEA.	29,0%
2 - Eliminar o custo de transporte que era necessário para se deslocar para o NAEA.	24,0%
3 - Aumentar a eficiência e eficácia do meu trabalho no NAEA.	29,0%
4 - Reduzir erros humanos na elaboração de documentos, inclusive declarações.	18,0%
Total	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Fica claro, contudo, que o SIGAA, enquanto ferramenta tecnológica para modernização das atividades em âmbito acadêmico e administrativo na UFPA no contexto dos PPG, é um sistema que, mesmo tendo determinados problemas, limitações e desafios a serem superados, é avaliado positivamente pela maioria dos docentes do PPGDSTU/NAEA.

No que tange às recomendações dos docentes do PPGDSTU/NAEA para a melhoria da utilização do SIGAA, as seguintes contribuições foram citadas:

- 1) Treinamento constante de todas as categorias para melhor inserção de informações e diminuição de erros;
- 2) Adequá-lo às necessidades dos docentes;
- 3) Adaptá-lo com informações básicas;
- 4) Pensá-lo a partir da realidade da UFPA;
- 5) Ajustá-lo a outros cadastros, como CNPq, CAPES, *Lattes* etc.;

- 6) Melhorar os controles de acesso;
- 7) Importação para o SIGAA dos dados da Plataforma Sucupira em forma textual, permitindo a utilização em outras atividades relativas à docência e pesquisa;
- 8) Aprimoramento do SIGAA para melhoria de sua operacionalização;
- 9) Deixar de ser operado pelo docente e delegar essa atividade ao servidor técnico-administrativo.

As recomendações propostas refletem a opinião dos docentes entrevistados, tanto dos que são favoráveis ao SIGAA, quanto daqueles que não gostam de lidar com essa ferramenta tecnológica. Todas as contribuições são válidas, entretanto, verifica-se que a proposta do SIGAA é ser uma ferramenta auxiliar ao trabalho de cada categoria (docentes, discentes e servidores técnico-administrativos), cada um com seu perfil de trabalho e utilização.

No entanto, uma vez que a senha para acesso ao sistema é pessoal e intransferível, cabe ao docente, por exemplo, utilizando seu perfil de acesso, inserir as informações em tempo hábil para que o discente possa encontrar essa informação quando dela necessitar. Assim, cada um fazendo sua parte contribui para a melhoria dos processos de trabalho no âmbito de cada PPG. Por outro lado, mais uma vez se reforça a necessidade de treinamento para melhor utilização do SIGAA e para a diminuição de equívocos de modo geral, conforme proposto por parte dos docentes entrevistados no PPGDSTU.

3.3 DO CORPO DISCENTE

Na pesquisa, os discentes do PPGDSTU/NAEA, em sua maioria, se mostraram satisfeitos com o SIGAA; 82% avaliaram o sistema como bom e 18% como ótimo. Nenhum discente referiu que o SIGAA é ruim, o que demonstra uma ampla aceitação ao sistema.

Entretanto, mesmo avaliando positivamente o sistema, quando indagados o quanto estavam satisfeitos com o SIGAA, 9,1% dos discentes do PPGDSTU/NAEA referiram que não estão satisfeitos, ante 90,9% que referiram que estão satisfeitos, considerando os dados agregados (Quadro 3).

O Gráfico 4 mostra os resultados obtidos em relação ao nível de satisfação com o SIGAA por parte dos discentes entrevistados no PPGDSTU.

Gráfico 4 - Satisfação com o SIGAA - discentes entrevistados no PPGDSTU/NAEA



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Conforme se verifica nos números expressos no Gráfico 4, apenas 13% dos discentes se mostraram pouco satisfeitos, mas a ampla maioria dos alunos (84%) se mostraram, respectivamente, muito satisfeitos e satisfeitos com o SIGAA, sendo o percentual de indiferentes de apenas 3%. Os discentes que se mostraram satisfeitos com o sistema apresentaram razões variadas para isso, citando desde a facilidade em utilizá-lo, não tendo problemas quanto ao acesso, bem como pelo fato de o SIGAA ser um sistema de fácil aprendizado em que o discente pode aprender suas funcionalidades intuitivamente, ao mesmo tempo em que sua característica *on-line* permite a economia de recursos e evita o deslocamento para a resolução de determinadas questões que o sistema permite.

Entretanto, apesar de estarem satisfeitos com o SIGAA e terem respondido que o sistema é bom ou ótimo, alguns discentes referiram determinados problemas com o sistema, dentre os quais se destaca: “[...] precisa melhorar em alguns aspectos. A plataforma é um pouco complicada de entender como funciona, tinha que ser mais direto e claro os campos de informações” (informação verbal)¹⁰.

Por este comentário, percebe-se que se houvesse treinamento para que os discentes entendessem melhor as funcionalidades do SIGAA, o sistema poderia ser mais bem explorado por eles. A mesma opinião foi emitida por um docente do PPGDSTU, ao afirmar que deveria ser mais fácil a navegação no SIGAA. Também é natural se esperar que um sistema de informações seja mais eficaz

¹⁰ Informação concedida pelo discente entrevistado 4, em 29 de maio de 2017.

ao simplificar as informações geradas ao usuário, pois isso demandará menos trabalho e conferirá mais agilidade em sua operação.

Mencionou-se de forma recorrente também o seguinte: “as informações disponíveis nem sempre estão atualizadas” (informação verbal)¹¹ e, recorrentemente, que “o sistema deve permitir maior interação com outros usuários” (informação verbal)¹². Com efeito, os sistemas de informação precisam ser constantemente atualizados para cumprir o seu papel enquanto ferramenta auxiliar ao trabalho humano. Neste sentido, no que tange especificamente aos discentes, a atualização de informações por parte dos docentes é um ponto fundamental e necessário para que os discentes tenham as informações demandadas em tempo hábil.

Foi mencionado por outros discentes, de forma recorrente, que o sistema “é subutilizado”, destacando-se o aspecto da ausência de interação virtual, fato que “causa uma dificuldade de colaboração acadêmica” (informação verbal)¹³. Ressalta-se o aspecto da interação entre docentes e discentes por meio do SIGAA, devendo haver, por parte dos docentes, a devida inserção de informações pertinentes à vida acadêmica dos discentes, bem como uma maior e mais frequente utilização das ferramentas disponíveis no Sistema para tal finalidade.

Outro discente destacou a necessidade de que os documentos emitidos pelo SIGAA venham com uma assinatura eletrônica da Coordenação do PPG, a fim de evitar que os alunos tenham que se deslocar até a Secretaria do PPG, uma vez que muitas instituições exigem a assinatura e carimbo do coordenador ou coordenadora do programa de pós-graduação ao qual o discente é vinculado.

Isto vai de encontro ao objetivo do SIGAA, considerando que é uma ferramenta tecnológica pensada para propiciar praticidade aos usuários, conforme corroborado por autores como Barbosa (2010) e Silveira (2002). Neste caso, as empresas e outros órgãos públicos parecem desconhecer o SIGAA, os tipos de documentos que o sistema fornece e a autenticidade destes, bem como o fato de que há um número de autenticidade presente nos documentos emitidos pelo SIGAA.

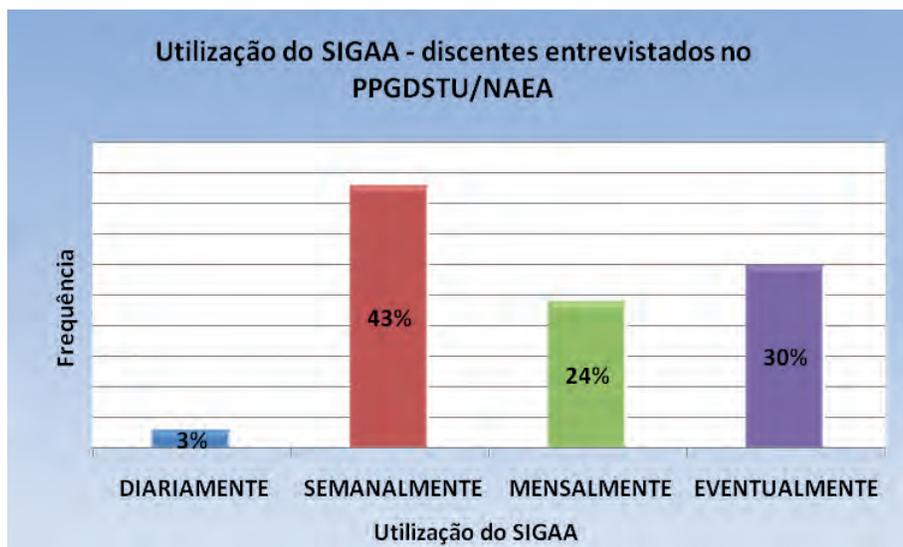
A frequência de utilização do SIGAA por parte dos discentes do PPGDSTU/NAEA é expressa no Gráfico 5.

¹¹ Informação concedida pelo discente entrevistado 12, em 29 de maio de 2017.

¹² Informação concedida pelo discente entrevistado 11, em 30 de maio de 2017.

¹³ Informação concedida pelo discente entrevistado 33, em 31 de maio de 2017.

Gráfico 5 - Utilização do SIGAA - discentes entrevistados no PPGDSTU/NAEA



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Percebe-se que os discentes, em sua maioria (43%), utilizam o SIGAA semanalmente para visualizar conceitos, emitir histórico e declarações. Contudo, o sistema poderia ser mais utilizado por um número maior de discentes, caso fossem inseridas mais informações pertinentes ao curso que realizam. Essa falta de informações atualizadas pode contribuir, em parte, para que uma parcela significativa de discentes (30%) utilizem o SIGAA apenas eventualmente.

Além disso, o SIGAA pode, por exemplo, contribuir para a preservação do meio ambiente, uma vez que o discente pode simplesmente visualizar seu histórico ou outra informação sem a necessidade de imprimir o documento, reduzindo a quantidade de papel, contribuindo, assim, para uma sociedade sustentável. Ao mesmo tempo, a administração pública e especificamente os PPG dos quais os discentes fazem parte também se beneficiam, pois diminuem ou, em alguns casos, eliminam a utilização de papel, contribuindo para a mitigação da degradação do meio ambiente e para a existência de processos de trabalho mais sustentáveis.

Quanto à questão se o SIGAA facilita a vida e/ou trabalho dos discentes, 94% dos entrevistados afirmaram que “sim”, sendo que apenas 6% os discentes informaram que o SIGAA “não” contribui para tal finalidade.

Indagados sobre os motivos pelos quais o SIGAA facilita a vida e/ou trabalho dos discentes do PPGDSTU/NAEA, os mais citados na entrevista foram que o sistema, por ser *on-line*, permite que muitas demandas sejam realizadas

a distância, sem necessidade de comparecimento presencial à Secretaria do PPG e ter que esperar algum tempo para a resolução da demanda, ensejando ainda a economia de recursos financeiros.

Ao mesmo tempo, com o SIGAA é possível se evitar o dispêndio de dinheiro com transporte e ainda de tempo, pois a característica fundamental de um sistema de informação que funciona via *internet* é a de prover acesso imediato às informações, conferindo praticidade ao dia a dia do cidadão.

Houve menção também ao fato de que com o SIGAA alguns processos se tornaram menos burocráticos, conferindo mais autonomia aos discentes em seu dia a dia, posto que eles podem resolver suas questões apenas com o auxílio do Sistema, pelo fato de que a informação se torna mais ágil, precisa e transparente.

No PPGDSTU/NAEA, a maioria dos discentes apontaram que o SIGAA facilita sua vida e/ou trabalho. No entanto, apesar de haver críticas quanto à função e à importância do Sistema, houve discente do PPGDSTU que referiu que ele facilita a vida, pois “o SIGAA se apresenta enquanto ferramenta importante ao diálogo entre professor e alunos” (informação verbal)¹⁴.

Por outro lado, os discentes do PPGDSTU que se manifestaram contrariamente alegaram que o SIGAA, para facilitar, de fato, a vida dos discentes, “precisa conter informações atualizadas e estar conectado às demandas enviadas por *e-mail*” (informação verbal)¹⁵, considerando que muitas informações são enviadas diretamente por *e-mail* aos discentes e não são inseridas no Sistema.

A Tabela 2 sintetiza, segundo a pesquisa, em que sentido os discentes têm sua vida facilitada pelo SIGAA.

Tabela 2 - Sentido em que o SIGAA facilita sua vida e/ou trabalho - discentes PPGDSTU/NAEA

Motivo	(%)
1) Eliminar o tempo de espera que era necessário anteriormente para pedir e receber documentos no NAEA.	43,0%
2) Eliminar o custo de transporte que era necessário para se deslocar para o NAEA.	26,0%
3) Aumentar a eficiência e eficácia do meu trabalho no NAEA.	15,0%
4) Reduzir erros humanos na elaboração de documentos, inclusive declarações.	16,0%
Total	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

¹⁴ Informação concedida pelo discente entrevistado 28, em 31 de maio de 2017

¹⁵ Informação concedida pelo discente entrevistado 17, em 31 de maio de 2017.

Acerca das facilidades proporcionadas pelo SIGAA, a maioria dos discentes do PPGDSTU/NAEA (43%) se referiram ao item eliminar o tempo de espera que era necessário anteriormente para pedir e receber documentos no NAEA.

Tais opiniões corroboram o caráter de agilidade que os sistemas de informação conferem à vida dos indivíduos, tal como o SIGAA, que, por ser *on-line* os usuários (discentes, docentes e técnico-administrativos) resolvem as questões com agilidade, desde que esteja funcionando normalmente, considerando que a função principal de toda e qualquer tecnologia é aperfeiçoar as condições de vida ou de trabalho de um ou de vários indivíduos, conforme evidenciado por Pinto *et al.* (2019).

Sobre as recomendações para melhoria da utilização do SIGAA, os discentes do PPGDSTU/NAEA listaram as seguintes, expostas no Quadro 3.

Quadro 3 - Recomendações para melhoria da utilização do SIGAA, segundo os discentes do PPGDSTU/NAEA

1) Criação de um espaço virtual de entrega de trabalhos acadêmicos, com a geração de QR Code ou de outros mecanismos de segurança e confiabilidade, para tornar mais prática a relação docente/discente.
2) Criação de um espaço que aglutine e ofereça tempestivamente aos alunos indicações de editais nacionais e internacionais abertos para a publicação de trabalhos científicos.
3) Resolver os problemas de lentidão e não atualização das informações dos discentes que ocorrem com frequência, bem como solucionar erros referentes a situações dos discentes.
4) Divulgação dos recursos ofertados pelo sistema, inclusive com treinamento para os discentes no início dos cursos, para aprender sobre o que é e como funciona o SIGAA e todas as suas ferramentas, bem como treinamento para os docentes, para que se influencie na cultura de utilizar as ferramentas oferecidas pelo sistema.
5) Maior interação por parte dos docentes e lançamentos de materiais e informações no SIGAA sob sua responsabilidade.
6) Ter mais opções para solicitação de documentos, aumentando a transparência das atividades desenvolvidas na UFPA.
7) Emissão dos documentos com uma assinatura eletrônica da coordenadora ou coordenador de Programa e que permitam que haja um espaço de orientação entre orientando e orientador, para que alguns trabalhos possam ficar salvos, recomendações de leituras, um local com calendário para reuniões entre ambos e utilização do fórum de debates.
8) O acesso ao que se quer poderia ser mais facilitado, com os caminhos bem delineados e explícitos. Ser totalmente livre e que todos possam ter acesso, aplicando o princípio da transparência em todos os sentidos.
9) Adicionar módulos que permitam maior integração com outras plataformas ou aplicativos (nuvem, <i>e-mail</i> , aplicativos como <i>WhatsApp</i> , SMS).
10 (Simplificação do SIGAA, evitando duplicidade de informações.
11) Inserção de informações a respeito de submissão e controle de projetos e bolsas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), atividades de ensino a distância no ambiente virtual de aprendizagem e atualização das informações referentes a bolsas de pesquisa.

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

As recomendações constantes no quadro acima visam melhorar a interação entre docentes e discentes e, em última análise, aprimorar a gestão pública e o gerenciamento acadêmico, bem como facilitar a vida dos usuários, levando também a uma melhor utilização do SIGAA por parte de todos os que estão inseridos no dia a dia dos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

No que concerne à contribuição do SIGAA para o gerenciamento do programa de pós-graduação *stricto sensu* analisado neste trabalho, aliado aos achados na literatura, a pesquisa aponta que ele é um sistema que tem se mostrado útil para esse gerenciamento, tanto em âmbito acadêmico quanto administrativo.

Nesta perspectiva, a pesquisa realizada com docentes, discentes e servidores técnico-administrativos neste estudo permitiu concluir como pontos convergentes que as três categorias analisadas entendem que o SIGAA pode contribuir para a melhoria dos processos de trabalho no PPGDSTU/NAEA. Deve haver, entretanto, conforme ficou evidenciado, maior incentivo institucional ao uso do sistema e maior adesão por parte de alguns docentes quanto à inserção de informações atualizadas para os discentes. Isso pode indicar que os PPG e a UFPA, de modo geral, precisam aprimorar as estratégias para divulgação e maior aceitação do SIGAA entre todas as categorias analisadas neste estudo. Por outro lado, a pesquisa revelou que a maioria dos usuários entrevistados percebem o SIGAA como um sistema útil para o gerenciamento acadêmico e administrativo dos PPG.

Recomenda-se, assim, que haja treinamento permanente para docentes e discentes, a fim de que o SIGAA seja mais utilizado no cotidiano dos usuários inseridos no PPGDSTU, para se tirar maior benefício desse sistema, bem como para o alcance dos objetivos estratégicos e de modernização da gestão que a UFPA persegue. Defende-se também, por parte dos docentes, a constante atualização de informações, a fim de que os discentes e o público externo ao PPG possam se informar das atividades docentes.

Como recomendações, foram reveladas questões como a necessidade de treinamento, principalmente para docentes e discentes, objetivando aumentar a adesão e o uso do SIGAA, e o maior engajamento entre estes, para se tirar maior benefício desse sistema. Neste contexto, defende-se a necessidade de que o PPG analisado neste trabalho implemente como política institucional interna ações voltadas para a conscientização de docentes quanto à utilização do SIGAA de maneira mais efetiva, objetivando a interação com os discentes por meio da

Turma Virtual, recurso presente no sistema, mas pouco utilizado, conforme ficou evidenciado nesta pesquisa. Essa foi uma das constatações relatadas inclusive por parte de alguns discentes, ao apontarem que o SIGAA é subutilizado devido justamente não ser adequadamente usado por alguns docentes.

Evidencia-se, portanto, como sugestão aos PPG e à própria UFPA, a oferta de treinamento permanente a docentes e discentes, aliado a um plano institucional de comunicação acerca da necessidade de utilização do SIGAA por parte de todos os docentes, o que pode contribuir para uma *mudança cultural* e comportamental no que concerne à aceitação do SIGAA para melhorar o gerenciamento do curso de pós-graduação *stricto sensu* analisado nesta pesquisa e, de modo mais amplo, para a Universidade Federal do Pará.

Como recomendação ao CTIC/UFPA, tem-se o aprimoramento do SIGAA com vistas à integração com Currículo *Lattes*, Plataforma Supupira, dentre outras plataformas, bem como trabalhar na maior simplificação do sistema e atualização constante dos manuais do SIGAA, tendo em vista que alguns usuários podem não ter tanta facilidade em manusear determinadas ferramentas tecnológicas. Isso, talvez, poderia contribuir para uma utilização e interação mais ampla dos usuários do sistema. As contribuições desta pesquisa podem ser ampliadas e exploradas em trabalhos futuros, tendo-se como temas as TIC, a gestão pública e os aspectos organizacionais das universidades públicas no Brasil.

REFERÊNCIAS

BALBE, R. S. Uso de tecnologias de informação e comunicação na gestão pública: exemplos no governo federal. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 61, n. 2, p. 189-209, abr./jun. 2010.

BARBOSA, A. F. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil: TIC governo eletrônico – 2010**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010.

BURIGO, C. C. D. *et al.* Mestrado Profissional em Administração Universitária: desafios e perspectivas no processo da gestão universitária. **Revista de Gestão e Tecnologia Navus**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 68-78, abr./jun. 2016. Disponível em: <http://navus.sc.senac.br/index.php/navus/article/view/323>. Acesso em: 29 out. 2020.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DIAS, I. M. **A relação entre reforma da administração pública e tecnologias de informação no governo do estado de São Paulo**. 2008. 170 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DÍAZ, D. C. *et al.* Sistemas integrados em uma universidade brasileira: informação cooperada como recurso estratégico. **Universidad de Málaga**, 03. jul. 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10630/7762>. Acesso em: 23 ago. 2016.

DINTOE, S. S. Information and communication technology use in higher education: Perspectives from faculty. **International Journal of Education and Development using Information and Communication Technology (IJEDICT)**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 121-166, 2018.

FARIAS FILHO, M. C.; VILHENA, M. G.; NASCIMENTO, D. M. Gestão de processo na implantação de um sistema de informação acadêmica: a experiência da UFPA. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 69-85, maio 2014.

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS. Histórico da entidade. **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**, Belém, 2017. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/index.php/institucional-apresentacao>. Acesso em: 02 jan. 2017.

PINTO, A. L. S. *et al.* Avaliação da aceitação das ferramentas tecnológicas no ambiente do trabalho docente. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 118-138, maio/ago. 2019.

PORCIUNCULA, C. S. A modernização tecnológica no setor público: a experiência de cooperação. **Informática Pública**, Porto Alegre, ano 2, n. 1, p. 31-35, 2001. Disponível em: www.ip.pbh.gov.br/ANO2_N1_PDF/ip0201porciuncula.pdf. Acesso em: 19 maio 2015.

PORTO, R. M. A. B.; MAGALHÃES, A. M. Gestão da informação como suporte à redução de incerteza no processo decisório: estudo de caso do Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG. **Informação & Tecnologia (ITEC)**, Marília/João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 81-95, jan./jun. 2014.

ROCHA NETO, A. F.; LIMA, G. A. F. **Turma virtual do SIGAA como ferramenta de apoio ao ensino**. Natal: UFRN, 2009.

SILVEIRA, S. A. Governo eletrônico e inclusão digital. *In*: HERMANNNS, K. (org.). **Governo eletrônico: os desafios da participação cidadã**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2002. p. 69-81. Disponível em: https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/3350/1/Arquivos_transparencia_do_estado_capcidade.pdf. Acesso em: 25 ago. 2016.

TIBONI, A. C. **Software livre como política de governo**. 2014. 67 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. UFPA em números. **Universidade Federal do Pará**, Belém, 2016. Disponível em: <http://www.ufpanumeros.ufpa.br/>. Acesso em: fev. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Manual do Usuário SIG**. Belém: CTIC/UFPA, 2011. Disponível em: https://portal.ufpa.br/images/docs/sigufpa/manuais/manual_sig_autocadastro.pdf. Acesso em: 22 set. 2015.

VIEIRA, J. N. **Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na gestão da pós-graduação interdisciplinar da UFPA: um estudo de caso sobre o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA)**. 2018. 189 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

VIEIRA, J. N.; CORBIN, H. P. As possibilidades das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como ferramentas para gestão pública da Universidade Federal do Pará. *In*: PEZZUTI, J.; AZEVEDO-RAMOS, C. (org.). **Desafios amazônicos**. 1. ed. Belém: NAEA, 2016. p. 225-260. (Série Desenvolvimento e Sustentabilidade).

VILHENA, M. G. S. **Organização institucional da UFPA no contexto de reforma do Estado: uma análise dos modelos de gestão e processos na implantação do SIE (2005 a 2009)**. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

YOSHINO, C. K. N. **Fatores críticos de sucesso como antecedentes da aceitação de um sistema de informação em uma universidade federal**. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Universidade Federal do Pará, Natal, 2010.

YOSHINO, C. K. N.; RAMOS, A. S. M. Fatores críticos de sucesso como antecedentes da intenção comportamental de usar sistemas ERP: um estudo empírico. **Gestão e Desenvolvimento**, Novo Hamburgo, v. 12, n. 1, p. 87-104, jan. 2015.

Texto submetido à Revista em 01.07.2020

Aceito para publicação em 01.12.2020



Uma vida dedicada ao combate do racismo na Amazônia: entrevista com Zélia Amador de Deus, por ocasião de seus 70 anos

A life dedicated to combating racism in the Amazon: interview with Zélia Amador de Deus, on her 70th birthday

Alef Monteiro - Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Apoio CAPES. E-mail: alefmonteiro1@gmail.com

Resumo

Em 2019, Zélia Amador de Deus completou 70 anos de vida. E, no mês de abril desse mesmo ano, encontramos-nos na sala do Grupo de Estudos Afro-Amazônico da Universidade Federal do Pará, a fim de conversar sobre sua trajetória pessoal e acadêmica. Isto posto, apresento aqui uma síntese de nosso diálogo. Meu objetivo é apresentar *flashes* da biografia de Zélia, à luz de sua própria memória, e revelar algumas avaliações e perspectivas da intelectual tanto sobre o Movimento Negro, quanto sobre os estudos acerca das populações afroamazônicas na atualidade. O método utilizado foi a entrevista semiestruturada. Ao final da entrevista, concluo que a vida e o pensamento de Zélia são singulares para a defesa dos direitos das populações negras no Norte do Brasil, ao mesmo tempo que embasam a construção de uma identidade afroamazônica nos espaços acadêmicos e de militância política.

Abstract

In 2019, Zélia Amador de Deus completed 70 years of life. And, in April of that same year, we met in the room of the Afro-Amazonian Study Group at the Federal University of Pará, in order to talk about his personal and academic trajectory. That said, I present here a synthesis of our dialogue. My objective is to present flashes of Zélia's biography, in the light of her own memory, and to reveal some evaluations and perspectives of the intellectual both on the Black Movement and on studies about Afro-Amazonian populations today. The method used was the semi-structured interview. At the end of the interview, I conclude that Zélia's life and thought are unique for the defense of the rights of black populations in Northern Brazil, while supporting the construction of an Afro-Amazonian identity in academic and political militancy spaces.

Palavra-chave

Zélia Amador de Deus. Trajetória de vida. Movimento Negro. Antirracismo.

Keywords

Zélia Amador de Deus. Life trajectory. Black Movement. Anti-racism.

INTRODUÇÃO

No dia 24 de outubro de 2019, Zélia Amador de Deus completou 70 anos de vida. Sourense¹ de nascimento e belenense por vivência, Zélia é considerada, na atualidade, a intelectual negra mais importante da Região Norte do país, tendo sido a escritora homenageada na 23ª Feira Pan-Amazônica do Livro e das Multivozes (maior evento literário da Pan-Amazônia), evento realizado nos meses de agosto e setembro de 2019, na cidade de Belém do Pará, Brasil. O reconhecimento de Zélia, porém, não é de hoje, em 2014 ela foi a intelectual negra homenageada no VIII Congresso Nacional de Pesquisadores/as Negros/as, realizado bianualmente pela Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), instituição que reúne o maior número de intelectuais negros do país e que foi presidida por Zélia Amador de Deus entre os anos de 2010 e 2012.

Dona de uma trajetória eclética construída no encontro entre as Artes Cênicas, as Letras e as Ciências Sociais, a marca de Zélia é a junção que faz entre a excelência acadêmica e a militância. Dentro e fora da universidade, o nome Zélia Amador de Deus é referência nas discussões e ações que abrangem os direitos das populações negras, o Movimento Negro, ações afirmativas, questões étnico-raciais, arte, educação, literatura negra e outros aspectos da negritude amazônica. O que não poderia ser diferente, a história de Zélia é parte inseparável da história do movimento negro brasileiro, da luta junto ao Estado e instituições afins, em prol da garantia dos direitos das populações afro amazônicas e suas culturas, da luta contra o racismo no meio acadêmico, com destaque à conquista de cotas raciais para negros nas universidades e, mais especificamente, na Universidade Federal do Pará (UFPA).

Por ainda não ser nacionalmente conhecida como deveria, acho importante elencar mais alguns de seus feitos: Zélia foi uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA) – maior e mais antiga célula do movimento negro na Região Norte. Entre os anos de 1980 e 1990 atuou, via CEDENPA, junto às comunidades quilombolas do Pará, em prol do reconhecimento e titulação dos quilombos. No meio acadêmico, Zélia exerce, há mais de quarenta anos, a função de professora (atualmente emérita) da UFPA, instituição da qual também foi vice-reitora e é a atual assessora de diversidade e inclusão social. Ainda na UFPA, no ano de 2002, junto com outros professores e discentes, fundou o primeiro Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da região Norte do país – o Grupo de Estudos Afro-amazônico (GEAM/UFPA),

¹ Zélia nasceu no território quilombola de Mangueiras, que hoje faz parte do município de Salvaterra, mas na época de seu nascimento era município de Soure.

e também a Casa Brasil-África, órgão universitário destinado à produção e divulgação de conhecimento sobre os países africanos, e também à firmação de parcerias entre a UFPA e universidades africanas. Em 2001, Zélia foi uma das representantes do Brasil na Conferência de Durban, da Organização das Nações Unidas (ONU)². E, apesar de já defender essa pauta desde a abertura política do Brasil, com o parecer favorável da ONU, após Durban, Zélia encabeçou a luta pelas ações afirmativas para negros na UFPA – tema sobre o qual escreveu uma tese de doutorado.

Meus caminhos se cruzaram com os de Zélia em março de 2013, quando ingressei no GEAM, sob a condição de bolsista. Na época, eu estava cursando o terceiro semestre de minha graduação em Ciências Sociais. Ganhei a bolsa do GEAM por uma faceta do destino: o rapaz que ocupava a vaga antes de mim conseguiu uma outra bolsa para trabalhar com sua orientadora, e, como eu já andava pelo GEAM desde o final de 2012, em busca da orientação da Prof.^a Dr.^a Marilu Campelo, eminente estudiosa das religiões de matriz africana na Amazônia, o próprio colega lembrou de mim e fez minha indicação para ocupar a vaga deixada por ele.

Rapidamente fui acolhido por todos e passei a trabalhar assistindo as atividades acadêmicas, extensionistas e administrativas do GEAM. Conviver nesse grupo marcou, consideravelmente, minha formação humana e intelectual. Com meus colegas discentes e os professores, ganhei consciência das implicações da Diáspora Africana na cultura e nas socialidades da sociedade brasileira; aprendi a valorizar a produção científica compromissada com a melhoria da qualidade de vida das populações subalternizadas; e entendi que a militância acadêmica é uma consequência inexorável do fazer científico pleno.

Dentre meus principais mentores, aquela senhora negra de cabelo *black*, roupas estampadas, cigarros sempre que possível à mão, e com uma voz fortalecida pelo tom grave e eloquente, logo ganhou espaço de destaque. Sem dúvida, Zélia influenciou (e ainda influencia) toda a minha geração de pesquisadores formados pelo GEAM, em quase vinte anos de existência do NEAB. Devido nossa proximidade, posso dizer que tal qual o trabalho de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015), há entre mim e Zélia, no texto que ora ofereço, um pacto político e etnobiográfico. Somos estudiosos do mesmo espectro temático (as populações afro brasileiras/afro amazônicas), militamos pelas mesmas causas e temos um laço de amizade. E, mais que isso, consideramos importante usar da sagacidade

² Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância promovida pela ONU. Por ter sido realizada na cidade de Durban, na África do Sul, o encontro é geralmente conhecido simplesmente como “Conferência de Durban”.

de Ananse³ para recontar a história da população negra no Brasil, erigindo marcos substanciados em eventos e personalidades. Zélia é uma personalidade negra cuja trajetória ergo como memorial, em que a presente entrevista, que aborda sua trajetória de vida pessoal e acadêmica, é um retalho de grande semióforo.

Para produzir este texto, realizei uma entrevista semiestruturada, a partir de um roteiro composto por nove perguntas, que julguei pertinentes para se conhecer, panoramicamente, o percurso biográfico de Zélia. O instrumento de registro foi o aplicativo de gravação de voz do meu celular e de colegas que estavam presentes na sala do GEAM, no dia da entrevista. Não teço qualquer consideração sobre as opiniões da entrevistada, nem tento explicar o que ela diz. Influenciado por Spivak (2010), tento não ser aquele intelectual que julga saber sobre o entrevistado mais do que ele próprio. É certo que editei as respostas de Zélia, pois, enredados por longos parênteses e devaneios típicos da intimidade, conversamos por horas. Entretanto, ao assumir o papel de editor, tentei ser cúmplice da entrevistada, no mesmo feitio de Bruce Albert (KOPENAWA; ALBERT, 2015).

Preservo no registro escrito às peculiaridades da fala que, não raramente, burlam as regras da gramática canônica. Gentilmente, peço licença e explico, que essa manutenção é necessária porque a entrevistada, de modo proposital e contra hegemônico, mistura o português culto ao pretuguês⁴, de sorte que eliminar essa originalidade de Zélia (e de boa parte dos intelectuais negros), na transcrição de sua fala, seria cometer uma violência linguística. Além disso, compartilho com Zélia a convicção da necessidade de falar em outras “línguas”; “línguas” que, como explica Anzaldúa (2000), rompem com a linguagem hermética e colonizada que predomina na Academia. Conforme a metáfora também de Anzaldúa (2009), a língua de Zélia é uma “língua selvagem”, e essa “selvageria” tentei, a todo custo, preservar na transcrição de sua oralidade.

Posto isso, apresento a todas e todos, especialmente aos interessados pela história do movimento negro na Região Norte do Brasil; aos pesquisadores das populações afro brasileiras/afro amazônicas; e às populações negras em geral, uma versão da trajetória de Zélia, e algumas avaliações e perspectivas que ela possui sobre o Movimento Negro e sobre os estudos acerca das populações afro amazônicas. Nosso diálogo ocorreu no dia 01 de abril de 2019, na sala do

³ Ananse é o deus-aranha da cultura fanti-ashanti, conhecido por completar as tarefas dadas por Nyame, deus do céu. O prêmio recebido foram todas as histórias do mundo. Ananse conseguiu cumprir as tarefas graças à sua capacidade de tecer histórias-teias com as quais enredou e prendeu aqueles a quem precisava capturar (AMADOR DE DEUS, 2019).

⁴ Lélia Gonzáles (1984) chama de pretuguês a variação linguística da língua portuguesa, cotidianamente usada no vernáculo brasileiro, formada pela herança do vocabulário e da prosódia das várias etnias africanas que compuseram a população do país.

GEAM, na UFPA – espaço escolhido por Zélia, e foi realizado sob os auspícios do septuagésimo aniversário da intelectual, que ocorreu seis meses depois. Vejamos, então, o que Zélia disse em nosso encontro.

Alef Monteiro: Professora, conte-nos, panoramicamente, a sua trajetória de Soure (atual Salvaterra) a Belém.

Zélia Amador de Deus: Eu cheguei a Belém muito cedo, eu tinha um ano, um ano e meio, por aí... Minha família veio morar em Belém, porque a minha mãe engravidou adolescente, ela tinha 15 anos quando eu nasci. Aí a minha avó ficou muito desgostosa, minha mãe era filha única, então resolveu vir embora pra cá, porque ela queria que eu estudasse, esse era o sonho. Eu tinha que estudar pra não ter a mesma sina. Aí ela veio pra cá, meteu na cabeça que tinha que vir, e veio todo mundo. E eu era muito pequena e já me entendi aqui na Sacramenta, que era o fim de Belém. A Sacramenta não tinha água encanada, não tinha luz elétrica, me lembro que a luz elétrica chegou à Sacramenta em 1960. Enfim, não tinha nada, era quase mata. E eu me criei lá, me entendo já morando na Sacramenta.

A minha mãe não tinha completado dezoito anos quando começou a trabalhar como empregada doméstica. Aí, depois que ela completou dezoito anos, tinha períodos que ela trabalhava na fábrica de castanha, que empregava em regime sazonal, então ela trabalhava um tempo, aí davam baixa na carteira e ela voltava a trabalhar no emprego doméstico. A gente vivia de salário-mínimo e meu avô era a principal fonte do nosso sustento porque a minha mãe ganhava muito pouco e dava praticamente só pra ela, a minha avó também ganhava pouco lavando roupa pra fora. Logo, ele é quem trabalhava pra arcar com a maior parte dos gastos da casa. Ele era semianalfabeto, e fazia de tudo. Apesar da baixa escolaridade, ele conseguiu um emprego como escavador aqui na Companhia de Saneamento que estava saneando Belém naquele momento. O nome da empresa era Byington, o mesmo sobrenome da Olivia Byington, mas para o povo era “Baita”, então eu também chamava de “Baita” e só mais tarde é que eu descobri que a “empresa Baita” era Byington.

E aí depois eu fiquei estudando por ali, a minha avó me colocou pra estudar muito cedo no externato bem de frente de onde eu morava, eu tinha uns seis, sete anos. E era uma sala que a professora tinha alunos da alfabetização, primeira, segunda, terceira e quarta série. Era o que hoje a gente chama de turma multisseriada. Lembro que no dia que eu ouvi, na graduação, alguém falando contra turmas multisseriadas, eu levei um susto porque, pra mim, tinha sido uma experiência muito boa. Como eu era uma criança muito observadora, eu aprendia

tudo. Quando eu saí de lá eu tinha terminado a alfabetização e o primeiro ano, mas eu já sabia tudo, fazer conta de dividir, de somar, de multiplicar, eu fiquei muito boa em matemática, eu era “a fera” em matemática.

E aí eu fui estudar no Instituto Catarina Labouré, que ainda está lá na Sacramento até hoje. Lá eu entrei no terceiro ano, já. A freira descobriu que eu era “fera” em matemática e ela me colocava como sua monitora ensinando matemática para as minhas colegas que tinham dificuldade, e eu não conseguia entender como alguém tinha dificuldade em matemática, era a coisa que eu mais gostava no mundo, eu adorava! Mas eu fiquei ajudando ela um tempo.

Depois do Catarina, eu fui pro IEP [Instituto de Educação do Pará], que, naqueles tempos, era a Escola Normal. Fiz a admissão e entrei porque tive que fazer um curso que eu tivesse logo resposta de emprego, porque nossa situação financeira era muito difícil. E, como não tínhamos dinheiro. Eu morava longe da escola e tive que trabalhar pra conseguir o dinheiro pra pagar as minhas passagens de ônibus. Eu estudava, portanto, na Escola Normal, e, como eu sempre cozinhei muito bem, eu fazia a comida da minha vizinha, eu estudava de tarde, ela me pagava e aquele era o meu dinheiro do ônibus. Eu dava aula de matemática pra tudo quanto é criança que tivesse dificuldade e recebia também por isso, nisso eu tinha doze, treze anos e eu já estava dando aula particular e eu recebia pra poder ter dinheiro pra ir à escola. Eu fazia um feijão muito bom, e ainda faço, mas naquele tempo eu fazia por necessidade, hoje eu só faço por prazer. Eu fazia e a vizinha me pagava e, com isso, eu tinha aquele dinheirinho pra ir pra escola. E assim eu fui levando a vida e consegui concluir o meu primeiro e segundo grau, meu avô trabalhando sempre, e a gente muito, muito pobre, também trabalhando para se manter.

Alef Monteiro: Como foi a experiência de reconhecimento e afirmação da sua negritude?

Zélia Amador de Deus: Eu sempre soube que eu era preta! Vejo muitas mulheres negras narrando como se descobriam negras, mas comigo não foi assim. Eu já sabia, por que minha avó me dizia o tempo inteiro, ela não me enganava, e, na escola, uma freira me disse da pior maneira possível. Também tinha a molecada que me chamava o tempo todo de “Preta do Batuque”, “Preta da Macumba”, então, quem é que não vai saber?! Agora, a afirmação da minha negritude veio mais tarde. Porém, essa afirmação que veio mais tarde foi a consequência da junção daquilo que eu aprendi ainda criança, através dos ensinamentos da minha avó, e a formação política que eu fui construindo em minha trajetória de vida.

Em casa, minha avó sempre me dizia: “tu és preta, mas tu não és inferior!”. Eu aprendi muito isso, então, isso para mim tá marcado até hoje: “Não deixa ninguém te tratar mal porque tu não és inferior e se te chamarem de preta tu dizes ‘sou, mas não sou da tua cozinha!’” [Risos]. Era assim que ela me ensinava. E ela me ensinou uma coisa que às vezes eu nem conto, ela dizia que se eu notasse que alguém estivesse querendo ser superior a mim, era pra eu olhar bem na cara, encarar essa pessoa e imaginá-la nas mesmas situações que as minhas. Ela dizia: “come igual a ti, descome igual a ti, então não é superior!”, aí eu olhava; até hoje eu ainda olho. Quando eu chego junto a certas pessoas que são verdadeiros reis da arrogância, a minha técnica vem de lá. Eu olho essas pessoas bem na cara e imagino elas com dor de barriga, com diarreia no banheiro... [Risos]. Acabou, não tem arrogância certa, acabou, é igual a mim, sente tudo igual.

Essa minha postura insubmissa que eu construí, em parte, já na minha casa, foi tomando corpo com o tempo conforme eu adquiri consciência das coisas que se davam ao meu redor. Eu sempre fui insatisfeita com várias coisas e essa minha insatisfação me levou ao envolvimento com muitos movimentos. Desde cedo eu comecei a participar de movimentos, tá?! Primeiro eu entrei na Cruzada [Mariana], eu era cruzadinha, lá no colégio. Depois eu entrei no grupo de jovens lá da Paróquia São Sebastião, na Sacramenta, quando eu fui crescendo. Nessa época chegou um padre lá pra paróquia, um holandês, que ele era da Teologia da Libertação, e aí ele organizava os grupos de jovens e eu entrei, porque já era o que eu queria: questionar várias coisas a fim de dizer o que nos acontecia e o que a gente estava sentindo.

Lembro que ele fazia uns presépios de denúncia (a gente estava vivendo a ditadura) e eu participava da elaboração e confecção desses presépios. Comecei a trabalhar com papel machê nesse momento. Eu trabalhava fazendo figuras e eram figuras de denúncia da situação política. Depois eu me envolvi no Movimento Estudantil Secundarista – estou dando um painel rápido, tá?! As coisas estão correndo muito rápido – eu terminei a quinta série lá no Catarina Labouré, e de lá fui pra Escola Normal, onde entrei pro Movimento Secundarista.

Bom, depois que eu entrei pro Movimento Secundarista a minha participação começou a ser política, e isso já começou a ser em 1968, né?! E aí eu já deixei muitas coisas porque já estava envolvida com a política. Aí depois eu acabei entrando para uma liga para-partidária, os partidos já estavam clandestinos por causa da ditadura, e tinha um partido clandestino que acabou surgindo que era a Ação Popular [AP]. A Ação Popular acabou derivando da Ação Católica Operária e Ação Católica Estudantil e se transformou num partido de linha marxista leninista, eles diziam, e eu acabei participando da liga, né?! É a questão

do recrutamento, os estudantes começam a se organizar e os partidos vão lá e recrutam os estudantes.

Porém, eu participei da AP sempre com os meus questionamentos. Um dos meus questionamentos era que a AP discutia tudo menos a questão racial que eu sentia na pele, mas ninguém falava disso. Aí eu fiquei na AP até um período, até que ela, aqui no Pará, se fundiu com o antigo PCB [Partido Comunista do Brasil] e foi nessa fusão que eu saí. Eu saí exatamente na fusão. Eu lembro que eu fui super assediada pra voltar, o Paulo Fonteles não se conformava, me procurava lá onde eu ensaiava, mas eu decidi não voltar porque começou uma linha que não me agradava. Primeiro a ideia de que todo mundo tinha que se proletarizar sob uma ideia de ser proletário que, para mim, parecia muito caricatural. Era uma ideia muito fechada, parecia que tinha uma única forma de ser proletário e eu me opunha a essa ideia que se assemelha muito à ideia absurda de algumas pessoas de direita que acham que quem é de esquerda não pode ter iPhone. Contra essa ideia caricatural eu dizia que “mais proletária do que eu, eu duvido”, então eu não queria me “proletarizar”, eu só tinha um sapato! No dia que a molecada escondeu o meu sapato, enquanto eu jogava barrabol, eu enlouqueci atrás do sapato. Só saí dali quando eu achei o sapato. Esse sapato era pra ir pra escola, pra ir pra tudo quanto era lugar, imagina se eu chegasse em casa sem o sapato, era a morte! Então eu era muito pobre e eu ainda tinha que me “proletarizar” ainda mais? Mas nunca! Não era a minha vontade.

E ainda tinha um outro problema: eu aprendi a ler em inglês, não sei falar em inglês, mas aprendi a ler com dicionário, por causa da luta racial nos Estados Unidos. Eu achava lindo, Malcon X, os Panteras Negras, eram meus heróis e minhas heroínas. Foi lendo o que era produzido naquele momento, sobretudo nos Estados Unidos, no período da luta pelos direitos civis da população negra, que eu comecei a dar mais consistência política e também teórica aos ensinamentos de insubmissão ao racismo que eu tinha aprendido em casa, com a minha avó. Mas, isso era duplamente rejeitado pelo PCB porque o partido desvalorizava a discussão racial e tinha aversão à produção intelectual estadunidense por considerá-la imperialista. Eu mesma era contra o imperialismo dos Estados Unidos na América Latina, mas eu não podia deixar de lado a luta racial porque claramente ela não tinha caráter imperialista, mas sim libertador, justamente por ser antirracista, mas isso, naquele momento, não era compreendido.

Bom, acabou que eu saí e entrei numa organização que pelo nome eu pensei que corresponderia aos meus anseios de discussão da questão racial, que era a VAR-Palmares. Foi criada uma célula da VAR-Palmares em Belém e aí eu fui convidada e eu fui lá – mais tarde eu vim saber o porquê do nome Palmares, mas

lá também não discutia a questão racial, tampouco a questão de gênero, isso não se falava, discutia quase tudo sobre classe, menos a questão racial e aí eu sentia muita falta de um lugar para discutir a questão racial. A VAR-Palmares acabou, muita gente foi presa, mas eu continuei.

E aí eu mergulhei de cabeça no teatro, ele passou a ser a minha tribuna, o lugar para problematizar as questões raciais, haja vista que eu não conseguia fazer nos partidos políticos. O teatro me ajudou muito nessa minha afirmação. E, daqui a pouco, nessa arrumação, eu acabei conhecendo algumas pessoas que tinham os mesmos anseios que eu e, quando eu vi, eu já estava no Movimento Negro lutando pra criar o CEDENPA. Eu digo que nada disso foi proposital, as coisas foram acontecendo.

Nesse tempo eu já estava na universidade fazendo uma especialização, em 1976, e, em 1978, eu entrei pra cá como professora, sem deixar o CEDENPA ou o teatro. Eu acho que eu tenho que ter uma tribuna sempre. Em um determinado momento a minha tribuna passou a ser o movimento e fui largando um pouco o teatro, porque a gente viajava muito e isso me impedia de ensaiar, e acabei ficando apenas no movimento e na universidade. Mas eu ainda não tinha arranjado um jeito da universidade ser a minha tribuna, apesar de sempre ter me movimentado para lutar contra o racismo aqui dentro, o que é muito raro na universidade e, por isso, muitos me conheciam, me tinham como referência pra falar sobre racismo, mas eu ainda não tinha o amplo reconhecimento e o renome que eu tenho hoje. A universidade se tornou mesmo minha tribuna a partir do início dos anos 2000, com a minha participação na Conferência de Durban, em 2001, e o processo de reivindicação de cotas raciais na UFPA, encabeçado pelo GEAM, que foi criado por mim juntamente com outros professores e alunos, em 2002. Como parte desse momento, eu escrevi uma tese sobre movimento negro, ações afirmativas e cotas para negros na universidade.

E nessa eu estou até agora, eu não sei até quando eu vou ficar aqui na universidade porque daqui a pouco eu vou me aposentar⁵, afinal de contas eu estou velha, mas continuo aqui na luta, tentando fazer com que a vida fique um pouco melhor. A gente tem retrocessos, tem avanços, mas a gente não desiste.

Alef Monteiro: É notória a melhoria quantitativa e qualitativa na presença de estudantes negros nas universidades brasileiras por causa de políticas públicas e mudanças nas legislações desde os anos 2000. Considerando a inexistência dessas, na década de 1970, como foi ser uma estudante negra, na UFPA, nesse período?

⁵ No momento da entrevista, Zélia ainda não tinha sido laureada com o título de Professora Emérita da UFPA.

Zélia Amador de Deus: Naquele tempo, como hoje, não era fácil, para uma mulher preta e pobre, manter-se na universidade, por isso, eu tive que trabalhar para poder continuar estudando. Eu terminei o nível Médio (à época, Curso Normal), parei um ano e fiz concurso para a Escola Salesiana do Trabalho. Fui aprovada, comecei a dar aula e no ano seguinte eu ingressei como estudante de graduação na UFPA.

Fiz o curso inteiro militando, naquele período eu tinha militância clandestina. Todo o curso de Letras, de 1971 a 1974, eu fiz militando clandestinamente. Mas eu tinha uma vida “tranquila”, não cheguei a ser presa ou ter que viver em clandestinidade, como alguns de meus colegas de militância. Minha vida, na época da graduação, sempre foi bastante ocupada: eu fazia teatro, fazia o curso, militava clandestinamente e ainda dava aula de manhã, na Escola Salesiana do Trabalho.

Eu fiz Letras e me dei muito bem. Eu fiz porque adorava ler, adorava literatura e considero ter me dado bem porque, como as pessoas diziam, eu só tirava “notão”, e assim as pessoas me aceitavam. Mas acho importante marcar que eu me firmei em sala de aula, desde o primário, como aquela preta que só tirava nota boa, então, essa era a minha marca. As pessoas diziam: “não te mete com ela porque ela é CDF”. Eu nem julgo que realmente eu o fosse, mas, eu tinha essa fama. E, com essa fama, eu continuei no ensino superior.

Logo, não é que a minha turma me aceitasse, a minha fama fez com que eu fosse tolerada e ao mesmo tempo servisse como aquilo que o humor chama de “preta ostentação”. Eu era a preta (e não qualquer preta, mas a preta inteligente) que tornava possível o argumento retórico: “eu, racista?! Eu até sou amiga da Zélia!” [Risos]. Entendeste?! Eu entrei na universidade depois, como professora, e a situação permaneceu. Eu era a única aqui, a única ali, quer dizer, uma exceção que confirmava a regra. Mas, para o mito da democracia racial, estava resolvido: eu era a prova de que o negro estava na universidade, de que negros e brancos estavam nos mesmos lugares quando, na verdade, bastava um olhar crítico para ver que eu era a única negra em meio aos brancos nos espaços que para eles era, antes de tudo, privilégio.

Eu nunca esqueço da vez que dei uma entrevista a um linguista holandês que passou por aqui. Eu estava junto com uma amiga minha de Letras, da língua estrangeira, e aí eu disse pra ele como era a questão racial aqui, ele estava pesquisando isso. A minha amiga me olhou horrorizada, acho que ela nunca pensou que eu pensasse aquilo. Ela disse: “não, mas também não é tanto assim”. Ela achou muito pesado o que eu estava dizendo, então eu respondi a ela: “como não é? Não é pra ti que não sente, mas pra quem sente, é!”. E assim foi. Eu acho

que acabei virando, na universidade, em algum momento, a “preta de estimação” que pode ser ostentada quando alguém é pego em atitude racista: “racista, eu?! Até sou amiga da Zélia! / Eu até conheço a Zélia!”. E eu sempre lutei pra não ser uma “preta ostentação”, mas mesmo assim algumas pessoas me adotaram como “preta de estimação” e eu até sei quem são essas pessoas, mas enfim [risos], agora não vem ao caso.

Na minha sala havia apenas duas negras, eu e a Manuelina. Por coincidência, nós éramos o protótipo das duas formas da mulher negra ser aceita, ou melhor, tolerada, na sociedade brasileira. Quando eu entrei na universidade em 1971, eu já fazia teatro, então a minha figura – de preta que afirmava sua negritude – era relativamente aceita porque eu era de teatro. Eu andava com um *Black* imenso e, como eu era de teatro, as pessoas pensavam: “ah, é artista, é doida, então pode”, né?! E somava-se a isso o fato de, mesmo sendo a “artista doida”, eu estar entre os alunos da classe com rendimento acadêmico mais alto e também já ser professora. Desse modo eu estava acima da média da turma, entendes? Eu fui relativamente aceita, e assinalo, *relativamente*, porque eu era uma aluna excelente. O bom é que eu era, mas porque eu tinha facilidade com as matérias estudadas, e não porque eu me esforçasse para dominar os assuntos a fim de ser aceita.

No meu caso, quanto a isso [domínio das matérias], não foi difícil, mas não é assim para todas as mulheres negras. Algumas pessoas têm mais dificuldades para lidar com as matérias acadêmicas e outras não. Isso, porém, é um problema maior para nós, mulheres negras, porque somos “naturalmente” rejeitadas pela sociedade e se destacar nas mesmas atividades feitas pelas brancas é uma forma de ser aceita: “ela é preta, mas é muito inteligente; é preta, mas é muito competente”. É sempre esse “mas...” que é valorizado e não o fato de ser negra, ser mulher, ser gente, oras! E, assim, mesmo não gostando de quem tu és por causa da tua cor, do teu gênero e da tua classe as pessoas passam a te respeitar porque te destacas naquilo que elas fazem. Esse é um mecanismo perverso que exclui ainda mais as mulheres negras que, por serem mais atingidas pela desigualdade social, muitas vezes ficam impossibilitadas de ter um rendimento acadêmico de excelência. Sem um rendimento maior que as mulheres brancas, na mesma atividade, as mulheres negras são, no mínimo, triplamente excluídas.

Quanto à Manuelina, eu lembro que ela era tímida, quietinha no canto dela, éramos as duas únicas negras na turma. A postura da Manuelina é aquela que torna a relação entre negros e brancos racistas uma relação não flagrantemente conflituosa porque ela não contesta, de modo contundente, o papel de passividade e subserviência que se espera do negro.

Alef Monteiro: Como se deu sua inserção no campo das artes e dos estudos literários?

Zélia Amador de Deus: Eu sempre fui apaixonada pelas Artes! Minha inserção no campo das Artes se deu por causa do gosto que eu tinha por leitura e por literatura. Desde criança eu gostava de ler e também desde criança eu sou fascinada por apresentações musicais e teatrais. Em minha infância, assistir às apresentações de Boi-Bumbá era algo muito prazeroso e meu sonho era ser Catirina⁶. Mais tarde, durante a minha juventude, cheguei ao teatro, onde trabalhei tanto como atriz, quanto como diretora. E foi por esses dois campos das Artes – Literatura e Teatro – que fiz minha trajetória.

Em meu percurso acadêmico, como eu já gostava de Literatura, eu também fiquei apaixonada por Teoria da Literatura a ponto de ir estudar no mestrado. Mas, ao mesmo tempo em que eu gostava de Literatura, eu sabia que Letras era um dos lugares mais difíceis de você introduzir a discussão das questões raciais dentro da universidade. Na verdade, eu sempre disse que são dois campos difíceis nas humanidades: Letras e Pedagogia (Educação). Então foi minha paixão por Literatura e depois por Teoria da Literatura que me levou a esse campo que me fora aberto profissionalmente pela minha formação em Letras.

Mas, aqui na UFPA, eu acabei chegando à docência e pesquisa no curso de Letras não pelas Letras em si, eu fui contratada pra trabalhar com Arte, porque o curso de Letras oferecia disciplinas eletivas dentre as quais estava História e Teoria do Teatro, e quem dava essa disciplina era uma professora que se transferiu para o Rio de Janeiro deixando vaga a cadeira dessa disciplina, então, eu acabei vindo pra cá e ocupei essa vaga pra trabalhar com teatro. Quando os departamentos se separaram, eu acabei ficando no Departamento de Arte, pois História e Teoria do Teatro saíram do currículo de Letras. Então, eu não era das Letras propriamente dita, nunca fui, eu era sim das Artes. Aí comecei a trabalhar, além de História e Teoria do Teatro, com Estética e História da Arte.

Alef Monteiro: Em 2019 a senhora completou 41 anos de docência na UFPA e é uma das primeiras professoras negras em uma atividade ainda predominantemente branca. Nesse sentido, relate alguns episódios que considere conveniente acerca do seu enfrentamento ao racismo institucional.

⁶ No auto do Boi-Bumbá, Catirina é uma negra escravizada que durante sua gestação tem o desejo de comer a língua do boi mais querido pelo senhor da fazenda. Seu esposo, Chico, respeita o “sagrado desejo de grávida” de sua esposa e sacrifica o boi removendo-lhe a língua. Essa ação dá início à saga de morte e ressurreição do boi.

Zélia Amador de Deus: Olha, o racismo, esse, que fica camuflado, quietinho, em latência, ele está a qualquer momento pronto a se manifestar em toda a sua potente violência. Quando eu me candidatei a diretora do Centro de Letras e Artes da UFPA, do qual fui diretora de 1989 a 1993, foi o primeiro embate crucial que tive contra o racismo nessa universidade. Nessa ocasião pipocaram discursos discriminatórios de cunho étnico-racial para deslegitimar a minha candidatura.

Mas o pior foi quando eu ousei ser candidata a vice-reitora, no ano de 1992. Alguns dos apoiadores da chapa oposta organizaram uma apresentação teatral no ginásio da UFPA, e, nessa peça, eu fui retratada como a Cheeta e o Marcos Ximenes Ponte, que é nordestino, foi retratado como cangaceiro. Então, esses dois episódios eu considero os mais alusivos do racismo institucional que enfrentei na UFPA, enquanto docente, mas esse segundo episódio, sem dúvidas, é o mais simbólico. Eu digo que ele foi a marca do racismo que imperava e ainda está fortemente presente nesta universidade. Para desespero dos racistas, a nossa chapa ganhou e fomos reitor e vice-reitora entre os anos de 1993 e 1997.

Alef Monteiro: Como a senhora avalia a visibilidade atual da população negra amazônida no campo dos estudos afro-brasileiros?

Zélia Amador de Deus: Nos últimos anos estão aparecendo muitos estudos sobre as populações afro amazônicas e eu fico super feliz por isso. Sem dúvidas, o crescimento de pesquisas se dá ao fato de que muitas pessoas negras acessaram a universidade e estão produzindo trabalhos sobre as mais diferentes dimensões e aspectos da vida das populações negras locais. Todos esses trabalhos firmam ainda mais os avanços da luta que vem sendo travada há muito tempo pela militância negra e por vários pesquisadores contra o apagamento da presença africana, e atualmente afrodescendente, na Amazônia. A população negra amazônida hoje é inegavelmente visível e essa visibilidade dia após dia se torna mais nítida no campo dos estudos afro-brasileiros, mas há muito ainda a ser feito, pois essa visibilidade ainda não ocorre do mesmo jeito na sociedade brasileira que ainda preserva em sua mentalidade a crença da ausência negra na Amazônia. Logo, precisamos fazer com que o conhecimento produzido não fique restrito ao círculo dos especialistas ou ao ambiente acadêmico.

Eu tenho participado de várias bancas que examinam estudos em que a temática étnico-racial tem vindo à tona, e não apenas ligada à população negra, mas também aos povos indígenas. Recentemente eu participei da banca de dissertação de mestrado de um indígena cujo trabalho é uma insurgência! Fantástica! Eu vibro com isso. É isso que a universidade ganha com a entrada desses grupos aqui. Quem

ganha é a universidade, quem ganha é a sociedade que se privou disso o tempo inteiro por causa do racismo. E, agora, temos que garantir que esse conhecimento continue a ser produzido e alcance a população em geral.

Alef Monteiro: Quais são, a seu ver, os temas emergentes e mais relevantes para as pesquisas sobre negros(as) na Amazônia?

Zélia Amador de Deus: Olha, eu acho que primeiro a gente tem que ver que o negro na Amazônia é invisibilizado. Esse é um tema perene e que, infelizmente, ainda não foi superado. Todo o resto do país acha que aqui não tem negro. A imagem que foi vendida da Amazônia é indígena e até aqueles lugares que possuem heranças indígenas, mas que também são negros, como é Belém, a imagem vendida é do caboclo, é do moreno. Tanto que Belém é a “cidade morena”, “moreno” é o sintoma de embranquecimento de uma cidade que sempre teve muito preto. Então, esse ainda é um tema relevante, pois ele foi construído em várias etapas e possui muitas camadas que ainda precisam ser examinadas.

Outro tema emergente que eu destaco é o processo de colonialismo interno que pesa sobre a Amazônia. A Amazônia foi e é colonizada pelo Sudeste e Sul do país, e por isso esse processo a torna desigual em relação a essa parte do Brasil. Esse é um tema que pode não parecer tão novo, porém, a novidade está em atentar para uma dimensão que por muito tempo foi ignorada: Amazônia foi tornada desigual em um processo de colonialismo interno porque ela foi e é racializada, e eu acho que a gente tem que enfrentar essa questão da desigualdade regional considerando a racialização da região e eu acredito que novos estudos podem achar esses caminhos.

Alef Monteiro: Como a senhora avalia o Movimento Negro paraense até a atualidade?

Zélia Amador de Deus: Antes de tudo, é preciso que se saiba que o Movimento Negro é muito antigo e possui várias formas. Não existe *um* Movimento Negro como se fosse um coletivo monoliticamente organizado. O Movimento Negro é variado e existe sob vários formatos. O único elemento em comum entre as várias formas de Movimento Negro ao longo do tempo tem sido a instrumentalização da cultura como ferramenta de luta contra a opressão racial. Isso é, digamos assim, o que une esses movimentos de tal forma que seja possível falar em um todo, mas fora isso, existem diversas configurações. Por exemplo, hoje existe o Movimento Quilombola, os quilombolas são uma forma de Movimento Negro; as pessoas de matriz africana reunidas, discutindo, organizando-se e lutando pela

vida são outra forma do Movimento Negro; o pessoal da capoeira são outra forma do Movimento Negro, enfim, existem várias formas e vários campos de atuação do Movimento Negro.

Agora, a partir de 1978, surgiu essa forma de Movimento Negro que eu estou inserida, digamos assim, que é mais político-reivindicativa, no sentido de lutar por políticas públicas de combate ao racismo e eliminação da discriminação racial. Mas o Movimento Negro antecede a década de 1970, e a população negra está organizada nessas várias formas já destacadas em que cada um combate do jeito que pode e do jeito em que mais se alinha. Eu sempre me alinhei nessa corrente de lutar pelo combate ao racismo e eliminação da discriminação racial, mas isso é uma opção minha que não é mais ou menos legítima que qualquer outra corrente.

E mesmo essa forma de movimento negro que surgiu a partir de 1978 não é única. A minha experiência de CEDENPA mostra isso, o CEDENPA é múltiplo. Um bom exemplo dessa multiplicidade na corrente que luta por políticas públicas de combate ao racismo e eliminação da discriminação racial é a segmentação (que na verdade é uma multiplicação) ocorrida após a Marcha das Mulheres Negras, de 2015. A Marcha teve um efeito na juventude negra que originou vários coletivos de mulheres negras.

Semelhantemente, a chegada de negros à universidade criou *n* coletivos dentro das universidades brasileiras. Aqui, na UFPA, isso foi muito forte. Já não estou sentindo tanto a presença desses coletivos, eles já foram mais ativos aqui, porém, no Brasil todo existem vários coletivos nas universidades discutindo o racismo, o epistemicídio, a diáspora e eu acho isso fantástico. Então, a avaliação que eu faço do Movimento Negro no Brasil e mais particularmente no Pará, no geral, é positiva, sobretudo pela contínua e cada vez mais diversa reinvenção da qual esse movimento é capaz.

Alef Monteiro: Qual o lugar do feminismo ciberativista nas reflexões sobre a vida da população negra, e, em particular, das mulheres negras?

Zélia Amador de Deus: Olha, o processo preparatório pra Marcha das Mulheres Negras de 2015 se deu principalmente pela internet. E eu percebo que desde lá elas continuam em marcha no ciberespaço. E, claro, vale lembrar que as mulheres negras estiveram e estão sempre em marcha, de modo que já existiam mulheres negras na internet falando sobre o racismo que as oprime, porém, o processo de organização da Marcha demonstra a consolidação de uma nova frente para a militância organizada fixando, assim, nesse espaço, a presença individual e institucional das mulheres negras. Nessa frente nós também temos nos expandido e eu acho isso fantástico porque, uma coisa que eu sempre falo, é que todos os

espaços podem se transformar em tribuna de luta, inclusive a internet. Eu vejo que as mulheres negras ocupam esse espaço e umas ocupam muito bem.

Nesse sentido, acredito que o ciberativismo pode dar uma contribuição pelo fato de disseminar conversas, discussões sobre o racismo – pro bem ou pro mal – o que é importante porque, no Brasil, o racismo sempre foi um tema tabu. Não faz muito tempo que os dicionários brasileiros contêm o vocábulo “racismo”, não continham. E agora que nós conseguimos mudar isso e podemos também usar outros meios para falar, acho que temos que falar do racismo o tempo inteiro. O racismo sempre se fortaleceu pelo silêncio e agora quanto mais a gente falar, mais a gente tem possibilidade de enfraquecê-lo, de trazê-lo à tona, de mostrar que a gente está numa sociedade racistas e que esse racismo não é só o racismo individualista de pessoa contra pessoa. Esse racismo passa pelas resoluções das instituições, esse racismo passa por todas as estruturas existentes nas sociedades que foram colonizadas. Então temos que falar muito dele, e é isso que as mulheres negras que estão na internet fazem, elas ajudam a fazer esse papel de provocação e reflexão.

ALGUMAS PALAVRAS DO ENTREVISTADOR À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para se manter, toda saga de resistência precisa de um ou de vários heróis. Mais do que produção da fantasia, o herói desempenha funções sociais. No âmbito real, é uma liderança que gasta sua vida na tentativa de materializar uma utopia⁷ e, para isso, realiza ações e mobilizações no campo sociocultural e político. No nível ideal, e mais precisamente psíquico, o herói é um elemento importante para a construção da subjetividade e da identidade. Essa é uma importância ímpar para grupos subalternizados, como a população negra⁸. Considerando a sociedade brasileira, que historicamente pratica o genocídio dos negros através do extermínio físico e da miscigenação (NASCIMENTO, 2016) – nesse último caso, destruindo também os negros de dentro para fora, pois, a miscigenação opera também no nível da cultura e da psiquê – a existência de personalidades negras que deem corpo a heróis da luta antirracista é uma necessidade.

⁷ Falo em utopia no sentido desenvolvido por Karl Mannheim (1972). Para esse autor, a ideologia é uma ideia que não condiz com o real, pois é a inversão da realidade a fim de mascarar, no âmbito das ideias, a violência e exploração reais. Em contrapartida, a utopia também não busca ser uma representação do real, mas sim uma proposta de superação da violência e exploração que se apresentam no mundo real. A utopia reconhece o real e o nega não por meio do mascaramento, mas da proposta de superação. É a utopia que serve como embasamento nas lutas dos grupos minoritários.

⁸ No que diz respeito às implicações da representatividade, por meio de figuras públicas negras, na subjetividade da população negra no Brasil, as explicações reunidas por Noemi Kon, Cristiane Abud e Maria Lucia da Silva (2019) estão entre as mais esclarecedoras.

No Brasil e, em particular, na região Norte, Zélia Amador de Deus notoriamente é uma heroína da luta antirracista. Sua trajetória de vida pessoal e acadêmica atestam seu compromisso com o combate do racismo, e ensinam muitas lições. Sua insubmissão desde a infância indica a importância de se ensinar às crianças o gosto pela liberdade e por uma consciência negra acompanhada de posturas antirracistas. A vida de Zélia é, em si, um testemunho do enfrentamento ao racismo estrutural da sociedade brasileira em geral à universidade, e nos provoca à reflexão sobre que universidade queremos, que grupos políticos queremos, que movimento negro queremos, sobretudo se considerarmos as muitas possibilidades abertas, os temas que faltam ser estudados ou aprofundados, ou, ainda, o pêndulo de avanços e retrocessos salientado por Zélia na entrevista.

“Aquele que aprende, ensina.” – Provérbio africano.

REFERÊNCIAS

- AMADOR DE DEUS, Z. **Ananse tecendo teias na diáspora**: uma narrativa de resistência e luta das herdeiras e dos herdeiros de Ananse. Belém: Secult-Pará, 2019.
- ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 01, p. 229-236, 2000.
- ANZALDÚA, G. Como domar uma língua selvagem. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 39, p. 305-318, 2009.
- GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, v. 4, p. 223-244, 1984.
- KON, N. M.; ABUD, C. C.; SILVA, M. L. (org.). **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a psicanálise. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

Texto submetido à Revista em 08.01.2020

Aceito para publicação em 29.10.2020



RESENHA

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294 p.

Helbert Michel Pampolha de Oliveira - Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM). E-mail: helbertmichel93@gmail.com

Para além de Lefèbvre, com Lefèbvre, sem esquecer-se de Marx: David Harvey e o direito à cidade anticapitalista

Radicado nos Estados Unidos, o geógrafo britânico David Harvey (1935-...) é, sem dúvida, um dos maiores intelectuais marxistas da atualidade. Atuando como professor e pesquisador pela *City University of New York* (CUNY) desde 2001, tem demonstrado a consistência e a maturidade de suas reflexões em uma brilhante obra que reúne dezenas de livros e centenas de artigos científicos disponíveis em vários idiomas. Uma seleção de suas obras pode ser consultada no site do autor (BOOKS..., 2020), na qual se incluem desde os clássicos *Explanation in geography* (HARVEY, 1969), *A justiça social e a cidade* (HARVEY, [1973] 1980) e *Os limites do capital* (HARVEY, [1982] 2013), até contribuições suas mais recentes, como *Condição pós-moderna* (HARVEY, [1989] 2008), *O novo imperialismo* (HARVEY, [2003] 2005) e *The ways of the world* (HARVEY, 2016).

Com base nas pistas deixadas por Marx, mas também na interpretação que faz da obra deste filósofo, Harvey reúne importantes contribuições acerca do capitalismo e suas contradições, assim como do processo de urbanização e das cidades, notadamente sobre a maneira pela qual a urbanização capitalista, ao longo de várias décadas, tem provocado rebatimentos problemáticos na produção dos espaços citadinos. Esta preocupação explícita com as espaço-temporalidades do capitalismo, uma perspectiva denominada pelo autor como

materialismo histórico e geográfico, tem conferido certo destaque à sua obra no seio da produção marxista, inclusive por atualizá-la.

No livro *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*, traduzido¹ e publicado no Brasil pela Editora Martins Fontes, no ano de 2014, Harvey não apenas retoma e aprofunda estas questões como, da mesma forma, situa as lutas anticapitalistas no centro da discussão, chamando a atenção para a importância das cidades e, desta vez, para o potencial revolucionário de outras formas de vida urbana como “lampejos de esperança e luz ao redor do mundo” (p. 276); fato que, especialmente, não deixa de ampliar a envergadura de suas contribuições em relação aos movimentos sociais urbanos e coloca seu pensamento como referência para arquitetos, urbanistas, geógrafos, planejadores e demais profissionais e cientistas sociais implicados com estas questões do mundo contemporâneo.

Nesse particular, questionando-se sobre como a cidade poderia ser reorganizada de uma maneira social e ecologicamente mais justa e, dessa maneira, constituir-se como foco da resistência anticapitalista, Harvey reflete acerca das bases urbanas das crises do capitalismo, bem como sobre outros agentes e formas de organização social que são responsáveis pela produção e reprodução da vida urbana na atualidade. Isto, certamente, revela seu avanço em relação ao marxismo tradicional e indica a sua orientação neomarxista de análise da realidade, com destaque, nesta obra, para as contribuições do filósofo e sociólogo francês Henri Lefèbvre (1901-1991), claramente evidenciadas, por exemplo, no subtítulo do livro.

No que diz respeito ao roteiro de exposição adotado por Harvey, o livro apresenta, além do prefácio, escrito pelo próprio autor, duas partes que sistematizam sete capítulos. Na primeira parte, composta por quatro capítulos e intitulada como “O direito à cidade”, o geógrafo britânico resgata o debate concernente a essa importante contribuição de Lefèbvre ([1968] 2016), discute a questão das raízes urbanas das crises capitalistas, da pertinência dos espaços comuns urbanos no tocante à problemática da propriedade privada, e finaliza com uma reflexão em torno das rendas de monopólio e seus rebatimentos na cidade. Esta é revista por Harvey na segunda parte da obra (formada por três capítulos e homônima ao título do livro) e situada no âmbito das lutas anticapitalistas como um importante espaço de ação política para reivindicar o direito à cidade; momento em que o autor arrola notáveis iniciativas e mobilizações ocorridas, principalmente, na América Latina, na Europa e nos EUA.

¹ Do original *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*, publicado em 2012 pela Editora Verso, em Londres.

Importante se faz destacar, também, que os capítulos 1, 2, 3, 4 e 5 resultam de versões modificadas de artigos que o autor publicou, no interregno entre 2002 e 2011, em importantes periódicos anglófonos de esquerda, como o *Socialist Register*, a *Radical History Review* e a *New Left Review*; informações estas inseridas ao final do livro, na seção de agradecimentos, juntamente com um parágrafo em reconhecimento àqueles que o ajudaram nas reflexões e debates sobre o tema. Os capítulos 6 e 7, por sua vez, resultam de reflexões inéditas no conjunto da obra.

No seio desta estrutura, David Harvey demonstra um notável interesse didático em expor suas ideias, sempre trazendo, no início de cada seção, mas não somente, uma contextualização histórica e algumas provocações e/ou questões que irão nortear seu raciocínio; um estilo de escrita que, a si e a seus leitores, faz com que o cerne da reflexão proposta não seja perdido. É dessa maneira que, logo no prefácio, intitulado “A visão de Henri Lefèbvre”, o autor considera o espaço-tempo vivido pelo intelectual francês e retoma algumas de suas principais contribuições, como aquelas relacionadas ao direito à cidade e à revolução urbana; elementos estes que perpassam por suas reflexões ao longo de todo o livro.

A priori, pondera-se que, tendo trabalhado até 1929 como assalariado na Citroën (empresa fabricante de automóveis) e como taxista pelos *bouvelards* e pela periferia de Paris (conhecendo bem de perto a vida cotidiana precarizada pelo capitalismo, portanto), Lefèbvre foi um intelectual que vivenciou os eventos históricos que resultaram na conhecida irrupção de maio de 1968 na capital francesa e anteviu esses acontecimentos em uma série de publicações ao longo da década de 1960 (CHUECA, 2018), como *La proclamation de la commune* (LEFÈBVRE, 1965), *L'irruption de Nanterre au sommet* (LEFÈBVRE, 1968) e, claro, seu seminal *Le droit à la ville* (LEFÈBVRE, [1968] 2016).

É sopesando todo esse contexto que Harvey afirma ser a ideia do direito à cidade, proposta por Lefèbvre no ano de 1967 e publicada em 1968, um resultado do clamor oriundo das ruas e dos bairros, um grito de socorro das pessoas oprimidas pela brutalização capitalista na vida cotidiana (p. 15). Trata-se, ainda segundo o autor, de uma queixa, como resposta à devastadora crise da vida cotidiana (parisiense), e, ao mesmo tempo, uma exigência, dada a necessidade de uma vida urbana alternativa, menos alienada e mais aberta ao futuro e aos conflitos.

Neste momento, Harvey retoma a ideia do urbano – cuja planetarização também fora antevista por Lefèbvre no final da década de 1960 em *A revolução urbana* (LEFÈBVRE, [1970] 2002) – e, coadunando com o pensador francês,

salienta seu potencial revolucionário para pensar a vida cotidiana, levando-se em conta, igualmente, o aprofundamento das perversidades capitalistas e os rebatimentos desse processo na configuração da classe trabalhadora, uma classe social que tanto para Lefèbvre ([1968] 2016) quanto para Harvey tem sido constituída cada vez mais por trabalhadores urbanos, os quais, diferentemente do que propunha o marxismo convencional, não mais se restringem à condição de operários fabris.

Mediante estes pressupostos, Harvey chama a atenção para a importância e para o papel dos movimentos sociais urbanos – isto é, grupos heterotópicos cujo potencial revolucionário, inclusive, “boa parte da esquerda tradicional tem dificuldades de apreender” (p. 17) – e aponta para a necessidade de pensarmos um novo tipo de cidade, desta feita, que vá de encontro ao capital globalizante e urbanizador. Nesta perspectiva, ao discorrer que o urbano comporta uma multiplicidade de práticas que sugerem possibilidades alternativas, sobretudo a partir daqueles que realmente constroem e mantêm a vida urbana, o autor aposta na conformação de lutas anticapitalistas que contestem a lógica do capital e as formas de exploração (de classes, do Estado) e atuem na transformação radical da vida cotidiana.

Enquanto uma “estação intermediária na estrada que conduz a esse objetivo” (p. 24), o direito à cidade é reconsiderado por Harvey no capítulo 1 e explorado em conjunto com a questão da emergência de variados movimentos sociais. Assim, após uma breve explanação acerca dos direitos humanos e da forma coletiva pela qual eles se manifestam em determinados movimentos políticos, principalmente com o alcance de conquistas importantes, o autor ressalta o ideal proposto por Lefèbvre como um direito coletivo que, similarmente, tem sido incorporado por diferentes tipos de reivindicações políticas no mundo inteiro. Contudo, Harvey se questiona: “como podemos [...] definir esse direito?” (p. 27).

Ora, muito mais do que uma simples necessidade individual ou grupal de acessar a cidade e os recursos que ela comporta, Harvey o examina como um verdadeiro ideal de mudança e reivindicação da cidade, realizado a partir dos nossos mais profundos desejos. Desta forma, a tarefa de reinventar esses espaços depende de um exercício coletivo em relação aos processos de urbanização. O problema hodierno desse exercício, entretanto, situa-se no fato de o direito à cidade estar circunscrito, em grande medida, às necessidades de uma pequena elite político-econômica, a qual, nas cidades, potencializa a produção de excedentes

e engendra uma série de processos espoliativos que afeta diretamente os pobres urbanos, negando-lhes todo e qualquer direito à cidade. O que fazer?

Procurar inspiração em movimentos sociais urbanos cujo *Leitmotiv* girou/gira em torno da busca por outra vida urbana, como a Comuna de Paris, constitui uma das tarefas essenciais sugeridas por Harvey à diversidade de grupos sociais e suas lutas. Para o autor, ademais, isto deve ser feito levando-se em consideração algumas exigências centrais, tais como, por exemplo, “o estabelecimento do controle democrático sobre a utilização dos excedentes na urbanização” (p. 61) e a reformulação e retomada do Estado por este controle. Assim, uma vez unificados em torno dos efeitos negativos da destruição criativa e da economia de espoliação, David Harvey acredita que os espoliados poderão reivindicar, mediante suas lutas urbanas e à luz de seus mais profundos desejos, o direito à cidade que a urbanização capitalista lhes tem recusado.

Já no capítulo 2, intitulado “As raízes urbanas das crises capitalistas”, Harvey traz uma importante análise acerca das crises do capitalismo relacionadas aos *booms* imobiliários que ocorreram em diferentes partes do mundo. Destaca, desde logo, a centralidade das cidades tanto no aparecimento quanto na superação desses eventos disruptivos e argumenta, não sem críticas, sobre a pertinência da interpretação marxiana sobre as leis gerais de circulação do capital para a compreensão dos processos de urbanização, ressaltando a necessidade de se avaliar, com o devido cuidado, o papel do capital fictício no trato dos eventos atuais.

É embebido por este referencial, mas com suas devidas contextualizações, que Harvey vai tratar da articulação entre Estado e capital financeiro como algo fundamental ao funcionamento da atividade especulativa no seio do processo de urbanização. O entendimento desse esquema, adverte o geógrafo britânico, relaciona-se à compreensão de como a circulação do capital produtivo e a do capital fictício se mesclam no sistema creditício dos mercados imobiliários. Nas cidades, o resultado desta dinâmica consiste no desencadeamento de uma série de problemas às populações urbanas mais vulneráveis, como a degradação de aspectos da vida urbana e a produção de diferentes formas de desapropriação, exploração e exclusão que minam as condições cidadinas de reprodução social.

Ao analisar o agressivo caso da China, que contou com um desenvolvimento urbano fortemente especulativo, e articulá-lo com os demais aspectos concernentes à urbanização do capital, Harvey estabelece um contraponto esperançoso ao lembrar que a cidade e os processos urbanos que a produzem

são importantes campos para a luta política, social e de classe. Por conseguinte, o autor sustenta a necessidade e a relevância de se considerar as formas alternativas de urbanização enquanto elementos centrais na luta anticapitalista. Assim, o combate às práticas predatórias do capital e a configuração de uma alternativa emancipatória e anticapitalista exigem não apenas uma organização de toda a cidade, como também uma resposta política dela, tendo em vista ser a cidade um lugar comum de produção e reprodução da vida humana.

Baseando-se nestas reflexões, Harvey discute no capítulo 3 sobre a criação dos bens comuns urbanos e seu potencial para contestar a lógica privatista que tem orientado a produção das cidades. Destarte, indaga-se sobre o significado da ideia de comum e tece críticas à leitura equivocada que se faz do clássico artigo *The tragedy of the commons*, de Hardin (1968), frequentemente utilizado como um argumento em defesa da privatização. Dessa maneira, pontua alguns aspectos relacionados à discussão dos cercamentos e da problemática em torno da preservação de comuns de grande valor e aponta que as questões relacionadas aos comuns são contraditórias, envolvendo, por trás de contestações, uma miríade de interesses sociais e políticos conflitantes.

Ao refletir sobre as qualidades humanas da cidade, indicando que elas “emergem de nossas práticas nos diversos espaços da cidade” (p. 143), o autor realiza a importante distinção entre, por um lado, os espaços públicos e bens públicos e, por outro, os comuns. Sinaliza, então, que os primeiros constituem uma questão de poder de Estado e administração pública, mas não necessariamente representam um comum. Este, para além de um tipo específico de ativo ou processo societário, é entendido por Harvey como uma relação social produzida entre determinado grupo e os aspectos (existentes ou não) do meio geográfico. Os espaços e bens públicos, nesse sentido, contribuem fortemente para as qualidades do comum, daí o autor chamar a atenção para a importância da rua como um espaço público que, por meio da ação social, converte-se em comum dos movimentos sociais revolucionários.

É desta maneira que David Harvey identifica e denuncia as práticas predatórias da urbanização do capital, que, orientadas por uma política neoliberal, reduzem o financiamento de bens públicos e atacam a prática social de comunalização urbana, inclusive ao se apropriarem dos comuns coletivamente produzidos e transformá-los em mercadorias; uma contradição bastante elucidativa, para o autor, quanto à “verdadeira tragédia dos comuns

urbanos em nossa época” (p. 153). O que fazer? Ora, a cidade é um bem comum coletivo e, como tal, deve ser usada por todos aqueles que participam de sua produção. Ao defender isto, Harvey assinala que a auto-organização popular e o reconhecimento político deste uso coletivo configuram importantes formas de resistência ao poder capitalista e, por extensão, de reforço às lutas anticapitalistas.

A assimilação das culturas locais pelo capital e a conseqüente transformação delas em mercadoria é algo debatido no capítulo 4, intitulado como “A arte da renda”. Isto porque, na acepção do autor, a cultura não apenas possui um papel fundamental na produção de novos comuns na vida cotidiana, como contribui para a formulação de alternativas à voracidade do capital financeiro nos espaços urbanos. Sobre esta questão, Harvey adverte que o capitalismo nada pode sem os monopólios e que sempre está buscando outros meios para obtê-lo, momento em que, por intermédio de megacorporações, captura atributos locais e estabelece relações competitivas, ao mesmo tempo em que mantém certos privilégios monopolistas que garantem a aferição de uma renda de monopólio.

Acontece que, na cidade, a busca por essas rendas não se restringe às práticas imobiliárias, potencializadas pelo empreendedorismo urbano decorrente da associação entre Estado, frações da sociedade civil e interesses privados. Harvey acrescenta que a captura das rendas monopolistas também tem se dado em outros campos, como, por exemplo, no das práticas culturais historicamente conformadas e no das características ambientais singulares. Há, em seu entender, a produção e a apropriação de um capital simbólico coletivo que, a partir de elementos distintivos, atribui “marca” às cidades e as torna competitivas, vide a experiência de Barcelona. No entanto, “[o] sucesso na ‘criação de marca’ de uma cidade pode requerer a expulsão ou erradicação de todas as pessoas ou coisas que não sejam adequadas à marca” (p. 200).

Considerando esta agressividade da mercantilização e da comercialização de tudo no atual período, David Harvey revela a principal contradição da renda de monopólio nesse processo: na medida em que o capital valoriza as iniciativas locais, ele também atribui valor às dimensões da vida social que são incongruentes à vontade de homogeneização mercadológica do mundo. Por esta razão, o autor aponta que os espaços para uma política transformadora continuam a existir e que as intervenções culturais produzidas nas relações comuns da vida cotidiana figuram como importantes armas na luta de classes, na luta anticapitalista. Acrescenta que a alternativa à globalização contemporânea pode florescer justamente nesses

espaços, entendidos por Harvey como “espaços fundamentais da esperança de construção de [...] uma vibrante política antimercantilização” (p. 207).

A preocupação com esses espaços, ademais, será objeto de reflexões mais aprofundadas do autor na segunda parte do livro, intitulada como “Cidades rebeldes”. Logo no capítulo 5, portanto, Harvey resgata a relevância da luta de classes para pensar a urbanização e as cidades, reivindicando estas para a luta anticapitalista. Mas, para tanto, questiona-se: de que maneira esses movimentos devem se organizar, explicitamente, na cidade e no urbano? As cidades seriam lugares passivos onde surgem e se expressam lutas políticas? Tais indagações são feitas levando-se em conta o desafio que é entender o potencial revolucionário das lutas anticapitalistas, mormente no que se refere aos movimentos sociais urbanos, haja vista a perspectiva limitada do “marxismo formal” (p. 218) em considerar somente a abolição da relação de classes entre capital e trabalho como fito das referidas lutas, sem se importar com onde isso ocorre.

Compreender a lacuna existente entre o lugar de produção da mais-valia e aquele onde sua realização acontece é crucial para se estabelecer o entendimento de que as lutas anticapitalistas situam-se para além das fábricas. Neste sentido, o autor enfatiza a pertinência de se reconhecer o papel e a relevância política de outros agentes revolucionários, de modo a explorar suas capacidades à luz da possibilidade de uma transformação radical. Porém, quem são esses agentes? Harvey destaca: “todos os que participam da atividade urbanizadora têm papel importante a desempenhar na dinâmica macroeconômica de acumulação do capital” (p. 234), uma vez que a organização sociopolítica desses sujeitos tem um enorme potencial no estrangulamento do metabolismo da cidade; razão pela qual as lutas urbanas serem combatidas pelo Estado capitalista.

É desta maneira que o autor recomenda uma ampliação do entendimento em relação aos grupos/classes que atuam na organização da cidade, uma ampliação importante tanto à revitalização dos debates em torno dos movimentos anticapitalistas quanto ao reconhecimento de meios democráticos alternativos, como os espaços comunitários, igualmente relevantes à reconstrução da vida urbana com base no direito à cidade. Não obstante o ideal lefebvriano figurar como um “direito complicado” (p. 246), tendo em vista as condições coetâneas da urbanização do capital, Harvey defende que o mesmo deva ser visto enquanto um direito coletivo de recriar a cidade como um corpo político socialista, relacionando todos aqueles cujos trabalhos estão diretamente implicados na

produção e reprodução do espaço citadino; iniciativa esta que, na concepção do autor, poderia interromper a acumulação capitalista.

Partindo desse conjunto de reflexões, o autor aponta a emergência de três teses decorrentes do processo histórico em questão: a) as lutas trabalhistas ganharam maior fôlego com o apoio de forças populares, sobretudo se se considerar o suporte dos espaços comunitários; b) os conceitos de trabalho e de classe também carecem de uma revisão e ampliação; e c) a luta dos trabalhadores contra a mais-valia deve ter o mesmo status das diferentes lutas que ocorrem em outros pontos de produção da cidade. Na sequência, Harvey retoma e examina alguns exemplos pontuais de práticas políticas urbanas em situações revolucionárias e conclui, em particular, com uma breve análise do caso boliviano, demonstrando, por meio de pistas, como as insurreições urbanas podem estar associadas aos movimentos anticapitalistas.

Tomando o caso das mobilizações políticas ocorridas em Cochabamba e El Alto, na Bolívia, o autor se questiona sobre qual o papel desempenhado pelas organizações urbanas nessas lutas e chama a atenção para os laços comuns que foram estabelecidos entre as pessoas e seus lugares, isto é, uma poderosa forma de solidariedade social que tanto tornou possível a politização da cidade a partir dos processos predatórios da urbanização do capital quanto viabilizou sua reivindicação para a luta anticapitalista. A construção coletiva da cidade socialista sobre os escombros produzidos pelo processo urbano neoliberal destrutivo e excludente é “o ar da cidade que”, para Harvey, “pode tornar as pessoas verdadeiramente livres” (p. 271); procedimento este que, ainda segundo o autor, pressupõe uma revolução no campo do pensamento e das práticas anticapitalistas.

Nos capítulos 6 e 7, inéditos no conjunto da obra, o geógrafo britânico desloca-se da realidade latino-americana e mobiliza dois movimentos sociais urbanos ocorridos em cidades tidas como centros do capitalismo mundial. Tratando de Londres e de Nova York, respectivamente, o autor busca, analiticamente, mostrar a insatisfação dos manifestantes londrinos para com o capitalismo feroz, cuja “economia de espoliação em massa [...] está na ordem do dia” (p. 275), e a luta do movimento *Occupy Wall Street*, #OWS, em relação ao Partido de Wall Street que, durante muito tempo, dominou os Estados Unidos sem oposição. Por meio destes dois exemplos, Harvey reflete sobre a ocupação do espaço público por movimentos urbanos que, coletivamente, lutam contra o grande capital e, ao mesmo tempo, anunciam a cidade e a vida urbana que desejam.

Como se pôde observar, a atualização do debate marxista é uma das preocupações centrais no trabalho de David Harvey. Fala-se como uma das preocupações porque, junto dela, existem outras igualmente essenciais que nos auxiliam a extrair algumas conclusões e/ou proposições sinalizadas pelo autor ao longo desta obra. Neste particular, portanto, acentua-se a centralidade conferida às cidades na luta anticapitalista, considerando-as como um bem comum que deve ser apropriado coletivamente por todos aqueles que participam de sua produção. O reconhecimento de um proletariado urbano, por sua vez, é de fundamental importância nesta tarefa, haja vista a diversidade social inerente ao processo contemporâneo de produção das cidades e que, inclusive, sugere certa ampliação de debates e conceitos outrora dominantes no campo das esquerdas e dos movimentos sociais.

Visto pelo autor como um “significante vazio” (p. 20) circunscrito nas mãos de uma pequena elite econômico-política, a qual se reproduz mediante processos espoliativos e de destruição criativa, o direito à cidade precisa ser retomado, *mutatis mutandis*, pelos trabalhadores que facilitam a reprodução da vida cotidiana, de modo a potencializar o processo de reconstrução de uma cidade onde os excedentes são devidamente socializados e postos ao alcance de todos. Por estas razões, Harvey frisa a potência dos movimentos sociopolíticos que ocupam os espaços públicos, contestam as lógicas do capital hegemônico e orientam suas reivindicações na direção de uma outra vida urbana com possibilidades anticapitalistas e emancipatórias, afinal, a revolução de nossa época é urbana.

Diante do exposto, trata-se de uma contribuição que amplia as discussões sobre a temática proposta e que, ao atingir seus objetivos, traz dimensões de análise muito pertinentes à compreensão das contradições do capitalismo no processo urbano, sobretudo por, outrossim, focalizar impulsos revolucionários que oferecem lições importantes às lutas anticapitalistas orientadas pelo ideal da transformação radical da vida cotidiana. É desta forma que, em *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*, David Harvey se propõe a ir para além de Lefêbvre com Lefêbvre, sem esquecer-se, contudo, de Marx – um esforço que, certamente, reafirma a pertinência desta obra e, claro, de seu pensamento na atualidade.

REFERÊNCIAS

- BOOKS by David Harvey. **Reading Marx's Capital with David Harvey**, Nova York, 2020. Books. Disponível em: <http://davidharvey.org/books/>. Acesso em: 05 jun. 2020.
- CHUECA, E. G. El filósofo que anticipó Mayo del 68. **El País**, Madrid, 19 jul. 2018. Blog Seres Urbanos. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2018/07/16/seres_urbanos/1531735986_176681.html. Acesso em: 03 jun. 2020.
- HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, Nova York, n. 162, p. 1243-1248, 1968. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/sci/162/3859/1243.full.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2020.
- HARVEY, D. **Explanation in geography**. London: Edward Arnold, 1969.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. Tradução Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, [1973] 1980.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, [2003] 2005.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, [1989] 2008.
- HARVEY, D. **Os limites do capital**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, [1982] 2013.
- HARVEY, D. **The ways of the world**. London: Profile Books, 2016.
- LEFÈBVRE, H. **La proclamation de la commune**. Paris: Galimard, 1965.
- LEFÈBVRE, H. L'irruption de Nanterre au sommet. **L'Homme et la société**, Paris, n. 8, p. 49-99, 1968. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/homso_0018-4306_1968_num_8_1_3105. Acesso em: 09 jun. 2020.
- LEFÈBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução Sérgio Martins. 1. reeimp. Belo Horizonte: Editora da UFMG, [1970] 2002.
- LEFÈBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5. ed. 6. reeimp. São Paulo: Centauros, [1968] 2016.

Texto submetido à Revista em 10.09.2020

Aceito para publicação em 09.12.2020

Indígenas na cidade de Manaus (AM)

Indigenous people in the city of Manaus (AM)

José Carlos Matos Pereira

Ambiente e memórias acerca da caça em áreas protegidas da Floresta Atlântica

Environment and memories about hunting in protected areas of the Atlantic Rainforest

José Aécio Alves Barbosa, Brygida Carolyne Freire Alves e José Otávio Aguiar

Globalização e estratégias locais: as interações global-local no caso do município de Mocajuba, na Amazônia oriental

Globalization and local strategies: the global-local interactions in the case of the municipality of Mocajuba, in the Eastern Amazon

Pauline Cuenin e Marc Piraux

Turismo e medo do crime: reflexões sobre a política de desenvolvimento urbano no centro histórico de Natal/RN

Tourism and fear of crime: reflection on urban development policy in the historical center of Natal

Ana Catarina Alves Coutinho, Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega e Mozart Fajzito

O "buen vivir" e a construção de uma nova sociedade

"Buen vivir" and the building of a new society

Flávia Verônica Silva Jacques

Processos de degradação socioambiental: os impactos das atividades produtivas desenvolvidas no perímetro irrigado de São Gonçalo – Paraíba/Brasil

Socioenvironmental degradation processes: impacts of productive activities developed in the irrigated perimeter of São Gonçalo – Paraíba/Brazil

Jánesson Gomes Queiroz, Larissa da Silva Ferreira Alves e Jairo Bezerra Silva

Efeitos das mudanças climáticas sobre a agropecuária de Minas Gerais: uma abordagem contemporânea

Effects of climate change on agriculture in Minas Gerais: a contemporary approach

Nílta Izabela Braga e Rosa Lívia Gonçalves Montenegro

Saúde e ambiente na Amazônia brasileira

Health and environment in the Brazilian Amazon

Rosa Carmina de Sena Couto

"O Mata Fome está morrendo, a comunidade também": reflexos da urbanização na saúde em uma periferia de Belém

"Mata Fome is dying, the community as well": effects of urbanization on health in a suburb of Belém

Thaís de Almeida Costa, Flavio Henrique Souza Lobato e Voyner Ravena-Cañete

Uma análise da dimensão "tipo de governança" em Unidades de Conservação da Natureza no Brasil

An analysis of the type dimension of governance in Nature Conservation Units in Brazil

Carlos André Luz Jeronimo, Elmo Rodrigues da Silva e Kenny Tanizaki Fonseca

Análise do Sistema de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde do Hospital Regional de Itacoatiara-AM

Analysis of the Health Services Waste Management System at the Regional Hospital of Itacoatiara-AM

Igor Gabriel de Oliveira Souza, Bruno Fereziim Morales e Rodrigo Couto Alves

O Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) na pós-graduação da UFPA: estudo de caso no NAEA

The integrated system for the management of academic activities (SIGAA) of graduate programs at UFPA: a case study on NAEA

José Nilberlanio Vieira e Hisakbana Paboona Corbin

Entrevista

Uma vida dedicada ao combate do racismo na Amazônia: entrevista com Zélia Amador de Deus, por ocasião de seus 70 anos

A life dedicated to combating racism in the Amazon: interview with Zélia Amador de Deus, on her 70th birthday

Alef Monteiro

Resenha

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.**

Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294 p.

Helbert Michel Pampolha de Oliveira

